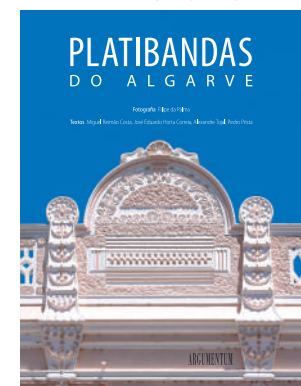


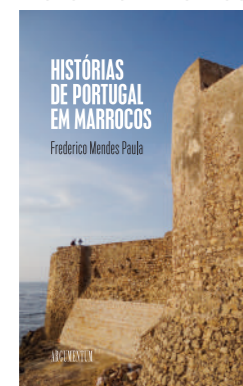


PLATIBANDAS DO ALGARVE



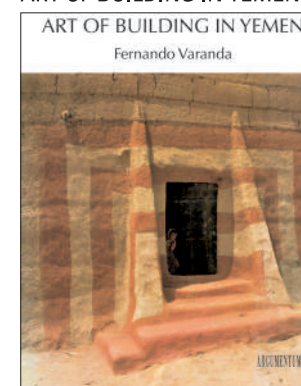
Fotografia:
Filipe da Palma
Autores:
Miguel Reimão Costa,
José Eduardo Horta
Correia, Alexandre Tojal
e Pedro Prista
24cm x 32cm
144pp
ISBN: 978-989-8885-13-5
PVP: 35€

HISTÓRIAS DE PORTUGAL EM MARROCOS



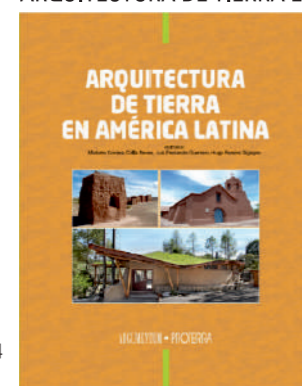
Autor: Frederico Mendes Paula
19cm x 32cm
176pp
ISBN: 978-989-8885-10-4
PVP: 25€

ART OF BUILDING IN YEMEN



Autor:
Fernando Varanda
24cm x 35cm
336pp
ISBN: 978-972-8479-66-4
PVP: 35€

ARQUITECTURA DE TIERRA EN AMÉRICA LATINA



Coeditado:
RedPROTERRA
84 autores
dos 19 países
Latino Americanos
24cm x 32cm
352pp
ISBN: 978-972-8479-96-1
PVP: 35€

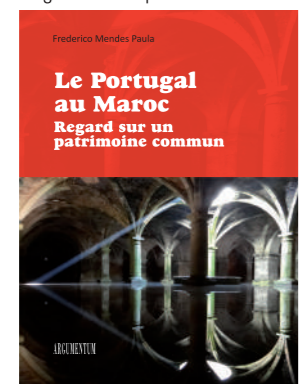
LA RESTAURACIÓN DE LA TAPIA EN LA PENÍNSULA IBÉRICA



Ed.: Camilla Mileto
y Fernando Vegas
Co-edición com
TC cuadernos
23cm x 32cm
344p
ISBN: 978-972-8479-54-1
PVP: 30€

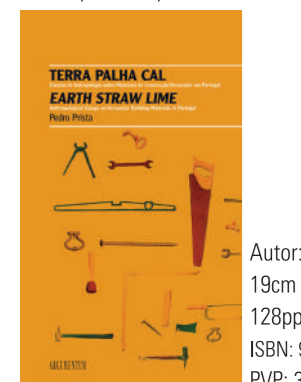
LE PORTUGAL AU MAROC

Regard sur un patrimoine commun



Autor:
Frederico Mendes Paula
23cm x 32cm
144pp
ISBN: 978-972-8479-92-3
PVP: 25€

TERRA, PALHA, CAL
EARTH, STRAW, LIME



Autor: Pedro Prista
19cm x 32cm
128pp
ISBN: 978-972-8479-84-8
PVP: 30€

ARQUITECTURA TRADICIONAL NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL 1º Congresso Internacional



Autor: AAVV
176pp
19cm x 32cm
ISBN: 978-972-8479-85-5
PVP: 20€

POVOAÇÕES ALCANDORADAS. ARQUITECTURA e PAISAGEM

Esta publicação reúne uma seleção de 25 comunicações nos âmbitos da arquitetura, da paisagem, da arqueologia e da história apresentadas na 2.ª edição do Congresso Internacional *Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental* que se realizou em Mértola em setembro de 2020.

O Congresso resultou da parceria entre o Campo Arqueológico de Mértola, as universidades do Algarve, de La Manouba e de Carthage, o Laboratoire d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines e o Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

Os artigos tratam de diversos contextos em Portugal, Espanha, Marrocos, Argélia, Tunísia e Malta.

Um livro essencial para quem pretende descobrir ou enriquecer os seus conhecimentos sobre a paisagem, o *habitat* e o desenho urbano na zona ocidental do Mediterrâneo, o “mar do meio”.

VILLAGES PERCHÉS. ARCHITECTURE et PAYSAGE

Cette publication rassemble une sélection de 25 communications dans les domaines de l'architecture, du paysage, de l'archéologie et de l'histoire présentées lors de la 2.ème édition du *Congrès International Architecture Traditionnelle en Méditerranée Occidentale* tenu à Mértola (Portugal) en septembre 2020.

Le Congrès fut le fruit d'un partenariat entre le *Campo Arqueológico de Mértola*, les universités d'Algarve, de La Manouba et de Carthage, le Laboratoire d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines et le *Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património*.

Les articles portent différents contextes au Portugal, en Espagne, au Maroc, en Algérie, en Tunisie et à Malte.

Un ouvrage essentiel pour tous ceux qui veulent découvrir leurs connaissances du paysage, de l'habitat et de l'urbanisme en Méditerranée occidentale, «la mer du milieu».



9 789898 885159

ARQUITECTURA
TRADICIONAL



POVOAÇÕES ALCANDORADAS.
ARQUITETURA e PAISAGEM

2.º Congresso Internacional
Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental

VILLAGES PERCHÉS.

ARCHITECTURE et PAYSAGE

2.ème Congrès International
Architecture Traditionnelle en Méditerranée Occidentale

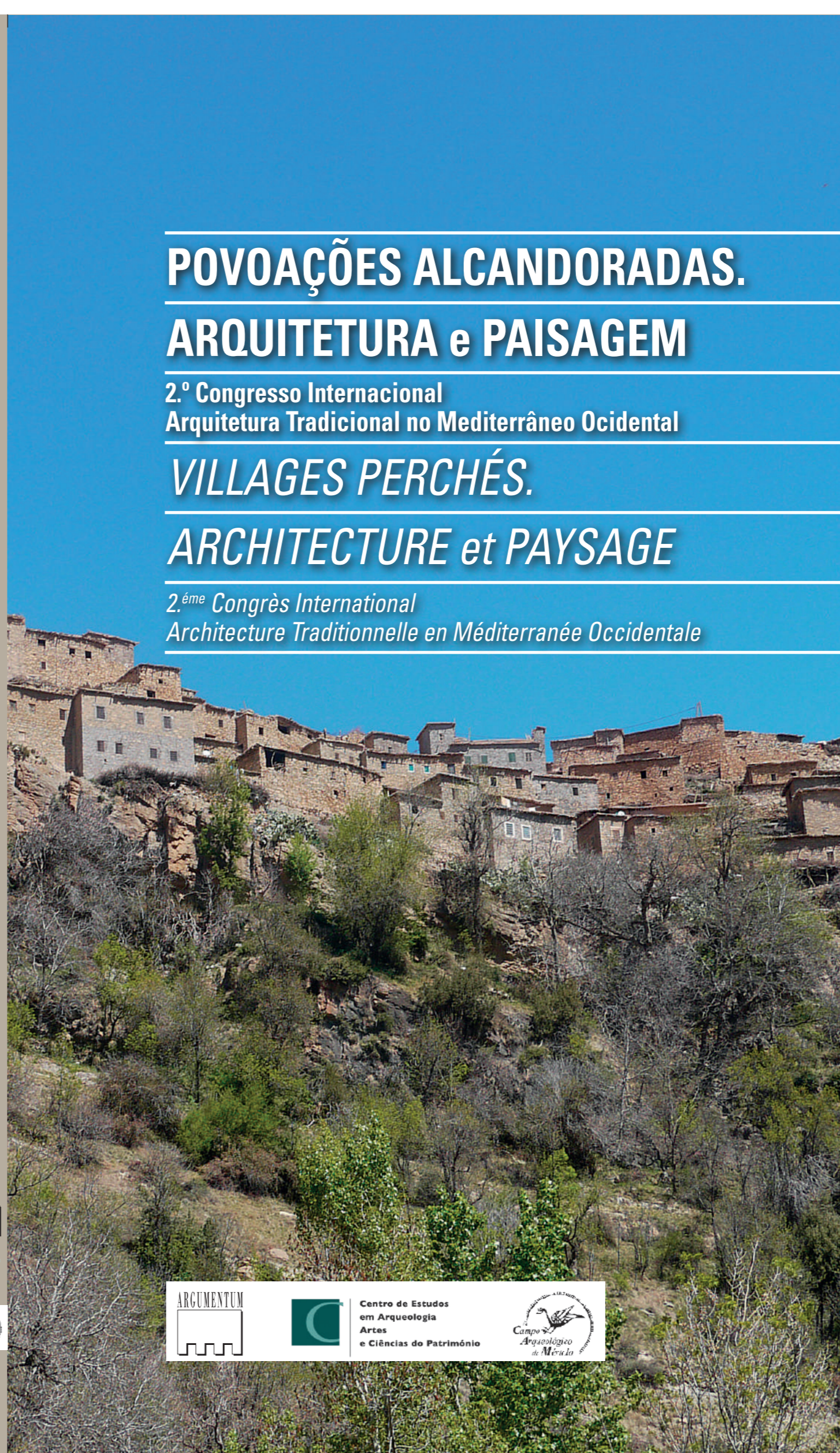


Imagem da capa: Toufrine – Marrocos
Image de la Couverture: Toufrine- Maroc

O CENTRO DE ESTUDOS EM ARQUEOLOGIA, ARTES E CIÊNCIAS DO PATRIMÓNIO (CEAACP) é uma unidade interinstitucional financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que associa a Universidade de Coimbra, o Campo Arqueológico de Mértola e a Universidade do Algarve, profundamente comprometida com a produção de conhecimento inteligente, inovador e empenhado na promoção de sociedades inclusivas e criativas. Apresenta-se como uma estrutura altamente habilitada para dinamizar a investigação sobre Arqueologia, História da Arte, Arquitetura e Arqueogeografia e na valorização e promoção do património como alavanca de desenvolvimento qualificado e sustentável.

O CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA (CAM) é uma associação cultural sem fins lucrativos que desenvolve investigação científica multidisciplinar no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, com o objetivo de promover o levantamento e o estudo do património arqueológico e cultural da região e contribuir para a sua conservação e salvaguarda. Desde 1978 o CAM tem repartido a sua atividade entre a coordenação em inúmeros projetos de investigação, organização de iniciativas de formação e eventos científicos, contando ainda com um projeto editorial com várias dezenas de títulos publicados.



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património



POVOAÇÕES ALCANDORADAS. ARQUITETURA E PAISAGEM

2.º Congresso Internacional Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental

VILLAGES PERCHÉS. ARCHITECTURE ET PAYSAGE

2^{ème} Congrès International Architecture Traditionnelle en Méditerranée Occidentale

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00281/2020.





POVOAÇÕES ALCANDORADAS. ARQUITETURA E PAISAGEM

2.º Congresso Internacional Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental

VILLAGES PERCHÉS. ARCHITECTURE ET PAYSAGE

2^{ème} Congrès International Architecture Traditionnelle en Méditerranée Occidentale



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património



CONGRESSO CONFÉRENCE

POVOAÇÕES ALCANDORADAS. ARQUITETURA E PAISAGEM

2.º Congresso Internacional Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental
Mértola, 11 e 12 de setembro de 2020

VILLAGES PERCHÉS. ARCHITECTURE ET PAYSAGE

2^{ème} Congrès International Architecture Traditionnelle en Méditerranée Occidentale
Mértola, 11 et 12 septembre 2020

Organização Organisation

A organização do presente congresso inscreve-se no projeto *Evolução da arquitetura doméstica nas áreas de montanha do Mediterrâneo Ocidental: estudo comparativo (Tunísia/Portugal)* desenvolvido no Campo Arqueológico de Mértola, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património e Universidade do Algarve em colaboração com o Laboratoire d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines da Universidade de la Manouba, contando com o apoio da Direção Regional de Cultura do Alentejo, da Câmara Municipal de Mértola, do Icomos-Portugal e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

L'organisation de la présente conférence s'inscrit dans le cadre du projet *Évolution de l'architecture du logement montagnard dans la Méditerranée Occidentale: étude comparative (Tunisie/Portugal)* développé par le Campo Arqueológico de Mértola, le Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património et l'Universidade do Algarve en collaboration avec le Laboratoire d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines (Université de la Manouba), et avec le soutien de la Direção Regional de Cultura do Alentejo, de la Câmara Municipal de Mértola, de l'Icomos-Portugal et de la Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

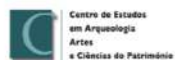
Comissão Organizadora Comité d'Organisation

Miguel Reimão Costa, Desidério Batista, Susana Gómez Martinez, Beya Abidi, Virgílio Lopes, Maria Fátima Palma e Ana Costa Rosado com o apoio de Clara Rodrigues, Rute Fortuna, Rita Castilho, Adriano Torres Fernandes, Marta Dias e Maria João Martins

Comissão Científica Comité Scientifique

Beya Abidi, José Aguiar, Ana Paula Amendoeira, Paula André, Hayet Badrani, Desidério Batista, João Pedro Bernardes, Said Boujruf, Nouri Boukhchim, João Vieira Caldas, Aurora Carapinha, Alexandre Alves Costa, Miguel Reimão Costa, Maria Fernandes, Soraya Genin, Susana Gómez Martinez, Elodia Hernández Leon, Fakher Kharrat, Conceição Lopes, José María Martín Civantos, Francisco Montero Fernández, Eduardo Mosquera Adell, Luís Filipe Oliveira, María Prieto, Vítor Ribeiro, Ahmed Saadaoui, Cláudio Torres

Organização Organisation



Apoio Soutien



LIVRO LIVRE

POVOAÇÕES ALCANDORADAS. ARQUITETURA E PAISAGEM

2.º Congresso Internacional Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental

VILLAGES PERCHÉS. ARCHITECTURE ET PAYSAGE

2^{ème} Congrès International Architecture Traditionnelle en Méditerranée Occidentale

Editores Éditeurs

Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martinez, Desidério Batista, Vítor Ribeiro

Autores Auteurs

Beya Abidi, Messaoud Aiche, Zoulikha Ait-Lhadj, Desidério Batista, Nouri Boukhchim, Pedro Miguel Mascarenhas de Brito, Jared Carballo-Pérez, Miguel Reimão Costa, Marco Fernandes, Maria Fernandes, Francisco José García Fernández, Cláudia de Oliveira Calado Gaspar, Germano Germanò, Gonçalo Duarte Gomes, Sérgio Gomes, Susana Gómez Martinez, Vidal Gómez Martínez, Alexandra Gradim, Raja Gzara, Leila Harabi, Blanca del Espino Hidalgo, Vítor Oliveira Jorge, Filipe Mário Lopes, Virgílio Lopes, Efraín Marrero Salas, Meriem Marzouki, Miguel Ferreira Mendes, Maria Isabel Lopes de Mendonça, José María Moreno Narganes, João Muralha, Ons Najjar, Jorge de Oliveira, Maria de Fátima Palma, María Teresa Pérez Cano, Vítor Ribeiro, Ana Costa Rosado, Hacomar Ruiz González, Ana Isabel Nascimento Santos, João Gabriel Candeias Dias Soares, Cláudio Torres, Ana Vale

Créditos das imagens, ilustrações e fotografias Crédits des images, illustrations et photographies

Quando não expressos, os créditos pertencem ao(s) autor(es) do texto

Lorsqu'il ne sont pas inscrits, les crédits appartiennent à(aux) l'auteur(s) du texte

Revisão de textos Relecture et révision des textes

Cristina Meneses

Paginação e pré-impresão Mise en page et prépresse

João Martins

Impressão Presses de l'imprimerie

ACD Print

Direção editorial Direction éditoriale

Filipe Jorge

ISBN 978-989-8885-15-9 **DOI:** 10.34623/zemq-4e64

Depósito Legal Dépot légal

483009/21

1.ª edição: Julho 2021 1^{ère} édition: Juillet 2021

Reprodução autorizada desde que seja corretamente referenciada a origem e autoria dos textos e imagens

La reproduction est autorisée à condition que soit respectée l'indication claire de la source, de l'auteur et les références du document cité

ARGUMENTUM Edições

Rua Antero de Figueiredo, 4 - C | 1700-041 LISBOA | Portugal

geral@argumentum.pt | www.argumentum.pt

CENTRO DE ESTUDOS EM ARQUEOLOGIA, ARTES E CIENCIAS DO PATRIMÓNIO

Largo da Porta Férrea | 3000-395 COIMBRA | Portugal

ceaacp@uc.pt | https://ceaacp.uc.pt/

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA

Rua Dr. António José de Almeida, 1 | 7750-353 MÉRTOLA | Portugal

geral@camertola.pt | www.camertola.pt

ÍNDICE INDICE

- 8** O meu olhar desde os cocurutos nas povoações empoleiradas
Conceição Lopes

- 10** Mediterraneidade — o espírito do Mediterrâneo
Fernando Santos Pessoa

- 13** Povoados alcandorados do Mediterrâneo
Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martínez, Desidério Batista, Vítor Ribeiro

ENTRE MARGENS ENTRE LES MARGES

- 16** Águas de Mértola: 2000 anos de abastecimento, armazenamento e gestão da água num povoado alcandorado
Virgílio Lopes, Susana Gómez Martínez, Mária de Fátima Palma, Cláudio Torres, Miguel Reimão Costa

- 22** Le géomorphosite culturel de Matmata (sud-est tunisien): paysage et habitats troglodytiques
Nouri Boukhchim

- 27** A aldeia berbere de Zroua nas montanhas meridionais da Tunísia: identidade e dinâmica da paisagem mediterrânica
Desidério Batista, Miguel Reimão Costa

- 33** Kourbous à l'époque moderne, renaissance et extension d'un village et d'une station thermale en montagne au Cap-Bon (nord-est de la Tunisie)
Beya Abidi

ENTRE PONTOS ENTRE LES POINTS

- 38** Mediterrâneo: um certo genius de habitar
Gonçalo Duarte Gomes

- 43** Las comunidades de Djebel Sirwa (Anti-Atlas, Marruecos): hacia una relación entre hábitat y economía
José María Moreno Narganes, Hacomar Ruiz González, Efraín Marrero Salas, Jared Carballo-Pérez

- 49** Centralidades encaramadas. Ciudades medias de las sierras béticas desde una perspectiva territorial e histórica. Los casos de Estepa y Osuna
Blanca del Espino Hidalgo, Francisco José García Fernández

- 55** Monte Cabeço da Cardo, 226 metros de altitude. Um percurso entre o Mediterrâneo e a faixa atlântica para reconhecimento dos valores do vernáculo
Cláudia de Oliveira Calado Gaspar

ENTRE MONTANHAS ENTRE LES MONTAGNES

- 60** Tagnit n'Abdiy. A arquitetura e a paisagem da região nordeste do Anti-Atlas em Marrocos
Miguel Reimão Costa, Desidério Batista

- 66** Zriba, un village perché du mont Zaghouan (nord-est tunisien)
Meriem Marzouki

- 71** Lecture architecturale, paysagère et culturelle d'un village perché — cas de Takrouna, Tunisie
Ons Najjar, Raja Gzara

- 76** Além da casa sem nome. Novos estudos: Constantina
Vidal Gómez Martínez, Blanca del Espino Hidalgo, María Teresa Pérez Cano

- 82** Manières d’habiter dans les zones montagnardes de la Méditerranée Occidentale: recherches sur les modèles d’habitat traditionnel de Chefchaouen
Leila Harabi

ENTRE FRONTEIRAS ENTRE LES FRONTIÈRES

- 87** “De Marvão vê-se tudo”, assim dizia José Saramago
Jorge de Oliveira
- 94** Topografias dos recintos murados da Pré-História recente do Alto Douro: o caso do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa)
João Muralha, Sérgio Gomes, Ana Vale, Vítor Oliveira Jorge
- 106** Estruturas de fronteira: arquitetura e povoamento em Ribacôa
Maria Isabel Lopes de Mendonça
- 112** Estremoz: assentamento e fronteira
Ana Costa Rosado

ENTRE ÁGUAS ENTRE LES EAUX

- 112** A arquitetura corrente do Baixo Guadiana através da arqueologia: a parcela do edifício dos antigos CTT de Alcoutim entre os séculos XV a XX
Marco Fernandes, Virgílio Lopes, Susana Gómez Martinez, Miguel Reimão Costa, Alexandra Gradim
- 116** La Cittadella di Gozo a Malta: un’acropoli nel cuore del Mediterraneo
Germano Germanò
- 123** *Telhados de tesouro* da Ribeira de Tavira — Modelos e tipologias da casas nobres entre os séculos XV e XVI
Ana Isabel Nascimento Santos
- 128** Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra. Revelar arquiteturas, percursos e horizontes lagunares
Pedro Miguel Mascarenhas de Brito, João Gabriel Candeias Dias Soares
- 134** Os povoamentos alcandorados da cidade de Lisboa em risco
Filipe Mário Lopes

ENTRE TEMPOS ENTRE LES TEMPS

- 139** Arquitetura de adobe em povoações alcandoradas de Portugal
Maria Fernandes
- 142** A aldeia de Prados no Programa de Renovação Rural: apontamentos para uma história das intervenções de reabilitação em áreas rurais no Estado Novo
Vítor Ribeiro
- 149** Identité architecturale et patrimonialisation de l’habitat en Kabylie
Zoulikha Ait-Lhadj, Messaoud Aiche, Miguel Reimão Costa
- 155** Uma ponte construída em taipa — Sobral da Adiça, Moura
Miguel Ferreira Mendes

O MEU OLHAR DESDE OS COCURUTOS EM POVOAÇÕES EMPOLEIRADAS

*Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer,
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...*

Fernando Pessoa, "O Guardador de Rebanhos" in *Poemas de Alberto Caeiro*

Chamamos aqui a poesia porque nos versos se descobre, de quão em vez, a inspiração estimulada pelas propriedades das construções que em pontos excelsos da superfície da terra se acolhem. Mais ou menos atrevidas, em grupo ou, certas vezes também, em singular, as construções empoleiradas em destacados relevos dispersos na paisagem não se acomodam num tempo preciso, nem se associam a uma sociedade bem definida. São de todos os tempos – desde o Neolítico quando o homem elege recolher-se em construções por si erguidas – ou de tempos mais próximos assumindo-se como castelo de reis e senhores, por exemplo. Sidónio Apolinário, o poeta e santo do século V d. C. na descrição de Narbonne (Carmina, XXIII, v. 63-67) precisa que *il y avait dans cette partie de la Gaule un ensemble de villages perchés d'origine romaine aussi bien qu'indigène*.

É por demais conhecido que em destacados relevos, que às vezes de tão escarpados provocam aflição sem fim, em tempos muito pretéritos, se empoleiraram conjuntos de habitações, cercadas por muralhas, simples ou multiplicadas.

Não pode, pois, tomar-se a Idade Média como a marca de aparecimento destas comunidades de altura, nem o pânico de invasões, por si só, justificar o motivo pelo qual terão corrido para se refugiar aí.

E se os tempos não permitem tal conexão, a tipologia também fragiliza esta possibilidade, pois que nem todos os *habitats* empoleirados se associam facilmente a sítios de defesa.

Estes habitats evidenciam várias tipologias e várias técnicas de construção, reportando a cronologias, a climas e a funções distintas.

Se o pastoralismo parece ser a mais imediata das suas funções, a agricultura, a exploração dos recursos da floresta, podem anotar-se como outras das marcas evidentes da relação com o meio ambiente. Aliás, nalguns casos, é em torno de um celeiro, quase sempre coletivo, de uma dependência agrícola, de um local de pernoita do gado, ou de um moinho que nascem estas concentrações de habitações, havendo casos em que o seu desenvolvimento é verdadeiramente especializado. Nalgumas é visível a adaptação da arquitetura das casas à criação de gado, que poderia ocupar o rés do chão por baixo da habitação.

Variam de região para região, sempre numa gramática de funcionalidade em concordância e harmonia com a natureza e o território. Na originalidade, que se reconhece pelo tipo de vida dos seus habitantes, se encontra a característica comum a todas estas povoações diversas.

Em cômoros solitários na planície, em posição de miradouro, descobrimos muitos dos casais romanos na civitas de *Pax Iulia*, sobranceiros às *villae*, localizadas em encostas suaves no seio da propriedade que se estendia por muitos hectares. Os casais (nome que tomámos de emprestado a estruturas medievais para referir um conjunto singular de poucas construções) ocupavam os lugares altos e destacados da paisagem — aquela paisagem que nos dias grandes de verão tem no céu azul forte o horizonte que atravessa o mar e, no outono, quando o céu se agiganta em mais azul e a luz se filtra totalmente e define tão perfeitas as linhas da paisagem que estas parecem perder-se para a direção do mar deixando expostos nos relevos destacados o traço das moradas e a longevidade de quem desses equilíbrios fez o seu lar.

Às vezes, pelos materiais recolhidos, parecia não serem mais que pequenas instalações que serviam de apoio à exploração da propriedade. Casa de pastores e abrigo dos gados que pastoreavam, integram alguns anexos para conforto das actividades desenvolvidas. Mas é sempre a modéstia das construções e dos materiais do cotidiano que os corporizam, tanto no século I da nossa Era como nos séculos da Antiguidade Tardia, que os identifica.

Nenhum exemplo destes locais parece ter dado espaço à construção dos castelos que alguns séculos mais tarde enxamearam as zonas de fronteira e de passagem entre a Espanha e Portugal, pois que estes, apesar de tomarem lugares de larga observação desde seu alcandor, se foram instalar em outros ressaltos topográficos, alguns deles em antigos aglomerados urbanos importantes como a própria capital de *civitas*, *Pax lulia*.

Pax lulia, a cidade actual de Beja, pela sua posição implantada na plataforma de uma colina, a cota que ronda os trezentos metros, no centro de um vasto espaço de pediplanicie que se estende por cotas abaixo dos duzentos metros, singulariza o elemento de distinção da paisagem, impondo-se visualmente de todas as partes do vasto território cumprindo, em bom rigor, todos os preceitos da categoria de aglomerados alcandorados.

O castelo, em cujo recinto se destaca a torre, marca a continuidade de ocupação da cidade, mesmo se despromovida a vila durante uma parte da Idade Média. Os interesses do rei e, por consequência, a segurança do reino recentemente tornado independente, eram mais importantes que as casas arruinadas depois da reconquista. Manter naquele lugar de passagem um ponto de vigilância, bem circundado de muralhas fazia parte de uma estratégia de exploração de recursos que é, também, do ponto de vista das tipologias um critério de identificação das estruturas que as comunidades fabricam para gerir o território.

Demos estes exemplos, mas tantas serão as razões para estas escolhas e outras tantas explicações se podem decidir para tão particular contexto, mas nem o medo, das guerras ou de outros perigos relativos à fraca convivência, nem a busca da luz e do sol, ou outro aspecto do clima, só por si, explicam todos os casos e as longevidades que atravessam esta prática.

Orlando Ribeiro iniciava a magistral obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* assinalando que “Entre a Europa recortada e a África maciça, o Mediterrâneo aparece como um dos traços mais antigos e permanentes da fisionomia humana do Globo. Nesta frase cremos poder ler o perfil geocultural híbrido e complexo desta região do mundo do mar do meio, pautado pela dimensão larga e profunda das edificações que se foram emaranhando ao longo dos tempos.

Neste perfil, por todo o Mediterrâneo, estas povoações surgem com configurações e arquitecturas particulares; marcas profundas do território casam com a paisagem e desenvolvem com a natureza uma relação biunívoca harmoniosa, mediada pelas necessidades de por um lado encontrar sustento e por outro lado assegurar a sustentabilidade.

Atributo antigo deste mar sem fim, as povoações alcandoradas tomam nele a forma de heranças e de dimensão identitária originando narrativas de sustentabilidade e coesão que alimentam uma escrita do território no tempo longo e à dimensão de todas as comunidades que por ele habitaram e haverão de habitar. Em paz.

Maria da Conceição Lopes
CEAACP, Universidade de Coimbra

MEDITERRANEIDADE — O ESPÍRITO DO MEDITERRÂNEO

O meio forma o homem.

Embora a Cultura específica de cada grupo crie diferenças identitárias, e é assim que se formam nações e os povos adquirem as suas características de grupo, há uma formação entranhada nas mentalidades e transmitida pelas gerações que se deve à forma como o meio eco-geográfico, por sua vez dependente das condições telúricas e climáticas, condiciona os seres humanos que nele vivem e actuam.

Quando há uns 5,6 milhões de anos a actividade tectónica rompeu o estreito de Gibraltar, aquele antigo mar interior que se tinha transformado num reduzido lago salgado, quase a extinguir-se, tornou-se no Mar Mediterrâneo que chegou aos nossos dias. Com grandes variações ao longo dos milénios no que respeita a alterações climáticas naturais, com a sequência de eras glaciares e tempos interglaciares, com o que isso se repercutiu nas formações vegetais e faunísticas, o Mediterrâneo foi evoluindo para uma grande unidade geo-ecológica e climática, tornando-se berço das mais brilhantes civilizações humanas do chamado Ocidente.

Quem visita o Mediterrâneo, estando atento à morfologia das paisagens, à composição florística dos matagais e à estrutura, materiais e cores de muitas pequenas e antigas povoações, sente a evidência da unidade espiritual que sempre esteve presente neste cadinho de civilizações e culturas, para além das divergências que outros valores, muitas vezes estranhos ao meio, semearam ao longo dos tempos.

Quando se viaja pelo Mediterrâneo, mais no Ocidental, mas também no Oriental, tem-se a sensação de estar em casa, até as diferenças nos parecem aceitáveis, compreensíveis – eu senti isso no Líbano, ou na Argélia, na Grécia, na Sicília ou aqui ao lado em Marrocos.

Nós, aqui no Sul da Península Ibérica, estamos geograficamente fora da bacia mediterrânica, mas sofremos ainda muito da sua influência climática, florística e sobretudo cultural dos povos que ao longo dos séculos conosco se cruzaram e conosco conviveram.

Nestes tempos conturbados, quer pelas forças terrestres que modificam o clima com a cumplicidade gravosa dos homens quer pelas incompreensões de elites do Poder que se submetem muito mais às influências externas à região do que à consolidação das ligações internas, o que será crucial para o nosso futuro comum será explorar as convergências em direcção a uma verdadeira *mediterraneidade*.

Ao longo do Tempo os povos em volta deste mar guerrearam, criaram arte, cimentaram civilizações, conheceram harmonia e bonomia – o que não invalida a raiva, a vingança, a luta; sobre a mediterraneidade pairam a ideia cósmica dos antigos Egípcios, o espírito grego antigo e a força imperialista dos Latinos, a fúria dos Otomanos – uma profusão de sentimentos que ultrapassa sempre as fronteiras desses povos.

O espírito mediterrânico foi exaltado por muitos pensadores das duas margens e relembro Albert Camus que falava do *nationalisme du Soleil*, que levou Teixeira Gomes a escolher o exílio em Bougie, na Argélia, e que encontrou no filósofo argelino Mohammed Arkoun um acérrimo patrono; esse espírito existe e precisa de ser consolidado.

Apesar de todas as guerras que ao longo dos séculos violentaram as praias e as colinas, também houve tempo e espaço para a talvez maior epopeia civilizacional do mundo – a *paideia* grega, a literacia de Alexandria, o *genius* de Roma, os cadinhos de ideias de Cirene ou de Siracusa; aqui se geraram as três religiões monoteístas que nasceram do mesmo tronco comum e este foi buscar muita inspiração ao mais remoto da Humanidade como em Gilgamesh, o tal que era de Uruk, a “cidade das grandes muralhas”. Religiões que fomentaram desavenças, guerras e levaram a opções políticas divergentes e concepções filosóficas que acabaram por dominar grande parte do mundo e que mostram que a História não se inventa mas se escreve dia-a-dia, e que as ideologias, ao contrário do que alguns proclamam, não são apenas metáforas mas também construções palpantes resultantes da riqueza de opções que o ser humano cultivava no seu âmago.



Cidade romana de Tipasa, na Argélia. O imenso mar azul e a sua cultura milenar.

Cláudio Torres que insistente e cientificamente apoiado tem defendido ao longo da sua profícua vida de trabalho a base da mediterraneidade, escreveu: *A consciência territorial do espaço geográfico é uma constante na tradição clássica mediterrânica.*

Como salientou Mohammed Arkoun a tradição missionária cristã e o proselitismo islâmico são os dois grandes eixos do pensamento mediterrânico que atravessaram todas as culturas deste espaço geo-político, e passo-a-passo estendidos a todas as culturas do mundo – mas foram usurpados por muitos Estados em prol da politização das crenças. Só pela abertura das mentalidades para uma leitura desapaixonada das duas correntes e pela ultrapassagem de erros de apreciação enraizados de ambos os lados será possível chegar ao sucesso do entendimento que está presente nas populações das duas margens do grande mar e a elas é inerente.

Estamos mais uma vez num Tempo de convulsões planetárias e ideológicas que afectam de modo particular o Mediterrâneo, e que nos apanham também a nós, debruçados sobre o Atlântico; mas também Tempo de uma crescente tomada de consciência sobre o destino que a todos nos diz respeito e que pode ajudar a consolidar o espírito da *mediterraneidade* como a grande matriz de todos nós, os povos do Sul!...

Fernando Santos Pessoa
Arquiteto Paisagista



- | | |
|---|--|
| 1 Mértola (Alentejo, Portugal) | 12 Chefchaouen (Rif, Maroc) |
| 2 Matmata (Djebel Dahar, Tunisie) | 13 Marvão (Serra de São Mamede, Portugal) |
| 3 Zraoua (Djebel Dahar, Tunisie) | 14 Castanheiro do Vento (Alto Douro, Portugal) |
| 4 Korbous (Tunisie) | 15 Estremoz (Alentejo, Portugal) |
| 5 Amassine (Djebel Sirwa, Anti-Atlas, Maroc) | 16 Cittadella di Gozo (Malta) |
| 6 Estepa/Osuna (Espanña) | 17 Tavira (Algarve, Portugal) |
| 7 Monte Cabeço de Cardo (Serra de Grândola, Portugal) | 18 Fuzeta (Algarve, Portugal) |
| 8 Tagnit n'Abdiy (Adrar-n-Aklim, Anti-Atlas, Maroc) | 19 Lisboa (Portugal) |
| 9 Zriba (Djebel Zaghouan, Tunisie) | 20 Prados (Serra da Estrela, Portugal) |
| 10 Takrouna (Tunisie) | 21 Ifigha (Kabylie, Algérie) |
| 11 Constantina (Sierra Morena, Espanña) | 22 Sobral da Adiça (Alentejo, Portugal) |

POVOADOS ALCANDORADOS DO MEDITERRÂNEO

Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martinez, Desidério Batista, Vítor Ribeiro

A presente publicação reúne uma seleção de comunicações da segunda edição do Congresso Internacional *Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental* que se realizou em Mértola em setembro de 2020. Tal como na primeira edição, o congresso enquadra-se num projeto que procura aprofundar as competências do Campo Arqueológico de Mértola (CAM), da Universidade do Algarve e do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP) no âmbito do património construído do Mediterrâneo. Neste caso particular, trata-se de uma parceria com as universidades de *la Manouba e Carthage* e com o *Laboratoire d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines* (LAAM), subordinada ao tema da arquitetura doméstica nas áreas de montanha da Tunísia e de Portugal, nos âmbitos da arquitetura, da paisagem, da arqueologia e da história¹.

É neste seguimento que a presente edição do congresso se centrou nas “povoações alcandoradas”, procurando reequacionar, no espaço desta parceria, o que na língua francesa se designa por *village perché*. Entendemos que a expressão “povoações alcandoradas” traduz a relação entre comunidade e território na ocupação de um sítio altaneiro, que remete frequentemente para o imaginário da construção coletiva. A partir dessa relação mais primordial, é uma expressão que evoca um conjunto de manifestações culturais legíveis às diferentes escalas de organização do espaço, desde a casa à paisagem: corresponde, na maior parte dos casos, a um aglomerado denso, que retoma o desenho do lugar natural e sujeita as habitações a sucessivos processos de transformação; e está profundamente vinculado a uma paisagem de recursos limitados e práticas frugais de gestão partilhada das águas, dos solos e da vegetação.

Como é possível confirmar no conjunto de textos que compõem este livro, os povoados alcandorados estão presentes nas diversas unidades de paisagem do Mediterrâneo, das ilhas à planície costeira, das serras de baixa altitude à alta montanha. A sua situação sobranceira é, assim, testemunho da diversidade histórica deste território: porto natural que pontua a navegação à vista; estrutura fortificada numa linha de fronteira; lugar central de uma área de recursos; posição tangente às rotas caravaneiras e aos trajetos da transumância; sítio proeminente sobre a planície ou dissimulado entre vertentes alcantiladas. Pretendia-se que, dando conta desta diversidade, cada uma das comunicações incidisse num caso de estudo em concreto, proporcionando a aproximação sucessiva e a reflexão conjunta durante os períodos de debate do congresso.

É o que ocorre com a grande maioria dos artigos ora publicados. Nalguns casos adquirem uma dimensão territorial, com abordagens da arqueologia da paisagem, da longa duração, das estratégias de defesa, povoamento e exploração dos recursos. Noutros casos, privilegiam a escala do povoado e das construções, considerando a evolução urbana e arquitetónica ou as tipologias regionais da arquitetura doméstica. Por vezes, ensaiam leituras integradas entre disciplinas e entre escalas. Outras vezes acabam por incidir em temas mais específicos ou genéricos de reflexão, alargando o âmbito a vários casos de estudo, unidades regionais ou ao próprio Mediterrâneo.

No seu conjunto, os diversos artigos apresentados retomam a questão relativa aos critérios e ao desenho dos limites do Mediterrâneo. Para além do perímetro da oliveira (que na realidade marca presença em todas as regiões estudadas), importa-nos aqui o espaço mais alargado à transição e à relação histórica com as áreas geográficas próximas, o que é particularmente evidente no extremo ocidental, seja a norte na transição para a região atlântica da Península, seja a sul na região pré-saariana do Magrebe.

Na figura desta apresentação localizamos cada um dos casos de estudo na representação hipsométrica do território, registando a sua relação espacial e altimétrica. Como é evidente, não representam, nem esperávamos que representassem, todas as subunidades geográficas do Mediterrâneo Ocidental, antes estendem o âmbito do projeto, não só a outras regiões de Portugal e da Tunísia, mas também à Argélia, Espanha, Malta e Marrocos. Nesse sentido, esta figura é a representação de um processo em aberto que esperamos que possa vir a contar, em breve, com um número crescente de contributos e de parceiros.

¹ Esta parceria enquadra-se na linha de investigação *Arquitetura e paisagem no Mediterrâneo Ocidental* e dos encontros luso-tunísinos inscritos na componente programática do “Plano de Atividades 2020/2023 do CEAACP (UIDP/00281/2020)”, bem como do projeto *Evolução da arquitetura doméstica nas áreas de montanha do Mediterrâneo Ocidental: estudo comparativo (Tunísia/Portugal)* com candidatura conjunta à linha Cooperação Transnacional Portugal-Tunísia (MESRS / FCT) da *Université de la Manouba* – LAAM / *Université de Carthage* – ENAU / Campo Arqueológico de Mértola / Universidade do Algarve – CEAACP.

ACRÓNIMOS / SIGLAS ACRONYMES / ABRÉVIATIONS

INSTITUIÇÕES INSTITUTIONS

CAM Campo Arqueológico de Mértola

CEAACP Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, UC

CEAU Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, FAUP

CHAIA Centro de História da Arte e Investigação Artística, UE

CITCEM Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, UP

ENAU École Nationale d'Architecture et d'Urbanisme, Université Ibn Khaldoun (Université de Carthage), République Tunisienne

FAUP Faculdade de Arquitetura, UP

FCSH Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IHC Instituto de História Contemporânea, FCSH, UNL

IAPH Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, España

LAAM Laboratoire d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines, Université de la Manouba, République Tunisienne

LMAIM Laboratoire Le Monde arabo-islamique médiéval, Université de Tunis

MESRS Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche Scientifique, République Tunisienne

UAAlg Universidade do Algarve

UC Universidade de Coimbra

UE Universidade de Évora

UGR Universidad de Granada, España

UIK Université Ibn Khaldoun, République Tunisienne

UMMTO Université Mouloud Mammeri de Tizi-Ouzou, Algérie

UNL Universidade Nova de Lisboa

UP Universidade do Porto

UTunis Université de Tunis, République Tunisienne

FONTES SOURCES

AHMM Arquivo Histórico Municipal de Mértola

ANT Archives Nationales de Tunisie

ANTT Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BOE Boletín Oficial del Estado, España

BOJA Boletín Oficial de la Junta de Andalucía, España

JOT Journal Officiel Tunisien

Comunicações
Communications

ÁGUAS DE MÉRTOLA: 2000 ANOS DE ABASTECIMENTO, ARMAZENAMENTO E GESTÃO DA ÁGUA NUM POVOADO ALCANDORADO

Virgílio Lopes

CAM / CEAACP – virgilioamlopes@sapo.pt

Susana Gómez Martinez

CAM / CEAACP / Universidade de Évora

Maria de Fátima Palma

FCT / CAM / CEAACP / Universidad de Granada
tuchapalma@hotmail.com

Cláudio Torres

CAM / CEAACP – geral@camertola.pt

Miguel Reimão Costa

CAM / CEAACP / Universidade do Algarve – mrcosta@ualg.pt

Palavras-chave: abastecimento de água, Guadiana, vila intramuros, cisterna

Introdução

O núcleo antigo de Mértola é expressivamente marcado pela sua situação, entre duas linhas de água que reforçam a posição alcandorada: a nascente, o rio Guadiana, e, a poente, a ribeira de Oeiras. Ao longo de milhares de anos, foram determinantes na sua caracterização topográfica, na defesa militar do sítio e, no caso do rio Guadiana, na sua posição estratégica como pólo nevrálgico dos intercâmbios regionais com o Mediterrâneo, através da navegação fluvial (fig. 1). A viagem até Mértola beneficiava dos ciclos das marés que favoreciam a navegação de vários tipos de embarcações até ao *porto fluvial mais a norte da grande estrada que era o Guadiana* (Torres, 1992, p. 190; Boiça, 1993, p. 47). A ligação ao porto era feita pela Porta da Ribeira que seria um dos acessos mais concorridos para as mulas de carga e aguadeiros que abasteciam a cidade.

Os cursos de água constituíam também uma fonte de abastecimento de água para os seus habitantes. Não é conhecida nenhuma fonte ou nascente de água no interior do espaço amuralhado, o que contribui para a diversidade histórica de soluções e estratégias de captação dos recursos hídricos e de armazenamento de águas pluviais, evidentes. Este aspeto da captação e armazenamento

de água é especialmente relevante se tivermos em consideração as características hidrológicas desta parte do território do Baixo Alentejo, de baixa pluviosidade (cerca de 505 mm/ano), com forte concentração da precipitação nos meses de Novembro a Março, em que num só dia se pode registar 30% da precipitação anual (Climate-Data.org). Este regime torrencial resultou, em diferentes momentos da história, na subida violenta do caudal do rio Guadiana e em grandes cheias, como a dos invernos de 1876 e 1997.

Neste trabalho, analisamos as formas de abastecimento, armazenamento e gestão da água no núcleo antigo da vila de Mértola, através dos vestígios histórico-arqueológicos relacionados com a sua utilização, apresentando, de forma diacrónica, as principais estruturas de captação, e incluindo as estruturas de captação de água da margem direita do rio Guadiana e a Torre do Rio (fig. 2). Do mesmo modo, são caracterizados de forma sumária os principais reservatórios existentes no espaço intramuros e no arrabalde da vila de Mértola, desde as transformações ocorridas no criptopórtico, incluindo a sua adaptação a cisterna, até às cisternas de uso doméstico características da arquitetura vernácula de época contemporânea.



Fig. 1 Vista de Mértola a partir de Além-Rio

1. O sistema de captação de água do Guadiana

Na margem direita do Guadiana, onde se implanta a vila intramuros, era conhecida, a nível do plano de água do rio, a existência de um pequeno túnel e de vestígios de uma plataforma argamassada que parecia indiciar a anterior presença de um tanque. Através de uma campanha de desassoreamento, limpeza e valorização do local, realizada em 1999, foi revelado um complexo sistema de captação de água, que integrava a parte superior de um túnel abobadado e dois poços que poderiam servir de respiradouros. Mais próximo do rio, o túnel é construído com recurso a boa alvenaria, apresentando duas ranhuras na extremidade, onde encaixaria uma comporta que sustinha as águas acumuladas durante a maré cheia. Na aproximação à muralha, abre-se um primeiro poço que desce até ao túnel, sendo envolvido por pequena plataforma de *opus signinum*. A campanha então realizada não permitiu chegar até ao segundo poço, que se encontra escavado na rocha, e que pensamos que comunicaria com o túnel referido.

A hipótese que colocamos é a de esta estrutura poder integrar um complexo sistema de recolha e canalização da água, a partir do rio para o interior das muralhas, onde se localizaria uma cisterna. Esta hipótese é ainda reforçada pelas informações constantes no *Relato de Obras* de Nuno Velho, datado de 1510, que dá conta a *El-Rei* do estado em que se encontravam algumas edificações da vila: *Outro sy, Senhor, neste lanço deste muro esta hua torre, em que esta hua cisterna, que toma agoa do rio per hus canos e he coussa muito boa e ora esta topida [...] porque he grande onra daquele lugar non leixarem perder hua obra tan boa* (Viterbo, 1988, p. 55).

Assim sendo, a comporta seria retirada sempre que se pretendia encher a cisterna, beneficiando da maré alta. Ainda que a presença da cisterna não tenha sido confirmada arqueologicamente, algumas informações orais (mestre Pedro da Costa Fernandes) referem a existência de

um poço na parte virada a sul da casa contígua ao edifício da Câmara Municipal, sustentando a hipótese da existência de um reservatório no interior das muralhas. Os poços intermédios, parcialmente desentulhados, facilitariam a limpeza e permitiriam a ventilação da galeria subterrânea. Implantada no afloramento rochoso, apresenta-se, apesar das cheias, extremamente bem conservada e resistente. No Inverno de 2001, todas estas estruturas acabaram por ficar soterradas, como, de resto, ocorreria ciclicamente no passado, obrigando à manutenção periódica do sistema, de modo a continuar a assegurar a sua utilização. Em termos construtivos são visíveis vários momentos que denunciam diversas alterações ao programa inicial, como ocorreu, por exemplo, com o reforço das paredes do túnel e a subida do bocal do primeiro poço (que já não apresenta o característico *opus signinum* no revestimento da alvenaria de pedra e cal). As técnicas e os materiais construtivos empregues nesta obra são semelhantes aos utilizados no criptopórtico e na Torre do Rio. O conjunto de indicadores apresentados, leva-nos a propor uma datação para esta construção um pouco anterior daquela anteriormente avançada, isto é, finais do século III ou primeira metade da centúria seguinte (Lopes, 2014, p. 169), sendo difícil determinar quando deixou de ser utilizada.

2. A Torre do Rio

Na área ribeirinha, encontramos também uma estrutura monumental que se inscreve na Antiguidade Tardia e é testemunho da importância que a zona portuária adquiria então. De todo o conjunto monumental de muralhas existentes, a Torre do Rio é paradigmática das técnicas construtivas do período tardo-romano. De facto, não se trata unicamente de uma torre, mas de um passadiço constituído por seis pilares e outros tantos arcos (dos quais apenas se conserva a zona do arranque), que se situava entre a Porta da Ribeira e o rio, permitindo, assim, ligar



Fig. 2 Carta das águas de Mértola

1 Sistema de recolha de água a partir do rio 2 Torre do Rio 3 Criptopórtico 4 Cisterna do castelo 5 Cisterna do Largo Luís de Camões 6 Fonte do Largo Vasco da Gama 7 Poço dos Dois Irmãos 8 Nora da Cerca do Convento 9 Cisternas domésticas

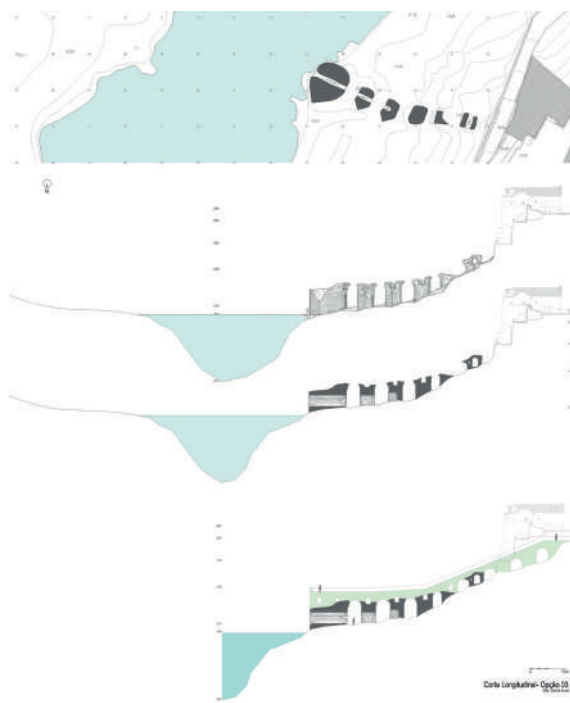


Fig. 3 Torre do Rio, planta, alçados e proposta de reconstituição funcional (desenho de Carlos Alves)



Fig. 4 Vista interior do criptopórtico (Arquivo CAM)

o espaço intramuros ao Guadiana. A sua extensão total corresponde a 47,8 metros que se alarga até 51,3 metros se considerarmos a ligação inevitável à muralha (fig. 3).

A técnica construtiva é análoga à adotada na construção do criptopórtico. Temos, assim, *um terminus ante quem* para a construção do criptopórtico proporcionado pela pavimentação dos espaços com mosaicos, para os quais os paralelos existentes se situam maioritariamente no século VI d.C. A Torre do Rio insere-se num espectro cronológico entre os finais do século III (data posterior à da ara votiva aqui encontrada) e o século VI (limite cronológico atribuído à aplicação dos pavimentos musivos existentes sobre o criptopórtico do complexo religioso de Mértola). Teria uma função defensiva do porto da cidade, de proteção da acostagem e também de acesso ao rio através desta. Mais tarde, durante a permanência islâmica, não terá perdido a função de defesa do porto, mas também poderia ter tido a função de abastecer a vila de água através de uma zona protegida. No desenho de D. Duarte de Armas, de 1509-10, é descrita enquanto [...] *pegões de ponte começados em tempo de mouros* (Almeida, 1943), possivelmente remetendo para a última utilização desta edificação. Estácio da Veiga (1983) e Pavón Maldonado (1993, p. 38) coincidem na opinião de que esta mantinha em época islâmica uma função de torre coraça para abastecer a população de água.

3. O criptopórtico-cisterna

Na plataforma artificial, situada a norte do recinto fortificado, onde o desnível era compensado pelo pano de muralha construída com silharia, foi implantada uma construção subterrânea, designada por criptopórtico-cisterna (fig. 4), que inicialmente constituía um sítio de passagem. A sua existência foi registada no início do século XVI por Duarte de Armas que anota no seu *Livro das Fortalezas* que [...] *aqui esta huã abobada atopida muyto boa* (Almeida, 1943, p. 6). Três séculos mais tarde, Estácio

da Veiga faz referência à parede exterior do criptopórtico, dizendo [...] *manifestar-se no revestimento externo várias pedras, incluindo belos mármore, que bem significam haver pertencido a nobres edificios* (Estácio da Veiga, 1983, p. 78).

Os trabalhos de escavação levados a cabo no interior desta estrutura pelo Campo Arqueológico de Mértola, em finais da década de 1970, revelaram uma galeria com um papel essencialmente estrutural, de contenção e suporte da plataforma de implantação do *forum*. Assim, no lado norte, para suportar maiores pressões numa amplitude mais vasta, o desnível era compensado por um criptopórtico de 32 metros de comprimento, com largura e altura médias de, respetivamente, 2,70 e 5,80 metros (Torres & Oliveira, 1987, p. 618). A feição assumidamente militar do conjunto galeria-criptopórtico e muro-exterior não parece suscitar dúvidas.

Mais tarde, o criptopórtico foi redimensionado e sofreu um programa de obras que lhe modificou as funções, reconhecendo-se dois momentos distintos: um primeiro, em que são erguidas as paredes do criptopórtico; e outro posterior, em que ambos os topos são fechados. Após o seu redimensionamento, o pavimento e a parte inferior das paredes (até uma altura entre 1,50 e 1,70 metros) foram revestidos por uma sólida argamassa impermeável, tipo *opus signinum*, sendo simultaneamente entaipadas as quatro *seteiras* ali presentes com o evidente propósito de converter o espaço numa cisterna com 138 m³. Esta intervenção deverá ter ocorrido entre finais do século IV ou início do V, em data não muito distante da sua construção inicial (Macias, 1996, p. 53). A hipótese que colocamos enquadra a adaptação do criptopórtico a cisterna como coetânea da construção do complexo batismal. Esta hipótese assenta no facto de, no muro sul da galeria porticada, em ambas as extremidades, existirem duas aberturas rasgadas nos muros e que deveriam constituir o remate de um sistema de algerozes que recolhia a

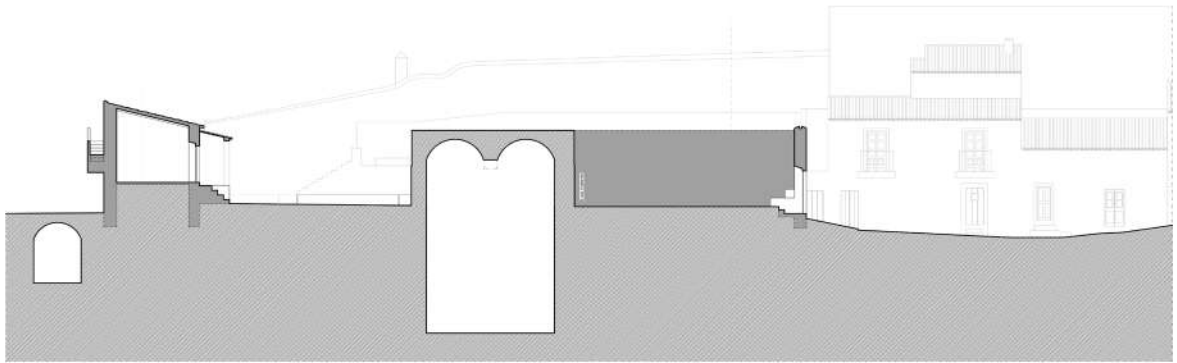


Fig. 5 Cisternas da Rua Latino Coelho 2 e da Casa Cor de Rosa (desenho de Carlos Alves)

água das chuvas provenientes dos telhados dos edifícios da plataforma superior. O modo como estas aberturas foram escavadas nos muros, perfurando a abóbada do criptopórtico, sugerem tratar-se de um momento posterior de adaptação do espaço a cisterna.

Durante a época islâmica, o criptopórtico perdeu, em data indeterminada, a função de cisterna e passou a ser um local de lixeira e também um local de desaguado direto da rede de saneamento doméstico (como são exemplo as casas III e IV do bairro da Alcáçova), que romperam os restos dos muros tardo-antigos com canalizações que aí vão desaguar. Contudo, o sistema de saneamento básico mais utilizado, neste período, constituiu a abertura de fossas sépticas na rua, contíguas às latrinas das casas. Para esta época ainda não encontramos elementos arqueológicos de captação ou armazenamento de água. Os pequenos tanques situados no centro dos pátios das casas, que poderiam recolher as chuvas provenientes dos telhados inclinados para o centro do pátio descoberto e armazenar pequenas quantidades de água úteis ao uso quotidiano, na realidade funcionam como fossas drenantes, escoando sem dificuldade os aportes pluviais.

4. A cisterna do Castelo e a cisterna do Largo Luís de Camões

O Castelo beneficia estrategicamente do cerro mais alto do promontório da vila intramuros (cota em torno de 86 metros) dominando as encostas de declive acentuado: a primeira voltada à ribeira de Oeiras, a poente, e a segunda ao rio Guadiana, a nascente. Este cerro foi, com toda a probabilidade, ocupado desde a Pré-história recente. A sua condição defensiva estava dependente da presença de água, que, à falta de nascentes, teria que ser recolhida e armazenada em cisternas. Em qualquer caso, as únicas referências a este tipo de estruturas datam apenas do século XVI. A cisterna aparece claramente desenhada por Duarte de Armas que a representa, em 1509, com planta quadrangular de 4 varas (aproximadamente 4,4 metros) e uma boca. Mais incerta é a data da sua ampliação, que no auto de 1535 já surge referida com dois bocais e forma retangular, como, de resto, se apresenta nos dias de hoje (Boiça & Barros, 2013, p. 115): com 10 metros de comprimento por 4,5 m de largura e 4,2 m de profundidade, escavada na rocha, e coberta por abóbada de berço apoiada em três arcos suportados por pilastras.

À cota mais baixa, também a Praça Luís de Camões é caracterizada pela presença de uma cisterna pública, junto à Casa dos Azulejos, cuja integração beneficia do propósito de nivelamento deste espaço. Na sua parte norte, em linha paralela à Casa dos Azulejos, podem ver-se os dois bocais de forma retangular que se encontram atualmente tapados. São constituídos, ao nível do pavimento, por blocos de mármore, de granito e calcário, certamente reutilizados de construções anteriores. Num passado recente, foi possível

entrar nesse espaço, onde se verificou a presença de duas salas entulhadas, que comunicavam entre si, orientadas no sentido nascente-poente. As duas salas possuem abóbadas de berço, construídas com lajes de xisto, não sendo perceptíveis os orifícios de entrada das águas pluviais. O tipo de aparelho e os materiais empregues nas abóbadas assemelham-se aos utilizados no criptopórtico e na Torre do Rio. Os espaços interiores da cisterna encontram-se entulhados quase até ao topo, apontando-se para uma capacidade situada em torno dos 350 m³, o que, a confirmar-se, converteria esta na maior cisterna da vila.

Até ao século XX, a vila nunca foi dotada de uma rede de águas pluviais, correndo estas pelo eixo das calçadas, desde o Castelo até à parte baixa da vila. Um dos locais intramuros de maior concentração destas águas corresponderia, precisamente, ao Largo Luís de Camões, onde seriam conduzidas para a grande cisterna aí existente. As águas excedentes seriam, por sua vez, conduzidas para o exterior da muralha, desaguardo seguidamente no rio Guadiana, como ainda hoje acontece com uma boa parte delas.

5. Os poços e a fonte da Vila

Para o seu próprio abastecimento, a população preferia, naturalmente, a água recolhida dos lençóis freáticos através dos diversos poços existentes na envolvente da vila. Para tal, contava com o poço Velho, que servia também de lavadouro, situado no sopé do Cerro das Neves, com o poço Novo na zona norte que estava associado a uma grande nascente, bem como com a fonte da Murtalheira, referenciada em documentação de 1685 (AHMM, 1685, fls. 75v-77), na margem esquerda da Ribeira de Oeiras, e com o poço do Tamuje na margem direita do rio Guadiana. Estas antigas captações estavam localizadas fora do recinto amuralhado e na parte norte da vila, acrescentando-se ainda, a sul da vila, na margem direita da ribeira de Oeiras, o poço dos Dois Irmãos. Todas estas estruturas são de difícil datação, mas teriam sido usados em longos períodos, tendo alguns deles servido até aos nossos dias como é o caso do poço dos Dois Irmãos.

A água terá sido sempre aqui um bem precioso e de gasto comedido, pois o seu fornecimento e transporte eram difíceis. Nalgumas fotografias de meados do século XX, ainda é possível ver o modo como a água era transportada até às casas, em bilhas de barro ou cântaros de metal. Este era um trabalho realizado, sobretudo, pelas mulheres que se colocavam em fila, junto à fonte, à espera da sua vez para encher o seu recipiente. A fonte que fornecia a população intramuros (antes da execução da rede pública de abastecimento de água) situa-se no largo Vasco da Gama, dispondo apenas de duas bicas. Segundo a população, esta água provinha do poço dos Dois Irmãos, já referido, associado a uma grande nascente com um reservatório (hoje transformado em casa).

Ainda que relacionado, em grande medida, à produção hortícola e às culturas regadas, merece também especial menção a nora da cerca do convento de São Francisco fundado em 1612, a sul da foz da ribeira de Oeiras. Esta nora localizava-se na parte ocidental da propriedade, a partir da qual era organizada a rega dos vários talhões a nascente, através de um bem conservado sistema de levadas. A nora de planta quadrangular apresenta interessante galeria do piso inferior, com oito tramos abobadados (de berço e vela) em redor de vão central aberto para a característica engrenagem da nora de eixo curto. Datada possivelmente do século de setecentos, esta estrutura é identificada enquanto casa da “nora de água nativa” dentro da “cerca maior”, onde também são referidas as terras de hortejo e lavoura e a presença de oliveiras, amendoeiras, nogueiras, laranjeiras azedas e azinheiras (ANTT, 1838).

6. As cisternas das casas abastadas

O núcleo antigo de Mértola é caracterizado ainda por um conjunto relevante de cisternas privadas que recolhem as águas pluviais dos telhados e eirados das casas localizadas quer na vila intramuros (em especial na área sul) quer no arrabalde da Vila. De um modo geral, as cisternas faziam parte dos quintais, mais ou menos extensos, das casas apalaçadas. É possível reconhecer uma relativa correspondência entre a presença de cisternas e as casas abastadas datáveis de um período que se estende da primeira metade do século XIX ao início do século XX (Costa, 2015, p.152). Estas casas dotadas de logradouro correspondem a parcelas de dimensão considerável, no contexto urbano, por vezes resultantes da anterior combinação de propriedades mais pequenas. Por vezes, este logradouro restringia-se a um pequeno “quintal de ladrilho” que, noutros casos, era acompanhado por um “quintal de terra”, admitindo algumas culturas hortícolas a que a cisterna poderia estar associada.



Fig. 6 Cisterna em casa intramuros



Fig. 7 Cisterna em casa no arrabalde da Vila

De um modo geral, trata-se de estruturas abertas no afloramento xistoso, de paredes impermeabilizadas, cobertas com abóbadas e bocais executados com tijolo maciço. Poderão corresponder, no entanto, a situações diversas de implantação, escavadas em profundidade, ou simultaneamente integradas na complexa volumetria de muros de suporte e terraços que marcam a adaptação à topografia de declives acentuados da vila (fig. 5). Do mesmo modo, o processo de extração da água poderia parecer associado a soluções bastante distintas: restringindo-se ao poço simples de planta quadrada (como na casa na rua Latino Coelho 2, com inscrição de 1858 na chaminé) ou planta circular (como nas casas do n.º 9 e do n.º 11 da mesma rua); ao poço complexo incluindo pórtico para polia, tanques e outras estruturas adjuntas (como na casa das Janelas Verdes, na rua Manuel Francisco Gomes, com data de 1809 inscrita na chaminé); ao poço ao centro de eirado, de expressão cenográfica, delimitado por muretes, poiais e alegretes (como no caso da casa na rua Elias Garcia 2) (fig. 6); com acesso a partir de vão aberto no muro lateral (como na casa Cor de Rosa, cuja cisterna, parcialmente construída sob a rua Latino Coelho, se distingue das demais dada a sua maior profundidade e capacidade correspondente a 167 m³); ou ainda com duplo acesso através de poço à cota superior e vão no muro lateral à cota inferior (como na casa da rua 25 de Abril, Arrabalde da Vila, onde são visíveis os arcos torais e a abóbada de berço em tijolo maciço) (fig. 7).

Conclusão e algumas questões em aberto

A caracterização dos sistemas de recolha, armazenamento e abastecimento de água da vila de Mértola remete para uma grande diversidade de soluções que têm, como é evidente uma expressão diacrónica. A cidade portuária de *Myrtilis* deve ter sido dotada de termas públicas, possivelmente localizadas na parte baixa da vila, no enfiamento, da estrutura de captação de água a partir do rio Guadiana. Na parte alta, no complexo religioso, o armazenamento das águas pluviais fazia-se para o interior do criptopórtico, entretanto redimensionado, e convertido em cisterna. Não é hoje possível saber se o sistema de captação de água do rio Guadiana estaria ainda operacional a partir da Antiguidade, uma vez que, apesar da sua solidez, a construção estava à mercê das sucessivas cheias que o tornavam inoperacional. No entanto, o facto de ser conhecido, com algum detalhe, no início do século XVI, faz-nos pensar que não seria desconhecido e que teria sido utilizado ao longo da Idade Média. Do mesmo modo, a Torre do Rio estaria ainda em pé, sendo possível aceder facilmente ao plano da água através do seu tabuleiro.

Não contamos com evidências bem datadas que permitam determinar como seria abastecida a cidade em época islâmica ou qual o momento em que o criptopórtico-cisterna foi abandonado e entulhado. A deposição, seguindo o ritual islâmico, de um conjunto de esqueletos na camada de limos de decantação de águas no fundo do reservatório permite deduzir que ainda estaria em uso nessa altura, difícil datar em termos absolutos. O reservatório parece ter sido entulhado de forma rápida, com materiais provenientes, talvez, de uma lixeira, em data próxima à construção do bairro almóada por volta de meados do século XII. Mais certezas temos sobre os métodos de armazenamento de água no interior das casas deste último período. Em cada casa do bairro almóada da Alcáçova, foram encontrados fragmentos de talhas que, a julgar pelos depósitos de calcário que muitas delas apresentam no interior, serviam para armazenamento de água. Frequentemente estariam instaladas sobre suportes que recolheriam a água que ressumava das suas paredes porosas tornando as talhas enormes filtros (Gómez, 2014, pp. 91-94).

Nesta época, as talhas costumavam apresentar uma complexa decoração estampilhada, de pequenos motivos profiláticos organizados em bandas horizontais, que repetem sempre o mesmo tema ornamental, como uma litania apelando à proteção divina e atestando a grande importância da água no seio do lar. Nos pátios destas casas da Alcáçova, encontram-se canteiros aproximadamente retangulares que em alguns momentos foram interpretados como tanques de água à semelhança das fontes dos afamados palácios da Alhambra. No entanto, todos estes canteiros funcionam como fossas drenantes das águas pluviais que os telhados das águas das casas vertiam para o pátio e teriam, certamente, um uso mais ligado ao cultivo de plantas medicinais e aromáticas e pequenos árvores ou trepadeiras que dessem frutos e sombra ao pátio no verão.

Como é possível concluir a partir das diversas estruturas descritas, a recolha e abastecimento de água está associado, na história de Mértola, a soluções bastante diferenciadas, desde as águas do rio e das águas pluviais, às águas subterrâneas.

O abastecimento direto a partir do rio seria sempre o último recurso. A sua qualidade está sempre dependente do volume de água que corria desde montante e em anos de seca, a subida da maré tornava, e torna ainda, estas águas impróprias para o consumo e para a rega das hortas ribeirinhas.

A recolha das águas pluviais para abastecimento doméstico tende a constituir também uma solução de recurso. Depois da importância histórica das cisternas públicas, a emergência das cisternas individuais, parece ocorrer apenas a partir da transição da época moderna para a época contemporânea, como, de resto, ocorre noutros territórios. É também essa a interpretação das várias cisternas privadas existentes na vila associadas às características das respetivas casas, considerando os seus elementos de datação. No entanto, não poderemos excluir a hipótese de, pelos menos nalguns casos, algumas dessas cisternas corresponderem a estruturas mais antigas que as diversas campanhas de obras conservavam nas novas habitações.

De um modo geral, as águas das cisternas poderiam servir usos diversos e por vezes seriam complementadas pelas águas dos poços e das fontes. Como é evidente, estas seriam sempre, à partida, as águas preferidas para o consumo doméstico. Mas numa região com baixos índices pluviométricos, como os que caracterizam o sudeste alentejano, e num povoado alcandorado, marcado pela importância da sua posição defensiva, a história da água deixa ainda muitas questões por revelar.

Bibliografia

- Almeida, F. (1976). "As ruínas da chamada ponte romana de Mértola (Portugal)". *Madrider Mitteilungen*, 17, pp. 295-300.
- Almeida, J. (1943). *Livro das Fortalezas de Duarte De Armas*. Lisboa: Império.
- AHMM [Arquivo Histórico Municipal de Mértola] (1685). *Tombo dos Bens e Propriedades do Concelho de Mértola*.
- ANTT [Arquivo Nacional da Torre do Tombo] (1838). *Descrição dos Bens de Raiz [do convento de Mértola]*.
- Barros, M. F., Boiça, J. & Gabriel, C. (1996). *As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva — As Visitações e os Tombos da Ordem de Santiago 1482-1607*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Boiça, J. (1993). "Topografia Histórica de Mértola". *Arqueologia Medieval*, 3, pp. 47-59.
- Boiça, J. & Barros, M. F. (2013). *O castelo de Mértola*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- CLIMATE-DATA.ORG [s.d.]. Clima Mértola (Portugal). Disponível em <https://pt.climate-data.org/europa/portugal/mertola/mertola-26133/> [Acedido a 13 de junho de 2020].
- Costa, M. R. (coord.) (2015). *Mértola. A arquitetura da vila e do termo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Gómez Martínez, S. (2014). *Cerámica Islámica de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Lopes, V. (2014). *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV-VIII)*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Huelva. Disponível em <http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/8053> [Acedido a 13 de junho de 2020].
- Macias, S. (1996). *Mértola islâmica: estudo histórico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Pavón Maldonado, B. (1993). *Ciudades y fortalezas lusomusulmanas: crónicas de viajes por el sur de Portugal*. Madrid: ICMA.
- Torres, C. (1992). "Povoamento antigo no Baixo Alentejo: alguns problemas de topografia histórica". *Arqueologia Medieval*, 1, pp. 190-198.
- Torres, C. & Oliveira, J. C. (1987). "O criptopórtico-cisterna da Alcáçova de Mértola". *II Congreso de Arqueología Medieval Española* (T. II). Madrid: Comunidad de Madrid, pp. 617-626.
- Estácio da Veiga, S. (1983). *Memórias das Antiguidades de Mértola*. Edição fac-similada de 1880. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda/Câmara Municipal de Mértola.
- Viterbo, S. (1988). *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses* (vol. 1). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

LE GÉOMORPHOSITE CULTUREL DE MATMATA (SUD-EST TUNISIEN): PAYSAGE ET HABITATS TROGLODYTIQUES

Nouri Boukhchim

LMAIM, Université de Tunis (République Tunisienne)
boukhchim.nouri@gmail.com

Mots clés: géomorphosite culturel, géoarchéomorphosite, Matmata, habitat troglodyte

Introduction

La chaîne montagneuse du sud-est de l'actuelle Tunisie est un vaste croissant montagneux qui s'étend de Jebel Matmata au nord jusqu'aux frontières tuniso-libyennes au sud. C'est un massif montagneux connu par son héritage géologique et ses formes géomorphologiques qui le distinguent dans le paysage entre une plaine côtière à l'est et les dunes du grand Erg oriental vers l'ouest. L'originalité de cette région montagneuse se manifeste, aussi, par son peuplement berbère et par les différents types d'habitations troglodytiques développées depuis des siècles sur le plateau Matmata-Dahar. Matmata est un site fortifié qui occupe une position stratégique dans la partie septentrionale de cette chaîne montagneuse. Les caractéristiques géomorphologiques actuelles de Matmata et de ses environs résultent d'une longue histoire géologique. Il s'agit d'un espace qui regorge plusieurs géomorphosites, tel que le plateau couronné par une corniche épaisse et découpé en lanières, buttes et collines. Il comprend également les cuvettes et les vallées qui ont reçu des couches du limon consolidé avec le temps sur lesquelles la population berbère a construit un habitat troglodytique en profondeur et des aménagements hydro-agricoles originaux. L'impact de l'Homme dû à l'occupation successive sur ce géomorphosite a remodelé et transformé le site de Matmata en un géomorphosite culturel qui présente une symbiose entre un patrimoine géomorphologique et un patrimoine culturel (Reynard & Giusti, 2018).

Cette étude vise à présenter des données historiques, archéologiques et patrimoniales s'ajoutant aux études géologiques et géomorphologiques faites sur la région

(Ben Fraj & *al.*, 2019) et qui font de Matmata un géoarchéomorphosite afin de pouvoir mettre en évidence son intérêt dans la compréhension de l'histoire générale du Dahar et comprendre le milieu naturel et son aménagement à travers l'histoire.

1 - les citadelles (*galâa*): un élément de peuplement et de contrôle du territoire

Depuis la Préhistoire (Taïeb & Ballais, 2010) l'Homme a profité de ce relief pour s'installer et s'adapter aux facteurs naturels (géologiques, géomorphologique et climatiques) pour créer des citadelles, des villages, des *ksour* et des habitations. Le massif de Matmata (la partie septentrionale de cette montagne) est composé d'une épaisse série de couches géologiques formées de calcaire, argile, marne et gypse. L'âge de ces couches géologiques, riches en fossiles marins, remonte à l'Ère Secondaire, au Crétacé supérieur (Coniacien-Campanien), il y a 88 à 72 millions d'années. Elles se terminent au sommet par une dalle calcaire massive épaisse d'environ une dizaine de mètres qui forme la corniche de la *cuesta* (Ben Fraj *et al.*, 2019 pp. 53-68). L'Homme a exploité cet héritage géologique pour construire ses agglomérations perchées sur des sites défensifs. Dans tout le Dahar, les sites qui ont résisté à travers les siècles sont ceux qui ont réussi à choisir le meilleur site défensif, c'est le cas de Matmata.

Le site de Matmata est formé par quatre citadelles positionnées sur des buttes perchées à une altitude qui varie entre 515 et 520 mètres d'altitude. Ces citadelles naturelles sont coiffées par des constructions à caractère défensifs et des grottes pour un habitat qui va s'améliorer en un village perché habité par les berbères (Laouata, Haouara, Zanata) qui occupent la montagne depuis l'Antiquité (Modéran, 2003; Lassère, 2015; M'charek, 2015 & M'charek, 2019). Depuis le Moyen Âge, Matmata, la fameuse tribu berbère s'est installée partout dans le Maghreb, y compris dans les montagnes sud de l'Ifriqiya (Ibn Khaldûn, 2011, vol. 11; Ibn Shahinshah Al-Ayyubi, 2005; Lewicki, 2012). Vers l'est, on trouve une citadelle composée de deux sites: *El-Galâa* (la grande citadelle) et *El-Gliâa* (la petite citadelle sous forme d'un village). Au sud et au sud-ouest, trois citadelles sur une ligne de crêtes abritant une série de fortins construits sur les sommets des buttes parfaitement intégrées dans le paysage. Ces fortins ont un caractère militaire, ils sont construits en pierre

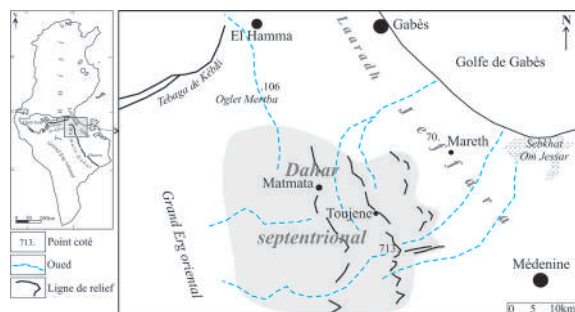


Fig. 1 Carte de localisation de la région d'étude (Ben Fraj *et al.*, 2019).

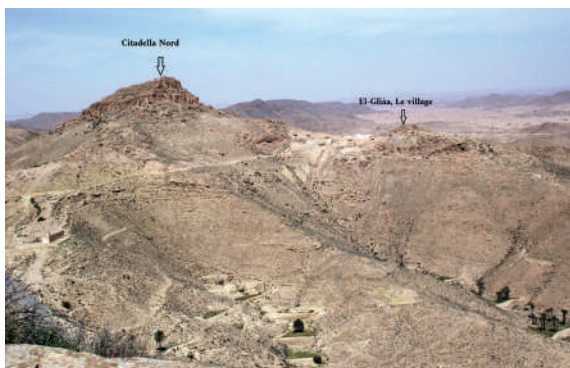


Fig. 2 Citadelle nord de Matmata



Fig. 3 Le village à El Gliâa

locale dont la hauteur des murs dépasse 2 mètres, dotées de meurtrières permettant de contrôler tout l'espace et défendre la citadelle. Des sentiers aménagés en marches protégés des deux côtés par des murs de parapets élevés à presque 1,5 mètres de chaque côté permettent d'escalader le versant et d'atteindre les sommets.

La topographie du plateau de Matmata-Dahar offre un système de buttes successives sur lesquelles d'autres citadelles, des tours et des *Margueb* ont été édifiés pour contrôler tout le territoire ; vers l'est jusqu'à la mer et vers le sud (le prolongement vers Jebel Demmer), vers le nord et l'ouest Matmata communique avec les autres sites défensifs qui jalonnent les escarpements de cette partie septentrionale de Jebel Dahar, ce qui laisse penser à un système de mobilisation et de défense collective (Hassen, 2015, pp. 73-95). Quelques ruines sur les éperons peuvent retenir l'attention par leur altitude et leur emplacement stratégique dans le système défensif de tout le massif durant son histoire. Les premiers berbères, les romains, les tribus installées sur ce plateau depuis la fin de l'Antiquité ont laissé des points de contrôle, des greniers collectifs et d'anciens villages-refuges en grande partie troglodytes (Trousset, 1974; Boukhchim, 2019).

Le choix de perchement dans cette région montagneuse est déterminé par l'insécurité qui régnait dans la région durant des siècles. Les habitants de Matmata ont cherché donc un site défensif tout en assurant l'approvisionnement en eau dans une source naturelle à Aïn *El-Gattara* en contre bas de la citadelle et de quelques terrasses cultivées. Installés au début sur les sommets des buttes, les habitants vont occuper progressivement les versants tout en créant des séries de grottes. Un village est créé à *El Gliâa* qui correspond à une agglomération à forte concentration de ruines considérée comme le centre de gravité de Matmata. Dans l'une de ses grottes, une inscription en relief trouvée dans une *Ghorfa* dans un contexte décoratif qui contient des représentations d'un décor animalier, donne la date de 509 Hégire/1115 AD (Boukhchim, 2017a; Boukhchim, 2017b). A *El Gliâa* on reconnaît également les vestiges d'une mosquée en ruine ainsi que des huileries souterraines.

Ce noyau d'occupation s'est avéré progressivement trop étroit pour accueillir toute la population. Cette situation a obligé les habitants d'occuper tout le versant est d'*El Galâa* dans un premier temps, et d'installer, dans un deuxième temps, le village dans la cuvette au bord du ravin, situé entre 340 et 380 mètres d'altitude, qui forme les limites orientales de la cuvette de Beni Aissa-Matmata où les dépôts de sables fins et du limon (læss) permettent de creuser verticalement. Cependant, les habitants vont continuer à exploiter les citadelles comme lieux de refuge

et de contrôle. Une mosquée a été fondée dans le nouveau village sous le nom de Djamaâ Lâadhem, la grande mosquée. La date exacte de la création du nouveau village est difficile à fixer avec précision. Dans un article qui date des débuts du XX^{ème} siècle, un officier français écrit: *Nous pouvons donner une date approximative à cette création, car le premier soin des habitants de ce nouveau village fût de bâtir une mosquée, qui existe encore aujourd'hui sous le nom de Djemâa Laadhem, "la grande mosquée", au milieu du village, et dont la construction remonte exactement à 311 années lunaires* (Menouillard, 1912, p. 26). D'après ce témoignage, la création du nouveau village dans la cuvette à une altitude d'environ 340 à 380 mètres s'est effectuée à partir du X^{ème} siècle (311 Hégire/923 AD).

La cuvette de Matmata-Béni Aissa a été creusée par l'action érosive du ruissellement à partir de la fin de l'Ère Secondaire, il y a environ 65 millions d'années et s'est prolongée durant toute l'Ère Tertiaire et Quaternaire. Elle sera remplie, au cours de plusieurs périodes de l'Ère Quaternaire, par des sables fins et limons transportés par le vent à partir des régions désertiques à l'ouest. Dans ces dépôts qui dépassent en plusieurs endroits 20 mètres d'épaisseur s'est développé un ravinement intense qui offre aujourd'hui le paysage exceptionnel de Jebel Matmata (Ben Fraj *et al.*, 2016, pp. 53-68). Les espaces d'interfluve sont exploités pour le creusement des maisons troglodytiques en profondeur tandis que les fonds des ravins sont exploités par les habitants pour développer des aménagements hydro-agricoles qui sont les *Jessour* (Ben Ouedou, 2000). Ces dépôts de sables fins et limons accumulés ont encouragé les habitants à changer leur mode de vie en quittant progressivement les éperons et les sites défensifs pour s'installer dans des villages dans les cuvettes et les vallées. L'habitat regroupé, condensé et compact dans les citadelles de Matmata va s'éclater en donnant naissance à des petites

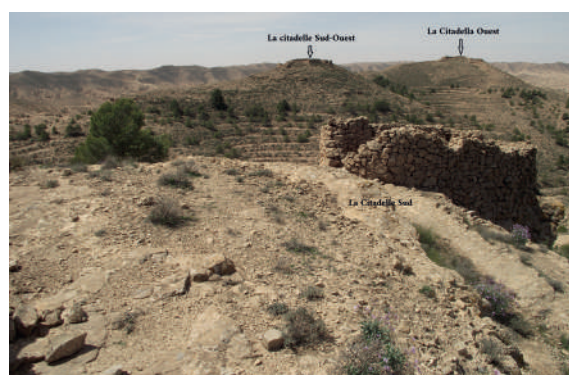


Fig. 4 Les citadelles sud et sud-ouest de Matmata



Fig. 5 La cuvette de Matmata

agglomérations. On peut dire que ce mouvement de descente s'est effectué dans des moments de paix où les berbères ne craignaient pas des incursions. Les fractions de Matmata vont acquérir tout l'espace exploitable sur le plateau de Matmata-Dahar. La conséquence directe de cette fragmentation de la tribu est la naissance de nouveaux villages troglodytes "vertico-latéraux" en exploitant les terres dans les ravins pour créer des jessours; d'où la naissance de villages comme Téchine, Hafi Rasa Zriba et Hafsa dans la cuvette Matmata-Téchine et Béni Seggane dans la cuvette Haddej-Zegrarine et Châabet Smaâla (Boukhchim, 2019). Le plateau du Dahar septentrional offre des cuvettes et des vallées qui vont être exploitées par les montagnards pour peupler les coins les plus reculés de ce massif. Le même modèle est appliqué dans d'autres sites à Jebel Matmata avec des spécificités de chaque site. On trouve parfois une série d'agglomérations appartenant à la même fraction de tribu, ce qui témoigne des déplacements permanents et périodiques des habitants en s'adaptant aussi bien aux conditions naturelles qu'aux exigences de la sécurité dans la région (Boukhchim, 2017c).

2 - L'habitat troglodytique latéral

L'habitat à Jebel Matmata se caractérise par la densité de ses villages qui utilisent des espaces réduits sur les lignes de crêtes, les sommets et les versants. Dans des agglomérations compactes s'adaptant avec les contraintes naturelles topographiques des flancs et des buttes, les habitants ont excavé des grottes et construit des maisons de pierres étagées donnant à ces villages un aspect complexe. Sur les versants des citadelles de Matmata, les habitants ont creusé, en contrebas de la corniche, des grottes d'habitations excavées latéralement dans les binômes des couches géologiques. Ces grottes (singulier *ghar*, pluriel *ghiran*) ne présentent pas toujours un plan régulier; elles se composent de deux ou trois espaces sans une cour centrale. Pour éviter l'effondrement, de larges piliers au milieu de l'espace intérieur des grottes et des murs épais jouant le rôle de cloison entre les compartiments de la grotte sont laissés au moment de creusement. La

répartition des espaces intérieurs du *ghar* (cave ou grotte) dépend des besoins de la famille, du nombre de ses membres et des conditions naturelles (la nature de la roche contrôle souvent la façon dont les grottes sont construites). Les dimensions de l'entrée de la grotte sont toujours réduites pour maintenir la fraîcheur à l'intérieur dans une région extrêmement ensoleillée et préserver l'intimité des membres de la famille. L'entrée donne directement sur un espace central réservé pour les activités journalières et/ou comme une cuisine. Cet espace est succédé, le plus souvent, par deux à trois espaces excavées au fond utilisés comme des chambres à coucher et pour le stockage des denrées. Les pièces sont prolongées par de petites grottes surélevées creusées au fond ou sur les parois qui servent de "placards" pour les objets précieux. Parfois on trouve des grottes qui communiquent entre elles avec des trous permettant aux femmes de circuler sans être vues et de passer ou demander des repas et des objets.

La formation géologique des binômes de faibles épaisseurs dans le Dahar septentrional ne permet pas de développer un habitat troglodytique latéral bien aménagé avec beaucoup de pièces comme c'est bien le cas dans les villages de Chénini, de Douiret ou de Guermassa (Louis, 1975; Boukhchim *et al.*, 2017; Ben Fraj *et al.*, 2019, pp. 83-86). La nature des roches tendres dans la partie sommitale du versant rend les grottes éparpillées dans l'espace du versant sans alignement et ne sont pas creusées sur des rangées en enfilades comme c'est le cas au Dahar méridional. De point de vue espace intérieur, ces grottes horizontales dans les citadelles de Matmata, sont aussi moins développées que celles de Jebel Demmer.

3 - Les habitations troglodytiques "vertico-latérales" à Matmata

Le village troglodytique de Matmata avec ses demeures excavées en profondeur dans le sol formé de sable argileux dans la cuvette constitue une étape importante dans l'évolution du site et de l'histoire de son peuplement. Ce type de maisons enterrées est considéré comme une particularité de la région de Jebel Matmata (Louis, 1968, p. 33-60; Ben Quezdou, 2001; Boukhchim,



Fig. 6 Une grotte latérale dans la citadelle

2019). La présence d'épais dépôts de sables fins durcis comblant la vallée de Matmata-Béni Aïssa a offert à la population un contexte favorable au creusement des habitats et à la construction d'édifices admirables (habitations, huileries et même des monuments religieux). Le paysage lunaire créé par la multitude de cratères donne à ce site un aspect exceptionnel. Une succession de puits, séparés par des lanières de terre de dimensions variables, constitue les demeures creusées par les habitants dans l'espace du ravin tout en constituant le noyau historique réparti en plusieurs quartiers. Le nombre actuel de maisons est le résultat d'une évolution permanente du site. D'ailleurs, quelques *houchs* (maisons traditionnelles) sont encore partiellement en usage par la population et témoignent d'un mode de vie adopté par les habitants jusqu'à nos jours.

Le problème de l'origine de ce modèle d'habitation est toujours posé. L'habitat troglodytique est certainement très ancien, il trouve ses origines dans les traditions développées par le premier Homme qui a commencé l'aménagement du milieu. Les conditions géographiques peuvent être des facteurs ayant encouragé à adopter ce genre d'habitat. Car, ces grottes donnent des avantages climatiques non négligeables dans un climat marqué par une chaleur estivale souvent très élevée. En effet, les maisons troglodytes présentent un micro-climat frais en été et convenablement tiède en hiver. S'ajoute à cela les conditions géologiques où l'abondance des dépôts de sables fins et limons et la possibilité d'excaver facilitent les possibilités d'extension de la maison, et ce en ajoutant des pièces en cas de besoin. Le génie humain se manifeste dans la capacité de conjuguer ces facteurs avec les besoins et le savoir-faire des berbères pour créer un habitat commode, solide, extensible, moins cher et bien sécurisé. Ce type de maisons (*houchs*) vertico-latérales, à Matmata, offre aux habitants la possibilité de quitter les sommets et de s'approcher des terres cultivables partout dans les cuvettes et dans les vallées. Ainsi voit le jour un autre type d'habitat temporaire, à savoir, une grotte creusée latéralement dans le limon et utilisée de façon saisonnière.

Le creusement de ces habitations nécessite un terrain favorable et du limon avec une croûte solide pour échapper à l'éboulement de la demeure. Le principe de creusement se fait sur deux étapes; une première verticale en profondeur et une deuxième étape latérale. On commence par creuser dans les dépôts sablo-limoneux, de façon verticale, un cube d'une dizaine de mètres sur les côtés (parfois on arrive à 12 mètres de profondeur en cherchant les couches les

plus solides). Ce cube (la forme de la cour peut être aussi circulaire) constituera la cour principale de la demeure qui abrite les activités des familles. Pour consolider les façades intérieures de la maison contre la friabilité du sol et les effets des pluies orageuses qui endommagent le sol, les parois de la cour sont renforcées par des murs en pierre. La deuxième étape revient à creuser latéralement le couloir et les chambres. L'entrée de la maison prend la forme d'un tunnel creusé en pente douce vers l'extérieur pour faciliter l'évacuation des eaux de pluie qui se rassemblent dans la cour de la maison.

Ce couloir souterrain reliant la cour avec l'extérieur, qui peut être parfois un couloir découvert (conçu en chicane pour garder l'intimité de l'intérieur de la maison), s'élargit des deux côtés afin d'aménager de petites niches abritant les animaux. Le tunnel permet de faire sortir facilement le remblai des pièces qui vont être creusées. Les pièces de diverses formes et dimensions sont excavées de façon latérale sur un niveau ou sur deux niveaux. L'usage de chaque pièce est défini selon les besoins et selon un plan conçu et prévu à l'avance. Les plafonds de ces pièces sont toujours en voûtes tout en ajoutant des piliers sculptés au moment du creusement de la pièce, et ce dans l'objectif de consolider le plafond. Le nombre des pièces varie selon les besoins et le nombre des familles abritées par la maison. En moyenne, deux à trois familles, voire quatre familles, partagent une seule demeure.

A Matmata, dans chaque maison, une ou deux pièces (*ghorfa*) en étage à mi-hauteur (accessibles soit par un escalier, soit tout simplement par une corde bien attachée à la *ghorfa*) ou en rez-de-chaussée de la maison, sont généralement destinées pour le stockage des denrées alimentaires. Ces *ghorfa* sont soigneusement fermées par une porte sculptée à partir de quelques planches de palmiers jointes par des traverses de bois d'oliviers avec des clous en bois. Elles sont truffées de jarres d'huile d'olives (en raison de leur poids, elles sont déposées le plus souvent dans des pièces situées au rez-de-chaussée), du blé et de l'orge en vrac ou dans des *rouniya* (un panier d'alfa tressé), des dattes, des figues séchées, des olives séchées (car, le broyage des olives chez les berbères n'est pas systématique; il se fait selon le besoin). Parfois, ces pièces sont reliées à la surface du sol extérieur par des trous en forme de cheminées appelés *gorra* ou *m'çab*. Lesquels trous facilitent le versement direct des céréales, des figues séchées, des olives ou tout genre de denrées dans la chambre de stockage. Un autre système de stockage connu par les berbères du sud tunisien est



Fig. 7 Maison troglodyte vertico-latérale à Matmata

celui de creuser des *silos* dans le sol et de consolider les parois intérieur de chaque *silo/matmour* par une couche de paille, et ce pour mieux conserver les grains. Le système de stockage chez les Jbalia est en rapport étroit avec le modèle économique basé sur l'agriculture chez les uns et le pastoralisme et la transhumance chez les autres. Le genre de vie semi-nomade des habitants, qui passent une bonne partie de l'année loin de leurs villages dans la plaine de Jeffara vers l'est ou vers l'ouest, les oblige à laisser une partie de leurs provisions dans des *ksour* fortifiés. Alors qu'à Matmata les déplacements des habitants sont rares et l'emménagement des denrées se fait dans les maisons.

Conclusion

Depuis des décennies, Matmata a fait l'objet d'un projet de développement touristique qui a engendré divers dégâts et qui pourrait représenter plus de dangers anthropiques menaçant l'authenticité des composantes naturelles et la dégradation de l'aspect patrimonial du site. La détection des risques anthropiques potentiels montre que la superficie des géoarchéomorphosites de Matmata diminue et se dégrade progressivement. Le site de Matmata a été victime, aussi, d'une expansion urbaine rapide et de plusieurs activités humaines qui finiront rapidement par déformer son originalité. La construction des stations touristiques dans la cuvette et la densité démographique ainsi que les changements des styles d'habitat sont autant de facteurs qui accroîtront la pression sur la géodiversité. Un plan de conservation est vivement recommandé sous la forme d'un projet de développement durable ayant pour objectif principal de sauvegarder une zone importante de géo-patrimoine dans le Dahar septentrional et de corriger la vision de l'aménagement du site, et ce en limitant l'exploitation touristique traditionnelle et l'extension urbaine anarchique.

Références Bibliographies

- Ben Fraj, T., Ben Ouezdou, H. & Boukhchim, N. (2019). "Le Dahar Septentrional: Le Milieu Naturel et Son Aménagement". *Revue Tunisienne de Géographie (RTG)*, numéro spécial, Les régions de montagne du Sud de la Méditerranée: diversités, mutations et risques, pp. 51-102.
- Ben Ouezdou, H. (2000). "Les aménagements de petite hydraulique dans le Sud Tunisien, un savoir-faire traditionnel au service du développement durable". *Séminaire international Hammamet*. Tunis, pp. 45-46.
- Ben Ouezdou, H. (2001). *Découvrir la Tunisie du Sud de Matmata à Tataouine: Ksour, Jessour et Troglodytes*. Tunis, 80 p.
- Ben Ouezdou, H. & Troussset, P. (2009). "Aménagements hydrauliques dans le Sud-Est tunisien". *Contrôle et distribution de l'eau dans le Maghreb antique et médiéval*, Actes de colloque, Tunis, 22-25 mars 2002, Collection de l'École Française de Rome, pp. 1-18.
- Boukhchim, N. (2017a). "Pour un corpus des inscriptions des deux montagnes Matmata et Demmer" in Fathi Jarray (éd.). *Études en patrimoine écrit*. Tunis: INP, pp. 63-84 [en arabe].
- Boukhchim, N. (2017b). "Le registre décoratif dans les villages de Djebel Matmata et Demmer (Sud-Est Tunisien)" in Mrabet Abdellatif (éd.). *Vie et genres de vie au Maghreb Antique et Médiéval*, quatrième colloque international. Tunis: FLSH Sousse, pp. 113-130 [en arabe].
- Boukhchim, N. (2017c). "Recherches sur l'évolution du peuplement dans la vallée de l'oued Beni Aissa (Nord-Est de Jebel Matmata)" Mrabet Abdellatif (éd.). *Le peuplement du Maghreb Antique et Médiéval*. Tunis: FLSH Sousse, pp. 39-57 [en arabe].
- Boukhchim, N. (2019). *Urbanisme et Architecture à Jebel Matmata*. Tunis, 333 p. [en arabe].
- Boukhchim, N., Ben Fraj, T. & Reynard, E. (2017). "Lateral and Vertico-Lateral Cave Dwellings in Haddej and Guermessa: Characteristic Geocultural Heritage of Southeast Tunisia". *Geoheritage* 10, pp. 575-590.
- Hassen M., (2015). "Les fortifications au sud-est de l'Ifriqiya au bas Moyen Âge" in Ben Nasr, J. & Boukhchim, N. (éd.). *Montagne et Plaine dans le bassin Méditerranéen*. Tunis: FLSH Kairouan, pp. 75-98.
- Ibn Khaldun (2006-2015). *Kitāb al-Ibar waDiwān al-Mubtadawa-l-Khabar*. Ibrahim Chabbouh (éd.). Tunis: 14 volumes.
- Ibn Shahinshah al-Ayyubi (2005). *Midmar al-ḥaqā'iqwasirr al-khalā'iq*. Hasan Habashi (éd.). Le Caire: al-Hay'a al-mi.sriyya al-'amma.
- Lassere, J.-M. (2015). *Africa Quasi Roma 256 av. J.-C.-711 apr. J.C.* Paris: CNRS.
- Lewicki T. [1913] (2012). "Maṭmāṭa" in P. Bearman, Th. Bianquis, C.E. Bosworth, E. van Donzel & W.P. Heinrichs (eds). *Encyclopaedia of Islam*, second edition [En ligne]. <https://referenceworks.brillonline.com/browse/encyclopaedia-of-islam-2> [Consulté le 23 mai 2020].
- Louis, A. (1968). "L'habitation troglodytique dans un village des Matmata". *Cahiers des Arts et Traditions Populaires*, 2, pp. 33-60.
- Louis, A. (1975). *Tunisie du Sud, Ksars et villages de crêtes*. Paris: CNRS.
- Reynard, E. & Giusti, C. (2018). "The landscape and the cultural value of geoheritage" in E. Reynard & J. Brillha (eds.). *Geoheritage. Assessment, Protection, and Management*. Amsterdam: Elsevier, pp. 147-166.
- M'charek, A. (2015). "Continuité de l'Ethnonymie, Continuité du Peuplement au Maghreb de l'Antiquité à nos jours : le cas des Auras (Hawwara) et Dianenses ou Zanenses (Zanata)". *CRAI*, 205, I, pp. 445-477.
- M'charek, A. (2019). "Continuité de l'Ethnonymie, Continuité du Peuplement au Maghreb de l'Antiquité au Moyen Âge. Le cas des Gétules *Misiciri* dans le Livre des Exemples d'Ibn Khaldūn". Scheid, J. & Zink, M. (éd.), *Les sociétés tribales en Afrique du nord*, Académie des Inscriptions et des Belles Lettres/SEMPAM, pp. 131- 155.
- Menouillard, H. (1912). "Contribution à l'étude de l'origine de la population des montagnes de Matmata", *Revue Tunisienne*, 91, pp 21-34.
- Modéran, Y. (2003). *Les Maures et L'Afrique Romaine (IV^{ème}-VII^{ème} siècles)*. Rome: École Française de Rome.
- Taïeb, J. & Ballais, J.-L. (2010). "Matmata". *Encyclopédie berbère* [En ligne], 30 | 2010, document M66, mis en ligne le 31 décembre 2015.<http://journals.openedition.org/encyclopedieberbere/511> [Consulté le 23 mai 2020].
- Troussset, P. (1974). *Recherches sur le Limes Tripolitanus du Chott el-Jerid à la frontière tuniso-libyenne*. Paris: CNRS.

A ALDEIA BERBERE DE ZRAOUA NAS MONTANHAS MERIDIONAIS DA TUNÍSIA: IDENTIDADE E DINÂMICA DA PAISAGEM MEDITERRÂNICA

Desidério Batista

CHAIA, Universidade de Évora / Universidade do Algarve
dbatista@ualg.pt

Miguel Reimão Costa

CEAACP, Universidade do Algarve / CAM
mrcosta@ualg.pt

Palavras-chave: paisagem mediterrânica, montanhas, aldeia de cumeada, sistema hidroagrícola

1. Introdução

O Mediterrâneo é dominado espacial e visualmente pelas montanhas, tendo sido a partir delas que se iniciou o processo histórico de ocupação e organização do seu território (Braudel, [1949] 1995, p. 62; Ribeiro, [1968] 2011, p. 58). O padrão de povoamento das áreas de montanha caracteriza-se, em ambas as margens do Mediterrâneo, pela concentração do *habitat* em pequenas aldeias de pastores e agricultores. A aldeia *amazigh* de Zraoua constitui um exemplo desta tipologia de povoado ocupando um ponto fundamental do relevo da Djebel Matmata, sintetizando de modo singular algumas das expressões mais identitárias da cultura mediterrânica. O sítio altaneiro da sua implantação, a uma altitude de 390 metros, confere-lhe uma posição de domínio e controlo do território semiárido no qual sobressai pela robustez da sua arquitetura em pedra, razão pela qual tem sido comparada a um “castelo-fortificado” (Bruun, 1898, p. 71) ou a uma “aldeia-cidadela” (Libaud, 1986, p. 18). Esta imagem de acrópole que comparte com as vizinhas aldeias de Taoujout e Tamezret surge historicamente associada à necessidade de defesa e proteção de pessoas, gado e bens alimentares num contexto de escassez de recursos e de conflitos tribais pelas melhores terras e pastagens. O carácter defensivo associado ao seu assentamento e à sua morfologia urbana e arquitetónica surge coadjuvado pela presença isolada de torres de defesa

estrategicamente situadas no território que serve de suporte à atividade agropecuária base numa economia de subsistência marcadamente familiar.

É a partir da leitura relacional das condicionantes biofísicas e socioculturais deste território montanhoso que se procurou compreender o processo de formação socio-espacial e o modelo de construção da paisagem de Zraoua. O trabalho de campo realizado em duas campanhas espaçadas no tempo compreendeu o levantamento arquitetónico das habitações e o mapeamento das estruturas hidroagrícolas na envolvente da povoação, bem como a recolha de informação oral sobre os distintos temas em análise. O seu cruzamento com as fontes bibliográficas veio a mostrar-se fundamental para o estudo integrado da arquitetura, da socio-economia e da paisagem desta aldeia de montanha da margem sul do Mediterrâneo Ocidental.

2. Do(s) património(s)

Os montes de Matmata, de baixa altitude, correspondem à parte setentrional da cadeia montanhosa do Dahar que se alonga no sentido norte-sul e ligam a planície costeira do Golfo de Gabés ao grande Erg oriental que se estende até à fronteira com a Argélia. Esta posição de charneira entre o litoral e o interior, e onde a pluviosidade é mais abundante ainda que insuficiente (200 mm), conferiu-lhe uma importância estratégica no âmbito quer das rotas comerciais entre o Mar e o Sahara, quer das rotas transumantes dos *agro-pasteurs*



Fig. 1 Zraoua ocupa um ponto fundamental do relevo



Fig. 2 O terraceamento dos talvegues

nomades (Guillaume *et al.*, 2006; Blond *et al.*, 2019). Este território de antiga e continuada presença humana é, no entanto, fortemente marcado por uma ocupação sedentária associada, entre outros, aos povoados de cumeada de que Zraoua é um exemplo (fig. 1).

Mediante o entendimento específico da paisagem, as comunidades de pastores-agricultores desenvolveram uma estratégia de adaptação constante às difíceis condições do meio físico e social. A implantação e organização dos assentamentos, as características das suas arquiteturas e as especificidades da exploração da terra baseada na pequena hidráulica agrícola revelam uma sabedoria ancestral sobre o modo como hábil e racionalmente o Homem tirou o máximo partido da geomorfologia, da hidrografia, do clima e dos ecossistemas naturais.

A longa evolução geológica e o continuado processo erosivo (eólico e hídrico) originaram um relevo ondulado característico conformando um imenso *plateau* coberto por sedimentos finos (loesse) provenientes de calcários depositados no decurso do Quaternário (Ben Fraj *et al.*, 2016). Este planalto de formas erodidas é sulcado por uma densa e ramificada rede hidrográfica (talvegues, barrancos) e dele destacam-se cerros que revelam um substrato geológico de rochas mais ou menos brandas sobrepostas em camadas de calcários e argilas. O processo de humanização deste território revela que as comunidades berberes se instalaram aqui desde muito cedo adotando distintas soluções na adaptação do seu *habitat* permanente às características biofísicas do meio (relevo, geologia, clima, vegetação). As diferentes expressões da arquitetura tradicional e da agropecuária revelam uma cultura territorial específica fundada em conhecimentos e saberes antigos passados de geração em geração. São disso exemplo as casas trogloditas escavadas no subsolo, mas também os celeiros coletivos fortificados ou as “grandes casas familiares” com pátio de entrada das aldeias de cumeada, sendo que em ambos os casos a robustez da sua arquitetura dada pelos silhares de pedra é quase uma emanção da própria geologia. Esta diversidade de processos construtivos, de materiais e técnicas de construção associados à arquitetura vernacular de terra e/ou de pedra consubstanciam um património construído determinado pelo património geomorfológico que lhe serve de matriz.

Também a gestão coletiva da água e dos solos mediante um sistema engenhoso fortemente enraizado numa experiência plurissecular (Bonvalot, 1986) corresponde a uma sábia adaptação à morfologia do terreno (festos, vertentes, talvegues) e à escassez de recursos (água, solos férteis), promovendo a sua acumulação e viabilizando, com base nela, a produção de alimento. Este peculiar modelo de exploração da terra constitui uma síntese da racionalidade das comunidades rurais de montanha quer na superação das fortes condicionantes ambientais e na maximização dos poucos recursos naturais disponíveis, quer na premência em garantir água e alimento para si próprias e para o gado. Foi, neste sentido, que construíram, com materiais locais, um sistema contínuo de socalcos nos talvegues (fig. 2) de modo a promover a retenção de sedimentos e de água da chuva criando condições para a arboricultura e a cerealicultura (Bonvalot, 1986; Ballais, 1990) e uma rede de cisternas para consumo doméstico, o abeberamento dos animais e a rega de culturas temporárias (Fetoui, 2011, p. 13).

Este singular património hidroagrícola constitui uma das expressões mais identitárias de Zraoua. A paisagem de produção a ele associado constitui um valioso património cultural cuja dimensão (i)material revela uma perfeita mestria da água e do solo enquanto base matricial para o desenvolvimento a longo prazo da sociedade rural berbere. O mapeamento das estruturas construídas que lhe subjaz (socalcos, muros, superfícies drenantes, cisternas) e a identificação das culturas agrícolas permanentes e temporárias (tamareiras, oliveiras, cereais, leguminosas, legumes) materializam o *poder da água* no processo de organização espacial e na vida social no contexto de aridez do sul tunisino (Badel & Baduel, 1980). O papel e a importância da água cobram especial significado no território montanhoso de Matmata onde a inexistência de mananciais e a escassez das precipitações “obrigaram” as comunidades rurais à implementação dum modelo de exploração da terra e de gestão da água meticulosamente adaptado às circunstâncias naturais e socioculturais. Zraoua reproduz este padrão pondo em evidência a dependência da subsistência ou mesmo da sobrevivência da sociedade tribal em relação à gestão racional dos recursos hídricos tão parcos quanto vitais.

3. Do território e do sítio

O território meridional tunisino compreende o planalto de Dahar-Matmata, com picos cuja altitude máxima ronda os 700 metros, e a planície litoral de Jeffara-Ouara, com uma altitude média de 150 metros. A transição entre as terras altas, de relevo mais movimentado, e as terras de cota mais baixa, de relevo plano, é feita por meio de um complexo sistema de vertentes escarpadas ou taludes abruptos (Guillaume *et al.*, 2006). Esta região caracteriza-se por um clima árido inferior com invernos temperados (Le Houerou, 1969) e precipitações escassas, cerca de 200 mm/ano. Daqui resulta um balanço hídrico largamente deficitário (Ben Fraj *et al.*, 2016), o que, associado à insuficiência e torrencialidade das precipitações, está na origem de constrangimentos severos à ocupação e exploração do território. Neste âmbito, a pastorícia adaptou-se desde tempos remotos aos espaços estépicos considerando movimentos mais ou menos sazonais e duradouros associados a [...] *trois secteurs fontionnels: parcours, les terres de labour et les espaces de sédentarité* [...] (Guillaume *et al.*, 2006). Face às fortes condicionantes topográficas e climáticas (aridez e *secura*) e de modo a paliá-las, as comunidades locais desenvolveram há muitos séculos a referida técnica de conservação da água e dos solos, perfeitamente adaptada às extremas condições ecológicas, minorando deste modo o problema de *deficit* de água no solo e possibilitando uma prática agrícola pluvial que, reforçada com o armazenamento das águas da chuva em cisternas, está na base do processo de sedentarização deste território (Baduel & Baduel, 1980).

O sítio de Zraoua, correspondente à crista dum cerro (390 metros de altitude) que se destaca da envolvente, constitui uma síntese do processo de formação socio-espacial do território montanhoso do sul tunisino numa das suas expressões mais singulares. A escolha do sítio compreende critérios de ordem sociopolítica associados

à defesa e controlo territorial complementada com uma linha de “torres de vigia” (Chart Topography of Gabés, 1978) e critérios predominantemente utilitários vinculados às características físicas e ambientais do local de fundação e ao limite nutricional (água, terras férteis). A ocupação altaneira com caráter defensivo mereceu a atenção de Daniel Bruun na sua expedição a Matmata, em 1898, [...] *the village of Zraoua on the top of a mountain of the Matmata range [...] in the distance of the north we could see, over the mountain ridge, a village on the height. This is Zraoua; and towards the west we sighted another, Tamezred. They both looked like fortified castles.* (Bruun, 1898, p. 32, p. 71). À implantação da aldeia num cabeço proeminente não é estranha a sua condição de centro de distribuição de águas, na linha de festo que separa as bacias hidrográficas do *oued Melab* e do *oued Ahmadi*, com as vantagens que lhe estão associadas quer na recolha e armazenamento das precipitações nas cisternas, quer na sua drenagem e acumulação nos terraços construídos nos talvegues. Ao conhecimento do funcionamento hidrográfico do território junta-se o conhecimento sobre o papel da geologia tanto no que respeita às fundações dos edifícios e ao fornecimento dos materiais de construção (pedra, terra), como no aproveitamento dos afloramentos rochosos nas encostas enquanto superfícies de recolha e encaminhamento da água das chuvas para as cisternas. A escolha criteriosa do sítio de assentamento da povoação considerou quer a interdependência com a envolvente territorial, quer a interação entre os principais fatores ambientais (relevo, solos, água, vegetação, clima). Neste sentido, o sítio de Zraoua e o território com o qual se relaciona apresentam características intrínsecas e potencialidades naturais que serviram de matriz ao desenvolvimento da atividade agropecuária enquanto pedra-basilar da economia familiar e da construção da paisagem cultural pela mão da sociedade tribal e de linhagem (fig. 3).



Fig. 3 As distintas expressões da socio-economia e da paisagem de Zraoua



Fig. 4 O sistema hidroagrícola de Zraoua. Reconstituição da paisagem de produção dos *jessour*. 1 Zraoua implantada na linha de festo (a tracejado) 2 *jessour* (a verde) 3 *tabia* 4 cisternas (concentradas em redor da povoação)

4. Da socio-economia e da paisagem

No contexto de aridez e seca da Djebel Matmata, a água surge como um fator decisivo na organização espaço-económica e na vida social determinando simultaneamente o padrão de povoamento e o modelo de exploração da terra associado ao sistema agro-pastoril. Com efeito, [...] *Seuls citernes et puits (plus rarement) permettent un habitat permanent ou très prolongé [...] une citerne, [...] limite la densité de l'habitat sur une aire déterminée, compte tenu de la faiblesse de la pluviosité locale* (Baduel & Baduel, 1980). Zraoua revela esta interdependência constituindo um exemplo claro das relações profundamente intrincadas entre o *habitat* denso e o sistema contínuo de terraços e cisternas. A organização socio-espacial do seu território tem na gestão comunitária da água e do solo, artificialmente “acumulados”, o fator-chave. Historicamente, a estratégia de sobrevivência delineada pelas distintas linhagens complementa a pastorícia com uma agricultura singular baseada numa diversidade de produções (azeite, frutos secos, cereais, leguminosas, vegetais), herança da socio-economia tradicional. Com esta variedade de produções e de plantas a comunidade berbere introduziu na seca da montanha uma paisagem de culturas mistas que tem na acumulação da água da chuva nos terraços e no regadio, a partir da água armazenada nas cisternas, a única possibilidade de escamotear a produção agrícola a uma dependência total do clima. Esta evidência é um traço comum da agricultura praticada nos territórios áridos de toda a Bacia do Mediterrâneo associada a uma paisagem de produção caracterizada pela *coltura promiscua* (Ribeiro, [1968] 2011, p. 78). Em Zraoua, a base formal e funcional desta paisagem, vinculada aos talvegues, relaciona a construção de socacos para a retenção dos sedimentos e das precipitações e a recolha de parte destas em cisternas construídas em pontos estratégicos das vertentes, predominantemente. Daqui resulta uma paisagem agrícola singular (re)construída mediante um conjunto de práticas e técnicas antigas, de origem incerta mas remota (Ballais, 1990), que promovem a conservação da água e dos solos através da construção de socacos nos talvegues, localmente designados *jessour* (Libaud, 1986, p. 202), a que corresponde a superfície cultivável plana, suportada por muros de pedra solta e terra, de secção trapezoidal, chamados *tabia* (Bonvallot, 1986; Ballais, 1990).



Fig. 5 Distintas expressões da socio-economia e da paisagem de Zraoua

Este engenhoso sistema hidroagrícola ancestral permite a criação de condições para o cultivo agrícola mediante o terraceamento das linhas de drenagem natural por meio de pequenas represas com superfícies compreendidas entre as poucas dezenas e algumas centenas de metros quadrados. A dimensão dos *jessour* e das *tabia* é variável em função do perfil do talvegue, mas as *tabia* contam sempre com presença de um ou dois *menfess* laterais que correspondem ao rebaixamento do coroamento dos muros ou *rass* (Bonvallot, 1986, p. 166). Os *menfess* são construídos em pedra e localizam-se nas extremidades das *tabia*, ou seja, nos pontos de encontro com as vertentes de modo a possibilitar a passagem da água pluvial para os *jessour* a jusante, a cota mais baixa. Este sistema hidroagrícola de construção tradicional (Mollard & Walter, 2008, p. 171), fundamental para o correto funcionamento e gestão dos terraços, baseia-se em razões de ordem técnica e sociojurídica (Baduel & Baduel, 1980). Enquanto a primeira procura evitar a rutura do sistema de terraceamento aquando de uma forte pressão das águas devido à sua escorrência e acumulação após chuvas torrenciais, a segunda prende-se com a distribuição do excesso das precipitações acumuladas pelo conjunto dos *jessour*, de modo a que nenhuma família fique privada de ter condições para a produção de alimento. No entanto, a torrencialidade característica do clima mediterrânico causa, por vezes, o colapso deste sistema tão frágil quanto vital. Razão pela qual o seu funcionamento requer obras de manutenção frequentes (após o período das chuvas) justificadas pelo seu papel fundamental na multiplicação por três da infiltração da água no solo (Baduel & Baduel, 1980) e consequentemente na garantia da produção agrícola familiar para a qual concorre significativamente o regadio das culturas temporárias a partir da água armazenada nas cisternas, chamadas *majems* ou *fosquia* segundo a dimensão. O trabalho de campo na envolvente imediata de Zraoua permitiu identificar e mapear este sistema integrado de gestão eficiente do solo e da água, tendo-se contabilizado a existência de 254 *jessour* e 151 cisternas (fig. 4).

A densidade destas estruturas demonstra de modo inequívoco a dependência da comunidade de agricultores-pastores relativamente à otimização da utilização dos escassos recursos naturais disponíveis. Com efeito, as três linhagens de Zraoua: *Ouled Aissa*, *Ouled Abdallah* e *Ouled Saken* (Menouillard, 1912) construíram com a mestria herdada dos seus antepassados um admirável sistema hidráulico de drenagem, recolha e armazenamento da água da chuva como condição fundamental para a sua sobrevivência. Neste sentido, aproveitando os afloramentos rochosos à superfície, existentes ou criadas pelo desmatamento das encostas, a população de Zraoua construiu nas encostas áreas de

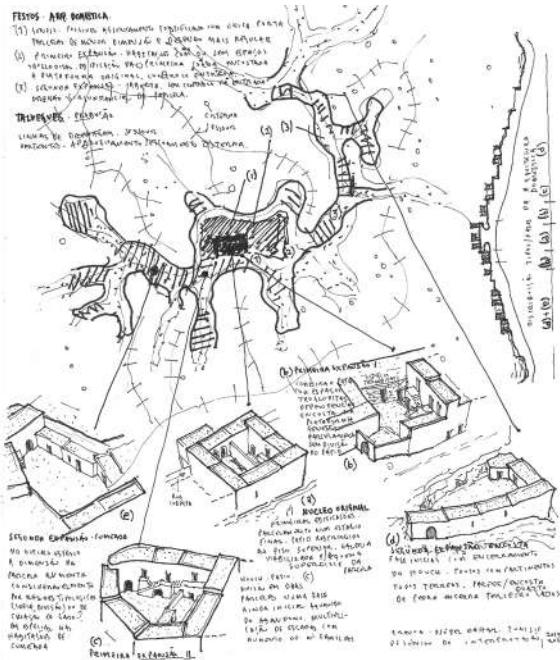


Fig. 6 Proposta da evolução urbana e arquitetônica de Zraoua. (a) Núcleo original (b) Primeira expansão (c) Segunda expansão

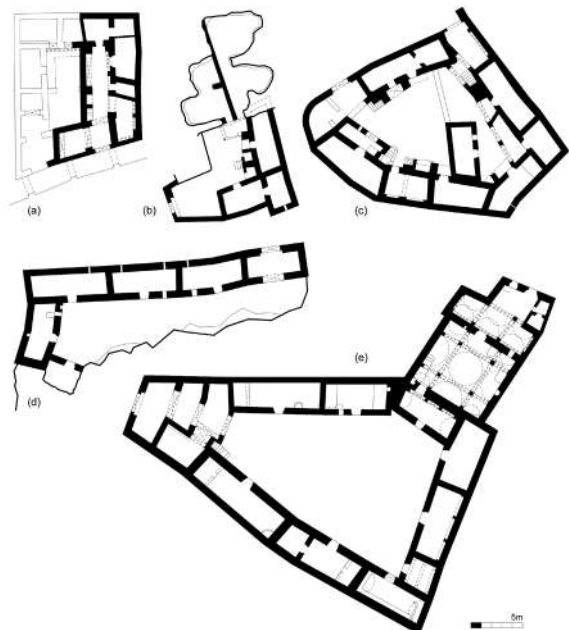


Fig. 7 Variantes da arquitetura doméstica de Zraoua (plantas do piso térreo)

drainagem das águas das chuvas, delimitadas por rudimentares muretes de pedra seca e com pendente, por vezes acentuada, para o seu encaminhamento através de pequenos canais, para as cisternas enterradas ou em desaterro (fig. 5). Num trabalho coletivo, árduo e sábio, este sistema proporciona a captação e o armazenamento de um considerável volume das precipitações, garante a sustentabilidade da comunidade e da paisagem de produção. O processo de formação e organização socio-espacial que lhes subjaz (pese as mudanças sociodemográficas e paisagísticas ocorridas desde a década de 1970) baseia-se no acesso igualitário e equitativo das distintas linhagens ao solo fértil, à água, mas também aos pastos mediante uma gestão partilhada tanto dos recursos, como dos ecossistemas naturais presentes.

5. Do urbanismo e da arquitetura

A interpretação do processo de (trans)formação da aldeia de Zraoua incide na relação entre território e construção, que se expressa às diferentes escalas: da paisagem ao urbanismo e à arquitetura. Mas deve considerar também os aspetos invariantes da arquitetura doméstica das aldeias da sub-região, que se mantiveram nas diferentes fases do processo formativo referido. A habitação de Zraoua apresenta a característica organização em redor de um pátio (*houch*), enquanto espaço fundamental do modo de vida da família alargada. O processo evolutivo de construção da habitação tende a acompanhar as mudanças que ocorrem nesse nível da organização social, com a construção sucessiva de novos compartimentos no piso superior, servindo de arrecadação e celeiro (*ghorfa*) ou de alojamento para cada novo núcleo familiar. Um dos aspetos particulares da arquitetura doméstica da região está relacionado com o modo como esse processo se traduz na multiplicação de escadas (lanços simples ou compostos para o acesso dissociado a cada um dos espaços interiores) (fig. 7c), em resposta à considerável dimensão do pátio (que no passado abrigava também os animais domésticos). Em qualquer caso, esta descrição genérica cobre soluções muito distintas no contexto do processo de transformação da povoação.

O núcleo mais antigo de Zraoua ocupa o sítio mais alto, quase um “centro natural”, sobranceiro à paisagem já descrita dos socacos e das cisternas. O seu perímetro constitui um limite defensivo conformado pelo conjunto das várias habitações que se encerravam para o exterior e abriam uma única porta a sul (fig. 6), numa morfologia frequente noutras regiões pré-saarianas e de montanha do Magrebe. No interior, uma única via, em grande parte coberta, garantia o acesso a todas as habitações. Esta especificidade aparece aqui associada ao processo de transformação da própria arquitetura doméstica, em que à ampliação gradual da habitação em altura, que antes referimos, se segue o seu parcelamento, com divisão do pátio, em duas casas distintas, e a posterior densificação e ampliação sobre a rua (fig. 7a).

A primeira fase de expansão da aldeia alargou o perímetro quadrangular original, em todos os quadrantes, coincidindo, em parte, com uma transição abrupta a nível altimétrico, associada à passagem, já anteriormente referida, de um estrato duro para um estrato mole no flanco da elevação. Esta área concentraria assim a maior parte dos espaços trogloditas da aldeia, que tanto poderiam corresponder aos discretos lagares de azeite, como aos espaços escavados da arquitetura doméstica. Assim, para além de corresponderem a edificações menos sujeitas à complexa transformação do núcleo mais antigo, as casas aparecem aqui organizadas em parcelas de maior dimensão que integram, frequentemente, um ou mais espaços trogloditas que serviam de dependências e usos afins (fig. 7b).

A fase subsequente de expansão urbana incidiu na ocupação das linhas de festo que irradiam da antiga povoação, mantendo a importância da orografia na delimitação do conjunto edificado, sendo durante este período que Zraoua adquire a característica morfologia em estrela. Esta morfologia está, em grande medida, associada ao crescimento acentuado do número de habitações que se verifica entre o último quartel do século XIX e o primeiro quartel do século XX (Bernard, 1924). As parcelas tendem aqui a adquirir um perímetro mais irregular, associado

a uma superfície de maior dimensão que as habitações preexistentes, implantando-se no terço superior da encosta (fig. 7e), quer em zona de festo (fig. 7d), quer em zona de declive (estas últimas quase sempre dispostas em L ou U). Em qualquer caso, muitas das habitações desta área são ainda marcadas por estágios primários do processo de gradual construção da casa em redor do pátio, com poucos ou nenhuns compartimentos no piso superior.

É possível sobrepor a esta carta das diferentes subunidades morfo-tipológicas uma outra relacionada com a organização social da aldeia, a partir da delimitação das áreas afetadas a cada uma das três linhagens: o núcleo antigo correspondente à linhagem *Ouled Aïssa* que daqui se estendia para sul; as áreas de expansão a norte e nascente propriedade da linhagem *Ouled Abdallah*; e, por fim, as áreas de expansão para poente adstritas à linhagem *Ouled Saken*. O processo de transformação da aldeia foi, em qualquer caso, interrompido, como referimos, em finais da década de 1960, com o deslocamento gradual da população para a nova Zraoua, fundada a cerca de 10 km a norte, na planície exterior ao Maciço de Matmata.

6. Conclusão

A povoação berbere de Zraoua, localizada num ponto alto e dominante da Djebel Matmata, traduz a forma de povoamento mais comum nas áreas de montanha do Mediterrâneo. Corresponde a uma antiga aldeia de pastores e agricultores organizados socialmente em três linhagens que desenvolveram uma economia familiar de autossustentação com base na adaptação constante às difíceis condições do meio e às circunstâncias socioculturais (conflitos tribais, colonização francesa). A escassez de recursos naturais (água, solo, vegetação) e a falta de segurança neste território determinaram a adoção duma estratégia de sobrevivência da sociedade tribal baseada na vida em comunidade, na gestão partilhada dos recursos e na transmissão geracional de conhecimentos e saberes antigos associados à construção das habitações, dos edifícios de culto e das estruturas hidroagrícolas.

O modelo de ocupação e organização da paisagem de Zraoua, embora comum a outras regiões montanhosas, apresenta especificidades que o tornaram um estudo de caso singular no contexto mais alargado do Mediterrâneo Ocidental. A ocupação dum ponto fundamental do relevo associado a um centro de distribuição de águas das chuvas permitiu que a população berbere de Zraoua construísse, a partir do seu *habitat* altaneiro, um sistema contínuo de espaços de produção de alimento instalados nos talvegues (e complementados com a pastorícia sazonal, praticada no interior e fora do território montanhoso). Foi através da compreensão da interação entre os fatores naturais (geologia, relevo, hidrografia, solos, vegetação, clima) que a comunidade local, predominantemente sedentária, implementou uma agricultura tradicional assente na conservação da água e dos solos mediante um conjunto de práticas e técnicas antigas. Os terraços e as cisternas constituem, enquanto estruturas fundamentais do histórico sistema hidráulico e agrícola local, a base da gestão sustentável das precipitações e das terras férteis como garante da sobrevivência desta comunidade serrana que, embora tivesse sido deslocada na década de 1960 para a nova aldeia de Zraoua localizada na planície, mantém com a aldeia antiga uma relação que perdura no espaço e no tempo. Para além de três famílias ainda

residentes, os antigos moradores continuam a cultivar os *jessour* (cada vez mais em desuso) e a praticar a pastorícia com os seus rebanhos de cabras e ovelhas, e neste sentido, mantendo vivas algumas das expressões identitárias de Zraoua antiga, embora num contexto de mudança sociopolítica que, por certo, não conseguiu apagar totalmente as manifestações mais singulares de um património cultural para cujo estudo, identificação e caracterização se pretendeu contribuir com este trabalho de investigação.

Referências bibliográficas

- Baduel, A. & Baduel, P. (1980). "Le pouvoir de l'eau dans le sud-tunisien". *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, número 30. Aix-en-Provence: CNRS, pp. 101-134.
- Ballais, J.-L. (1990). "Terrasses de culture et jessours du Maghreb oriental". *Méditerranée*, 3.4, pp. 51-53.
- Ben Fraj, T. *et al.* (2016). "Les jessour dans le Sud-Est tunisien: Un système hydro-agricole ancestral dans un milieu aride". *Livre des Actes XXIXe Colloque de l'AIC*. Lausanne: Besançon, pp. 193-198.
- Bernard, A. (1924). *Enquête sur l'habitation rurale des Indigènes de la Tunisie*. Paris: Faculté des Lettres.
- Blond, N. *et al.* (2019). "Étude de l'évolution du ravinement dans les jessour du Sud Tunisien grâce aux images aériennes". *Cybergeo: European Journal of Geography*.
- Bonvallet, J. (1986). "Tabias et jessour du Sud tunisien. Agriculture dans les zones marginales et parade à l'érosion". *Cahiers ORSTOM, série Pédologie*, vol. XXII, 2, pp. 163-171.
- Braudel, F. [1949] (1995). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, vol. I. Lisboa: D. Quixote.
- Bruun, D. (1898). *The Cave Dwellers of Southern Tunisia. Recollections of a sojourn with the Khalifa of Matmata*. London: W. Thacker & Co.
- Chart Topography of Gabés (Joint Operations Graphic), Sheet NI 32-11, Series 1501 AIR, scale 1:250000, 1978, East View Geospatial.
- Fetoui, M. (2011). *Évaluer et suivre la désertification en zones arides tunisiennes pour accompagner l'aide à la décision: dynamiques interactives Climat-Homme-Espace-ressources naturelles via les paysages*. Doctorat de l'Université Paul Valéry – Montpellier III.
- Guillaume, H., Genin, D. & Nouri, H. (2006). "Entre jessour, oliveraies et steppes: des dynamiques agro-territoriales en question" in Genin, D. *et al.* (2006). *Entre Désertification et Développement. La Jeffara tunisienne*. Tunis: IRD, pp. 217-233.
- Le Houerou, H. H. (1969). "La végétation de la Tunisie steppique (avec références aux végétations analogues d'Algérie, de Libye et du Maroc)". *Annales de l'INRA de la Tunisie*, 42. Tunis: INRA.
- Libaud, G. (1986). *Symbolique de l'espace et habitat chez les Beni-Aïssa du Sud-Tunisien*. Paris: CRESM.
- Menouillard, H. (1912). "Contribution à l'étude de l'origine de la population des montagnes de Matmata". *Revue Tunisienne*, 91. Tunis: L'Institut de Carthage.
- Mollard, E. & Walter, A. (2008). "Les jessour en Tunisie" in Mollard, E. & Walter, A. *Agricultures Singulières*, Paris. IRD Éditions, pp. 171-174.
- Ribeiro, Orlando [1968] (2011). *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

KORBOUS À L'ÉPOQUE MODERNE, RENAISSANCE ET EXTENSION D'UN VILLAGE ET D'UNE STATION THERMALE DE MONTAGNE AU CAP-BON (NORD-EST DE LA TUNISIE)

Beya Abidi

LAAM, Université de la Manouba (République Tunisienne)
beyaabidi.ishtc@gmail.com

Mots clés: Korbous, station thermale, Tunisie, village perché

Introduction

Qurbus est un petit village situé dans le golf de Tunis, sur le côté ouest du Cap-Bon, à 48 km de la capitale. Flanqué sur le versant ouest de *Djebel Korbous*, ce petit village est dominé par une chaîne dévalant sur la mer, serrant de près le rivage, tombant parfois en falaises abruptes. Cette arête montagneuse est entaillée de courtes et étroites vallées, c'est dans une de ces encoches que surgissent de nombreuses sources. D'ailleurs la création et le développement de cet hameau est intimement lié aux stratégies de mise en valeur des eaux thermales. La gestion et l'exploitation de l'eau des différentes sources et la construction des logements appropriés constituent les deux préoccupations fondamentales du pouvoir durant des siècles.

Le petit village de *Korbous* a connu une histoire mouvementée. L'installation spontanée et limitée des populations autour de ses sources thermales a ainsi provoqué la naissance d'un véritable village perché sur le versant ouest de *Djebel Korbous*. La mise en place de ce village s'est faite par accumulations successives. Les Romains ont été les premiers à faire construire des bains. Les eaux ainsi canalisées sont utilisées dans l'établissement thermal qui s'élève sur la source. La chute de l'Empire romain a entraîné la disparition de ce premier édifice. Il faut attendre la venue de *Sidi Amara* pour voir renaître l'utilisation de la source et trouver les premiers bains construits. Toutefois aucun bourg ou hameau n'est signalé à cet endroit tout au long du Moyen Âge. Après une longue éclipse jusqu'à la fin du XVIII^{ème} siècle, l'établissement allait retrouver progressivement sa forme. Au milieu du XIX^{ème} siècle, *Qurbus* commence à devenir une des stations thermales les plus importantes de la Tunisie. Ainsi sa fonction résidentielle s'est beaucoup consolidée. Au village serré sur lui-même, s'ajoutent des nouveaux quartiers. Par conséquent le mode de logement a connu bien des vicissitudes.

Ce travail se propose d'appréhender le processus régissant de l'évolution urbaine du village de *Korbous* durant l'époque moderne et de proposer, à terme, une restitution aussi complète que possible de renouvellement du village en tentant de replacer chaque phase identifiée dans son contexte historique. Une documentation écrite et cartographique exceptionnellement riche nous permet de détailler les traits d'une mutation du paysage urbain de l'ancienne bourgade et de déceler un certain nombre de particularités et de changements.

1. De *Carpis* à *Hamam Korbous*: quelques bribes d'histoire

Dans l'antiquité cette localité était nommée *Carpis* qui par suite d'une série de transformations provoquées par les invasions et le temps ont donné *Korbous*. Des nombreux vestiges romains relatent l'existence d'un établissement de bains avec dépendances et témoignent de l'importance et de la vogue qu'a connue cette station (Cheyrou-Lagrèze, 1938, pp. 12-14). Les premiers rapports de la colonisation ont souligné l'importance de ces vestiges (ANT, série SG15, carton 33, dossier 2; Violard, 1906, pp. 345-346; Guyon, [1864] 2018, pp. 19-20).

L'empreinte laissée par le Moyen Âge est difficile à saisir. La région a laissé des marques très peu importantes dans l'historiographie. D'ailleurs, il était rare, dans les sources arabes, de discerner le nom de cette localité, d'où son rôle insignifiant à cette époque-là. Il aura fallu donc attendre le XII^{ème} siècle pour voir *al-Idrîsî* relater dans ses écrits la dénomination de *Qsar Korbous*, nom donné à cette localité a-t-il souligné. Mais il n'a pas signalé la présence d'une population fixe et des habitations autour des sources des eaux thermales qui faisaient la célébrité de cette région (Djaloul, 2011, p. 93). *Korbous* n'est guère mentionnée par les sources du XIV^{ème} et XVII^{ème}. Probablement la localité a décliné à l'époque hafside et n'est plus fréquentée du moins pas aux mêmes rythmes d'avant. Aux XVIII^{ème}-XIX^{ème} siècles, la station thermale est connue sous le nom de *Hamam Korbous* ou encore *Henchir Korbous*. Ce *henchir*, d'une contenance approximative de 1200 hectares, faisait partie du domaine beylical. Limité au Sud par la propriété *M'raïssa*, à l'Est par *Djebel Korbous*, au Nord et à l'Ouest par les rivages de la mer. Consistant en des sources minérales, *dar el-Bey*, différentes constructions, bains et puits.

Encerclée de murs montagneux, *Korbous*, était donc une zone presque isolée et d'accès incommode. En 1724, Pellessier a bien marqué la difficulté de rejoindre *Korbous* (Marcell, 1979, p. 80). Cette difficulté a subsisté jusqu'à la fin du XIX^{ème} siècle. En 1860, lors de son voyage à Tunis, Victor Guérin souligne cette incommode (Guérin, 1862, pp. 208-209). Quelques années plus tard, Louis Emile Bastide dresse le même constat (Bastide, 1888, p. 68). Ainsi, l'emplacement était des plus restreint pour permettre l'aménagement et notamment l'extension d'un centre villageois.

2. Évolution de l'exploitation des eaux thermominérales de *Korbous* et la formation d'un hameau aux XVIII^{ème}-XIX^{ème} siècles

A *Korbous* les sources d'eaux thermales sont nombreuses et surgissent en de nombreux endroits. Parmi les onze sources de son bassin, sept sources sont bien connues et utilisées du public : *Aïn Kebira*, *Aïn Cheffah*, *Aïn Sbia*, *Aïn Haraka*, *Aïn Fakroun*, *Aïn-El-Atrous*, *Aïn-El-Okteur* (ANT, série SG15, carton 33, dossier 3). Les respectives vertus médicinales des sources thermales de *Korbous* sont parfaitement reconnues par les curistes et les visiteurs. Quoique l'exploitation de ces sources ne soit pas explicitement mentionnée durant cette période, elle reste très vraisemblable puisque le seul emploi dans les textes du toponyme *hammam Korbous* pour désigner la localité implique la reconnaissance de vertus curatives des sources qui y jaillissent et affirme l'exclusive fonction thermique du village.

L'État beylical optait pour une gestion indirecte de *hammam Korbous*. Les sources, les bains, les bassins et les constructions adjacentes étaient administrées par les descendants du *Cheikh Sidi Amara* en vertu de plusieurs décrets sous la forme de concessions que les beys tiennent à renouveler épisodiquement. Le plus ancien décret structurant les conditions d'exploitation de ces sources datant de 1787 n'était que le renouvellement de décrets antérieurs au profit d'*Ouled-s Sidi Amara*. Depuis cette date, ce décret était réitéré à plusieurs reprises. En 1811, Hamouda Pacha (1782-1814) a renouvelé le décret au profit de *Amara Ettrabelsi elgheriani*, l'un des descendants de *Sidi Amara*, qui succédait son défunt père à la direction et à la surveillance de *hammam Ourbus*. L'acte rendait compte, également, des travaux de restauration et de reconstructions des bains à prendre en charge par les concessionnaires. Ceci implique qu'une partie du bâtiment médiéval devrait être sur pied à cette époque bien que défigurée. Le même acte a été renouvelé à la fin de mars 1814 au profit du même régisseur. Un décret analogue au précédent a été rendu par Mahmoud Pacha Bey (1814-1824). En 1827, Hussein Pacha Bey (1824-1835) désigne un nouvel intendant : le *cheikh Hassin Ben Amara*. En 1835, Mustapha Pacha Bey (1835-1837) confie la direction et la surveillance des bains à *Hassen Ben Amara*, *el-Bahri Ben el-Hadj Ali* son fils et sa sœur *Massouda*. Tous ont été chargés de la direction de la *Zaouia* ainsi que de la gestion des bains attenants. Le décret ne précise pas les raisons de la multiplication inaccoutumée du nombre des intendants. Mais, depuis, l'administration des bains est régulièrement partagée par plusieurs régisseurs. Le 1^{er} octobre 1838 Ahmed Pacha Bey (1837-1855) rend un décret conforme au précédent au profit des trois intendants susnommés. Le 8 mai 1840 Ahmed Pacha Bey accorde de nouveau l'intendance de *hammam Korbous* à six personnes : *Hassen ben cheikh sidi Amara*, son frère *Abdurahim*, *Ali Ben Othman*, *Mohamed el-Arbi*, *Ahmed Ben Amara* et *Khadija*. Ce décret a été de nouveau rendu en 1852 par Ahmed Bey, en 1855 par Mohamed Pacha Bey (1855-1859), en 1858, 1861 et 1875 par Mohamed Sadok Pacha Bey (1859-1882) (ANT, série SG15, carton 33, dossiers 2 et 3). Conformément à ces décrets beylicaux le *Cheikh* de la *Zaouia* de *Sidi Amara* détenait les revenus des bains publics à charge d'effectuer l'entretien et les réparations nécessaires de ces bâtiments. Par contre la gestion des bains existants dans les maisons privées ainsi que celui de *Dar el-Bey* n'en faisant pas partie. En dépit

de leur aspect officiel, ces actes ne détaillent pas assez les modalités d'exploitation des sources mais ils attestent l'importance du rôle des sources, en particulier les bains de *Sidi Amara*, dans la formation de ce petit hameau et ses refondations successives et multiples.

Ces sources drainaient pendant la saison des cures des afflux importants. Progressivement un village a pris naissance pour faire face aux demandes accrues de logement par les curistes. L'acte de 1787 nous offre une description brève mais précieuse des éléments urbains existants à cette date. D'après cet acte, *Korbous* comprenait une *Zaouia*, quelques habitations et un *hammam*. Au début du XIX^{ème} siècle Louis Frank indiquait que le village était d'une grande pauvreté formé de quelques masures délabrées et des gourbis. Subséquemment, divers bâtiments ont été édifiés sur et en bordure de la terrasse naturelle, autour des établissements thermaux. Ces modifications notables résultent des transformations subies par *el-Hadj Mohamed Lasram*, un haut fonctionnaire de la cour husseinite décédé le 14 mai 1806 (Ibn AbiDhiyâf, 1989, pp. 51-52). Cette phase marque la première grande extension reconnue de ce village. De plus des constructions jadis mentionnées par l'acte de 1787, *Korbous* se dota d'une humble mosquée adossée à la falaise sans minaret qui renferme le tombeau d'*el hadj Mohamed Lasram*. Ce notable a reconstruit, également, les bains de *Sidi Amara* qui n'existaient pas en 1805 lors de la visite de Louis Frank qui a constaté que les malades se trempent dans les piscines et s'abritent d'une tente (Marcell, 1979, pp. 142-143).

Depuis, aucune nouvelle construction n'a été signalée jusqu'au milieu du XIX^{ème} siècle. Mais l'absence de nouveaux bâtiments ne signifie pas l'abandon de l'endroit. D'après le décret rendu le 8 mai 1840 par Ahmed Pacha Bey, *Korbous* renferme, outre les constructions d'*el hadj Mohamed Lasram*, un bain privé crée par un certain *Ali Frikss* désigné *Dar Bayada* comprenant deux piscines. Deux ans plus tard, en 1842, Ahmed Bey (1837-1855) y fait construire le pavillon de *Dar el-Bey*, réservé à son usage personnel et aux invités de marque. L'ensemble architectural était d'une banalité excessive. Il comprenait quelques pièces et deux piscines alimentées par *Aïn Chefa*, dite aussi *Aïn Gebl et Dar el Bey*. Réservee, également, à la famille beylicale et aux dignitaires de la cour, elle servait parfois de résidences aux visiteurs étrangers. Mais l'isolement de *Korbous* et les difficultés d'accès éloignent peu à peu les Beys de ce pavillon qui tombe en ruines.

La description la plus détaillée que nous avons de *Korbous* reste celle fournie par Victor Guérin. Ce voyageur désignait, en 1860, que *Korbous* était un simple village renfermant une centaine de petites maisons. Il a également estimé la population en place d'environ 400 personnes (Guérin, 1862, p. 209). Vers la fin du XIX^{ème} siècle, Louis Émile Bastide témoigne également que le village comptait une centaine d'habitations. La quasi-totalité de ces habitations étaient des petites cabanes. Sur les photos de fin XIX^e nous observons, à proximité immédiate de *Dar el Bey*, quelques maisons et cabanes encore intactes mais d'aspect sobre et précaire. Ces maisonnettes sont situées sur le principal axe de communication entre la côte et la haute montagne à quelques centaines de mètres des sources. Toutefois, il semble que les *Ouled-s Sidi Amara* n'aient pas complètement accaparé les bâtisses de *hammam Korbous*. D'autres ont investi aussi auprès du site, tout particulièrement des notables de la cour beylicale



Fig.1 Vue d'ensemble du village en 1938 (ANT, série SG5, carton 33, dossier 2)

qui avaient leurs propres maisons équipées de bains, à savoir : *Dar Mestiri*, *Dar Bou Djemaa*, *Dar Kalboussi*, *Dar Khodja* et *Dar Ben Othman* (ANT, série SG15, carton 33, dossier 3). Les maisons abandonnées de pêcheurs attestent, aussi, que des habitations s'étaient accrochées à la falaise. L'arrière-pays immédiat est couvert d'une forêt de pin envahie par la broussaille et ne contenait aucune construction (ANT, série SG15, carton 33, dossier 2). Mais il faut bien attendre le début du XX^{ème} siècle pour que le développement urbain à *hammam Korbous* prenne son envol et que la région s'affranchisse progressivement par des grands travaux (fig. 1).

3. Les nouveaux aménagements de *hammam Korbous* à l'époque coloniale

Assez rapidement après l'instauration du Protectorat, les premières réglementations relatives aux sources thermales et à leur contrôle sont mises en œuvre. Dès 1881 toutes les sources thermales deviennent propriété de l'État. Ainsi, la montagne, dans les limites de laquelle se trouve compris l'emplacement du village de *Korbous*, fut reconnue appartenir au domaine de l'État, à l'exception de quelques habitations particulières (ANT, série E, carton 377, dossier 3). Dans ce contexte, *Korbous* fait l'objet d'une attention particulière des pouvoirs coloniaux. En 1885, la direction des travaux publics commence à étudier la possibilité d'exploiter les eaux thermales de *Korbous*. L'appel à des concessionnaires ou à des sociétés paraît être la solution la plus conforme. En 1901, en vertu d'une concession d'une durée de 40 ans, les sources et leurs environs ont été cédés au Vicomte de Méaulte et à Edmond Magnier, moyennant 500 francs durant les dix premières années et 1 000 francs durant les 30 années qui suivent. Les locataires s'engagent de laisser à la population locale le libre accès des sources (JOT, 1901). En 1904, et aux termes de l'article 23 de la convention, les concessionnaires n'ayant rempli aucune des conditions demandées ont été déchus de leurs droits (JOT, 1904a). Au cours la même année Lecore Carpentier, alors directeur de la *Dépêche Tunisienne*, succède aux concessionnaires déchus et constitue une société anonyme, *Compagnie des eaux thermales et du domaine de Korbous*, qui mène à bien l'œuvre qu'elle s'était proposée dont la clause principale était la création d'un village thermal convenablement aménagé (JOT, 1904b). Cette œuvre commence réellement en 1905. La Compagnie a entrepris un plan général dont la réalisation s'est effectuée sur plusieurs étapes.

Les premiers aménagements ont porté sur la voie d'accès à *Korbous*. Ainsi, une route de 48 km a été créée.

Le tronçon le plus délicat était celui de *Sidi Rais* à *Korbous*, il constitue une route en corniche accrochée aux flancs de la falaise. En 1907, la nouvelle route de 8 km est praticable. Ce premier obstacle vaincu, il s'en présentait un autre tiré de l'espace extrêmement restreint dont on disposait pour la construction d'un établissement thermal. D'ailleurs cette entrave a été signalée auparavant par Victor Guérin qui a bien constaté les marges réduites de toute extension (Guérin, 1862, p. 210).

La compagnie concessionnaire avait prévu, outre l'établissement thermal, la création des logements, des distractions ainsi qu'un quartier "indigène" sur le versant de la montagne (ANT, série SG15, carton 33, dossier 3; Jennings, 2011, pp. 173-196). Pour ce faire il fallait raser de nombreuses anciennes constructions. De ce fait, le travail primordial qui s'imposait, ensuite, à la Compagnie concessionnaire était le déblaiement complet du village et la démolition des masures. Les revendications multiples formulées par les propriétaires ont causé l'expropriation pour cause d'utilité publique de tous les immeubles reconnus nécessaires à la construction de l'établissement thermal et de ses annexes. Les immeubles requis à l'expropriation comprenaient en réalité la totalité des maisons appartenant aux villageois (ANT, série SG15, carton 33, dossier 3). Des indemnités ont été proposées. Toutefois, les propriétaires n'avaient jamais accepté les offres de la Compagnie. A la suite du décret du 17 Février 1906 prononçant l'expropriation de divers immeubles à *Korbous* une pétition a été adressée au directeur des travaux publics et une autre au secrétaire général du gouvernement tunisien. La Chambre Civile de l'*Ouzara* a autorisé l'Administration des *Habous* à prendre possession des immeubles dont il s'agit. Conformément à cette décision, un accord a été conclu avec l'Administration des *Habous* en vertu duquel, la Compagnie a procédé à des échanges de terrains qui étaient de longue durée et à la reconstruction des maisons sur d'autres terrains. Ces procédures ne semblent pas avoir été terminées complètement en 1914. Il fallait, en définitive, compter une dizaine d'année pour la régularisation des titres de la Compagnie et du domaine de l'État.

Une fois la procédure d'appropriation du terrain est achevée un grand chantier de reconstruction s'amorce. L'ancien village a été démoli en partie et il a été remplacé, progressivement, par des constructions nouvelles. Le terrain fut soigneusement nivelé et toutes les mares ont disparu. Les anciennes piscines de *Sidi Amara* ont été conservées et transformées ainsi que l'étuve de l'*Ain Haraga*. Elles étaient destinées aux malades tunisiens (*Le Petit Marseillais*, 1925). Le nouvel établissement thermal a été installé dans



Fig. 2 Dar el Bey surmontée d'un minaret (ANT, série SG5, carton 33, dossier 2)

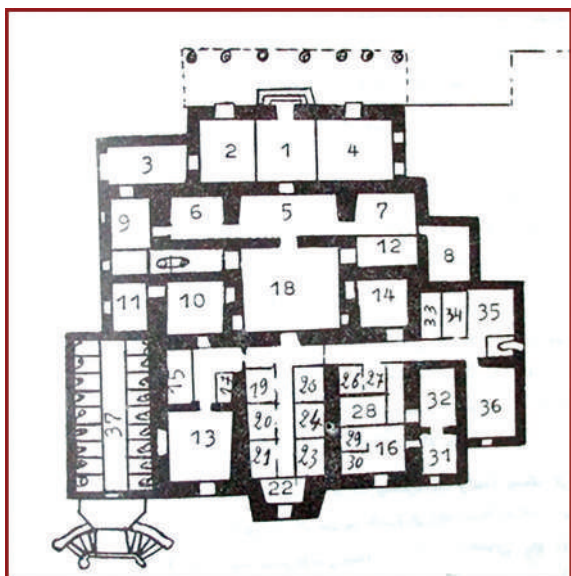


Fig. 3 Transformation de Dar el Bey en un établissement thermal (Regaieg, 1999, pp.53-54)

l'ancien palais d'Ahmed Bey. Par conséquent ce pavillon subit une réfection totale tout en conservant l'essentiel de son architecture. Il est, également, rehaussé par un minaret pour conserver la note orientaliste dominante de la station (Jarrassé, 2011, pp. 49-67) (fig. 2).

Autant, le nouvel établissement présentait un appareillage plus complet : piscines particulières, cabines pour les douches, salle de repos, salle de massage, étuves en caisse, bains de vapeurs, etc. Un service médical a été également créé. A l'entrée de l'ancienne Dar el-Bey ont été groupés les bureaux et le cabinet médical, les douches, salle de repos, un *patio*, spacieuse salle d'attente, au bout du couloir se trouvent les salles de traitement. Face au *patio* ont été groupées les diverses cabines de bains avec lit de repos. Des deux côtés de ces salles de bains, à droite les douches et les salles de massage pour femmes, à gauche les étuves en caisse et les salles de repos. Sur l'autre partie du couloir les salles de massages réservées aux hommes et salles de repos. A l'étage se trouve deux logements avec cuisines réservés aux personnels de l'établissement (fig. 3).

Les travaux d'innovation des installations prennent de l'ampleur à partir de 1904. Une rue centrale a été établie en raccrochement avec la route en corniche. Au début de cette artère fut élevé l'hôtel des thermes situé près d'un parc sur le point le plus élevé du village (fig. 4). L'hôtel des thermes occupe une surface couverte de 840 m². Le RDC comprend une salle à manger et vastes cuisines et annexes. Le premier étage comprend 14 chambres donnant sur des terrasses

sur mer. Au deuxième étage nous trouvons les mêmes appartements que l'étage précédent. Le casino attenant à l'hôtel comprend deux salles de jeux. L'hôtel des sources, son annexe, est composé de 19 chambres dont sept se trouvent au RDC et 12 à l'étage. Cette annexe est dotée aussi d'un restaurant. Sa façade occidentale est poursuivie d'une large véranda prolongée d'une esplanade plantée de palmiers.

À proximité de ces deux hôtels, la compagnie a aménagé, entre 1906 et 1930, des appartements privés destinés à être loués comprenant 150 villas et appartements meublés dotés d'une piscine alimentée en eau thermale. Pour conserver la note orientaliste dominante de la station, ces bâtiments reçurent aussi des arcades, des faïences traditionnelles et des volets à lamelles. La "maison des arcades" domine l'avenue principale du village et renferme 12 appartements et cinq boutiques. Les "constructions nouvelles" font face à cette dernière. Cette bâtisse est composée de 16 chambres avec vestibule. La "maison mauresque" avec le "pavillon neuf" constituaient les logements luxueux de *Korbous* hormis les hôtels. La façade de la maison mauresque est décorée de faïences traditionnelles, ses fenêtres closes de volets à lamelles de bois. Le RDC est occupé par des bureaux qui voisinent avec une salle de fête. Un logement de trois pièces complète cet ensemble. Le premier étage se divise en trois appartements.

Le "Pavillon neuf" (fig. 5) date de 1930, son RDC s'ouvre sur une galerie élégante bordée par huit petits logements. Le premier étage renferme des appartements de deux chambres desservies par des couloirs particuliers et par un grand balcon courant tout le long de la façade du bâtiment. Une terrasse belvédère à l'ouest argumente l'ensemble de l'édifice. Un garage pour plusieurs voitures et une vaste salle occupent le sous-sol. La "villa du docteur" située près du grand parc comporte deux appartements très confortables. Les "villas de corniche" offrant quatre appartements de trois pièces ont été placées à l'entrée de *Korbous*. Elles surplombent le golf de Tunis et offrent un superbe panorama. Les constructions d'*Aïn el-Fakroun* sont destinées aux ouvriers attachés à l'exploitation de *Korbous*.

Ces aménagements marquent une grande étape dans l'extension de *Korbous*. La superficie couverte est passée de 1 094 m² avec six grandes maisons et 63 chambres à 3 174 m² avec 121 logements et 258 chambres habitables et le nombre de piscines est passé de 17 à 71 salles de bains ou piscines (*Le Petit Marseillais*, 1925). Simultanément que le nombre des curistes augmentait, *Korbous* se transformait en un centre touristique non plus uniquement pour ses eaux mais aussi pour son climat et ses distractions.



Fig. 4 Hôtel des thermes (ANT, série SG5, carton 33, dossier 2)



Fig. 5 Le Pavillon neuf (ANT, série SG5, carton 33, dossier 2)



Fig. 6 Vue d'ensemble du village actuel

4. Conclusion

Riche de ses sources thermales, le village de *Korbous* a connu une histoire mouvementée. Mais c'est après l'instauration du protectorat que *Korbous* a pris réellement son envol avec l'édification d'établissements prestigieux et s'est transformé pour offrir aux curistes, non seulement les meilleures conditions de soins mais également celles d'un séjour réussi. Depuis, la rive de *Korbous* a été le théâtre d'un changement profond des activités humaines et des formes urbaines. Son littoral mis en exergue par la géographie médicale puis par la propagande touristique devient le socle d'une prospérité nouvelle. L'urbanisation à partir du front de mer a provoqué l'envahissement du littoral et c'est un nouveau village qui remplace l'ancien bourg. C'est là une nouveauté importante par rapport aux périodes antérieures, qui avaient certes vu un certain développement des activités thermales impliquant parfois le pouvoir politique. Il n'est donc pas étonnant que dans le processus de colonisation, le thermalisme ait été un facteur de renouvellement urbain. Toutefois, c'est aussi comme processus économique qu'il faut envisager l'implantation du thermalisme moderne, en lien avec la mise en valeur des ressources naturelles et du tourisme.

Bibliographie

- Abidi, B. (2005-06). *Palais des beys aux environs de la ville de Tunis, El-Abdaliya à la Marsa et Dar el-Bey à Hammam-Lif* (en arabe). Mémoire de Master. Faculté des Lettres, des Arts et des Humanités de la Manouba, Tunis.
- Abidi, B. (2016). "Dar el-Bey d'Hammam-Lif aux XVIII^{ème}-XIX^{ème} siècles: prémices de l'architecture thermique à Tunis". *Al-Sabîl: Revue d'Histoire, d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines*, 2.
- ANT, Archives Nationales de Tunisie, série E, carton 377, dossier 3.
- ANT, Archives Nationales de Tunisie, série M5, carton 16, dossier A17.
- ANT, Archives Nationales de Tunisie, série SG15, carton 33, dossier 2.
- ANT, Archives Nationales de Tunisie, série SG15, carton 33, dossier 3.
- Bastide, L.-É. (1888). *Les eaux thermo-minérales d'Hammam Lif et d'Hammam Korbous et de leurs applications aux maladies chroniques*. Bordeaux: Cassignol.
- Bey, El M. (1999). *De la dynastie husseinite. Le fondateur Hussein Ben Ali. 1705-1735-1740*. Tunis: Serviced.
- Cheyrou-Lagrèze, H. (1937). "La Tunisie thermale. Le charme printanier d'Hammam-Lif". *Tunisie, revue illustrée*, avril, pp. 10-13.
- Cheyrou-Lagrèze, H. (1938). "Regards sur Korbous avant la saison d'hiver". *Tunisie, revue illustrée*, septembre, pp. 12-14.
- Compagnie des Eaux Thermales et du domaine de Korbous (1938). *Korbous: La cote du soleil, Station thermale de Tunisie: Le soleil, la mer, la montagne, l'eau thermale: Une pure vision d'Orient alliée aux souvenirs de l'antiquité dans un site enchanteur*. Éditions Pratiques.
- Djaloul, N. (2011). *La voile et l'épée, les côtes du Maghreb à l'époque médiévale*, t.1. Tunis: Faculté des Lettres, des Arts et des Humanités.
- Geslin, L. (1913). *Korbous. Histoire d'une station thermale d'Afrique*. Tunis: Société anonyme de l'Imprimerie Rapide.
- Guérin, V. (1862). *Voyage archéologique dans la Régence de Tunis*. Paris: Henri Plon.
- Guyon, J. L. [1864] (2018). *Études sur les eaux thermales de la Tunisie*. Paris: Hachette/Bibliothèque Nationale de France.
- Ibn AbîDhiyâf, A. (1989). *Ithâf 'ahl al-zamân bi-'akhbârî mulûki Tûnis wa 'ahd al-'amân*. Tunis
- Jarrassé, D. (2011). "Références orientalistes dans les villes d'eaux d'Algérie et de Tunisie. Transfert du modèle thermal et usage de motifs patrimoniaux" in Bacha, M. (ed.). *Architectures au Maghreb (XIX^{ème}-XX^{ème} siècles)*. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, pp. 49-67.
- Jennings, E. T. (2011). *À la cure, les coloniaux: thermalisme, climatisme et colonisation française, 1830-1962*. Rennes: PUR.
- JOT, *Journal Officiel Tunisien*, août 1901; 6 août 1904a; 23 août 1904b; 17 février 1906; 12 janvier 1962.
- Marcell, J.-J. (1979). *Histoire de Tunis, précédée d'une description de cette régence par le Dr. Louis Frank*. Tunis: Bouslama.
- Pellessier (1980). *Description de la Régence de Tunis*. Tunis: Bouslama.
- Regaieg, N. (1999). "L'amour, la Fantasia d'Assia Djebar: de l'autobiographie à la fiction". *Itinéraires et contacts de cultures*, n.° 27, 1^{er} semestre 1999.
- Revault, J. (1974). *Palais et résidences d'été de la région de Tunis, XV^{ème}-XIX^{ème} siècles*. Paris: CNRS.
- Violard, E. (1906). *La Tunisie du nord; les contrôles civils de Souk/el-Arba, Béja, Tunis, Bizerte et Grombalia*, Rapport à M. le résident Général S. Pichon. Tunis: Imprimerie moderne J. Okliac.

MEDITERRÂNEO: UM CERTO *GENIUS* DE HABITAR

Gonçalo Duarte Gomes

CHAIA, Universidade de Évora
gduartegomes@gmail.com

Palavras-chave: paisagem, *genius loci*, *ethos*, habitar

Resumo

Compreendendo uma realidade geográfica que liga o Oriente ao Ocidente e o Norte ao Sul, a bacia do Mediterrâneo constitui um cadinho de inevitável diversidade paisagística, reflexo de não menos distintas culturas, línguas, comportamentos, credos, entre tantos outros traços identitários, que se cruzam numa História partilhada.

Mas, não obstante a pluralidade, será, ainda assim, identificável uma unidade na abordagem ao acto de habitar, de arquitectar – no sentido etimológico do construir, do criar o abrigo para o Homem – a paisagem e, conseqüente e intrinsecamente, a edificação, através de processos que, ainda que formalmente distantes, sejam essencialmente próximos?

Através da análise de autores distintos em distintos registos – desde a historiografia de Braudel ao impressionismo viajante de Matvejevitch, passando pela análise apaixonada, mas escalpelizada, de Orlando Ribeiro ou o humanismo de Torga – procurará identificar-se a comunhão de um certo *genius* de habitar, não confinado a um *loci* específico, na procura do que traduz um *ethos* mais amplo: o Mediterrâneo.

1. O Mediterrâneo

O que é o Mediterrâneo? A questão, podendo parecer geograficamente inusitada, porque imediatamente respondida, encerra em si uma complexidade que se desvela na proporcional medida do aprofundamento da reflexão.

Orlando Ribeiro conceptualizava desta forma o Mediterrâneo: *como unidade natural definem-no essencialmente a posição, o clima, a articulação do seu relevo, para de seguida acrescentar como individualidade humana, a semelhança que os seus modos de vida apresentam de um extremo ao outro, visto que só uma vez, e apenas por alguns séculos, se pode falar de uma organização política que se estendesse a todo ele: o Império Romano* ([1968] 2011, p. 37).

Afigura-se assim como mais do que uma mera delimitação geográfica, algo que, partindo de elementos telúricos, se sublima numa essência que não se deixa confinar ou explicar apenas com recurso a fronteiras físicas ou do campo da abstracção administrativa.

Fernand Braudel adoptou também uma abordagem cautelosa à definição dos limites do Mediterrâneo,

comparando-o a *um foco luminoso cuja intensidade se esbate sem que se possa estabelecer definitivamente onde se situa a fronteira entre a sombra e a luz* ([1946] 1995, p. 193).

Resulta assim menos desconcertante a conclusão de Predrag Matvejevitch, imediatamente na abertura do seu Breviário Mediterrâneo, acerca do estado da arte sobre a delimitação do Mediterrâneo: *não sabemos ao certo até onde vai* (2019, p. 19).

Uma dúvida que data da Antiguidade Clássica. Não obstante a óbvia circunscrição do *mediterraneus* dentro das suas margens e da estreita abertura guardada pelas Colunas de Hércules (*Mons Calpe* a norte e *Mons Abila* a sul), algo mais se adivinhava.

No mapa – ou naquilo que se estima poder ser uma sua representação fiel, antecessor até da “Geografia” de Ptolomeu – de Anaximandro, este materializa no Mediterrânico, que é o centro do mundo conhecido, a sua concepção cosmogónica do *apeiron* (Brotton, 2013, pp. 25-26).

Conceito difuso de etologia, postula a existência de uma identidade supra, original, de onde as micro se cindem. Ou seja, coexiste no Mediterrâneo uma dualidade que o torna simultaneamente convergente e divergente, polissémico ponto de concentração e de disseminação de valores fundamentais que são apropriados e se expressam

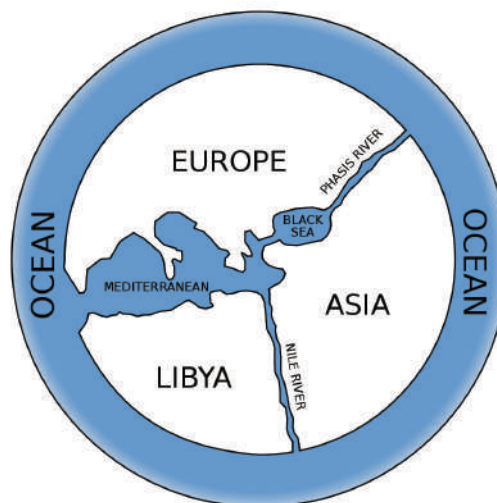


Fig. 1 Representação do mapa de Anaximandro (https://pt.wikipedia.org/wiki/Anaximander_world_map-en.svg)

diferentemente, formando, no entanto, uma unidade cultural heterogénea.

Evolui depois para o conceito romano de *orbis terrarum* (limites do horizonte terrestre). Mesmo conhecendo o mundo para lá do seu Mundo, os Romanos limitavam ao Mediterrâneo o conceito da civilização, num chauvinismo deliberado, pensado para afirmação unitária de uma autêntica cultura mediterrânica.

Para compreendê-la, importa considerar quatro factores fundamentais: clima, relevo, movimento e gente.

1.1. Clima

O clima mediterrânico, que exerce uma influência relativamente homogénea ao longo de toda a bacia mediterrânica, caracteriza-se fundamentalmente pela secura, intensidade térmica e longevidade dos Verões, e pela amenidade dos invernos. A precipitação, mais incerta do que escassa, concentra-se em períodos curtos (no Outono e Primavera, fundamentalmente), uma originalidade climática que origina chuvas violentas, em regime torrencial.

Dada a sua localização, o Mediterrâneo existe no incerto limiar entre a aridez do deserto, a humidade atlântica e o rigor continental. E embora desapareça nessas áreas, realiza-se no contacto com elas.

Um exemplo do determinismo do clima no Mediterrâneo é a sua associação à prosperidade e também declínio do Império Romano. O domínio de Roma está associado a um prolongado óptimo climático na região, considerada a média. Por outro lado, o fim do Império Ocidental, em 476 AD (início do reinado de Odoacro), corresponde a um período de significativo arrefecimento do clima do norte da Europa, forçando enormes massas de população a rumar a sul, em busca de condições de vida mais favoráveis, numa “invasão” que precipitaria o colapso do Império (Comellas, 2011, pp. 154-162).

1.2. Relevo

O relevo é determinante, pois *o Mediterrâneo reduz-se a uma fímbria entre a montanha e o mar* (Ribeiro, [1968] 2011, p. 46), normalmente marcado pelo calcário, *pano de fundo de montanhas brancas e descarnadas, providas apenas de retalhos de solo arruivado [...] e uma das razões da sua pobreza* (*ibid.*, p. 38). A exiguidade de terras baixas e ainda mais de terras planas – o que origina uma intrincada rede hidrográfica – leva a que água e fertilidade que permitem a permanência e a sobrevivência se alcancem apenas por um *esforço sustentado, onde uma vitória só se alcança com luta e se mantém com ininterrupta vigilância* (*ibid.*, p. 49), onde se inclui o esforço da despedrega e do arrumo da pedra, notavelmente nas faraónicas obras dos socalcos – *foi mais o suor vertido no desbravamento das encostas que na construção das pirâmides* (Matvejevitch, 2019, p. 77).

No Mediterrâneo ocupa-se mais o que se pode do que o que se quer.

1.3. Movimento

As movimentações no Mediterrâneo são um aspecto marcante nas dinâmicas populacionais, económicas e culturais. De tal forma, que pode ser entendido como um ecossistema, que se define não apenas pelas suas variáveis de estado, mas também pelas relações entre estas (fluxos).

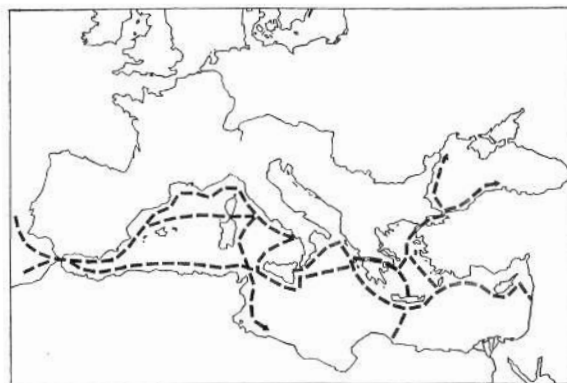


Fig. 2 Rotas de navegação no Mediterrâneo (Jabouille, 1996, p. 22)

O Mediterrâneo só tem unidade pelo movimento dos homens (Braudel, [1946] 1995, p. 310), teoria que transforma esta região num “espaço-movimento”. Desde logo, pelo mar, completando e complementando margens: *não é a água que liga as regiões do Mediterrâneo, mas os povos do mar* (*ibid.*).

Por terra, para lá das rotas comerciais, transumância e nomadismo marcavam o ritmo dos povos e paisagens mediterrânicas, com intensas trocas. A itinerância da mão-de-obra e a migração são assim marcas do Homem mediterrânico: os camponeses deslocam-se para a montanha, os montanheses para a cidade, os do sul para o norte, os de leste para oeste, os de oeste para além-mar.

Esta circulação de gente transporta consigo conhecimento, cultura, ferramentas, artesanato, práticas, dizeres – algarviadas análogas e até imprecções obscenas, como no caso do pirete, do *digitus impudicus* latino e do *katapygon* grego – e mitos.

Também pelo turismo, registado desde a Antiguidade nos “périplos” de vários autores (Jabouille, 1996, pp. 56-63). Que diriam da forma como hoje o Mediterrâneo gere a crise dos migrantes?

Foi aqui fundamental a *pax romana*, permitindo um nível de disseminação e assimilação cultural sem paralelo. Lucien Febvre, imaginando que Heródoto ficasse amplamente surpreendido com os camponeses de 1940, tinha a certeza de que Plínio “o Velho” não sentiria grande estranheza (Braudel, 2001, p. 336). Em Portugal, as *villae* instituídas pela administração romana há 2 000 anos constituem um de três momentos históricos marcantes para a evolução da propriedade rústica (Beires *et al.*, 2013, p. 92). Como Ovídio resumiu: *romanae spatium est urbis et orbis idem*.

1.4. Gente

Orlando Ribeiro considerava o homem mediterrâneo um *pastor transumante, navegador, [...] sobretudo, um rude trabalhador da terra* ([1968] 2011, p. 198), que as condições do meio predestinam ao localismo, mas que o mar condena a uma vida de relação. Aceitando a teoria de Durkheim, de que *a organização social foi o modelo da organização espacial, que é como que um decalque da primeira* (Silvano, 2010, p. 14), o homem mediterrânico retrata-se na sua paisagem.

Novamente nas palavras de Orlando Ribeiro, desta feita sobre os algarvios, temos uma leitura do que é o carácter das gentes do Mediterrâneo: *Mas o Algarve não é o jardim do Éden. Olhe-se como os campos e os arvoredos estão encerrados por afloramentos de calcário estéril. Repare-se como, por toda a parte, os muros de pedra, as belas sebes*

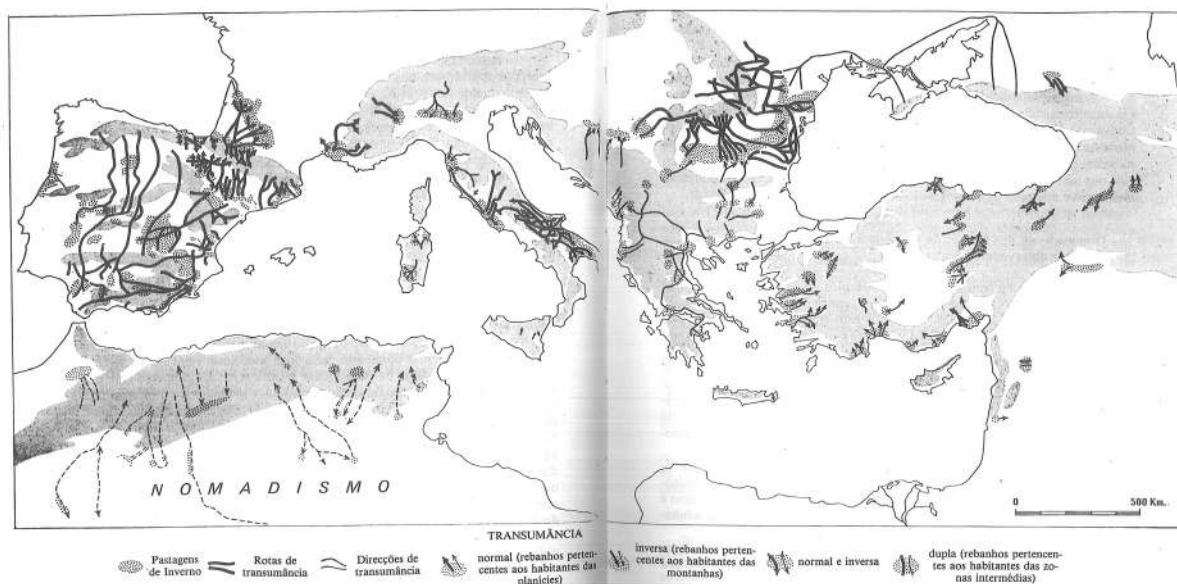


Fig. 3 Transumância e nomadismo no Mediterrâneo (Braudel, [1949] 1995, pp. 114-115)

de opúncias, a casa esparsa e o entrecruzar de caminhos, mostram até que ponto a terra está ocupada. A emigração é um recurso e uma necessidade. O algarvio leva consigo o jeito de acomodar-se, o ar aberto, acolhedor, o gosto de rir e de falar; com a vivacidade que lhe deu fama ele é, na posição como no temperamento, o mais meridional dos portugueses. ([1945] 1998, p. 164). Trabalhadora, sacrificada, profundamente ligada à terra e, apesar de tudo, alegre e ousada: é esta a têmpera mediterrânica. Sem falar da vigarice. Em certas cidades, e sobretudo nos seus portos, ela é mais do que uma simples habilidade: é uma das ciências do Mediterrâneo, ou até uma arte (Matvejevitch, 2019, p. 29).

Um carácter que partilha História e sangue, num processo de miscigenação que atravessa feitorias fenícias, colónias gregas e províncias romanas, continuando até aos nossos dias. O próprio imaginário é partilhado através de uma memória profunda, inscrita na mitologia (os mitológicos rios subterrâneos não são mais que a mistificação dos cársicos e aquíferos), que traduz a intensa circulação cultural, e que deixou cada margem do Mediterrâneo a reflectir sobre a sua oposta, como um único ecossistema cultural e social, em catarse compartilhada, porque *nenhum povo reúne todas as características mediterrânicas: elas estão espalhadas de uma ponta à outra* (ibid., p. 112).

Gente para a qual o tempo é relativo, assim como a divisão entre vivos e mortos. Pois o antigo e os mortos marcam clara presença no contemporâneo e nos vivos, como se mítico e real se fundissem.

1.5. A estranha familiaridade mediterrânica

Do seu périplo pelo Mediterrâneo, Paul Theroux relata um sentimento transversal aos locais de todos os países, revelado por uma frase comum: *this is not one country – this is many countries* (Theroux, 1996, p. 75). Isto revela uma particularidade do Mediterrânico. Se o *ethos* mediterrânico abrange alguns países na sua totalidade, incide apenas em partes de outros, raramente se prolongando para lá da primeira elevação significativa. *Mal se transpõe a primeira montanha interrompe-se a ligação com o mar, a região transfigura-se [...] em terra do interior* (Matvejevitch, 2019, p. 92), uma passagem que, referindo-se à região de Mostar, na Bósnia-Herzegovina, descreve certeira e peculiar relação entre o Algarve litoral e interior, em que as gentes do

último, descendo as serras, dizem ir “ao Algarve”, por nele não se reverem. É por isso que as nações se compreendem e se cumprem mais plenamente na partilha mediterrânica que com estrangeiros possuem, do que no interior das suas fronteiras. A condição mediterrânica é “pele” mais confortável do que a condição nacional. É pátria dentro de Nações, como que uma estranheza mediterrânica, uma familiaridade que inclusivamente penetra na linguagem, já que *observa-se assim [...] uma coabitação de duas ou várias linguagens: idiomas vernaculares de filiação mediterrânica e língua nacional, dita literária, de origem mais ou menos continental* (ibid., p. 60).

Talvez por isso seja tão frequente a falta de compreensão entre aquela que podemos denominar comunidade mediterrânica e a restante União Europeia, clivando Norte e Sul.

2. Habitar o Mediterrâneo

Como se habita então o Mediterrâneo? Como se arquitecta – exercício de mediação e diálogo entre necessidades, possibilidades e condicionalismos, particularmente os do meio – esse habitar, no sentido etimológico do construir, do criar abrigo para o Homem, necessidade para ele basilar, como sintetizou Alejandro de la Sota, *necesitó el hombre guarecerse, necesitó arreglar un poco su vida sobre la tierra: construyó* (Puente, 2002, p. 134). E como se processa neste espaço que, mais do que numa geografia, se localiza num *ethos*, num *genius* de habitar que não se confina a um *loci* específico?

Se a paisagem humanizada, como é a do Mediterrâneo, é *aquela que o homem modelou para satisfação das suas necessidades* (Caldeira Cabral, 1993, p. 46), e a casa é *um produto do Homem, um facto de cultura, e será no próprio Homem e nas leis da sua criação cultural que se devem procurar a razão de ser e a explicação decisivas da casa que é a sua obra* (Oliveira & Galhano, [1955-56] 2003, p. 14), o habitar explica-se no habitante que, por sua vez, se explica no seu meio, que sobre ele opera de forma determinística. Exposto de outra forma, *alrededor de la arquitectura pasan cosas importantes. El clima y el paisaje [...] son todos parte de este entorno que da razón de ser a la arquitectura* (Serra, 2006, p. 12).

Como se exprime então o Mediterrâneo na organização paisagística, urbana e da própria casa?



Fig. 4. Núcleos habitacionais da Fuseta (PT), El Perelló e Benidorm (ES) (Tostões, 2016, p. 79)

2.1. A urbe na paisagem

É na montanha, onde o Mediterrâneo *terá dado* [...] *os seus primeiros passos* (Braudel, [1946] 1995, p. 62), que encontramos os assentamentos originais, que expressam desde logo a relação umbilical com a paisagem. Fugindo dos riscos, da violência e insalubridade que o regime torrencial das chuvas associa à planície (*aqua, vita et mors*), é na encosta – tantas vezes arduamente modelada para esse efeito – que os pioneiros da humanização mediterrânica se instalam, não obstante a incomodidade e a dificuldade no acesso à água.

Em aglomeração, pois as casas, como animais, aglomeram-se para se protegerem de ventos agrestes e para partilharem sombras mitigadoras da canícula: *todo o Mediterrâneo é terra de aldeias que ponteiam, de longe em longe, os campos onde o homem trabalha e não reside. Aldeias de casas juntas, às vezes mais do que compactas, apinhadas, não raro alcandoradas em alturas e, por isso, dissociadas dos campos* (Ribeiro, [1968] 2011, p. 138).

Na proximidade do mar, a malha edificada nos povoados ribeirinhos, relaciona-se sempre – regra geral, de forma ortogonal – com este. Os dois versos do poema de António Pereira *Sou algarvio / E a minha rua tem o mar ao fundo* sintetizam não apenas o Algarve, mas toda a relação que na orla marítima mediterrânica se estabelece entre urbes e o mar.

A urbe de orla marítima está ligada a um porto, maior ou menor, e igualmente à contraparte montanhosa, alcandora-se em lugar incómodo, que permite o domínio do recesso costeiro.

2.2. A casa

A casa do Mediterrâneo identifica-se, mais do que por volumetria ou estética, pelas relações com a envolvente.

Desde logo, com o clima. A casa mediterrânica tem sempre preocupações de climatização, que se traduzem em adaptações estruturais. A sua arquitectura é mais de vivência e não tanto de objectos arquitectónicos, não é fim em si mesmo, mas meio para proporcionar algo aos que a vão viver. Daí que se abra ao exterior através de escassos e reduzidos vãos, coberturas e tectos altos para preservar a frescura (que é ampliada pelo pátio interior, com água, vegetação ou ambas), reixa (ou equivalente) nas portadas, açoteia como forma de aproveitar o sol escaldante para secar os frutos da sempre próxima terra.

Daí que, por todo o Mediterrâneo, sejam identificáveis unidades construtivas e elementos repetidos, não

obstante adaptações formais e materiais localizadas, que concretizam uma inequívoca identidade partilhada. É o caso da casa redonda (Ribeiro, [1961] 2013, pp. 61-62), da cobertura em abóbada, de alçados, do pátio, do forno, da chaminé, da cisterna, da alcova, conforme documentado por Mafalda Pacheco (Tostões, 2016, pp. 71-97).

3. Onde pára o Mediterrâneo?

Se a arquitectura – tanto da paisagem como do edificado – é uma expressão de valores civilizacionais, é ela hoje, no contexto nacional, fiel ao *ethos* mediterrânico? Face ao exposto, é legítimo questionar onde pára o Mediterrâneo no contexto português? É hoje a arquitectura factor identitário ou de descaracterização – que não evolução porquanto não resulta de uma metamorfose progressiva, mas antes de uma substituição imposta por valores que não os seus?

3.1. Mas Portugal é mediterrânico?

Matvejevitch exclui Portugal das suas considerações mediterrânicas. Braudel afirma: *o exemplo português levamos para fora dos limites do Mediterrâneo* (1995, p. 63) – enquanto aponta abundantes exemplos de Portugal como corolários do *ethos* mediterrânico.

Orlando Ribeiro [1945] (1998) conclui que Portugal é atlântico por posicionamento, mas mediterrânico por vocação.

O sentido de apropriação mediterrânica em Portugal atinge tal profundidade, que a crença messiânica do Padre António Vieira no Quinto Império se alicerça numa herança directa de Assírios, Persas, Gregos e Romanos, domínios que nasceram e se expandiram a partir do interior da bacia do Mediterrâneo, como potentados marítimos e comerciais, para lá de militares.

De Portugal, poder-se-ia então dizer tratar-se, na fantástica expressão de Ricardo Agarez, de um enigma mediterrânico no Atlântico, ainda que tenha perpetrado uma “boa traição” à sua *alma mater* geográfica e etológica com a Diáspora, que inicia um longo processo de desvio do eixo centralizador do Mediterrâneo (dando continuidade ao seu trajecto para Ocidente, depois de passar da Mesopotâmia para a Grécia, e desta para Roma), alargando os seus horizontes com as viagens transatlânticas e intercontinentais.

Se esta abertura geográfica obriga o Mediterrâneo a partilhar a sua centralidade global, por outro lado a expansão ultramarina leva consigo a identidade mediterrânica que, por exemplo, se vai consolidar nas açoteias moçambicanas ou nos “tavirenses” telhados em tesoura que se vão erguer nas Índias Portuguesas (Ribeiro, [1961] 2013).



Fig. 5 Bizâncio (Braun & Hogenberg, [1617] (2019))

3.2. Pode o Mediterrâneo salvar o mundo?

O património mediterrânico está hoje em rápida erosão. *O desaparecimento das casas regionais [...] é também mais um aspecto desse movimento geral de nivelamento que caracteriza a nossa época, corolário fatal da industrialização, que marca o apagar de valores afectivos essenciais e da fascinante diversidade do mundo – o fim dum humanismo que foi uma filosofia da vida* (Oliveira & Galhano, [1955-56] 2003, p. 374), ao mesmo tempo que “*está em curso, desde há algum tempo a esta parte, uma destruição sistemática dos sistemas tradicionais [...] fenómeno [...] promotor de uma profunda descaracterização da paisagem tradicional [...], concretamente da sua identificação com o cunho mediterrânico* (Duarte Gomes, 2017).

A vida moderna, obcecada com eficiência e velocidade (as distâncias medem-se em tempo, não em quilómetros) condena à morte as aldeias *alcandoradas e tranquilas, que se alcançam por caminhos em torcicolos, quando não em escadarias* (Ribeiro, [1968] 2011, p. 139), pois o primado do automóvel não se compadece de caminhos de gente, burros e bois.

A crítica encerrada na reflexão de Paul Virilio, que através da sua “ecologia cinzenta” ataca a poluição da Natureza-Grandeza que degrada as distâncias e as durações do tempo, assentaria perfeitamente numa defesa da mediterraneidade: *o mundo encolheu-se, encolheu-se terrivelmente, já não viajamos, deslocamos-nos* (Virilio, 2000, p. 92). Porque o Mediterrâneo conflitua, desfasando-se, com o mundo contemporâneo: *educado no respeito de muito antigos valores de civilização, o Mediterrâneo não sacrifica incondicionalmente ao tempo, ao dinheiro, à eficiência – os três grandes ídolos do mundo moderno – a razão da sua vida* (Ribeiro, [1968] 2011, p. 30).

Analisada em profundidade, esta essência mediterrânica, lenta e ineficiente, mas telúrica e humanista, fornece respostas e mecanismos eficazes para desafios contemporâneos, que questionam os modelos de crescimento infinito num mundo de recursos finitos. As suas características vão mesmo ao encontro dos princípios do decrescimento (Latouche, 2020), de entre os quais se destacam os valores da partilha e cooperação, a adaptação dos aparelhos produtivos às condicionantes do meio e o reduzido desperdício.

Para que a arquitectura de paisagem e a arquitectura de edificado possam contribuir para o sanar deste conflito, devem obrigatoriamente respeitar o *ethos* mediterrânico, (re)interpretando-o e (re)desenhando-o no tempo actual.

Recuperando, nos modelos de paisagem e de casa, os princípios do nível mínimo de energia e o respeito pelos recursos e seus limites, explorados com parcimónia, que o habitar mediterrânico adopta. Recuperando o respeito pela escassez e valor da terra, algo que contrasta com a contemporânea displicência na gestão do espaço e do solo, sem os compreender como reserva estratégica de fertilidade e capacidade produtiva, não aumentável por mera vontade.

Recuperando e reacendendo talvez o farol de humanidade que a cultura mediterrânica representou durante tanto tempo para a Europa – que fundou e educou – e para o Mundo, e a cujo eclipse não será certamente alheia a periclitância da União Europeia.

Recuperando o fundamento do próprio sucesso da mediterraneidade.

Bibliografia

- Beires, R., Amaral, J. & Ribeiro, P. (2013). *O cadastro e a propriedade rústica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Braudel, F. [1949] (1995). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II – Volume I*. Lisboa: D. Quixote.
- Braudel, F. (2001). *The Mediterranean in the Ancient World*. London: Penguin Books.
- Braun, G. & Hogenberg, F. [1617] (2019). *Cities of the World*. Köln: Taschen.
- Brotton, J. (2013). *A History of the World in twelve maps*. London: Penguin Books.
- Caldeira Cabral, F. (1993). *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- Comellas, J. (2011). *Historia de los cambios climáticos*. Madrid: RIALP.
- Duarte Gomes, G. (2017) “O Algarve arrancado pela raiz”. *Sul Informação*, 2 agosto. Disponível em <https://www.sulinformacao.pt/2017/08/o-algarve-arrancado-pela-raiz/> [Acedido a 22 maio 2020].
- Jabouille, V. (1996). *O Mediterrâneo Antigo: Unidade e Diversidade*. Lisboa: Colibri.
- Latouche, S. (2020). *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. Lisboa: Edições 70.
- Matvejevitch, P. (2019). *Breviário Mediterrânico*. Lisboa: Quetzal.
- Oliveira, E. V. de & Galhano, F. [1955-56] (2003). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Puente, M. (ed.) (2002). *Alejandro de la Sota. Escritos, conversaciones, conferencias*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Ribeiro, O. [1945] (1998). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa.
- Ribeiro, O. [1968] (2011). *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, O. [1961] (2013). *Geografia e Civilização – temas portugueses*. Lisboa: Livraria Letra Livre.
- Serra, R. (2006). *Arquitectura y climas*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Silvano, F. (2010). *Antropologia do Espaço*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Theroux, P. (1996). *The Pillars of Hercules*. London: Penguin Books.
- Tostões, A. (ed.) (2016). *The Mediterranean Question*. Lisboa: IST Press.
- Virilio, P. (2000). *A velocidade de libertação*. Lisboa: Relógio D’Água.

LAS COMUNIDADES DE DJEBEL SIRWA (ANTI-ATLAS, MARRUECOS): HACIA UNA RELACIÓN ENTRE HÁBITAT Y ECONOMÍA

José María Moreno Narganes

Universidad de Alicante (España). Investigador doctoral
jmmoreno@ua.es

Hacomar Ruiz González

Universidad de La Laguna (España). Investigador doctoral
haruizgon@gmail.com

Efraín Marrero Salas

Universidad de La Laguna (España). Investigador doctoral
emarreros85@gmail.com

Jared Carballo-Pérez

Universidad de La Laguna (España). Investigador doctoral
jcarbalp@ull.edu.es

Palabras clave: Sirwa, *douar*, *azib*, pastoralismo, alta montaña

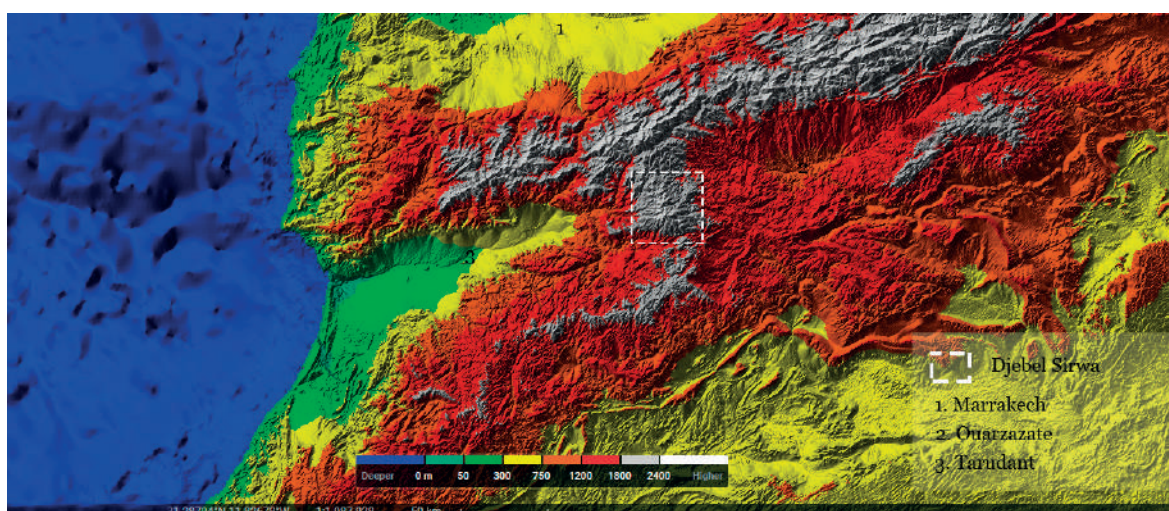


Fig. 1 Mapa geográfico general (José María Moreno Narganes)

1. Introducción

Esta propuesta pone su énfasis en el estudio de las comunidades actuales situadas en la cara noroeste del macizo volcánico de Djebel Sirwa (3 304 m) (Sous-Massa, Anti-Atlas) que presentan una relación directa con una economía pastoril que condiciona la articulación del hábitat y el funcionamiento social. De esta manera se tratará de caracterizar el modo de vida en esta región específica, y estudiar cómo se materializa en la alta montaña, atendiendo tanto a los espacios domésticos como a la estructuración de estos desde una perspectiva territorial. Para profundizar en la materialidad agropastoril haremos un estudio del sistema o relaciones (*Agdal*) que sustentan y dan sentido a estas poblaciones que combinan una vida estacional (*douar-azib*) con la explotación del medio de media y alta montaña.

El pastoreo trasterminante es una práctica generalizada en el Magreb, la cual trasciende el marco de una mera actividad económica para convertirse en un elemento sobre el que se articulan otros aspectos como la organización social o el propio hábitat. Desde una perspectiva agroecológica, esta movilidad pastoril se justifica en el diseño de una estrategia de explotación territorial que busca regenerar determinados ecosistemas y áreas de pasto, y a su vez adaptarse a los diferentes estadios altitudinales y ecológicos característicos de los paisajes de alta montaña (Bourbouze, 1999, pp. 238-240).

El reflejo de esta adecuación al medio son las comunidades distribuidas por el macizo volcánico del Djebel Sirwa (Sous-Massa, Anti-Atlas), poblaciones que se caracterizan por un modo de vida agropastoril, y que adaptan su hábitat y actividades económicas en un marco territorial que va de la baja montaña a la alta montaña en una fórmula poblacional conocida como *douar-azib*.

Esta región se enmarca entre las ciudades de Ouarzazate, Tazenakht y Taliouine. En cuanto al espacio geográfico, Sirwa se encuentra en la parte central de la cordillera del Anti-Atlas, que discurre en su parte occidental desde el Atlántico a su punto oriental en el Djebel Saghro y el Djebel Ougnat. La mayor parte de su geología es del período proterozoico y sus laderas norte, donde se enmarca este trabajo, presentan una variabilidad geológica con pequeñas formaciones de granito y cuarzos, destacando las zonas de conglomerados y las volcánicas-sedimentarias como dioritas, ofiolitas de Khazama, esquistos, riolitas y fonolitas (Khanchaoui *et al.*, 2001, p. 868).

2. Los poblados de alta montaña

El sistema de ocupación de Sirwa y sus valles se estructura a partir de pequeños asentamientos relacionados con campos irrigados, zonas de secano y, sobre todo, por modelos de sedentarización en relación con el pastoreo y la utilización de pastos de alta montaña. A partir de

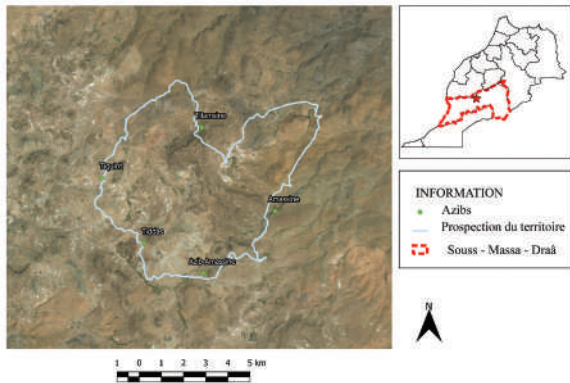


Fig. 2 Relación *douar-azib* (José María Moreno Naganés)

comparativas con el Alto Atlas, sabemos que existe toda una variabilidad en modelos de ocupación y estructuración a partir de los valles, donde no existe una única manera de habitar la alta montaña.

Este territorio concreto se articula en dos tipos de ocupación, uno definido como de “media montaña” (1 500-2 000 m), denominado *douar* (poblado principal) donde se reside durante meses fríos de octubre a mayo, y otro definido como de “alta montaña” (2 000+ 2 500 m), conocido como *azib* (poblado secundario) ocupado en los meses más cálidos de junio a octubre.

Dentro de esta zona, el presente estudio pretende un análisis comparativo entre el *douar* de Amassine y los *azib* cercanos del Azib Amassine, Tiddas, Tiquirit y Tilamsine localizados a lo largo de los valles fluviales de Tamanart, Amsalane y Tighouni, marcados por los ríos del Ouzlim, Aghoughouy y el Tassaft. De esta manera, estos pueblos se ligan a los procesos de corta trashumancia en las comunidades rurales de Askaouen y Khouzame, entre los distritos de Taliouine y Amergane.

2.1. Sirwa y el modelo agropastoril

El modelo de trasterminancia presente en Djebel Sirwa se caracteriza por un doble sistema de hábitat (*douar-azib*) y presenta un equilibrio entre explotación agrícola y ganadera, alternando una ocupación temporal entre la media y alta montaña como ocurre en otras zonas del Atlas como Bin el Oudine, Tichka o Imeguizz (Alto-Atlas central) (Costa & Batista, 2018, p. 392). Sin embargo, a diferencia del Alto Atlas, el Anti-Atlas presenta una menor densidad poblacional que permite el desarrollo de una ganadería extensiva.

El modo de vida de estas comunidades se determina en la relación de una corta trashumancia inserta dentro del sistema agrario de montaña. Este se sustenta sobre dos ejes adicionales, que estriban entre la complementariedad integral de las producciones agrícolas y pastorales, y la complementariedad vertical de los espacios con diferentes pisos bioclimáticos. Este modelo económico se sustenta en la participación de la mayor parte de las familias de estas poblaciones, muchas de ellas propietarias de pequeños terrenos para el cultivo y de una cabaña ganadera compuesta por algunos bóvidos, pero especialmente ovicápridos.

Durante la ocupación de los *douar* en los meses fríos, los rebaños ocupan los fondos de los valles, en un radio de distancia máximo de una jornada respecto a los espacios de hábitat. De esta manera se aprovecha su estabulación para la obtención de estiércol, el cual aumenta los rendimientos de las zonas irrigadas. En este período los animales se

alimentan con subproductos o desechos, así como de las praderas húmedas circundantes.

Así pues, en época estival se produce la subida de los rebaños a los *azibs* donde existen los pastos colectivos en un viaje de corta distancia.

Este sistema de gestión y explotación de pastos mantiene el ganado durante todo el año con alimentación abundante, basándose a su vez en un sistema de pequeños pastores. Dicho sistema necesita de una institución que regule aspectos como el acceso a los pastos, su conservación, o la equidad en su reparto. Este sistema de gestión donde confluyen numerosas familias de diferentes zonas se conoce como *agdal*. Este término designa un espacio silvopastoril donde las prácticas y actividades están sometidas a la ley del grupo, de esta manera se marcan temporalidades con fechas precisas (fijas o negociadas anualmente) por la comunidad en base a la tradición para la apertura o cierre de pastos, así como el paso de los rebaños desde el *douar* al *azib*. Esto implica toda una ética social que se basa en el respeto de una serie de reglas de agro-pastoreo estrictas para todas las comunidades y en los que la praxis religiosa influye en las mismas (Mahdi & Domínguez, 2009).

En esta compleja idiosincrasia, el *agdal* ejerce como una realidad tanto física como técnica; por un lado, designa unos pastos en altura, en un medio húmedo, donde la hierba crece abundantemente en primavera gracias al deshielo de las nieves de invierno. Por otro lado, y en términos agroeconómicos, “la prohibición de acceso a estos recursos colectivos durante la primavera, especialmente en esta etapa crítica para el crecimiento de las plantas, permite la reconstitución de las especies vegetales, la floración y reproducción de las plantas y el



Fig. 3 Douar. Tamallakout (arriba) y Amassine (abajo) (José María Moreno Naganés)



Fig. 4 Amassine (José María Moreno Narganes)

establecimiento de semillas/plantenes para continuar el ecosistema” (Mahdi & Domínguez, 2009, pp. 45-73).

Por tanto, estamos ante un concepto que engloba tanto un “espacio-recurso”, como a una serie de pautas marcadas por la comunidad para el uso y ocupación del territorio. Por lo que no puede entenderse este modelo de hábitat sino se inserta en los sistemas de organización y mantenimiento de los ecosistemas que permiten la regeneración anual de la masa vegetal para la alimentación del ganado.

A nivel territorial, es fundamental tener en cuenta la relación existente entre los poblados ubicados en la media-alta montaña, y valorar la distancia y altitud existente entre ambos espacios, con el objeto de entender incluso estos hábitats en el periodo que no están ocupados por la comunidad y su interconexión. En este proceso de trasterminancia, para el traslado del ganado, existen estructuras intermedias que acogen a los pastores en su camino hacia los poblados de alta montaña, si bien es cierto que no parecen distar más de una jornada entre los *azibs* y los *douars*. A estas construcciones de camino, habría que aunar pequeñas estructuras visibles en el territorio, y de pequeña entidad arquitectónica destinadas a albergar en ellas al ganado enfermo.

En este proceso de movimiento de la comunidad, algunos de sus miembros, sobre todo hombres, suben previamente a la apertura de los *azibs* para sembrar y preparar los diferentes cultivos que se realizan durante el verano (secano-irrigado) en la alta montaña, así como para preparar las casas antes de la llegada del resto del grupo. Dentro de esta sociedad esencialmente patriarcal, el papel de la mujer es indispensable en todas las actividades. En Sirwa las mujeres se encargan aparte de toda la gestión doméstica (maternidad-alimentación-limpieza), de trabajos en la cosecha de los cultivos, y especialmente el transporte de la producción. De la misma manera, las mujeres generalmente suben con toda la familia a los *azibs*,

donde ellas mismas se encargan del ganado. En la montaña de Sirwa, su influencia reside también en espacios y producciones bien definidas, como la producción textil ya que sus alfombras son muy conocidas y su comercialización ha alcanzado niveles internacionales.

3. Poblado y casa: una aproximación

El espacio doméstico y su manera de habitarlo por los bereberes en la alta montaña ha sido una cuestión trabajada profundamente por la historiografía (Laoust, 1983). En la actualidad existen nuevas propuestas de estudio de tipo más técnico que abordan la casa (*tigemmi* en singular, y *tugma* en plural) de alta montaña en relación directa con su territorio y paisaje. Esta propuesta entiende la casa en relación tanto con un medio geográfico que lo condiciona y delimita, como con un sistema económico-cultural. Como veremos en este caso, la morfología de la casa está en relación directa con las actividades económicas que se desarrollan en su interior, siendo el pastoralismo clave a la hora de definir el hábitat y el espacio doméstico. Este elemento es visible en los asentamientos principales (*douars*) de Tamallakout, Tachakchte o Amassine, frente a los *azibs* de Amassine, Tiddas, Tiquirit y Timlamsine, en un territorio donde la distancia entre estos no dista más de 5 km, aunque sí la altitud, ya que en esta superficie reducida pueden existir hasta 500 m de diferencia.

A nivel de análisis de la arquitectura y el uso de materiales, partimos de estudios previos que ya han remarcado una fusión arquitectura-paisaje que tiene una gran variabilidad en las subregiones del Atlas, la cual se puede observar en la forma de implementar la casa, en su volumetría, y en materiales de construcción tan variados como la tierra, la piedra, o la madera (Costa & Batista, 2018, p. 375).

A esta categorización debemos sumar el factor de interconexión y comunicación que ha ido convirtiendo el territorio, expuesto a una permeabilidad cada vez mayor frente a los cambios tecnológicos, uso de materiales industriales, etc.

3.1. El douar

El *douar* de Amassine es representativo de otros del norte de Sirwa como Tachakchte o Tamallakout. Se trata de un poblamiento concentrado que aprovecha un fondo de valle para desarrollarse. De esta manera, en la parte baja se sitúan los espacios irrigados y en el lateral sur se distribuye el poblado y las terrazas de cultivo de secano, mientras que en la otra ladera encontramos más terrazas y eras.



Fig. 5 Recinto para ganado en Tamallakout (José María Moreno Narganes)



Fig. 6 (1) *Azibs*. Visión panorámica. Tiddas (Arriba) y Tilamsine (abajo). (José María Moreno Narganes)



Fig. 6 (2) *Azibs*. Visión aérea. Tiddas (Arriba) y Tilamsine (abajo). (José María Moreno Narganes)

Analizando Amassine, vemos una preponderancia del modelo de casa-patio central, prácticamente presente en todas las casas del poblado. Puede contar con un zaguán y con diversas crujías especializadas alrededor. Este tipo presenta mayores infraestructuras con electricidad, agua corriente, o cocina con diferentes hogares. Además, es más susceptible de influencias urbanas como demuestra el uso de dos-tres plantas, los ventanales en arquería o determinadas soluciones arquitectónicas. Estas formas de entender la casa tienen claras vinculaciones con los modelos urbanos de mediano y gran tamaño.

En todas estas construcciones, existe un predominante uso del tapial de tierra para los paramentos. Sin embargo, en la actualidad aparece normalmente combinado con el encofrado de cemento. Este uso de materiales industriales se usa para reparaciones o reformas, o cada vez más frecuentemente para la construcción integral de la casa sustituyendo a la anterior. A veces, también se usa la mampostería en los zócalos o en zonas esquineras de las construcciones de tapial para dar mayor solidez. Los techos son a un agua, ligeramente inclinados y formados por un entramado de vigas (almendro y álamo), y cañas con desagües para el agua de lluvia o nieve. También se usa un tipo de aulaga en el perímetro del techo para mejorar la filtración del agua y su salida.

A nivel general, estos poblados cuentan con una hidráulica "moderna" con acequias encementadas, entubamientos, uso de partidores de hierro, o incluso presas para la gestión del agua.

Durante la permanencia de los rebaños en los *douars*, estos se diseminan o bien en estancias concretas de las casas (patios), o en recintos alrededor del poblado destinados a este fin. En Tamallakout, los recintos para el ganado son cuadrangulares, con paredes altas, cuyo techo a veces está hecho de cubierta vegetal. Los corrales

suelen tener una pequeña estructura adjunta donde los cabritos son separados para destetarlos de la madre. Estos pueden ser construidos en pendiente sobre afloramientos rocosos, o anexados a las casas como patios traseros. Suelen poseer un escalón o pendiente en su interior para facilitar la limpieza del estiércol acumulado, al mismo tiempo que se almacena para su uso como fertilizante en la agricultura.

3.2. Los *azibs*

En el conjunto doméstico de estos poblados confluye el hábitat humano con las estructuras pastoriles, desarrollándose a modo de espejo de su *douar* y repitiendo la estructura segmentaria y familiar para las divisiones de las casas y de los espacios comunales. Es un tipo de poblado disperso que se desarrolla en las estribaciones más altas de este territorio, cerca del nacimiento de los diferentes afluentes que marcan su descenso por el Sirwa. El territorio se encuentra claramente delimitado con marcadores que designan el área de cada comunidad o grupo poblacional. En algunos de los casos la separación viene impuesta por los condicionantes físicos del territorio, pero en otros se colocan linderos mediante mojones de piedra. Las casas se diseminan de manera dispersa o semi agrupadas aprovechando las pendientes, mientras las partes centrales de los valles se reservan para la agricultura. Junto a las construcciones domésticas en estos enclaves podemos encontrar tiendas, cementerios o mezquitas que funcionan únicamente en los meses cálidos.

En el caso del *azib* de Amassine, la mezquita se localiza en la parte alta del poblado, alejada de la mayor concentración de casas. En lo que respecta a su construcción difiere de las edificaciones de esta índole en los *douars*, presentando una planta morfológicamente similar a la de una casa estándar, pero de mayores dimensiones y sin minarete.

Además, existen otras estructuras comunales como hogares/hornos de uso colectivo segregados de las casas. Se trata de espacios delimitados por un paramento de piedra seca, de planta circular de hasta 90 cm de alto. La estructura contiene en su interior un horno de cámara de 1 m de diámetro.

Sirve para la cocción de varias unidades familiares, cuyas viviendas se localizan en el entorno más próximo, entre cuatro-cinco viviendas. Según la información oral, este tipo de estructuras está estrechamente relacionada con la actividad pastoril, y anteriormente servía como lugar refugio para las inclemencias del tiempo o como pernocta y descanso, en el que cabrían entre tres y cuatro personas. Actualmente, su funcionalidad culinaria se ha extendido a los dos modelos de asentamiento, con un espacio interior de entre 4-2 m de diámetro. En los *azib* no se les añade cobertura vegetal debido a las condiciones climáticas del periodo estival. En ocasiones, el fuego se deja encendido y se mantiene caliente para optimizar el uso del escaso combustible mediante un lecho de gravas.

Este poblamiento tiene su razón de ser en la relación de estas familias con el pastoreo, de esta manera, la parte dedicada al corral-patio será zona más importante de la casa. Su tamaño varía dentro de cada caso, pero siempre será el espacio más grande del conjunto doméstico. En torno a este espacio se articulan diferentes crujías, desde un modelo mono-celular con corral, hasta un modelo cerrado con crujías alrededor formando una casa muy similar a las de los asentamientos principales. Dentro de estos rangos, hay una gran variabilidad, aunque generalmente son de planta cuadrangular o rectangular. En relación con los materiales constructivos encontramos por lo general un uso de la construcción en piedra seca con mortero de tierra para los muros perimetrales. En lo que respecta a las materias primas

utilizadas, en los paramentos se usan piedras de la zona, especialmente de origen volcánico. Por contra, las techumbres, de tendencia plana, usan una base de madera (álamo, almendro o frutal) como vigas sobre la que se colocaría un entramado de cañas y tierra, a lo que hay que sumar en la actualidad el uso de plásticos impermeables. Estos recursos madereros, junto con el nogal utilizado para ventanas, jambas o dinteles, se obtendrían en los zocos o en las propias zonas arboladas de gestión colectiva.

A parte de este sistema mayoritario de construcción, encontramos también casas en menor medida de tapial o de materiales industriales como el encofrado de cemento, revestido a veces con pintura aislante. La relación de Sirwa con las medinas de Ouarzazate, Tazenakt o Talioune hace que el uso de materiales industriales como el cemento y el hierro sean cada vez más frecuentes, tanto en las casas como en los sistemas de irrigación.

Los módulos rectangulares abiertos al patio/corral tienen un carácter polifuncional tanto para el preparado de los alimentos como para el descanso durante la noche. Algunos se usan como baños para la familia y otras estancias cuentan con infraestructuras como bancos corridos o cocinas de un solo hogar, a veces en el suelo marcado con piedras. Por lo general son espacios con pocas y pequeñas ventanas, lo que sigue incidiendo en la importancia del patio para la vida cotidiana.

El corral estaría vinculado para guardar y gestionar el ganado, la concentración y recogida de estiércol, además ser el lugar de diferentes actividades diarias. Como es propio para otras zonas rurales, en comparación con las áreas urbanas, el patio tiene una superficie mayor, mientras que las habitaciones tienen una proporción alrededor similar (urbano-rural) de 2-2,5 m de lado (Batista & Costa, 2017: 503).



Fig. 7 Horno colectivo (Efraín Marrero Salas)

4. Conclusiones y perspectivas de futuro

El estudio conjunto del territorio a nivel general nos permite conocer que la vida en la alta montaña de Sirwa está sujeta a las dinámicas burocráticas, legales e impositivas de un estado contemporáneo, a la par que se relaciona con una economía de mercado que ha ido modificando este modelo agropastoril. Estos efectos de la globalización son visibles tanto en el desarrollo de infraestructuras ligadas a los planes de desarrollo hídrico nacionales (sistemas de irrigación mediante acequias cementadas, presas, entubaciones, etc.) que vienen a transformar los sistemas tradicionales de riego y agricultura, así como la llegada del turismo que genera un cambio en las prácticas económicas con nuevas infraestructuras como albergues-hoteles, mayor demanda de consumo o incluso graves cambios con estaciones de esquí como la de Oukaïmeden.

Este territorio, como todo el Magreb, se enfrenta a una serie de problemas que ponen en cuestión su perduración. Mientras que en el Alto Atlas los problemas se centran en la pérdida de la cubierta vegetal y el proceso de erosión del suelo, en el Anti-Atlas el problema principal es la escasez de agua. Un descenso en la capacidad hídrica genera un menor rendimiento de los cultivos, y la migración a la ciudad aparece como una forma de



Fig. 8 Casas de diferentes Azibs (José María Moreno Narganes)

encontrar remuneración o mejora, sobre todo en los jóvenes. Esto genera un abandono progresivo de las casas que dejan de mantenerse por la partida de la familia o la mayor parte de sus miembros.

La organización pastoral tradicional también se está desintegrando, ya no se respetan totalmente las costumbres tradicionales, como las decisiones relativas a las fechas de apertura y cierre de los pastos. Esto hace que la regeneración de los pastos no esté garantizada y por tanto la supervivencia del sistema de pequeños propietarios está en proceso de desaparición. A su vez, el desarrollo del turismo que genera el crecimiento de algunos pueblos amenaza con saturar los recursos de aguas disponibles.

Todos estos cambios afectan también al modelo de casa, que cada vez se convierte en más sedentario y donde en casos se homogeniza las casas de los *azib* con las del *douar*. En esta misma línea, cada vez hay una mayor presencia de materiales industriales, como el uso de cemento o hormigón, uso de aislantes plásticos, etc. que se extienden frente a los materiales tradicionales (mampostería-tapial). Todo esto debe hacernos reflexionar sobre la estabilidad hasta el momento de este sistema, sus debilidades y sus oportunidades en el futuro.

Este estudio preliminar realizado en 2019 es la base del proyecto ARCHEOMOBAS (Archéologie et Ethnographie de l'Occupation et Mobilité des Agro-pasteurs du Jbel Sirwa), que en siguiente fase analizará más pormenorizadamente el funcionamiento de estos espacios y su relación con el medio ambiente.

Bibliografía

- Batista D. & Costa M. R. (2017). "Uma aproximação preliminar ao estudo da arquitetura tradicional do Atlas em Marrocos" in Rosas, L., Sousa, A. C. & Barreira H. (eds.). *Genius Loci. Lugares y significados. Places and meanings*. Vol. 2. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar *Cultura, Espaço e Memória*, pp. 496-506.
- Bourbouze, A. (1999). "Gestion de la mobilité et résistance des organisations pastorales des éleveurs du Haut Atlas marocain face aux transformations du contexte pastoral" in Niamir-Fuller, M. (ed.). *Managing mobility in african rangeland: the legitimization of transhumance*. London: Intermediate Technology Publications, pp. 236-265.
- Costa M. R. & Batista D. (2018). "Architecture traditionnelle dans les zones de montagne: contribution à l'étude de la typologie des habitations dans le Haut Atlas au Maroc". *DigitAR: Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, 5, pp. 373-393.
- Domínguez, P. (2013). "L'agro-pastoralisme mobile des agdals du Haut-Atlas". *Perièria*, 18 (2), pp. 91-103.
- El-Khanchaoui T., Lahman M., El-Boukhar A. & El-Baraaouz (2001). "Les granitoïdes neoprotozoïques de Khzama, Anti-Atlas central, Maroc". *Journal of African Earth Sciences*, 32 (4), pp. 655-676.
- Laoust, E. (1983). *Mots et choses berbères. Notes de linguistique et d'ethnographie. Dialectes du Maroc*. Paris / Rabat: Challamel / Société Marocaine d'Édition.
- Mahdi, M. & Domínguez, P. (2009). "Regard anthropologique sur transhumance et modernité au Maroc". *Ager. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, 8, pp. 45-73.

CENTRALIDADES ENCARAMADAS. CIUDADES MEDIAS DE LAS SIERRAS BÉTICAS DESDE UNA PERSPECTIVA TERRITORIAL E HISTÓRICA. LOS CASOS DE ESTEPA Y OSUNA

Blanca del Espino Hidalgo

Centro de Inmuebles, Obras e Infraestructuras, IAPH
blanca.espino@juntadeandalucia.es

Francisco José García Fernández

Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Sevilla (España)
fjgf@us.es

Palabras clave: ciudades medias, ciudades en altura, patrimonio territorial, Sierra Sur de Sevilla

1. Introducción y antecedentes

La configuración física de Andalucía es muy singular, tanto por capacidad estructurante de sus elementos morfológicos como por su variedad, dando lugar a una gran diversidad de paisajes y, en consecuencia, a sistemas territoriales distintos (López Ontiveros, 2003). Podemos destacar, *grosso modo*, la cordillera de Sierra Morena, que funciona como límite sur de la Meseta castellana; el sistema Bético, un conjunto de cordilleras de origen alpino que se extienden desde la orilla norte del estrecho de Gibraltar hasta el cabo de la Nao, en Alicante; y la depresión del Guadalquivir, una cuenca sedimentaria asociada a la propia formación de las sierras Béticas que está vertebrada en sentido noreste-suroeste por el valle del Guadalquivir. A ello hay que sumar, además, sus casi 900 km de costa, con una gran disimetría entre la vertiente atlántica y la mediterránea.

Esta diversidad es aún más evidente en el centro de la región, donde se produce la transición entre unas formaciones geológicas y otras, desde las estribaciones de Sierra Morena hasta Sierra Nevada. Aquí se suceden una serie de unidades fisiográficas, como las campiñas del Guadalquivir, la depresión de Antequera o las hoyas intrabéticas, que han condicionado secularmente tanto la distribución de la población y las formas de ocupación y aprovechamiento del territorio por parte de las comunidades humanas, como la movilidad dentro y fuera de la región, lo que otorga un valor estratégico añadido a los lugares que se encuentran próximos a las vías de comunicación naturales.

El factor geográfico es clave para entender los patrones de asentamiento desarrollados por las distintas culturas que se han ido sucediendo en esta región desde la Prehistoria, con la aparición de las primeras sociedades complejas, y muy especialmente a partir del surgimiento de las primeras ciudades y del modo de vida urbano. No en vano, a finales de la Edad del Bronce se asistió a un fenómeno generalizado de concentración de la población, anteriormente dispersa, en una serie de núcleos de mayor rango, generalmente en altura.

Este fenómeno coincidió en el tiempo con los inicios de la presencia fenicia y la introducción en la región de los modelos urbanos orientales, ya sea a través de las propias fundaciones coloniales o bien a través de los barrios comerciales que comenzaron a proliferar en los

centros indígenas preexistentes, transformando estos últimos en auténticos *oppida*, o establecimientos en altura fortificados y dotados de rasgos urbanos (Fumadó Ortega, 2013). De hecho, una gran parte de las ciudades que configuran la actual red urbana andaluza tiene su origen en este momento: Cádiz, Málaga o Sevilla son fundaciones fenicias, pero también Carmona, Osuna, Écija, Estepa, etc. surgen o se desarrollan al calor de la influencia oriental en las campiñas del Guadalquivir (Escacena Carrasco & Belén Deamos, 1991).

Podríamos decir que esta primitiva red de asentamientos es el germen del sistema urbano andaluz, aunque deben tenerse también en cuenta las diferentes coyunturas históricas que se suceden desde la Antigüedad y que acaban dando forma al modelo territorial actual. Entre ellas, debemos destacar la conquista romana y su impacto sobre las comunidades locales, con el mantenimiento o desmantelamiento de sus *oppida*, la promoción de algunos núcleos y la fundación *ex novo* de otros, aunque a la postre supuso la continuidad de buena parte del tejido urbano heredado de la Antigüedad y la consolidación de una red de ciudades, especialmente densa en el centro de Andalucía (Earl & Keay, 2006), que se mantuvo, con pocas variaciones, hasta inicios de la Edad Media.

Aun así, las transformaciones que se sucedieron a finales de la Antigüedad – con el encastillamiento de la población en centros en altura (García Vargas & Vázquez Paz, 2012) – y tras la posterior conquista islámica no alteraron en esencia esta red, sino que reforzaron o atenuaron el papel de algunos centros en función de las diferentes circunstancias, en ocasiones con nuevas fundaciones o la recuperación de antiguos enclaves, ya abandonados. Ello es especialmente evidente durante el avance de la conquista cristiana, cuando los asentamientos en altura recobraron un valor estratégico y defensivo en relación con el control de las vías de comunicación y de las fronteras (García Fernández, 2005).

La feudalización de Al-Andalus potenció este proceso, incluso después de la anexión del Reino de Granada y la desaparición de la amenaza que este suponía. La aparición de los señoríos elevó a muchas de estas ciudades encaramadas a capitales de sus respectivos territorios, incrementando tanto su población como su prestigio, que



Fig. 1 Vista aérea de Osuna, con la Zona Arqueológica en el área superior (Grupo de Investigación HUM-152 “De la Turdetania a la Bética”)

se proyecta en un rico patrimonio arquitectónico y en las numerosas fundaciones religiosas, asistenciales o civiles asociadas (García Hernán, 2007). Esta situación se prolongó hasta el final del Antiguo Régimen y la transformación de estos centros, en las agrocidades que hoy conocemos. Resulta evidente, pues, que el fenómeno urbano en Andalucía es el resultado de un proceso de *longue durée* que afecta, especialmente, a las ciudades medias del interior y, entre ellas, a los centros encaramados de la campiña y la sierra Subbética.

En este sentido, el Plan de Ordenación del Territorio de Andalucía – en adelante, POT – (Junta de Andalucía, 2006) establece, basándose en una serie de estudios precedentes (Feria Toribio, 1992), una jerarquización de sistemas de asentamientos en tres categorías basadas en su naturaleza funcional: los Centros Regionales y sus áreas de influencia, formados por las 8 capitales de provincia y la bahía de Algeciras; las Áreas Rurales, situadas en las zonas montañosas de sierra morena y las sierras béticas; y los sistemas basados en Ciudades Medias, que representan cerca del 60% del territorio andaluz (Del Espino Hidalgo, 2017, p. 172) y que, a su vez, se dividen entre las ciudades medias de litoral y las de interior. Estas últimas corresponden, en su mayoría, a las áreas de campiña, valles y depresiones intrabéticas ya comentadas, y se organizan en torno a cabeceras territoriales que han evolucionado desde el modelo de agrocidad al de centro secundario de servicios.

2. Objetivos y metodología

El principal objetivo de la investigación es analizar cómo las ciudades establecidas como centros secundarios en altura han mantenido su rol estructurante del territorio de la Baja Andalucía en distintas épocas, comenzando por la protohistoria y afianzándose, por lo general, en el medievo y la Edad Moderna. Además, se analiza su posición como ciudades medias en el sistema natural y

las redes urbanas en las que se insertan actualmente. Por último, se estudia la evolución y permanencia de su trazado urbano, la localización de sus recintos amurallados y elementos defensivos, la evolución de los usos y su situación actual de vida y paisaje urbanos, para comprender cómo la orografía ha condicionado su configuración espacial y funcional. Para ello, se sigue una metodología de trabajo sobre dos casos de estudio seleccionados en la comarca Sierra Sur de Sevilla: Osuna y Estepa, combinando el análisis cartográfico, la bibliografía especializada o la fotografía aérea, así como el trabajo de campo.

3. Ciudades medias encaramadas

Las ciudades medias del interior de Andalucía y, particularmente, aquellas cuyos centros históricos ocupan posiciones elevadas en la topografía circundante, constituyen un rasgo característico en la conformación de su territorio, tanto por su relevancia funcional como por su condición histórica, heredada de un sistema urbano que ya contaba con asentamientos de cierta entidad en puntos elevados con carácter estratégico.

En este sentido, la literatura actual las reconoce como asentamientos particularmente sostenibles tanto dentro como fuera de sus límites territoriales. Valoradas por las políticas europeas (Unión Europea, 2011), se aprecia su capacidad para establecer estructuras policéntricas mediante un rol de intermediación (Adam, 2007) y su contribución al equilibrio y la dinamización de zonas más amplias.

Por este motivo, su definición se basa en términos relativos y no depende tanto del número de habitantes como de su función en el territorio circundante (Bellet Sanfeliu & Beltrão Sposito, 2009, p. 43). En el caso del centro de Andalucía, que según el POT (Junta de Andalucía, 2006), está organizado por 18 núcleos cuya población varía entre los 15 000 y los 45 000 habitantes (fig. 1).

El mismo documento las identifica como elementos clave en términos de equilibrio urbano y oportunidades para el desarrollo rural de las áreas que estructuran, satisfaciendo sus necesidades básicas sin necesidad de efectuar grandes desplazamientos.

La red actual procede, por lo general, de núcleos agrarios de elevado tamaño – conocidos a mediados del siglo XX como agrocidades (López, 1994) – cuyo sistema productivo ha cambiado en las últimas décadas para convertirse en centros de servicios y, en algunos casos, industriales, lo que ha condicionado tanto su paisaje urbano y periurbano como su identidad cultural (Fernández Salinas, 2007), a pesar de que el legado histórico común les otorga rasgos en la forma urbana y los tejidos históricos heredados, generalmente, de las estructuras medievales, y conectados con la orografía y la presencia de vías de comunicación relevantes, como se comprobará en los dos casos de estudio seleccionados.

3.1. Osuna

Aunque Osuna pertenece administrativamente a la comarca de la Sierra Sur, su centro histórico se sitúa en tierras de la campiña y se asienta en la ladera occidental de una formación tabular de areniscas calcáreas que conforma un amplio y complejo sistema de cerros de diferente altura y pendiente. Es sobre la más baja de estas elevaciones, el cerro de Los Paredones, donde se conservan las evidencias más antiguas de poblamiento, de finales de la Edad del Bronce e inicios de la Edad del Hierro (Ferrer Albelda *et al.*, 2017), mientras que la primitiva ciudad se ubicaría probablemente al este, en el cerro de La Quinta y el área delimitada por los caminos de La Farfana y San José. La posterior fundación de la colonia romana de Urso se realizaría también en este sector, extendiéndose hacia el cerro de Las Canteras, al noreste del actual núcleo urbano (Ruiz Cecilia, 2007).

Este último habría cumplido la función central ya en época romana y, especialmente, a partir de la Baja Edad Media, cuando se asiste a una nueva etapa de su monumentalización. En efecto, desde finales de la Antigüedad las evidencias arqueológicas que conocemos son tenues, al menos hasta época hispanomusulmana, cuando la población ya se había trasladado hacia la

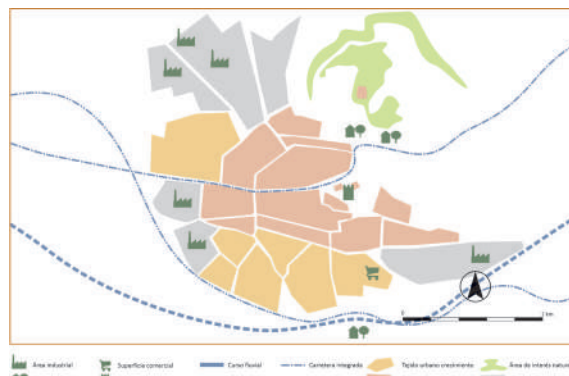


Fig. 3 Esquema del desarrollo urbano y los principales hitos de Osuna

ladera oeste (Ruiz Cecilia, 2007, p. 226), quedando el cerro de Los Paredones como alcazaba. Tanto el perímetro amurallado como los arrabales se extenderían ya hacia el actual centro histórico conformando la topografía sobre la que crecerá la ciudad moderna (fig. 1). Su posición fronteriza con el reino de Granada le otorgará un papel primordial a este enclave en los siglos bajomedievales en manos de la Orden de Calatrava primero y de los Téllez Girón posteriormente (García Fernández & Iglesias Rodríguez, 1995). Una vez concluida la conquista cristiana, la villa es objeto de una amplia remodelación para convertirse en capital del gran señorío territorial del Ducado de Osuna (Santos Márquez, 2009).

A partir de ese momento se inicia un ambicioso programa constructivo que dota a la ciudad de un enorme patrimonio arquitectónico (fig. 2), como la Colegiata de Santa María de la Asunción, la Universidad de la Santa Concepción, el Hospital de la Encarnación, así como numerosos conventos y monasterios. Durante el periodo barroco este patrimonio inmueble sigue creciendo con nuevos edificios religiosos y edificaciones civiles de gran calidad que se establecen, principalmente, en tres calles cercanas al conjunto monumental. Debido al declive de la casa de Osuna desde el siglo XIX, la ciudad apenas acusa una transformación urbana en las últimas centurias, mientras que la tradición agrícola y ganadera, base de



Fig. 2 Vista del área monumental de Osuna, con la Universidad y la Colegiata



Fig. 4 Vista aérea de Estepa, con el Cerro de San Cristóbal a la izquierda (Grupo de Investigación HUM-152 “De la Turdetania a la Bética”)

su economía y parte de su caracterización patrimonial y productiva, se mantiene hasta la actualidad (Ledesma, 1999).

Al contrario de lo que ocurre en otras ciudades medias cercanas, el mantenimiento de la base agraria prevendrá al desarrollo urbano de Osuna de un crecimiento desproporcionado y favorecerá la conservación de la mayor parte de su patrimonio agrario y edificatorio (Ledesma, 1999), así como su tejido urbano (fig. 3). Sus tierras están cultivadas principalmente por herbáceos (trigo) y leñosos (olivo), y cuenta con un sector ganadero relevante, sobre todo ovino (Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía, 2019). A nivel arquitectónico, esto propicia la conservación de una buena muestra de arquitectura agraria, un silo y varias edificaciones industriales que singularizan su paisaje urbano.

Así, y a pesar de que su función como centro intermedio es clara – prueba de ello son la existencia del Hospital de la Merced, el que sea cabeza de Partido Judicial o la presencia del comercio en el tejido histórico –, mantiene parte de las características productivas de las llamadas agrocidades. La aparición y el auge del sector servicios está relacionada, también, a su conexión con la autovía A-92, cuyo impacto paisajístico es limitado debido a la posición elevada de la ciudad sobre el entorno. Cuenta, además, con una estación de tren de media distancia.

Una buena protección, con una declaración temprana como Conjunto Histórico (BOE, Decreto 1546/1967) y un catálogo urbanístico amplio desde 1985, ha favorecido la conservación de su trazado urbano y gran parte de su arquitectura histórica. Más allá del conjunto monumental, protegido como Bien de Interés Cultural, debe mencionarse la calidad de su centro histórico, que incluye la extensión de la ciudad hacia el oeste, manteniendo parte de las murallas con sus puertas y un tejido residencial tradicional que combina la vivienda popular con casas palaciegas de gran valor para el

paisaje histórico urbano. Además, el yacimiento de Urso está protegido como Zona Arqueológica (BOJA, Decreto 460/2000), parcialmente coincidente con el Conjunto Histórico.

3.2. Estepa

Estepa se ubica al pie de la sierra del mismo nombre, en las primeras estribaciones de la Sierra Sur. Ocupa la cima y la ladera norte del cerro de San Cristóbal, un altozano de unos 600 m, lo que la convierte en la población situada a mayor altitud de la comarca y un enclave estratégico por sus posibilidades defensivas y emplazamiento privilegiado junto a importantes vías de comunicación. Su origen se remonta a inicios de la Edad del Hierro, con una secuencia análoga a la de Osuna, aunque la ocupación parece mantenerse dentro de la elevación (Juárez Martín *et al.*, 2005). Son pocos los datos con los que contamos para el resto de la protohistoria y el periodo romano, aunque todo apunta a que este lugar debió mantener su carácter urbano. A la existencia de abundantes evidencias arqueológicas y epigráficas, procedentes tanto de la ciudad como de su entorno, se suman las referencias de las fuentes latinas al municipio de *Ostippo* (Blázquez, 2002).

La importancia estratégica de esta ciudad encaramada parece continuar a finales de la Antigüedad y durante la Edad Media, momento en que se conforma el alcázar y la medina (Juárez Martín, 2013a; 2013b). Tras la conquista cristiana Estepa jugará un papel destacado en la defensa de la frontera con el reino de Granada, que repercute tanto en la configuración del castillo y la villa (Valor Piechotta, 2014) como en la propia condición jurídica de la localidad, al convertirse en encomienda de la orden de Santiago (Rodríguez Blanco, 2014). El final de esta etapa de inestabilidad, con la conquista de Antequera y posteriormente de Granada, supuso también el desbordamiento del recinto amurallado y



Fig. 5 Vista de Estepa y la campiña desde el área fortificada elevada

la expansión urbana por la ladera norte del cerro (fig. 4). Ya a mediados del siglo XVI, Felipe II transformó la encomienda militar en un señorío, el Marquesado de Estepa. En este momento se inicia el proceso de monumentalización de la villa, que la dota de un rico patrimonio arquitectónico, principalmente religioso, que se suma a la antigua mezquita y posterior iglesia de Santa María (Hernández Díaz *et al.*, 1955).

Durante las épocas Moderna y Contemporánea, Estepa sigue creciendo en paralelo a las faldas del cerro (fig. 5) y, por tanto, a la antigua carretera de Sevilla a Málaga, marcada por su condición de encrucijada de caminos que sirvió para su expansión y que, aún hoy, la convierte en un punto estratégico del centro de Andalucía, en la confluencia de la A-92 con la carretera A-318, futura Autovía del Olivar. No en vano, Estepa es hoy una de las pocas antiguas agrocidades con carácter industrial, y una de las pocas en la región con un Sistema Productivo Local liderado por la producción de repostería navideña, que emplea a más del 88% de los trabajadores del sector secundario (Caravaca *et al.*, 2002, p. 140) y que forma parte de la identidad local, con algunas productoras del siglo XIX aún activas. Estas se sitúan, por lo general, en el límite del área histórica, mientras que las más grandes y modernas lo hacen en áreas industriales junto a la A-92. También debe mencionarse que Estepa cuenta con abundante cultivo de olivar y producción de aceite de oliva con su propia Denominación de Origen, coincidente con los límites del antiguo Marquesado de Estepa.

Así, el tejido urbano de Estepa está estrechamente vinculado con la topografía y con dos elementos que la han marcado desde la protohistoria: el Cerro de San Cristóbal al sur, con el área histórica y monumental, y en dirección paralela y perpendicular a la pendiente, las vías de crecimiento hacia el norte hasta llegar a la antigua carretera, que rodea el núcleo histórico, y posteriormente a la A-92, que ya ha sido superada por un área industrial (fig. 6). Más allá de las murallas, tanto el parcelario histórico como su arquitectura vernácula se han mantenido hasta nuestros días en su Conjunto Histórico, declarado en 1965 (BOE, Decreto 1643/1965).

4. Discusión y conclusiones

La historia de estas ciudades encaramadas y, en general, de los centros urbanos en altura de la Baja

Andalucía, ha estado estrechamente ligada a las necesidades defensivas, agudizadas en ciertos periodos históricos. Sin embargo, su rol territorial no desapareció, generalmente, finalizada la coyuntura que les dio origen, lo que explica la continuidad de la red urbana en otras épocas, como la romana, la medieval islámica – conformando algunas de las principales *koras* del sur de Al Andalus –, y la moderna, acabadas las guerras de conquista castellanas. Esto puede esbozar un proceso más complejo de *longue durée* que afecta al tejido urbano del centro de Andalucía, y que los documentos actuales de ordenación del territorio interpretan como una densa red de ciudades medias que estructura este ámbito geográfico, dotándolo de condiciones de equilibrio y oportunidad.

El estudio de los casos de Osuna y Estepa muestra una relación entre la historia de estas ciudades medias, su desarrollo arquitectónico y urbano y su situación encaramada en puntos elevados de transición entre la campiña y la Sierra Sur de Sevilla. Así, los momentos de mayor inestabilidad territorial, precisando de estrategias defensivas, coinciden con etapas de concentración de la vida urbana en elevaciones: los cerros de la Zona Arqueológica de Osuna y el Cerro de San Cristóbal en Estepa.

Por el contrario, la estabilidad ligada a la definitiva desaparición de su condición militar, finalizando la amenaza de la frontera nazarí, provoca en ambos casos el desarrollo en ladera de sus tejidos urbanos, en primer lugar, mediante arrabales que sobrepasan las murallas y que, más tarde, se cristalizarán en los Conjunto Histórico contemporáneos. En este contexto, las zonas ligadas al origen de estas ciudades, situadas en las áreas más elevadas, se monumentalizan durante la conversión de las encomiendas en señoríos: el Ducado de Osuna y el Marquesado de Estepa, sin presencia actual de tejido urbano residencial.

En época contemporánea, estos núcleos han experimentado una profunda transformación tanto en su caracterización socioeconómica como en su fisionomía, pasando de ser agrocidades a convertirse en centros de servicios e industria. Esto ha ido acompañado de un crecimiento del suelo urbano en dirección de la pendiente, atraído por el paso de la A-92. No obstante, la temprana protección de sus Conjuntos Históricos ha permitido, una conservación aceptable del trazado original y su arquitectura monumental y vernácula, así como el mantenimiento de su identidad patrimonial.



Fig. 6 Esquema del desarrollo urbano y los principales hitos de Estepa

Bibliografía

- Adam, B. (2007). "Medium-sized cities in urban regions". *European Planning Studies*, 14 (4), pp. 547-555.
- Bellet Sanfeliu, C. & Beltrão Sposito, M. E. (2009). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleida: Universitat de Lleida.
- Blázquez, J. M. (2002). "Astapa, Ostippo (Estepa) en época romana". V *Jornadas sobre Historia de Estepa. La Época Contemporánea*. Estepa: Onoba, pp. 689-711.
- BOE, Boletín Oficial del Estado (1965). *Decreto 1643/1965, de 3 de junio, por el que se declara conjunto histórico artístico la ciudad de Estepa*.
- BOE, Boletín Oficial del Estado (1967). *Decreto 1546/1967, de 6 de julio, por el que se declara Conjunto Histórico-Artístico la ciudad de Osuna (Sevilla)*.
- BOJA, Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (2000). *Decreto 460/2000, de 26 de diciembre, por el que se declara Bien de Interés Cultural, con la categoría de Zona Arqueológica, el yacimiento de Urso, Osuna*.
- Caravaca, I., González, G., Méndez, R. & Silva, R. (2002). *Innovación y Territorio. Análisis comparado de Sistemas Productivos Locales en Andalucía*. Sevilla: Consejería de Economía y Hacienda.
- Del Espino Hidalgo, B. (2017). "Las ciudades medias del centro de Andalucía. Aproximación a un fenómeno territorial y urbano". *Revista de Estudios Regionales*, 108, pp. 165-191.
- Earl, G. & Keay, S. (2006). "Urban Connectivity of Iberian and Roman Towns in Southern Spain: A Network Analysis Approach". *Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology*. London: Archaeopress, pp. 89-98.
- Escacena Carrasco, J.L. & Belén Deamos, M. (1991). "Sobre la cronología del horizonte fundacional de los asentamientos tartésicos". *Cuadernos del Suroeste*, 2, pp. 9-41.
- Feria Toribio, J. M. (1992). *El sistema urbano andaluz: aglomeraciones urbanas, áreas de centralidad y ámbitos desarticulados*. Sevilla: Instituto de Desarrollo Regional.
- Fernández Salinas, V. (2007). "Paisaje urbano en las ciudades medias". Ph. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 63, pp. 54-61.
- Ferrer Albelda, E., Ruiz Cecilia, J. I. & García Fernández, F.J. (2017). "Nuevos datos sobre el Bronce Final en Osuna" in Celestino, S. & Rodríguez, E. (eds). *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, Guadiana y Tajo en época tartésica*. Mérida: IAM-CSIC, pp. 79-127.
- Fumadó Ortega, I. (2013). "Oppidum. Reflexiones acerca de los usos antiguos y modernos de un término urbano". *Spal*, 22, pp. 173-184.
- García Fernández, M. (2005). *La campiña sevillana y la frontera de Granada (siglos XIII-XV): estudios sobre poblaciones de la Banda Morisca*. Sevilla: Fundación Consta.
- García Fernández, M. & Iglesias Rodríguez, J. J. (coords.) (1995). *Osuna entre los tiempos medievales y modernos (siglos XIII-XVIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- García Hernán, D. (2007). "Los señoríos en la Baja Andalucía en la Edad Moderna" in Andújar, F. & Díaz, J. P. (coords). *Los señoríos en Andalucía Moderna. El señorío de los Vélez*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, pp. 77-115.
- García Vargas, E. & Vázquez Paz, J. (2012). "El poblamiento rural en las campiñas al sur del Guadalquivir durante la Antigüedad Tardía (siglos IV-VI d. C.)". *Visigodos y Omeyas: El territorio*. Madrid: CSIC, pp. 235-262.
- Hernández Díaz, J., Sancho Corbacho, A. & Collantes de Terán, F. (1955). *Catálogo Arqueológico & Artístico de la provincia de Sevilla*, vol. IV. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla.
- Juárez Martín, J. M. (2013a). "La Antigüedad Tardía en Estepa: La documentación arqueológica". *Actas de las VII Jornadas sobre Historia de Estepa*. Estepa: Ayuntamiento de Estepa, pp. 114-129.
- Juárez Martín, J. M. (2013b). "Estepa. La secuencia histórica de sus murallas medievales. Las fuentes literarias y la arqueología". *Actas de las VII Jornadas sobre Historia de Estepa*. Estepa: Ayuntamiento de Estepa, pp. 162-180.
- Juárez Martín, J. M., Moreno Alonso, E. & Cáceres Misa, P. (2005). "Espacios sagrados, rituales y cerámicas con motivos figurados. El yacimiento tartésico del cerro de San Cristóbal de Estepa (Sevilla)" in Celestino, S. & Jiménez, J. (coords). *El periodo orientalizante. Protohistoria del Mediterráneo occidental*, vol. 2. Mérida: IAM-CSIC, pp. 879-890.
- Junta de Andalucía (2006). *Plan de Ordenación del Territorio de Andalucía*. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes.
- Ledesma, A. (1999). "Osuna, enclave renacentista y barroco". *Aparejadores*, 55, pp. 26-30.
- López Ontiveros, A. (1994). "La agrociedad andaluza: Caracterización, estructura y problemática". *Estudios Regionales*, 39, pp. 59-91.
- López Ontiveros, A. (2003). "El territorio andaluz: su formación, delimitación e interpretación" in López Ontiveros, A. (coord.). *Geografía de Andalucía*. Madrid: Ariel, pp. 35-78.
- Rodríguez Blanco, D. (2014). "La Encomienda Santiaguista de Estepa en la política del Reino de Sevilla". *Actas del V Congreso Nacional sobre La Cultura en Andalucía: La orden militar de Santiago - El Castillo de Estepa*. Estepa: Ayuntamiento de Estepa, pp. 22-56.
- Ruiz Cecilia, J. I. (2007). *Testimonios arqueológicos de la antigua Osuna*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Santos Márquez, A. J. (2009). "Patrocinio y Mecenazgo de Don Juan Tellez Girón, IV Conde de Ureña, en Osuna". *Congreso Internacional Imagen y Apariencia*. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 300-310.
- Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía (2019). *Osuna*. Disponible en <https://bit.ly/2zvZ8yR> [Acceso a 20 mayo 2020].
- Unión Europea (2011). *Cities of tomorrow: Challenges, visions, ways forward*. Disponible en <https://bit.ly/3e9QS6u> [Acceso a 18 mayo 2020].
- Valor Piechotta, M. (2014). "Estepa: castillo y villa. Estado de la cuestión". *Actas del V Congreso Nacional sobre La Cultura en Andalucía: La orden militar de Santiago - El Castillo de Estepa*. Estepa: Ayuntamiento de Estepa, pp. 119-132.

MONTE CABEÇO DE CARDO, 226 METROS DE ALTITUDE. UM PERCURSO ENTRE O MEDITERRÂNEO E A FAIXA ATLÂNTICA PARA RECONHECIMENTO DOS VALORES DO VERNÁCULO

Cláudia de Oliveira Calado Gaspar

CHAIA, Universidade de Évora
claudiagaspar.arq@gmail.com

Palavras-chave: monte, arquitetura vernacular, montanha, povoamento

1. Introdução

A presente comunicação pretende contribuir para o estudo da tipologia do monte no Alentejo, utilizando como metodologia o desenho de um percurso em zona de montanha, entre o Mediterrâneo e a faixa atlântica. Este percurso atravessa três zonas da serra de Grândola com maior concentração de montes, num total de 12, localizados a diferentes altitudes, entre 96 e 226 metros, e em ambas as encostas. O objetivo é, ao longo do percurso, observar, interpretar e caracterizar os montes identificados no seu enquadramento de paisagem.

O tipo de povoamento que prevalece no litoral alentejano é caracterizado por construções de pequena e média dimensão, dispersas no território, em contraponto com outros casos de montanha no Mediterrâneo, como são por exemplo os povoamentos vizinhos nas zonas de serra do Algarve, onde se verifica o povoamento concentrado e a presença de conjuntos edificadas alcandoradas. O percurso delineado pelas serras de Grândola pretende equacionar a hipótese de, apesar do povoamento ser maioritariamente disperso no litoral alentejano, em zona de montanha os edifícios associados à propriedade de menor dimensão tendem a beneficiar de uma maior proximidade entre si.

O presente estudo interpreta também a transformação das edificações alcandoradas, nomeadamente na construção de novos volumes contíguos, seja por adição de compartimentos à habitação existente ou pela edificação de novas habitações adjacentes, mais frequente nos montes de maior dimensão; e no povoamento contemporâneo, onde a proximidade entre edifícios novos e preexistentes é frequente nestes territórios de montanha.

Cabeço de Cardo, onde termina o percurso, a 226 metros de altitude, é selecionado enquanto caso de estudo para a evolução do monte até ao povoamento contemporâneo em zonas de montanha, adquirindo maior densidade com a edificação de novas habitações relativamente próximas umas das outras, em resultado da divisão da propriedade e do aparecimento de novos montes com toponímia similar. Cabeço de Cardo é também um interessante exemplo das dinâmicas nas diferentes fases construtivas e da diversidade na tipologia. Procuraremos interpretar e caracterizar o monte no seu contexto de paisagem, a sua morfologia e tipologia, considerando os valores da arquitetura vernacular do Alentejo litoral e a importância da sua salvaguarda.

2. Percurso por zona de montanha. 12 montes em povoamento disperso

A faixa ocidental das regiões do Alentejo e do Algarve é caracterizada por diferentes formas de povoamento disperso que está, em grande parte, associado à preponderância da casa em linha com cobertura de duas águas com pau de fileira (Gaspar *et al.*, 2018, p. 98). O monte é a unidade de base do povoamento e constitui, frequentemente, um conjunto edificado de pequenas dimensões. O objetivo do presente estudo é, através do percurso desenhado por zona de montanha no Alentejo litoral, interpretar e caracterizar as edificações nos montes identificados, considerando os valores da arquitetura vernacular e a salvaguarda dos mesmos. O estudo servirá para um conhecimento mais aprofundado no que diz respeito ao património construído vernacular no Alentejo litoral, que não se restringe ao objeto edificado. *Before the Neolithic era, and thus before the menhirs, the only symbolic architecture capable of modifying the environment was walking, an action that is simultaneously an act of perception and creativity, of reading and writing of the territory* (Carreri, 2002, p. 50). Do mesmo modo que Carreri afirma que foi caminhando que o homem começou a construir a paisagem que o circundava e que, por sua vez, a ação de caminhar é um ato de leitura e escrita do território, também aqui se considera o caminhar pelos montes um ato de percepção dos lugares.

Com a metodologia de *andar para compreender*, é traçado um percurso que não é aleatório, mas sim desenhado a partir do conhecimento produzido anteriormente, nomeadamente através do redesenho da cartografia a partir de cartas de diferentes tipos e cronologias (Pery, 1883); da sobreposição de plantas de cadastro de diferentes cronologias que permitiram estudar a evolução dos limites de propriedade; e ainda do mapeamento de montes resultantes do trabalho de campo efetuado (Gaspar, 2017).

Relativamente aos montes de serra importa referir a importância da diferenciação dos edifícios em função da sua área de implantação: por um lado, os montes situados na encosta, a nascente da principal linha de festo; por outro lado, os montes das encostas voltadas ao oceano e a oeste daquela linha de festo, onde a relação visual com o mar e a maior exposição aos ventos adquirem grande relevância.

O percurso de reconhecimento dos montes tem cerca de 39 330 km, essencialmente pedestres, na zona de serra do litoral alentejano, com início no concelho de Santiago do Cacém do qual fazem parte oito montes em estudo e com

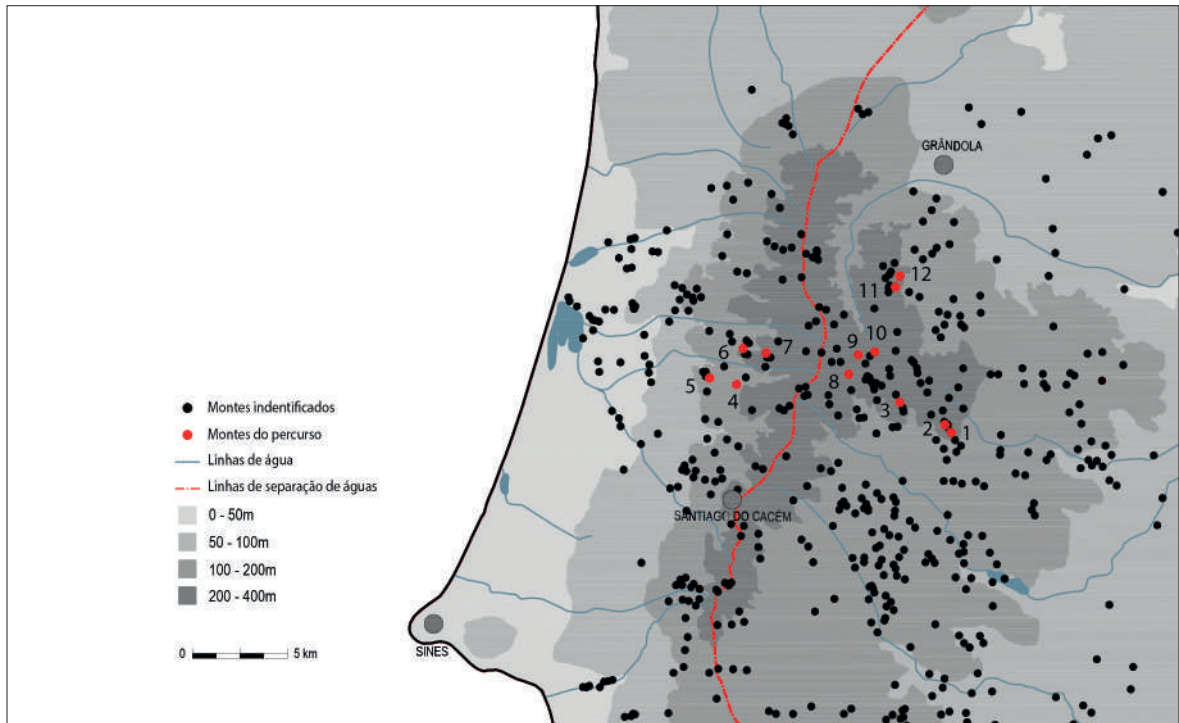


Fig. 1 Identificação dos 12 montes com altitudes entre 96 e 226 metros, a partir dos montes estudados em trabalho de campo. Mapa com as características geomorfológicas do território em zona de serra do Alentejo litoral, principais linhas de água, sistema fisiográfico e hipsometrias; delimitação do percurso pela Serra de Grândola (Adaptado de Gaspar, C., 2017)

término no concelho de Grândola, onde se estudam quatro montes. Organizado em três fases distintas (7 260 km; 15 900 km; e 1 570 km), o percurso tem um total de 24 730 km, aos quais acrescem trajetos intermédios (8 600 km e 6 000 km), num total de 14 600 km (fig. 1).

2.1. Fase 1 – 8 km na vertente este da serra de Grândola

Com início na vertente este da serra, no primeiro percurso de 8 km, no concelho de Santiago do Cacém, são identificados três montes com altitudes entre os 197 e 225 metros, respetivamente Vale da Pereira, Fontanal e Valadas. Correspondem a montes de pequena e média dimensão em que as características morfológicas e organização do espaço da casa se enquadram na tipologia *habitação das encostas da Serra de Grândola*, classificadas no *Inquérito sobre a Arquitectura Regional Portuguesa* — IARP, como habitação própria da zona 6, designada por *Zona do Algarve*, mas que integra também o Alentejo litoral e parte do Baixo Alentejo (AA. VV., [1961] 1988, p. 669).

Na casa de habitação de Vale da Pereira, com data de 1939 inscrita no pano de chaminé, como ocorre frequentemente, verifica-se uma evolução muito usual nestas edificações rurais das pequenas e médias explorações. Dá-se a integração de um segundo alinhamento de compartimentos, através da ampliação transversal com prolongamento da vertente da cobertura na parte posterior, associada à manutenção do alinhamento original de compartimentos com pau de fileira. O edifício adquire assim uma organização espacial mais complexa, também caracterizada pela passagem de umas divisões para outras, em que a comunicação com os novos compartimentos ocorre, na maioria dos casos, a partir da fachada lateral posterior. Os compartimentos adquirem diferentes escalas e proporções quadrangulares. Vale da Pereira é, de certo modo, um exemplo de uma edificação alcandorada, ainda

que no contexto do povoamento disperso alentejano. Na serra do Algarve, o processo de ampliação das casas de trave chega a configurar quatro ou cinco alinhamentos de compartimentos, constituindo conjuntos edificados de média e grande dimensão (Costa, 2014, p. 131).

A cerca de 260 metros a norte de Vale da Pereira, numa cumeada mais elevada, encontra-se o monte do Fontanal, a 221 metros de altitude. Apesar de não apresentar uma dimensão evolutiva a nível da organização e volumetria da habitação, destaca-se pelo uso da alvenaria de xisto em todas as construções do monte, mais comum nas habitações da serra do Algarve. O monte é constituído pela casa de habitação, forno de pão adossado e uma dependência para animais com quatro imponentes contrafortes de planta circular nas esquinas, usados para travamento das paredes, a nível dos cunhais.

Na continuação do caminho em direção a noroeste, atravessando dois vales, a 3 km de distância, acede-se ao monte de Valadas, e depois, em direção a norte, infletindo para a zona de cumeada, estão implantadas outras oito habitações próximas entre si, que beneficiam de um único acesso. Enquanto a habitação do Fontanal tem três divisões contíguas com um único acesso (correspondente à habitação comum nesta zona de montanha), com dependências agrícolas também de pequena dimensão, Valadas distingue-se por ser um monte onde a exploração agropecuária prevalecia, restringindo-se a habitação a apenas uma divisão: a cozinha que servia também de espaço de dormir. Valadas, assim como Vale da Pereira, tem a particularidade de ter ainda outras dependências para animais, desde a pocilga ao curral.

2.2. Fase 2 – 16 km entre a vertente oeste e este da serra de Grândola

A segunda fase do percurso tem início a cerca de 8,6 km de Valadas, na vertente oeste da serra. Interliga quatro montes com exposição atlântica: Vale Grande (194 metros

de altitude); Monte sem designação, próximo de Ademas (145 metros de altitude); Funchais (212 metros de altitude); e Vale Linhos (222 metros de altitude). Depois de atravessar a linha de fecho, já na vertente este da serra de Grândola, o percurso liga três montes: Boavista (267 metros de altitude); Enchacafres (270 metros de altitude); e Tabuleiro (267 metros de altitude).

O conjunto edificado de Vale Grande, na encosta do vale, a 194 metros de altitude, corresponde a uma habitação com três quartos a que se acede a partir da cozinha — o espaço central e de distribuição da casa. Comportando alguns aspetos construtivos comuns à arquitetura da região como o recurso ao embasamento em pedra ou a alternância dos blocos de taipa nos cunhais, destaca-se pelo maior uso de cal entre fiadas, o que traduz um maior conhecimento da técnica construtiva. Ao caminhar pela estrada de terra batida em direção a poente, deparamo-nos, após 1,5 km, com um conjunto construído, sem designação toponímica, na freguesia de Ademas. É conformado pela adição de um compartimento adossado ao volume preexistente, que surge na continuidade do pau de fileira do volume existente, em que o pano de cobertura se prolonga na parte posterior. Constitui também um exemplo de edificação alcandorada associada a processo gradual de edificação. Já em Funchais, a 212 metros de altitude, a uma distância visual de 2,5 km a nordeste, a que se acede por 5,4 km de trilhos e caminhos, também se verifica uma evolução no edificado, neste caso, com extensão da vertente posterior da cobertura em todo o comprimento do volume. Calcorreando a estrada nacional, a 1,5 km avista-se Vale de Linhos. Habitação de dois compartimentos com composição de fachada com porta e janela, de pequenas dimensões e em avançado estado de degradação. Está situada nas proximidades de novos edifícios de habitação associados ao povoamento da serra de época contemporânea.

A fase seguinte do percurso proposto leva-nos ainda pela estrada local que atravessa a localidade de São Francisco da Serra, seguindo-se alguns metros pela EN120 e depois de virar à direita, pela Rua da Eira. Inicia-se a 5,4 km do anterior Vale de Linhos, com lugares de maior altitude entre os 267 e 270 metros, já na encosta este da serra. De seguida, o monte da Boavista situa-se a cerca de 1 km a sul das terraplanagens efetuadas para a inacabada autoestrada A26, no concelho de Santiago do Cacém. De pequena dimensão, distingue-se pela combinação da construção de alvenaria em taipa e de alvenaria em pedra. Excluindo o curral, as restantes dependências anexas para alfaias e animais são em alvenaria de taipa, sem reboco aparente. A casa é composta por cozinha, com lareira e chaminé assente na empena sul, e dois compartimentos com acesso a partir dela: um, seria um quarto com janela; o outro, poderá ter servido cumulativamente para guardar produtos de consumo da casa. De seguida, o trajeto inflete por caminhos de terra batida até aos próximos dois pontos de paragem, localizados já no concelho de Grândola. Enchacafres, situado a 1,2 km a norte de Boavista (e a cerca de 60 metros das terraplanagens efetuadas para a futura A26), correspondia, em 1883, a uma grande herdade. Esta herdade incluía também o monte contíguo de Vale Partilhas, que se encontra hoje em avançado estado de degradação (como acontece com uma grande parte das estruturas identificadas na cartografia). Em Enchacafres, sobressai a organização dos vãos da fachada principal de composição não simétrica (porta-porta-janela-porta-janela) que marca, de acordo com o levantamento realizado, a existência de duas habitações contíguas.

Os compartimentos destas habitações constituem, por comparação com os exemplos anteriores, espaços de maior dimensão e fenestração na fachada tardoz. Em qualquer caso, mantêm a organização mais frequente de distribuição interior, com a cozinha como divisão principal, a partir da qual se acede aos restantes compartimentos.

A 900 metros para nascente está o monte do Tabuleiro que, com o início das obras da A26, passou a ter acesso a partir de um túnel. Na então Herdade do Tabuleiro, é possível reconhecer duas edificações no mesmo alinhamento, apesar do seu avançado estado de degradação: uma em taipa, a mais antiga; a outra, de paredes de alvenaria de tijolo maciço com alguns motivos decorativos. O monte do Tabuleiro estabelece uma relação visual com outros montes tal como o Outeiro da Fonte, a 269 metros de altitude, onde está uma nova construção com recurso à taipa enquanto material privilegiado de construção. Este conjunto é exemplo de uma maior proximidade entre habitações no povoamento contemporâneo, nas zonas de montanha do Alentejo litoral.

2.3. Fase 3 – 1,6 km na vertente este da serra de Grândola

Na vertente este da serra, ao longo de 500 metros, a terceira fase do percurso proposto passa por dois montes, ambos a 226 metros de altitude: Figueira e Cabeço de Cardo. Este troço inicia-se, percorrendo 6 km pela estrada nacional (EN120) até ao monte da Figueira, nas proximidades de Santa Margarida da Serra, onde se destacam exemplos distintos de montes muito próximos daquele aglomerado e que dele dependeriam. No edifício principal do monte da Figueira, a chaminé de grande dimensão, com data inscrita de 1891, evidencia-se como elemento principal. Sem forno adossado, a habitação tem apenas um alinhamento de compartimentos, composto por casa de entrada ou cozinha com chaminé apoiada na fachada principal, um compartimento para arrumos de alfaias, um abrigo de uma água para animais no topo do quadrante nascente e, do lado oposto, regista-se outro compartimento de apoio às atividades agrícolas, reforçado por dois gigantes em pedra na empena poente. A edificação desenvolve-se em profundidade com prolongamento da água da fachada tardoz, viabilizada pela implantação em colina. Embora Figueira e Cabeço de Cardo se avistem a uma distância de 500 metros, o último trajeto do percurso, passa por Santa Margarida da Serra percorrendo 1 570 metros até chegar a Cabeço de Cardo, num dos pontos mais altos do trajeto, a 226 metros de altitude. Identificam-se várias construções contemporâneas, próximas de construções antigas, resultantes da divisão de propriedade e cujo estado do edificado permite estudar a dimensão evolutiva das construções (fig. 2).

3. Monte Cabeço de Cardo, 226 metros de altitude. A evolução do monte até ao povoamento contemporâneo mais concentrado

No presente estudo caracteriza-se o monte à escala da arquitetura: quer a nível da leitura tipológica e morfológica, quer a nível da organização da habitação. Mas também a leitura à escala do território, nomeadamente através da evolução do cadastro, que nos permite entender alterações no povoamento ou evoluções no conjunto edificado. O percurso termina no Monte Cabeço de Cardo, onde hoje se identifica um povoamento com diferentes datações e com habitações relativamente próximas umas das outras,



Fig. 2 Fotografias tiradas durante o trabalho de campo efetuado em 2014-2015. (1) Monte Valadas e Casa Acima (2) Boavista — ambas em Santiago do Cacém (3) Tabuleiro, Santiago do Cacém e (4) Cabeço de Cardo de Cima, Grândola

resultantes da divisão da propriedade ou montes que terão pertencido a uma só herdade. Veja-se Cabeço de Cardo de Cima, Cabeço de Cardo do Meio e Cabeço de Cardo de Baixo, como exemplo, de tendência contemporânea para densificação do povoamento, em lugares específicos, que registam as dinâmicas das diversas fases construtivas e a diversidade em termos tipológicos.

Entre os três montes que compõem a antiga Herdade das Cabeças de Cardo, encontra-se Cabeço de Cardo de Cima, um edifício em taipa, em avançado estado de degradação, de pequena dimensão, que seria possivelmente, habitação de pastor. Localiza-se junto à estrada, delimitada por muro, também em taipa, que poderá ter constituído parte de um curral. Com outra orientação, quase perpendicular ao primeiro, o monte Cabeço de Cardo do Meio, um pouco maior que o anterior, poderá ter correspondido à habitação de pequeno lavrador. Tem a casa de entrada que é também cozinha com lareira e chaminé, onde está inscrita a data de 1927. Duas janelas na fachada principal, uma de cada lado da cozinha, correspondentes aos quartos, e outra porta para a casa do forno, um compartimento adjacente, no topo norte da casa. Com a ausência de vãos na fachada tardoz, contrafortes ou poial exterior adjacente, tem tirantes metálicos para reforçar a estrutura e paredes rebocadas e caiadas a branco.

Poucos metros a sul, o monte Cabeço de Cardo de Baixo, com uma volumetria mais atípica, difere do monte comum em estudo pela altura da cumeeira, maior volumetria do edifício e planta mais quadrangular, o que sugere uma organização interior mais complexa. Terá servido para habitação e também cómodo de lavoura com dependências para animais. São ainda visíveis, outras construções contíguas, mais recentes, de apoio às atividades agropecuárias. A toponímia dos montes, o facto de serem contíguas e a carta cadastral (1948-1951), mais retalhada, indica se tratar de montes que surgiram após divisão de uma propriedade que era única em 1883, a Herdade das Cabeças do Cardo, então só com um edifício (Gaspar, 2017, p. 262).

4. A tipologia das casas da serra de Grândola. Edificações alcandoradas associadas à evolução do edificado e proximidade entre edifícios no povoamento contemporâneo

O património construído da região é caracterizado pelo monte de pequena e média dimensão, relativo ao povoamento disperso, em contraponto aos assentamentos alcandorados em povoamentos concentrados, como, por exemplo, nas zonas vizinhas da serra do Algarve. Através do percurso delineado na área de montanha do Alentejo litoral, constata-se que os edifícios associados à pequena propriedade, ainda que dispersos, tendem a beneficiar de uma significativa proximidade entre si. A partir da observação, caracterização e análise dos 12 edifícios que fazem parte do percurso por zona de montanha, percebe-se que, em oito deles, se verificou um processo gradual de construção, tão característico da arquitetura vernácula: uma evolução na adição de compartimentos adossados às empenas laterais (na continuidade do pau de fileira) ou à fachada tardoz (no prolongamento do seu plano de cobertura), alterando a volumetria do edifício original e a sua expressão formal; uma evolução na construção de novas habitações adjacentes, muitas vezes contíguas às existentes, o que é mais frequente nos montes de maior dimensão. Desta condição evolutiva da tipologia, são exemplo os montes: Vale da Pereira; monte sem designação, na freguesia de Ademas; Funchais; Boavista; Enchacafres; Tabuleiro; Figueira e Monte Cabeço de Cardo (fig. 3).

Este processo de transformação do edifício e a sua capacidade evolutiva é comum e pode ser resultante do aumento da produção agrícola e consequente necessidade de mais espaços de apoio à atividade agropecuária (associado, em muitos casos, ao aumento do rendimento que possibilita a intervenção no edifício); do aumento do agregado familiar, que se traduz na necessidade de mais espaços; da divisão da propriedade e consequente necessidade de parcelamento da casa entre herdeiros; ou, igualmente frequente, da necessidade de partilha do edifício para habitação do lavrador e caseiro (Gaspar, 2017, p. 463).

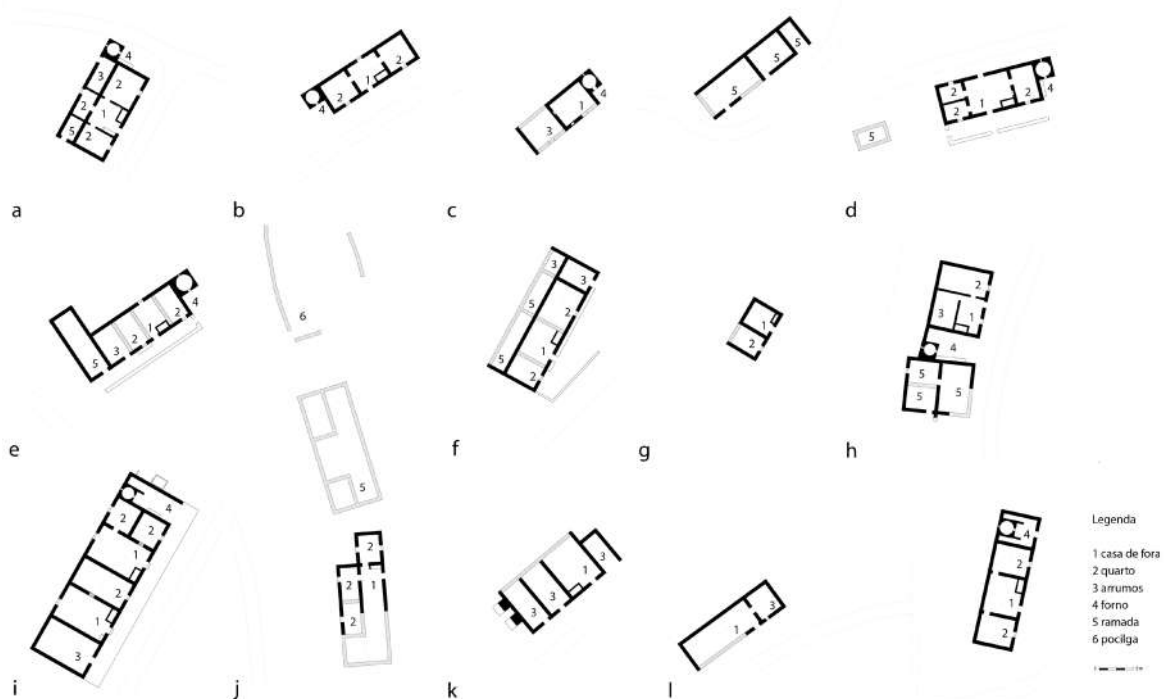


Fig. 3 Desenho de montes, com trabalho de campo efetuado em 2014-2015 **a** Vale da Pereira **b** Fontanal **c** Valadas **d** Vale Grande **e** Monte sem designação, Ademas **f** Funchais **g** Vale de Linhos **h** Boavista **i** Enchacafres **j** Tabuleiro **k** Figueira **l** Cabeço de Cardo de Cima (Adaptado de Gaspar, C., 2017)

Nos montes de maior dimensão, onde era frequente existirem trabalhadores sazonais, era comum a edificação de novos volumes destinados à habitação dos trabalhadores, implantados nas proximidades da casa dos proprietários. O monte de maior dimensão consistia também num lugar de poder onde eram centralizadas as atividades sociais do monte associado a explorações agrícolas maiores. Contudo, é no povoamento contemporâneo que se verifica uma maior proximidade entre edifícios, na maior parte dos casos, pela questão da divisão de propriedade em que surgem novas habitações.

Do estudo dos diversos elementos inerentes aos montes, identificados no percurso pela serra de Grândola, verifica-se, associado ao povoamento contemporâneo, a proximidade entre edifícios novos e existentes, frequente nos territórios de montanha de regiões vizinhas como a serra do Algarve. São exemplo os montes: Vale de Linhos; Enchacafres; Tabuleiro; Figueira e Monte Cabeço de Cardo.

5. Considerações finais: valores da arquitetura vernacular, em zona de montanha, do Alentejo litoral e sua salvaguarda

A zona de montanha do Alentejo litoral, identificada pelas serras de Grândola e Cercal, é uma região de baixa densidade marcada pelo povoamento disperso em contraponto às zonas de povoamento concentrado, onde as casas alcandoradas têm uma expressão mais evidente. Contudo, a expressiva compartimentação da propriedade, associada ao processo de parcelamento, conduz ao aparecimento de novos montes que tendem a beneficiar de uma maior proximidade entre si. Por outro lado, a condição evolutiva da tipologia característica da região permite que a adição de compartimentos ou volumes seja feita frequentemente a partir do edifício preexistente, resultando num tipo de casas alcandoradas por evolução da construção.

O ato de percorrer as zonas de montanha do Alentejo litoral permitiu o reconhecimento dos valores da arquitetura vernacular, para além do estudo da bibliografia disponível, da cartografia e do desenho do seu edificado. Permite, de futuro, olhar com uma consciência patrimonial para o objeto arquitetónico identificado; intervir com conhecimento das características intrínsecas à construção de cada edifício considerando o contexto da paisagem onde se integra, consciência ecológica nos materiais, técnicas construtivas, flexibilidade de organização de espaços; e a premissa de reinterpretar os valores da arquitetura vernacular.

Bibliografia

- AA. VV. ([1961] 1988). *Arquitetura Popular em Portugal*, 3.^a edição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Carreri, F. (2002). *Walkscapes: Walking as an Aesthetic Practice*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Costa, M. R. (2014). *Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve — Forma, processo e escala no estudo da arquitetura vernacular*. Porto: Afrontamento.
- Gaspar, C. (2017). *Arquitetura em terras ermas. Cenários no Litoral alentejano*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora.
- Gaspar, C., Costa, M. R. & Soares, J. (2018). "Contributo para o estudo e salvaguarda do monte das serras do litoral alentejano: arquitetura e paisagem" in André, P., Rodrigues, P. S., Alves, M. B. & Costa, M. R. (eds). *Antologia de ensaios — Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. IV - Seminário de investigação, ensino e difusão*. Lisboa: DINÂMIA'CET, ISCTE, pp. 98-114.
- Pery, G. A. (1883). "Cartas Agrícolas" [folhas n.º 170, 178, 187; escala 1:50 000]. *Departamento de Cartografia da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Conselho de Agricultura de Beja.

TAGNIT N'ABDIY. A ARQUITETURA E A PAISAGEM DA REGIÃO NOROESTE DO ANTI-ATLAS EM MARROCOS

Miguel Reimão Costa

CEAACP, Universidade do Algarve / CAM
mrcosta@ualg.pt

Desidério Batista

CHAIA, Universidade de Évora / Universidade do Algarve
dbatista@ualg.pt

Palavras-chave: montanha, território semiárido, casa-pátio, família alargada

1. Introdução

Os limites do Mediterrâneo são de desenho difícil, mais ou menos vago ou indefinido, com traços distintos que se aproximam e se afastam em função de diferentes disciplinas e critérios. E isto ocorre mesmo quando nos cingimos aos confins mais estritos da geografia, [...] *do limite Norte da oliveira até ao das grandes palmeiras do Sul*, muito aquém do *grande Mediterrâneo* alargado às *dimensões da história* que propõe Braudel ([1946] 1995, p. 191). A presente linha de investigação pretende contribuir para essa dimensão múltipla, incidindo privilegiadamente nos âmbitos da arquitetura e da paisagem das regiões de montanha¹. A partir de uma primeira abordagem de prospeção e de reconhecimento da diversidade do património construído nas diversas unidades e subunidades regionais, o trabalho de campo centra-se em casos de estudo menos conhecidos: no presente artigo, a aldeia de Tagnit n'Abdiy, na região noroeste do Anti-Atlas (entre Taliouine e Iggherm), no sul de Marrocos, território da tribo *Indaouzal* (fração *Afala n'Ouassif*).

Alguns dos trajetos de atravessamento das grandes montanhas do sul traduzem especialmente bem esta condição de transição, onde o Mediterrâneo [...] *confina com o domínio da aridez* (Ribeiro, [1968] 2011, p. 111). É o que ocorre, por exemplo, no Alto Atlas Central e Oriental² ou – mais relevante para o presente caso – no Anti-Atlas a Ocidente, onde partindo da planície do Souss se sucedem as paisagens das argânicas das vertentes norte, os campos e terraços de sequeiro de cereal, amendoeiras e piteiras das terras altas de Iggherm

(1 900 metros de altitude), até às margens do *oued Akka*, onde as culturas se restringem gradualmente aos campos regados, primeiro em parcelas bem delimitadas de oliveiras e depois, finalmente, com a preponderância gradual da tamareira e dos oásis do sul.

O Anti-Atlas apresenta duas unidades de paisagem muito distintas na transição da região montanhosa do Alto Atlas a norte e do deserto do Saara a sul: a maior parte da sua extensão, desde as vertentes meridionais atlânticas até à região de Tafilalt no extremo oriental é caracterizada pela paisagem pré-saariana, de extensas superfícies áridas atravessadas sazonalmente pelos grandes rebanhos, pontuada de povoações fortificadas e oásis dependentes de complexos sistemas de rega (Terrasse, [1938] 2010, p. 83); as vertentes noroeste (integradas na bacia hidrográfica do rio Souss) são marcadas, em contraponto, pela influência atlântica, admitindo a cerealicultura e a arboricultura de sequeiro em associação com a criação transumante de gado miúdo, numa área pontuada por aldeias com presença frequente de celeiro coletivo fortificado³ entretanto abandonado.

Esta segunda unidade de paisagem, sobre a qual incide o presente artigo, inscreve-se na região do Mediterrâneo, em especial quando consideramos critérios relacionados com a descrição da paisagem (Hubert, 2003, p. 62) e, como se verá, com a caracterização da arquitetura tradicional.

Tagnit n'Abdiy (fig. 1) ocupa uma posição central dentro desta unidade de paisagem, em área de transição das diversas subunidades que é possível delimitar de oeste para leste, seja distinguindo o Anti-Atlas Atlântico do Anti-Atlas Continental (Meunié, 1951, p. 17) ou o Anti-Atlas Ocidental do Anti-Atlas Central (Riser, 1988). Esta povoação está situada num cabeço a 1 350 metros de altitude, sobranceiro à linha de água do Assif-n-Ou Achbar (integrado na bacia hidrográfica do Assif Aït Smig, afluente do rio Souss), delimitada pelas vertentes do Adrar-n-Inchech (1 755 metros de altitude), 10 km a

1 O presente artigo inscreve-se no *Estudo integrado da arquitetura e da paisagem nas áreas de montanha do Mediterrâneo Ocidental* com trabalho de campo realizado em março de 2019 e em fevereiro de 2020, com apoio do CEAACP/UAIG. Os autores agradecem a ajuda inestimável de Ayoub Semlali, que colaborou em diversas fases do trabalho de campo realizado na aldeia de Tagnit n'Abdiy, bem como dos seus habitantes Ibrahim Ou Lahcen, Abderhman Ou Omar e Elhaj Salleh.

2 *Dès qu'on a passé les cols de l'Atlas, on se sent à l'entrée d'un pays nouveau. Là expire le monde méditerranéen et là commence le monde saharien. [...] En même temps que la végétation se raréfie, que changent la lumière et la couleur même du sol, d'autres architectures apparaissent. La pierre sèche cède la place au pisé et à la brique crue, tandis que se dessinent des formes d'une pureté et d'une régularité nouvelles* (Terrasse, [1938] 2010, p. 84).

3 Esta dissemelhança é evidente, por exemplo, na proposta da carta dos grandes sistemas regionais de conservação das águas e dos solos de Marrocos, em que, ao contrário do que ocorre com o sistema montanhoso do Alto Atlas (que conforma uma mesma unidade), se distingue o Anti-Atlas dos terraços de sequeiro da região do pré-Saara e Saara (Laouina, 2010).

norte, e do Adrar-n-Aklim (2 531 metros de altitude), 25 km a sul.

Este artigo é organizado em três partes distintas, procurando considerar um âmbito interdisciplinar no estudo da arquitetura tradicional e, simultaneamente, enquadrar as expressões específicas da aldeia objeto de estudo no contexto de diversidade do Anti-Atlas. Numa primeira parte será caracterizada a paisagem envolvente a Tagnit n'Abdiy, reconhecendo a importância dos recursos da economia tradicional, mas privilegiando a organização e as construções do território na relação com o sistema oridrográfico e com o assentamento. A segunda parte incidirá na organização da aldeia e na arquitetura doméstica, conferindo especial atenção aos temas da construção progressiva e da transformação no tempo. E, por fim, no capítulo conclusivo, retoma-se a dimensão integradora na caracterização deste conjunto às diferentes escalas, procurando, de forma concisa, enquadrá-lo e distingui-lo das diferentes unidades de paisagem do Anti-Atlas.

2. A paisagem

A pequena aldeia de pastores-agricultores sobranceira ao vale do Assif-n-Ou Achbar domina visualmente o território montanhoso semiárido cujas condições naturais, severas à sua humanização e exploração (pedregoso, seco, declivoso, cobertura vegetal rasteira e esparsa), determinaram uma economia familiar de autossustentência.

As atividades tradicionais associadas à pastorícia e à agricultura de sequeiro construíram uma paisagem austera identitária do Anti-Atlas (cf. Riser, 1988). O carácter construído da paisagem mediterrânea (cf. Ribeiro, [1968] 2011) assume em Tagnit n'Abdiy uma expressão muito particular em torno da presença da pedra quer na sua eliminação nas raras terras de cultura, quer na sua utilização na construção de todas as estruturas das quais depende a sobrevivência da população (habitação, currais, cisternas e muros nos limites das pequenas parcelas cultiváveis e nos socalcos nos talvegues).

O assentamento rural alcandorado e a paisagem agro-pastoril numa austeridade incomparável fundem-se

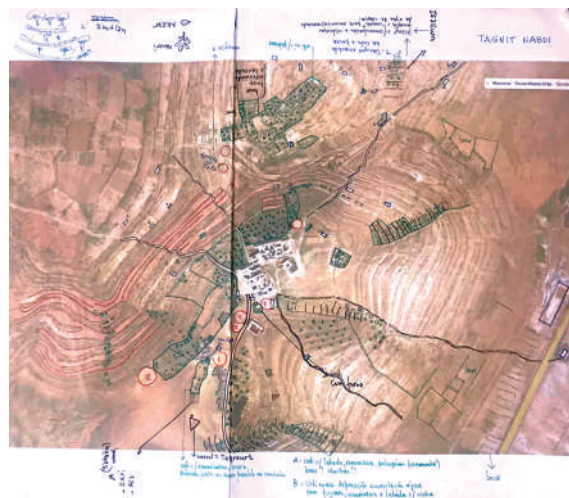


Fig. 2 Carta da paisagem: estruturas hidroagrícolas e sistema de percursos, trabalho de campo

mostrando o peso duma cultura territorial histórica. A gestão racional e coletiva dos recursos naturais presentes (água, solo, vegetação) baseia-se em conhecimentos, técnicas e processos de construção, pastorícia e cultivo tradicionais que, transmitidos de geração em geração, estão na origem do modelo de organização e (trans)formação da paisagem de Tagnit n'Abdiy. Para a sua identificação e caracterização contribuiu sobremaneira o trabalho de campo e a recolha de informação oral, considerados fundamentais para o mapeamento das estruturas hidro-agro-pecuárias e o registo das suas designações locais (fig. 2). A paisagem organiza-se em torno da povoação na qual convergem seis caminhos de terra batida integrados no sistema de vias no território e de ligação ao espaço circundante: conexão à principal via de comunicação e ao transporte público; à escola primária; às aldeias próximas; à cisterna pública localizada no vale; e, ainda, às terras de pastagem. A partir do centro correspondente ao núcleo residencial e religioso depreende-se um modelo concêntrico de três áreas fundamentais. A área mais próxima das habitações compreende pequenas cercas muradas (predominantemente para amendoeiras, mas também, embora residualmente, figueiras, ameixeiras e videiras em latada), entre as quais



Fig. 1 Tagnit n'Abdiy vista de poente

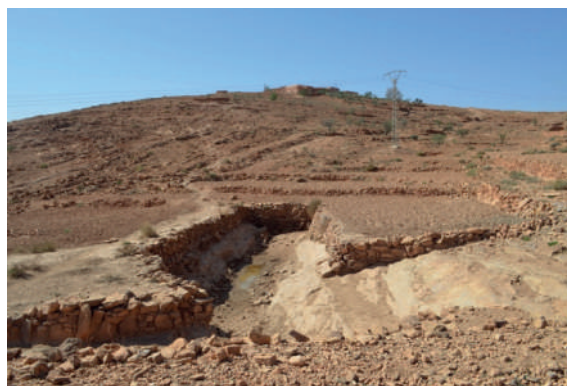


Fig. 3 Distintas expressões da paisagem: **a** cercas de *Opuntias* **b** tanque para abeberamento do gado **c** partida do rebanho e **d** socalcos nos talwegues pouco pronunciados

surgem dispersas algumas eiras (*anrar*), cisternas (*tanotfi*)⁴ e pequenos currais (*tagrouit*) que marcam a entrada principal da aldeia, ladeada por manchas de vegetação subarbusciva seca (*izrri*) para ser utilizada na confeção de alimento e no aquecimento das casas durante a estação fria; ainda nesta primeira área adjacente à povoação existem cercas de maior dimensão, também delimitadas por muros de pedra solta, ocupadas com plantações de opúncias (*aknari*) (fig. 3a) para diferentes usos (o fruto para alimentação das pessoas e do gado; as folhas, depois de secas, para o aquecimento do forno), entre as quais se conta igualmente a presença de cisternas e eiras. A estas duas construções associam-se, respetivamente, a necessidade premente de armazenamento das escassas precipitações para o uso doméstico e o abeberamento dos animais, e a cultura do cereal em pequenos talhões quer nas terras baixas do vale, quer nas terras altas do cabeço largo configurando a área intermédia correspondente a um anel de cerealicultura pluvial (*bour*). É ainda aqui que, associado a um talvegue, surge, num ponto de acumulação por escorrência das águas da chuva, um grande tanque (*tafrawt n'ibhaym*) construído em desaterro para a retenção daquelas águas junto ao principal percurso pecuário (fig. 3b). A localização e dimensão desta estrutura, característica desta subunidade de paisagem do Anti-Atlas, denota a importância do gado na economia familiar. Com ele se relaciona a área mais afastada da aldeia, vinculada aos rebanhos de cabras e ovelhas cujas deslocações (quase) diárias marcam o ritmo e a vida da comunidade (fig. 3c).

4 A envolvente próxima de Tagnit n'Abdiy conta com 26 cisternas, encontrando-se a aldeia na zona de limite do que Meunié designa por *pays des cisternes*. *Pays de citernes et non de puits, ne permettant pas d'assurer une irrigation régulière, ni même toujours d'abreuver les troupeaux* (Meunié, 1951, p. 16).

Outro traço identitário desta paisagem prende-se com a construção em pedra solta de terraços construídos ao longo de determinadas linhas de drenagem à semelhança do que acontece noutros pontos do Anti-Atlas e noutras regiões do Magrebe, nomeadamente nas montanhas de Matmata no sul da Tunísia. Localmente designados por *isaliwn*, constituem um processo tradicional de acumulação e retenção de sedimentos e água das chuvas, criando-se deste modo condições para a prática da arboricultura, fundamentalmente, de amendoeiras (fig. 3d). Os muros de pedra que os delimitam lateralmente apresentam pequenos bueiros que, associados à topografia (curvas de nível), permitem a entrada das águas de escorrência nas vertentes, fazendo jus à dimensão racional e utilitária desta paisagem fortemente marcada pela austeridade e pelo seu carácter construído, tanto na organização do campo e do seu espaço agropecuário, como na forma do povoado e da arquitetura

3. A povoação alcandorada e a arquitetura [de Tagnit n'Abdiy]

O conjunto edificado de Tagnit n'Abdiy ocupa o cabeço mais elevado (1 320 metros de altitude) do relevo, organizado em dois conjuntos edificados principais e outras construções dispersas. Estes dois conjuntos edificados adquirem características muito idênticas entre si, resultando da combinação das habitações das diversas famílias alargadas da aldeia (fig. 4). A partir do exterior, enunciam a sua dimensão compositiva nos diferentes planos da arquitetura de terra (com embasamento de alvenaria de calcário) de reduzido número de vãos abertos (que se restringem às raras portas de entrada do piso térreo e algumas janelas de pequena dimensão no piso superior).

Apesar de comportarem, hoje, dimensões bastante diferenciadas, as habitações apresentam uma organização idêntica, a partir de uma estrutura encadeada de vários espaços descobertos de pátios e currais que apõem os vários compartimentos e dependências. O diagrama da *casa mediterrânica*, disposta em redor de um pátio ao centro da composição, é assim decomposto em diversos polos, de valor, escala e uso diferenciados. Na realidade, esta solução, muito comum aos palácios e casas abastadas das *medinas* a norte do Atlas e dos *ksour* a sul nas regiões pré-saarianas, constitui uma tipologia menos relevante nas aldeias de montanha, o que contribui para tornar esta região num interessante caso de estudo.

Em qualquer caso, a solução de base é formada por dois núcleos distintos: os compartimentos domésticos em redor de um pequeno pátio (*tassaragt*); e as dependências do gado, associados a um curral exterior (*tagrort*), como podemos ver nas habitações 2, 3 e 4b (fig. 4a). O processo de ampliação gradual da edificação ocorre tanto em altura como em superfície. No primeiro caso, cada um dos novos compartimentos edificadas sobre a cobertura plana dos compartimentos térreos contempla a execução de uma escada autónoma. A inusitada multiplicação de lanços de escada em cada um dos pátios (fig. 5) substitui, deste modo, a solução da galeria característica da casa pátio em contexto urbano. A ampliação da habitação em superfície contempla, por seu turno, a integração de novos pátios, com frequente especialização: espaço do fogo e da água na relação com a cozinha; entrada ou articulação dos diferentes núcleos; concentração dos espaços para hóspedes e visitantes; ou ainda separação de gados. Este processo repercute-se também na própria especialização das portas de entrada no conjunto, distinguindo-se frequentemente as entradas principais e de serviço, para os hóspedes e para o gado.

A transformação destes conjuntos edificados tende a privilegiar, com o avançar do século passado, o desenho mais regular e menos circunstancial de novos módulos justapostos aos conjuntos edificados preexistentes. Esta tendência é especialmente evidente no pátio dos hóspedes, de planta quadrangular, que aspira, por vezes, a constituir uma quase habitação autónoma



Fig. 4 Planta de conjunto de Tagnit n'Abdiy: a estrutura predial, 1-7 diferentes habitações 8 oratório (vestíbulo, pátio, cisterna, abluções, sala de oração, espaços domésticos) b piso térreo c compartimentos do piso superior d pátios, currais e espaços descobertos

(provida de cozinha e instalação sanitária, como ocorre na casa 1). Esta é uma influência clara da arquitetura das *medinas*, de onde pode provir por via direta ou indireta a partir de modelos de referência da região pré-saariana do Anti-Atlas, recebendo alternadamente a designação de *riad* (árabe) ou de *taddwarit* (amazigh). A mesma tendência foi registada, mais para ocidente, na região de Tafraout, caracterizada, como veremos, por uma arquitetura doméstica muito distinta da aldeia em estudo⁵.

Num estágio inicial, Tagnit n'Abdiy era constituída por algumas casas dissociadas que acabaram por formar os dois grandes blocos, a que antes fizemos referência,

5 *Le résultat est un compromis: la taddwarit. Puisqu'il n'est pas possible de moderniser les pièces de réception sans toucher au reste de la maison, on les transporte au dehors. [...] Le visiteur ne saurait flatter plus agréablement la vanité du propriétaire qu'en lui déclarant qu'il se croirait à Fès ou à Rabat. Le décor arabe de la vie citadine est encore une fois l'idéal du commerçant chleuh évolué.* (Adam, 1951, pp. 63-64).



Fig. 5 Pátios da casa 1 de Tagnit n'Abdiy



Fig. 6 Diversidade do povoamento e da arquitetura no Anti-Atlas: a celeiro coletivo de Issouka Iberkak a poente de Tagnit n'Abdiy **b** Ksar Tissergate no vale do Draa **c** aldeia de Oumesnat na região ocidental **d** aldeia de Tizgui, Jbel Siroua

através do preenchimento de espaços intersticiais e da expansão para norte e poente (no caso do bloco norte) e para sul e poente (no caso do bloco poente). A configuração global da aldeia é, assim, o resultado de um conjunto de intervenções que ocorre à escala local, relativa à transformação de cada uma das suas casas em ciclos sucessivos: num primeiro momento, comportando a ampliação da habitação associada à consolidação da família alargada (com um quarto para cada um dos filhos casados); e, num segundo momento, com a separação em diferentes casas resultando no eventual parcelamento da habitação original (como ocorreu com as habitações 4a e 4b, que antes integravam a fração 4). Em qualquer caso, este processo tende a perder relevância no presente, seja pela importância crescente do fenómeno da emigração, seja por uma valorização crescente da organização ditada pela família nuclear.

4. Tagnit n'Abdiy no contexto da arquitetura do Anti-Atlas: uma conclusão

A importância de Tagnit n'Abdiy enquanto caso de estudo está relacionada, como vimos, quer com os diversos temas de construção integrada da paisagem e da arquitetura, quer com os princípios de coerência transversais às diversas habitações desenhadas, associados a uma génese relativamente recente da aldeia. É a partir destes pressupostos que importa enquadrar a revelação da casa de pátios múltiplos no contexto do património construído do Anti-Atlas. De facto, a organização do conjunto edificado da aldeia remete para uma estrutura de menor complexidade do que a que é possível antever noutros núcleos

mais antigos integrados nesta unidade de paisagem, onde é mais expressiva a justaposição diacrónica de diferentes modelos e estruturas. A este nível, importa, antes de mais, considerar a relevância que os celeiros coletivos fortificados adquiriam, até ao início do século passado, na organização coletiva de muitos dos aglomerados da região (Meunié, 1951; Naji, 2006). De facto, a transformação das circunstâncias históricas que ditaram o fim da *bilad al-siba* e a *pacificação* que se assistiu durante o Protetorado Francês constituiu o início de um processo relevante de transformação da organização dos povoados do sul de Marrocos, em geral, e do Anti-Atlas em particular. Na região de estudo, esta transformação acentuou a gradual perda de importância das estruturas coletivas fortificadas (não apenas dos celeiros, mas também dos apriscos), que traduziam a importância dos períodos de insegurança. Assim, Tagnit n'Abdiy não dispõe do característico celeiro coletivo torreado presente em muitas das povoações mais antigas da região (fig. 6a). Tagnit n'Abdiy inscreve-se, de qualquer modo, numa sub-região com características próprias à escala da arquitetura (edifício desenvolvido em extensão, em redor de vários espaços descobertos, com posição contígua de habitação e dependências, com um ou mais vãos de acesso), da paisagem (espaços de produção murados, de eiras e cisternas, bem como de *bour* e socalcos nos talwegues pouco pronunciados) e do povoamento (aldeias não muradas, mas associadas a uma rede de celeiros coletivos, quase sempre, situados em posição sobranceira e dependentes de uma exploração transumante dos recursos com repercussão ao nível da presença de povoados principais e secundários).

Em qualquer caso, só um estudo tipológico mais extenso e aprofundado permitiria reconhecer aqui as diferentes variantes da arquitetura doméstica e a sua expressão diacrónica. A relativa diversidade que caracteriza o Anti-Atlas, ao nível dos parâmetros geomorfológicos, climáticos, paisagísticos e urbanísticos, tem repercussão na arquitetura da habitação tradicional. Essa condição é, antes de mais, evidente a partir da contraposição das duas grandes unidades de paisagem referidas na parte introdutória do artigo: a região nordeste e a região pré-saariana. A transição das aldeias (*douars/timizar*) da primeira região para os povoados fortificados (*qsour/ighermen*) característicos da segunda é acompanhada pela emergência de uma habitação tradicional que é muito distinta da que acabamos de descrever. No interior dos *qsour*, a transformação gradual da habitação resultava num processo de crescimento em altura, em que os espaços domésticos propriamente ditos, localizados no piso superior e na própria cobertura, se sobrepunham às dependências para o gado, produtos agrícolas e alfaias adstritas ao piso térreo. Esta descrição genérica da casa da região pré-saariana cobre, no entanto, uma grande diversidade de variantes a nível da escala, do controle da luz zenital ou da solução do espaço central (desde o pátio mais largo com galeria até à sobreposição de dois espaços centrais distintos com comunicação restringida a uma lucerna apertada) que não cabe agora aprofundar⁶. Em qualquer caso, considerada articuladamente com o urbanismo dos *qsour* (fig. 6b) e com a paisagem dos oásis, a arquitetura desta unidade de paisagem evidencia um modo de habitar muito distinto daquela que descrevemos em Tagnit n'Abdiy.

Mas mesmo quando nos restringirmos à região nordeste do Anti-Atlas é possível identificar formas de transição para tipologias de habitação tradicional muito distintas que não podem ser dissociadas das circunstâncias naturais e socioculturais. A aproximação à região do Anti-Atlas Atlântico revela uma arquitetura mais rica e cuidada (Foucauld, 1888, p. 177) e presumivelmente mais diversificada em termos tipo-morfológicos. Entre os diversos tipos presentes nesta subunidade com centro em Tafraout (1 000 metros de altitude) evidencia-se a casa bloco (fig. 6c), frequentemente marcada por distintas formas de ornamentação e pela presença ou simulação da torre, de influência pré-saariana (Adam, 1951). De certo modo, é a casa de vários pisos, organizada em redor de um exíguo espaço central *porticado* e descoberto, que se liberta do parcelário apertado dos *qsour* do Sul para se assumir como construção isolada, beneficiando aqui da implantação em encosta para garantir um duplo acesso. Por vezes, esse espaço central poderá também ser coberto, numa solução variante justificada, por

6 Ao contrário do que ocorre na região nordeste do Anti-Atlas, onde a arquitetura da habitação tradicional é menos conhecida, a região pré-saariana foi objeto de um elevado número de estudos, em diferentes âmbitos, que não é possível enumerar num artigo com a presente dimensão. Do mesmo modo, não é possível considerar a transformação profunda do modelo de organização da habitação e a renúncia às soluções genéricas descritas, que ocorre a partir de meados do século passado. Ainda que as povoações fortificadas não estivessem ausentes da região nordeste do Anti-Atlas, a sua presença é apesar de tudo reduzida a alguns casos, como Tizourgane, que contribuíam para a diversidade da arquitetura doméstica da região.

alguns autores (Nijst *et al.*, 1973, p. 79), pela adaptação às diferentes condições impostas pelas subunidades geográficas mais altas.

Do mesmo modo, a Jbel Siroua (3 300 metros de altitude), no quadrante oposto, junta outros modelos muito distintos de organização da habitação à arquitetura do Anti-Atlas, evidentes nas regiões de transição para a alta montanha. A casa organizada em redor de um ou mais pátios dá lugar, nas aldeias situadas a cotas mais altas, a habitações desprovidas de pátio, como ocorre, por exemplo, no povoado de Tizgui (2 100 metros de altitude) (fig. 6d). A implantação a meia encosta resulta aqui numa organização mais sequencial dos diversos espaços (que mantêm a configuração alongada), com janelas abertas ao exterior (aos quadrantes melhor expostos), mantendo a importância da cobertura enquanto espaço doméstico (associado a uma utilização sazonal da arquitetura). Esta mudança das características da habitação traduz assim a dimensão particular daquele que é o ponto mais alto do Anti-Atlas. Na realidade, a morfologia da habitação junta-se aqui à paisagem do regadio em terraços e ao modelo de aglomerados estacionais (*douar/azib*) numa transição para as regiões do Alto Atlas Central, com as quais partilha traços identitários (Costa e Batista, 2020).

Bibliografia

- Adam, A. (1951). *La maison et le village dans quelques tribus de l'Anti-Atlas*. Paris: Institut des Hautes Études Marocaines.
- Braudel, F. [1946] (1995). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. 1.º volume. Lisboa: Dom Quixote.
- Costa, M. R. & Batista, D. (2020). "A paisagem de produção e a arquitetura vernacular no Alto Atlas em Marrocos. O caso particular do território dos Ait Attik. *Arqueologia Medieval*, 15, pp. 289-302.
- Foucauld, C. (1888). *Reconnaissance au Maroc (1883-1884)*. Paris: Challamel.
- Hubert, A. (2003). "L'Anti-Atlas: une montagne paysanne moribonde?". *Crises et mutations des agricultures de montagne*. Clermont-Ferrand: Ceramac, pp. 61-72.
- Laouina, A. (2010). "Conservation des eaux et des sols au Maroc: prise en compte de la diversité géographique". *Norois*, 214, pp. 85-99.
- Meunié, J. (1951). *Greniers citadelles au Maroc*. Paris: Institut des Hautes Études Marocaines.
- Naji, S. (2006). *Greniers collectifs de l'Atlas. Patrimoine du Sud marocain*. Casablanca: Édisud.
- Nijst, A. L., Priemus, H., Swets, H. L. & Van Ijzeren, J. J. (1973). *Living on the edge of the Sahara*. The Hague: GPO.
- Ribeiro, O. [1968] (2011). *Mediterrâneo. Ambiente e tradição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Riser, J. (1988). "Anti-Atlas". *Encyclopédie Berbère*, 5, pp. 776-791.
- Terrasse, H. [1938] (2010). *Kasbas berbères de l'Atlas et des Oasis*. Arles: Actes Sud / Centre Jacques-Berque.

ZRIBA, UN VILLAGE PERCHÉ DU MONT ZAGHOUAN (NORD-EST TUNISIEN)

Meriem Marzouki

LAAM, Université de la Manouba (République Tunisienne)
marzouki.me@gmail.com

Mots clés: architecture vernaculaire, village perché, Zriba, Tunisie

Introduction

Implanté entre deux pitons rocheux, le village de Zriba occupe une position stratégique au cœur de la montagne de Zaghouan à une hauteur de 300 mètres. Ce village constitue un patrimoine architectural exceptionnel de point de vue du génie conceptuel et constructif. Il se distingue par un cadre assez particulier, riche et très varié. L'originalité de ce site ne se contente pas dans le milieu naturel mais aussi dans la spécificité de l'architecture vernaculaire ainsi que l'adaptation de l'Homme avec le milieu naturel. Ce site tire son originalité de la parfaite intégration de l'architecture à l'environnement naturel et de son adaptation au mode de vie.

Cette contribution vise à analyser ce patrimoine architectural à travers une étude historique du site et une lecture de l'architecture montagnarde au sein de ce village.

1. L'histoire de Zriba : un village millénaire

La date de la fondation du village de Zriba et les origines des ancêtres de sa population semblent être incertaines. Mais, une légende locale a comblé, à sa façon, le vide de l'histoire. Cette légende raconte que le fondateur du village de Zriba ainsi que ceux de deux villages voisins de Takrouna et Djeradou sont trois frères venus du Maroc: *chacun s'établit sur un piton difficilement accessible, et chacun fonda un village; lui, Takrouna, eux, Djeradou et Zriba* (Marçais & Guiga, 1958, p. XIII). Cette légende montre que l'histoire de Zriba est étroitement liée à l'histoire des villages voisins

de Takrouna et Djeradou. Ils ont subi, tous les trois, un processus historique presque commun.

Les recherches archéologiques révèlent que l'histoire de Zriba est ancienne, et que ce village a su conserver les traces d'un passé pluriel. En effet, le site et ses alentours foisonnent de nombreuses traces d'une occupation humaine très ancienne et conservent de nombreux vestiges. Au sein du village, *quelques tessons d'époque romaine et deux beaux silex taillés* ont été découverts (Ferchiou, 1994, p. 23). Avec l'absence des fouilles, cette découverte peut être l'indice de la présence d'une occupation humaine préromaine ensuite romaine dans le village. A quelques centaines de mètres du village, on note, aussi, la présence des vestiges de deux huileries antiques (IPAMED). La présence de ces deux huileries aux environs immédiats du village montre l'importance de la production et par conséquent l'activité économique dans ce site, ce qui peut montrer l'importance de la présence humaine à l'époque romaine dans le village.

L'absence de documents sur la période médiévale à Zriba ne nous permet pas d'identifier sa naissance, mais, malgré le silence des sources, il est probable que le village se soit constitué dans la même période que les villages voisins de Takrouna et Jradou. En effet, plusieurs descriptions de la région à partir du XI^{ème} siècle sont parvenues de plusieurs géographes dont la plupart intéressantes: *le Zaghouan est couvert de villages très peuplés, d'arbres fruitiers, de jardins et de sources d'eau* (Al'Bakrī, 1992, p. 705). On outre, les sources médiévales ont relaté, à de nombreuses reprises, les différentes opérations militaires qui ont conduit à la soumission de la population berbère de Djebel Zaghouan. A cet égard, durant la période du XI^{ème} et XII^{ème} siècle, l'Ifrīqiya fut le théâtre de révoltes et de troubles successifs menés à la fois par des Berbères et des Arabes. Plusieurs dynasties ont fondé des principautés dont une à Djebel Zaghouan dans le site actuel de Zagtoun (Ibn Khaldūn, 2011, p. 382; Marzouki, 2019, p. 33). Au cours du bas Moyen Âge (XIV^{ème}, XV^{ème} siècle) et d'après les témoignages des sources (Al'Abdari, 2005, p. 488; Al'Tijānī, 2005, p. 58), cette région des montagnes de Zaghouan, qui représente le prolongement naturel de la dorsale tunisienne, non seulement de point de vue géographique mais aussi du peuplement (Despois, 1955, p. 50), était habitée par les Berbères. Quelques villages perchés de cette région ont été mentionnés dans des sources tardives; le XV^{ème} siècle



Fig. 1 Carte de localisation du village



Fig. 2 Vue générale du village de Zriba

pour le village de Djeradou (Ibn Adhoum, 2006, V4, p. 130) et le XVI^{ème} siècle pour Takrouna (Ibn Abi Diyaf, 1999, V1, p. 186). En occupant les sites perchés à caractère défensif, les Berbères ont joué un rôle important dans le peuplement de cette région et l'aménagement de son territoire.

À l'époque moderne, le premier texte évoquant le village de Zriba est chez Pellissier (1853, p. 65) qui a mentionné l'existence du village sans fournir une description. Aujourd'hui, aucune source concernant Zriba n'est connue avant cette date. Le recensement effectué par les étudiants de l'école militaire de Bardo au début du XIX^{ème} siècle permet de compléter les données issues de l'observation du terrain. Si la situation qu'il décrit correspond à une phase tardive d'occupation du village, on peut malgré tout supposer qu'une partie des éléments mentionnés est directement héritée d'une structure plus ancienne. Le recensement dénombre un oratoire, plusieurs *turbas* et une vingtaine de maisons qui constituent le village au début du XIX^{ème} siècle (Abdelmoulah, 2003, p. 179).

2. Morphologie et évolution du village

Le tissu actuel de Zriba est formé d'une centaine de maisons groupées au pied de pentes abruptes qui marquent la jonction entre les deux monticules qui protègent le village du côté Nord et Sud. Le bâti suit horizontalement le mouvement des courbes de niveau. En effet, sa silhouette suit la ligne de force des deux pitons et épouse parfaitement la forme du paysage naturel. Le centre ancien du village se développe autour d'une mosquée et une zawiya qui correspondent à un centre religieux. Le village est dominé par un bâtiment rectangulaire, érigé sur la butte rocheuse au nord de Djebel El Galâa, transformée actuellement en ruine. Il s'élève à l'extérieur de l'agglomération et domine tout le village du côté sud et la plaine environnante reliée à Zriba. Il aurait probablement joué le rôle d'un poste de contrôle au premier temps, puis, il aurait transformé en grenier collectif fortifié.

L'analyse morphologique du village révèle une évolution importante du tissu villageois. En effet,

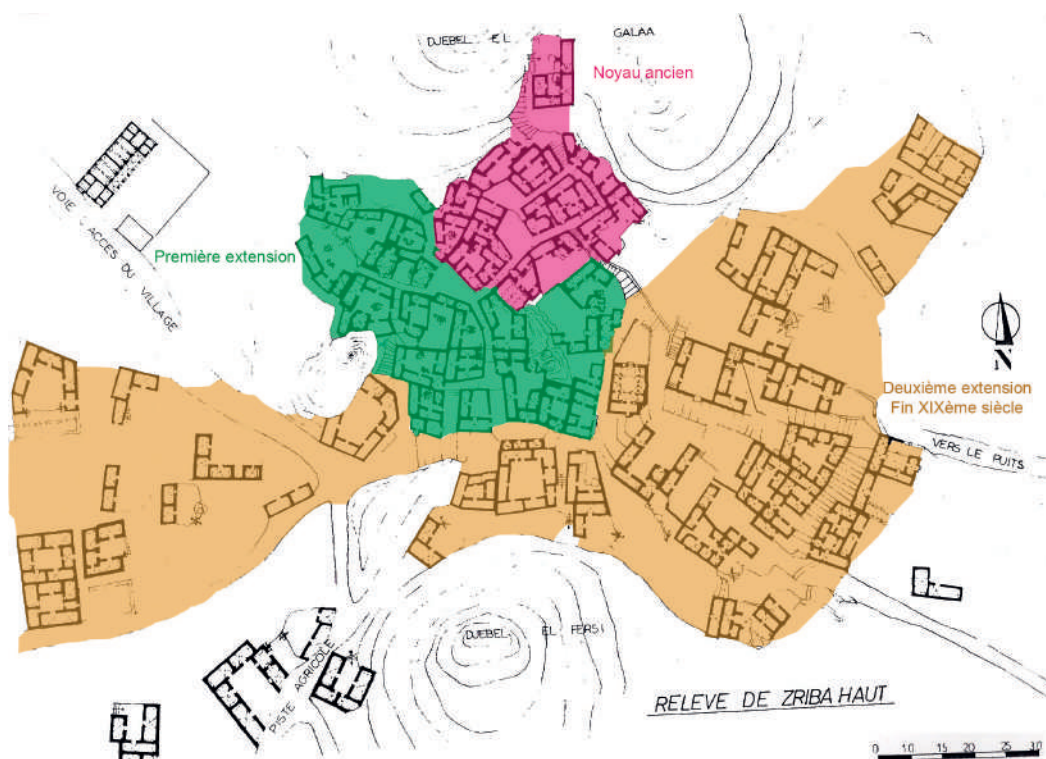


Fig. 3 Différentes étapes de l'évolution du village



Fig. 4 Mosquée de Zriba

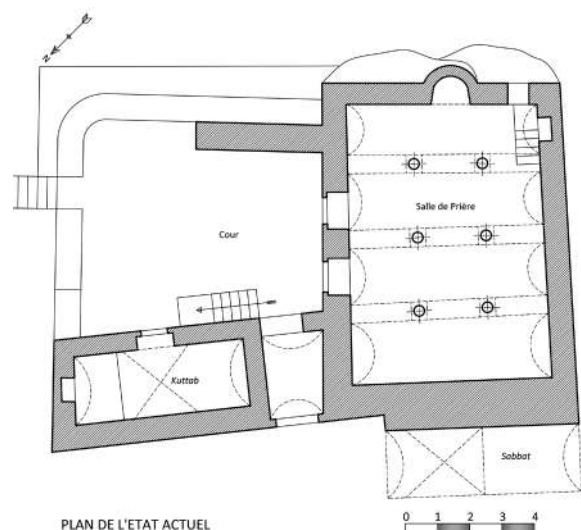
l'aspect actuel du village résulte du regroupement de deux phases d'agrandissement issues du noyau primitif. Ces trois parties principales correspondent aux différentes périodes de construction. Le premier noyau fondé correspond au quartier implanté sur le versant sud de Djebel El Galâa. Il englobe un tissu organisé autour d'une placette quadrangulaire qui donne sur l'unique axe qui traverse l'ensemble du quartier en formant la limite sud de la place. La placette occupe un emplacement décentré probablement imposé par la topographie naturelle du site. Malgré son absorption à l'intérieur du tissu villageois, ce noyau primitif est encore visible. Constitué d'une dizaine de maisons, il possédait une seule rue orientée nord-est/sud-ouest dont l'entrée est matérialisée par un passage voûté (un *sabat*) au niveau de la mosquée qui présente la limite sud du noyau. Ce noyau, qui est implanté sur un site fortement accidenté, a une morphologie très complexe. Les habitations sont construites sur des terrains étroits dont la surface ne dépasse pas 80 m². Au nord-est et au sud-ouest, les façades postérieures des maisons sont adossées au djebel. La première extension du village s'étend sur le versant sud-ouest de Djebel el Galâa. Elle se situe en marge de la rue principale qui articule seulement la partie nord et le noyau ancien. Cependant, des rues ou chemins relient cette extension au premier noyau et à une grande place centrale : la *rahba* et qui forment une trame en étoile. La deuxième extension est marquée par la dispersion des habitations dans le versant nord-est et à nord-ouest de Djebel El Fersi.

3. L'architecture vernaculaire de Zriba

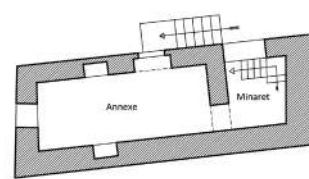
3.1 L'architecture religieuse : la mosquée

Le village possède une seule mosquée qui se situe dans le centre de l'agglomération, tout près du tracé

de l'ancien noyau villageois. L'implantation de l'édifice à quelques mètres de la place centrale, *rahba*, a servi d'élément structurant pour la densification du noyau villageois. Elle se compose d'une salle de prière, d'une cour, des pièces annexes et d'un minaret. Comme pour beaucoup des monuments de montagne, les textes manquent pour établir une datation d'édification



PLAN DE L'ETAT ACTUEL



PLAN ETAGE

Fig. 5 Plan de la mosquée

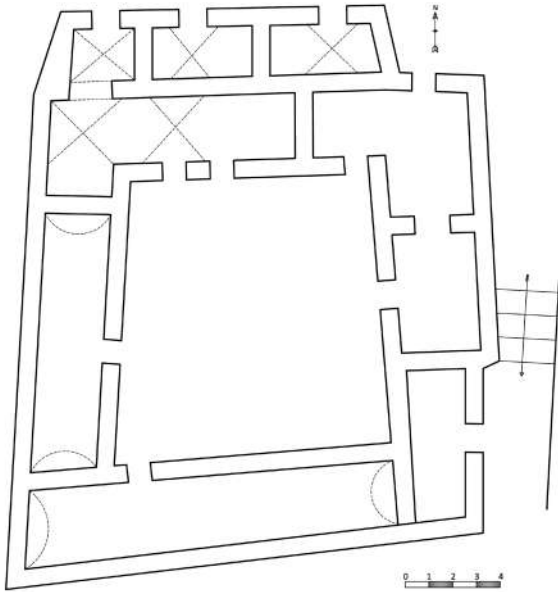


Fig. 6 Plan d'une maison à Zriba



Fig. 7 Silo creusé dans l'une des maisons

de la mosquée de Zriba. De plus, aucun indice archéologique n'a été retrouvé sur place pouvant donner une idée de datation. Sa première mention était dans le recensement de l'école militaire de Bardo (Abdelmoullah, 2003, p. 179).

La salle de prière est l'élément structurant de l'édifice. Elle est antérieure aux autres parties du monument, et pourrait constituer le premier élément de la mosquée qu'on peut dater probablement de l'époque hafside, période durant laquelle les deux villages de Takrouna et Jradou ont été mentionnés dans les sources pour la première fois. Le minaret, rajouté à l'angle nord-est de la salle de prière, est probablement contemporaine à l'édification de cette dernière. Ce style de minaret, qu'on trouve dans des monuments datés de l'époque hafside tel que la mosquée de trois portes à Kairouan, a continué à exister pendant l'époque moderne. Dans notre cas, où on ne dispose pas de documents ou d'un indice archéologique, on parle avec prudence d'un style hafside. Une première analyse typo-morphologique du minaret laisse supposer cette hypothèse. Les pièces annexes et la salle d'ablution furent édifiées à une époque postérieure. L'appareil des murs évoque une période plus tardive. L'existence d'une pièce annexe servant à un *kottab* rend la mosquée très importante.

Ce lieu, réservé à l'enseignement religieux, a joué le rôle d'une petite *madrâsa* associée à la mosquée de khutba.

3.2 L'architecture domestique

L'architecture vernaculaire du village de Zriba se caractérise par une simplicité et une sobriété tout en répondant à toutes les nécessités de ses habitants. La situation géographique du village, et notamment l'influence des contraintes physiques (orientations, pentes, relief, emplacement), ont influé l'organisation de chaque logement dans le temps et ont déterminé une typologie d'habitat qui, du point de vue morphologique et spatial, reste proprement spécifique à cette région. Le village a été construit tout au long des siècles, souvent rebâti, ses murs renforcés. Ainsi les habitations ancestrales s'étagent sur plusieurs niveaux. La centaine de maisons, le composant actuellement, se présente sous un aspect tassé bien particulier avec l'étage supérieur entièrement ouvert au sud.

La maison à Zriba est marquée, souvent, par son introversion et sa centralité. L'entrée se fait par une ouverture en général unique sur la façade. Elle s'organise généralement autour d'une cour et possède parfois une entrée en chicane. Autour de la cour la disposition des chambres est très variable, les pièces sont bâties dans un désintérêt de la symétrie. Cette diversification est due soit à l'orientation, soit au relief et à la topographie du terrain. Les chambres peuvent être disposées en ligne, ou en formant un angle droit ou encore en forme de U. En outre, l'habitation comprend parfois un *makhzen* et d'autres annexes utiles à la vie quotidienne. À l'intérieur des maisons, souvent aussi tout contre la roche qui apparaît en plusieurs points dans les maisons, de nombreux silos ont été construits ou creusés dans cette roche pour servir de réserves à grains (Marzouki, 2019, p. 326).

Le bâti traditionnel de Zriba s'intègre parfaitement dans le paysage grâce à ses matériaux de constructions, essentiellement d'origine locale. Pour l'exécution des différentes parties de la construction, la maison est édifiée avec des matériaux naturels et locaux qui sont composés essentiellement de la pierre, la chaux, la brique et du bois qui constituent, par leurs textures et leurs couleurs, un lien évident entre l'homme et son environnement, entre son habitat et la terre qui le fait vivre. Les irrégularités du terrain, les bancs rocheux sont harmonieusement utilisés comme soubassement. Les matériaux locaux et la topographie du terrain créent alors une continuité de formes, de teintes, et une uniformité d'aspect qui renforcent l'intégration de ces constructions vernaculaires au site.

Réalisée avec des matériaux locaux et mise en œuvre par la population locale, l'habitation rurale à Zriba se caractérise par une simplicité de conception. Son adaptation avec son milieu montagnard est souvent une occasion supplémentaire d'affirmer son originalité et l'ingéniosité de ses concepteurs. Sa fonction principale oscille entre le logement humain, l'abri du bétail, le stockage des réserves ou du matériel de travail, ses éléments occupent plus ou moins d'espaces selon les besoins et les choix de son occupant. En ce point, elle est le témoin de l'évolution démographique et économique du monde rural montagnard.



Fig. 8 Maison à Zriba

Conclusion

Vers la moitié du XX^{ème} siècle, Zriba connaît, comme pour tous les villages environnants, un exode rural continu compte tenu de ses faibles ressources et de potentialités agricoles limitées qui a fortement marqué le village. Le déplacement des habitants de Zriba était d'une manière très importante vers un nouveau village qui est situé dans une plaine agricole un peu loin du noyau ancien. On note ici la naissance de deux nouveaux villages. Le premier, nommé le Zriba village qui date de l'époque coloniale et qui est établi suite à la colonisation agricole de cette région. Le deuxième est celui de Zriba hammam, qui a été créé après l'indépendance pour loger les travailleurs d'une ancienne mine.

Le site de Zriba original par son emplacement, son architecture et par ses composantes, est un modèle de village de montagne dans le nord-est de la Tunisie. Ce village est une leçon d'architecture vernaculaire où les habitants ont résolu tous les problèmes pour fonder un tel village dans un endroit qui subit de fortes contraintes du milieu naturel. Ce village perché conserve, en dehors de sa situation stratégique, de nombreux éléments architecturaux de qualité qui en font une partie intégrante du patrimoine Zaghouanais. Actuellement, à cause de l'abandon et du manque de restauration et de maintenance, le site de Zriba est en situation de dégradation permanente. Ses composantes sont menacées par le pillage des matériaux de construction.

Bibliographie :

- Abdelmoullah, M. (2003). *L'École militaire du Bardo* [En arabe]. Tunis: Maison Arabe du Livre.
- Al'Abdarī (2005) *Rihlat Al-'Abdarī*. 2^{ème} éd.
- Al'Bakrī (1992) *Kiṭāb al-Masālik wa l-mamālik*. Adrien van Leeuwen et André Ferré (eds). Tunis.
- Al'Tijānī (2005) *Rihla*. Index et préf. Hasan Husni Abdulwahab. Tunis.
- Despois, J. (1955). *La Tunisie orientale Sahel et basse steppe. Études géographiques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Ferchiou, N. (1994). "Le paysage protohistorique et pré-impérial à l'est et au sud de Zaghouan (Tunisie)". *Antiquités africaines*, 30, pp. 7-55.
- Ibn Abi Diyaf (1999). *Ithaf ahl az-zaman bi-akhbari Muluki Tunis wa ahd al-aman*. 8 Vol. Tunis.
- Ibn Adhoum (2006). *Kitab Al-Ajwiba*. Vol 4, Mohamed Habib Al-Hila & Beit Al-Hikma (eds). Tunis.
- Ibn Khaldūn (2011). *Kiṭāb al-'Ibar*. Éd. Ibrahim Chabouh (ed.). Tunis.
- IPAMED, feuille n.° 36, Bouficha, 1/50 000 (Site n.° 043.294: Az-Zriba al Olya).
- Marçais, W. & Guiga, A. (1958). *Textes arabes de Takrouna*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- Marzouki, M. (2019) *Les Villages Perchées de la Région de Djebel Zaghouan: Aménagement, Urbanisation et Architecture*. Thèse de Doctorat en Sciences du Patrimoine. Faculté des Sciences Humaines et Sociales de Tunis.
- Pellissier, E. (1853). *Description de la régence de Tunis*. Paris [Impr. impériale].

LECTURE ARCHITECTURALE, PAYSAGÈRE ET CULTURELLE D'UN VILLAGE PERCHÉ – CAS DE TAKROUNA, TUNISIE

Ons Najjar

ENAU, Université Ibn Khaldoun (République Tunisienne)
onsnajjarmansour@gmail.com

Raja Gzara

ENAU, Université Ibn Khaldoun (République Tunisienne)
gzara.raja@gmail.com

Mots clés: Patrimoine, matériel, immatériel, le socioculturel

Introduction

L'œuvre architecturale est un patrimoine matériel, qui véhicule un savoir-faire et un mode de vie, transmis de génération en génération à travers le mode de construction, le mode d'occupation d'espace et d'intégration au site. C'est aussi le support le plus complet illustrant un patrimoine immatériel témoignant du passé et des influences culturelles et sociales sur le vécu spatial. La Tunisie, de par son emplacement géographique stratégique, connut des passages consécutifs et fructueux de plusieurs civilisations à travers l'Histoire.

En témoigne le paysage architectural métissé, résultant des différentes passations et brassages, constituant un héritage culturel riche et varié.

L'architecture vernaculaire appelée également locale ou régionale est une expression qui définit une architecture propre à un temps, un endroit et un groupe de personnes.

Selon Paul Oliver (1997, p. 79), l'architecture vernaculaire est définie comme étant *l'architecture des gens, l'architecture sans architecte, faisant appel aux matériaux disponibles sur place et mettant en œuvre des techniques traditionnelles (par opposition à l'architecture pour les gens, l'architecture d'architecte).*

C'est la traduction du savoir-faire du génie humain, ayant un intérêt et une beauté unique, faisant preuve d'adaptation aux contraintes environnementales et sociales.

Les villages perchés en Tunisie sont l'exemple imminent d'une architecture vernaculaire qui s'implante sur un rocher par soucis sécuritaire et use du savoir-faire des habitants et des matériaux locaux pour construire des lieux de vie. Elle est ainsi l'expression d'un savoir-faire architectural adapté au lieu et reflétant une culture particulière.

A travers les différentes manifestations de l'architecture, on peut développer une réflexion autour des caractéristiques de l'empreinte de l'objet architecturale réalisé. L'analyse de la production architecturale dans son contexte nous permet d'identifier les dimensions physiques, sociales et culturelles propres aux lieux et ses habitants. L'architecture est ainsi la trace matérielle permettant de lire et d'analyser le contexte architectural, le mode d'occupation et le mode de construction adapté.

Ceci rejoint Christian Lasseur (1983, p. 114) quand il explique que l'architecture vernaculaire est: *Reflet de changements économiques, un type vernaculaire est caractéristique non seulement d'une époque donnée mais aussi de la classe sociale qui l'a fait construire et l'a utilisé.*

Aujourd'hui la mise au jour de l'identité propre des communautés est un besoin profondément ancré. C'est dans ce sens que l'analyse des composantes physiques et matérielles du village de Takrouna va nous guider vers la synthèse du matériel et de l'immatériel, du vécu et du ressenti, du visible et de l'invisible du lieu. L'enjeu socioculturel et sa dimension considérable d'ordre économique seront aussi identifiés.

Ainsi, nous proposons à travers ce travail de vérifier dans quelle mesure l'architecture du village de Takrouna est l'expression d'une culture d'une collectivité donnée, d'un mode d'expression traditionnel et naturel ? Comment peut-on à travers la lecture de l'objet architectural définir un modèle social et culturel spécifique?

Dans ce travail sur le village de Takrouna, on ambitionne d'identifier les différents aspects notamment culturels et social qui font son authenticité. On procèdera à une analyse des composantes matérielles et immatérielles comme suit :

1. Les composantes matérielles liées au contexte physique (situation géographique, climat, structure urbaine et architecturale) ;
2. Des composantes immatérielles liées à l'aspect culturel et social ainsi que l'occupation de l'espace et sa perception.

A l'issue de cette analyse, nous estimons être en mesure de mettre au jour les caractéristiques de la culture d'une collectivité à travers l'étude des différentes manifestations architecturales.

Ainsi, l'analyse de la production architecturale dans son contexte permettrait d'identifier les dimensions physiques, sociales et culturelles propres aux lieux et ses habitants.

1. Takrouna potentialités d'un lieu unique

1.1 Situation géographique

La Tunisie se situe au nord du continent Africain, donnant sur la mer Méditerranée et permettant d'assurer des relations avec les pays d'orient, l'occident et les pays d'Europe. Au sud du pays, la communication se fait

avec le reste du continent africain à travers le désert. La position privilégiée de la Tunisie a permis une diversité d'influences (romaines, berbères, andalouse, etc.).

Takrouna est un village berbère perché situé au centre de la Tunisie, du gouvernorat de Sousse, se trouvant à environ 6 km à l'ouest d'Enfidha, en direction de Zaghouan. Il est construit sur un rocher culminant à 200 mètres d'altitude et dominant une plaine environnante, avec vue sur le golfe d'Hammamet, Hergla et Sousse à l'est, le Djebel Zaghouan au nord et la plaine de Kairouan au sud.

Le climat dominant cette région s'inscrit dans une mixité de nuances climatiques séparant les régions typiquement méditerranéennes des régions désertiques. Le climat méditerranéen est caractérisé par un été chaud et sec et un hiver doux et relativement pluvieux. Cette particularité climatique a permis de donner naissance à un modèle architecturale spécifique, répondant au besoin des habitants et utilisant les matériaux locaux.

1.2 Contexte historique

Takrouna a été initialement occupé par une tribu berbère vers le VIII^{ème} siècle. Le village a été ensuite habité par des immigrants Maures au XVII^{ème} siècle. Par la suite, et pour des raisons liées aux destructions de la dernière guerre, d'inconfort de l'habitat, d'instabilité du rocher, le village ancien a été en grande partie abandonné, au profit du village du bas reconstruit par l'État. Les lieux sont désertés depuis l'indépendance et l'appel du gouvernement à quitter ces lieux et s'installer au niveau de la plaine.

Ainsi, les particularités de ce village perché s'expliquent par des données géographiques, climatiques et historiques. Le choix de s'implanter dans ce village a été guidé par des facteurs sécuritaires certes, mais aussi par la présence de l'eau dans la plaine d'autre part. Les habitants seront ainsi protégés tout en assurant leur nourriture par le travail de la terre en bas de la colline. Les villages perchés se caractérisent par la dimension défensive recherchée par les occupants pour un site naturellement fortifié, protégé. Ainsi l'implantation en hauteur permet de surveiller les alentours et de prévoir l'arrivée de l'ennemi, et ce à une distance importante. La hauteur constitue aussi un moyen défensif naturel, étant donné la difficulté de l'accès au sommet des montagnes où sont généralement implantées les constructions. L'implantation du village constitue ainsi une réponse architecturale à un besoin de survie, de protection et de nourriture. C'est ainsi que le choix s'est fait sur un rocher élevé qui surplombe des plaines vertes permettant l'exploitation des terres agricoles et la possibilité de s'approvisionner en eau. Ainsi les composantes vitales, sécurité et nourriture, sont assurées.

En conclusion de cette première partie, nous pouvons déjà avancer l'idée que ce village est la réponse architecturale adaptée à un site particulier qui se veut dominant et rassurant à la fois. Il constitue ainsi une réponse aux besoins primaires des habitants.

La suite de notre analyse nous permettra de dévoiler la dimension socio-culturelle à l'organisation spatiale du village. Ces divers modes de vie ont donné naissance à des types d'habitats très variés, des demeures bâties sans frais par les habitants eux-mêmes. Isolées, groupées ou formant des villages, ces maisons réalisées

avec des matériaux locaux (pierre, terre, végétaux) s'harmonisent pour se confondre avec la nature.

2. Takrouna contexte urbain, architectural et culturel

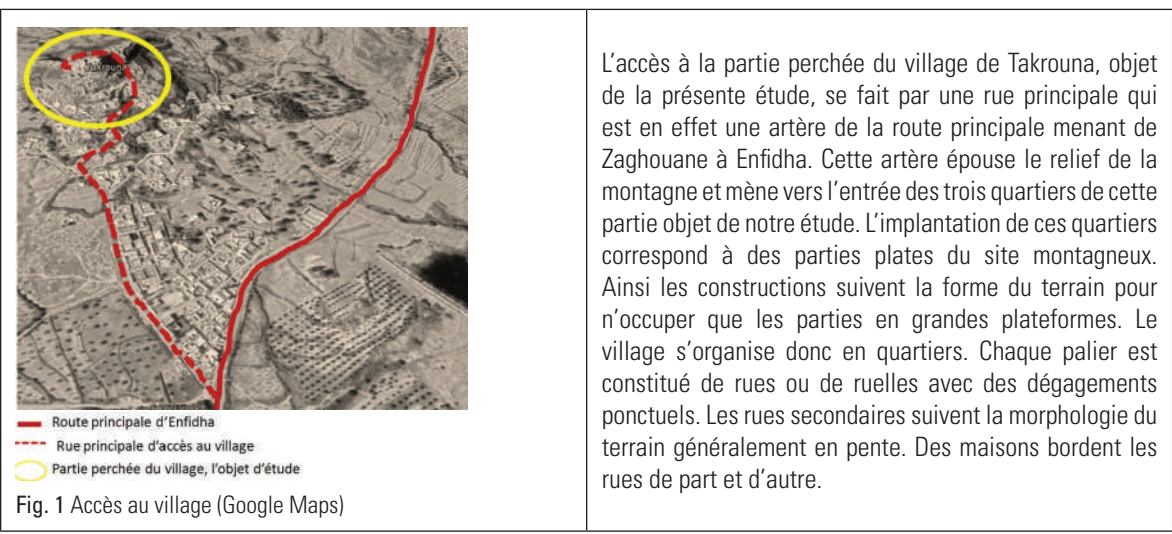
2.1 Contexte urbain — Structure urbaine

Les structures d'organisation des constructions s'avèrent riches et variées. En effet, les trois plateformes présentent des distributions différentes. La plus haute, celle du sommet présente un aspect plutôt organique sans structure particulière visiblement. Une promenade dans cette partie du village nous permet de sentir cet effet labyrinthique certainement souhaité, mis en place afin de faire perdre les étrangers au quartier. Les ruelles y sont relativement étroites. Elles sont soit délimitées de part et d'autre par des constructions, soit par les constructions d'un côté et de la falaise de l'autre. Des placettes ou éclatements sont mis en place d'une manière ponctuelle. Un aspect communautaire est à souligner dans cette partie du village. La plateforme intermédiaire quant à elle, présente une configuration plus simple avec une seule épaisseur desservant toutes les constructions. La troisième plateforme, la plus basse, se présente en deux entités. Une première partie est desservie directement par la rue principale d'accès à la crête. La deuxième est organisée autour d'une rue secondaire permettant la distribution des maisons de part et d'autre et débouchant sur une voie curviligne périphérique desservant les dernières constructions (fig. 3). Les configurations urbaines reflètent une organisation sociale particulière. Dans le tableau suivant, on essaie de mettre au jour les caractéristiques de cette organisation à travers l'analyse de la structure urbaine du village.

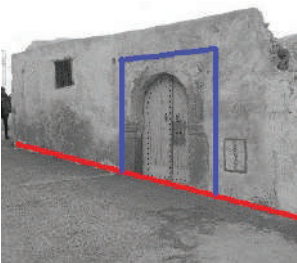
Ainsi à travers l'analyse urbaine du village perché on peut constater plusieurs aspects sociaux. En effet la manière de s'implanter dans la montagne et de desservir l'espace nous renseigne sur l'hétérogénéité culturelle des occupants et leur succession historique probables. La recherche de la sécurité se manifeste à travers l'accès unique au village, la rue unique qui dessert les maisons ainsi que l'organisation labyrinthique. Cette quête est aussi consolidée grâce à la mitoyenneté des constructions qui montre aussi une grande solidarité entre les habitants

D'autre part, ce mode d'implantation traduit une symbiose parfaite entre la nature et l'homme, qui sans l'agresser vient s'implanter en respectant la morphologie du site. Ainsi la dimension paysagère s'avère très importante. En effet le dégagement visuel vers la plaine est omniprésent.

Ainsi à travers l'analyse urbaine plusieurs aspects ont pu être avancés. La configuration de l'architecture peut nous renseigner d'avantage sur des aspects relatifs à la culture des occupants. Cet aspect sera pris en charge dans la partie suivante.



Constats urbains	Relevé de la composante urbaine	Analyse – Interprétation
<p>Les trois plateformes</p>	<p>Le relevé de l'occupation spatiale de la crête montre trois groupements correspondants aux parties plates du site soit les trois plateformes d'habitation.</p> <p>Rue principale d'accès au village Quartier niveau 1 Quartier niveau 2 Quartier niveau 3</p> <p>Fig. 2 Les trois plateformes du village perché et la rue d'accès (Google Maps)</p>	<p>L'occupation du site en trois entités éparses permet plusieurs interprétations:</p> <p>l'étroitesse des plateformes a fait que l'on été obligé d'en occuper d'autres au besoin</p> <p>l'arrivée de nouveaux occupants a nécessité l'implantation sur d'autres plateformes.</p>
<p>Axe principal</p>	<p>Une rue principale assure l'acheminement du visiteur d'un palier à un autre et détermine le principal accès au village.</p>	<p>L'unité de l'accès met l'accent sur l'importance de l'aspect <i>sécuritaire</i> du village.</p>
<p>Les rues et les ruelles</p>	<p>Rue secondaire</p> <p>Fig. 3 Rue desservant les habitations</p> <p>Sur la fig. 3 une rue secondaire desserre de part et d'autre les maisons. Elle débouche suivant une trajectoire curviligne sur la vue sur la plaine fortifiée par les cactus et desserre les dernières constructions.</p>	<p>Les passages sont sécurisés, bordés par les constructions ou par les cactus. Cette configuration permet aussi de contrôler les déplacements des étrangers dans le village tout en gardant des perspectives ouvertes sur le paysage.</p>
<p>Habitations – maisons à patio</p>	<p>L'organisation urbaine est formée par des unités d'habitation à <i>patio</i>, réunies côte à côte et desservies uniquement par une rue.</p>	<p>Cette mitoyenneté permet de consolider, entre autres, l'aspect solidaire et la recherche de sécurité par habitants.</p>

Constat architectural	Relevé de la composante composante architecturale	Analyse — interprétation
<p>La configuration des maisons: Les maisons présentent toutes un <i>patio</i>, un dispositif permettant d'avoir le contact permanent avec l'extérieur. Ces <i>patios</i> présentent différents niveaux de développement. On trouve des maisons à <i>patio</i> avec deux volumes organisés en L, avec trois volumes en U ou encore avec quatre volumes.</p>	<p>Les maisons s'organisent autour d'un <i>patio</i> délimité au fur et à mesure du développement de la famille. Ainsi chaque nouveau couple construit une chambre en bande de largeur de 2 mètres (selon les disponibilités de la largeur du bois de palmier). L'architecture se résume à une volumétrie simple composée de parallélépipèdes voutés en berceau.</p>	<p>Un aspect paysager est mis en valeur à travers les <i>patios</i> qui permettent le contact avec la nature. Une évolution spatiale traduisant l'évolution du noyau familial tout en gardant le dispositif du <i>patio</i>.</p>
<p>L'aspect extérieur des maisons</p>  <p>Fig. 4 Façade de maison</p>	<p>Maison introvertie avec une façade extérieure comportant une porte et une petite fenêtre donnant sur la rue. L'observation des façades des habitations a permis de relever des rapports : plein – vide: 80% ouvert – fermé 20% pente du Terrain: 10%</p>	<p>L'habitation s'intègre convenablement au terrain en pente et nous renseigne sur un code culturel conservateur des habitants par la limitation des ouvertures.</p>
<p>Matériaux de construction: l'ensemble des édifices est construit en pierres locales, liées avec un mortier de chaux ou de plâtre. L'utilisation du bois d'olivier et de palmier disponibles sur place est également à noter.</p>	<p>L'observation sur site a permis de constater différents aspects esthétiques des matériaux. Une première tendance garde la construction avec un aspect brut des matériaux. Une autre rajoute de la peinture blanche et des couleurs dans les revêtements utilisés.</p>	<p>Deux modes d'intégration paysagères différentes : un premier mode permet la dissimulation de la construction dans le rocher ayant le même aspect un deuxième mode permet de s'affirmer et de montrer sa présence ainsi que sa richesse et son savoir-faire artistique.</p>
<p>Morphologie des constructions</p>	<p>Les habitations se présentent comme une composition de volumes rectangulaires répétitifs proportionnellement équivalents. Ces entités sont couvertes par des voutes en berceau dans la plupart. Des voutes croisées sont observées au niveau de certains espaces et des toitures plates sont également observées dans certaines constructions.</p>	<p>Cette différenciation peut nous renseigner sur les matériaux disponibles, le savoir-faire de la main d'œuvre, mais aussi la hiérarchie sociale du propriétaire.</p>

2.2 Architecture et habitation

L'architecture vernaculaire de Takrouna est une architecture qui s'intègre dans son environnement. Elle est définie comme la synthèse intelligente des relations entre l'homme et son environnement physique et social. Dans ce village perché, la typologie des maisons répond principalement aux lois du site, à savoir l'intégration, l'orientation, les ouvertures ainsi que les matériaux disponibles. Les lieux d'habitation s'organisent avec des espaces de vie organisés autour d'un *patio*.

Ainsi à travers l'analyse des constructions on peut dire que les habitants de Takrouna se partageaient le même mode de vie, tel une grande famille avec un sentiment d'appartenance au lieu bâti. Les activités de construction ou de récoltes se font en usant d'un effort collectif. C'est ainsi que l'interaction entre les facteurs géographiques, sociaux et culturels développe une particularité architecturale qui use dans les matériaux locaux et dans les moyens humains. Cette réponse architecturale traduit ainsi une cohérence entre le contexte et le mode d'occupation de l'espace. Elle est le témoin d'une capacité d'intégration sociale et culturelle au lieu.

2.3 Spécificités socioculturelle: le religieux

Le site de Takrouna abrite dans la partie du sommet deux édifices religieux, à savoir :

Mausolée d'un saint Sidi Abdelkader El Jilani: un mausolée est un monument funéraire de grandes dimensions. C'est aussi un lieu de rencontre et de rassemblement. Il témoigne des pratiques sociales et culturelles relatives aux habitants du village.

Mosquée construite au XIII^{ème} siècle: lieu de culte et de rassemblement pour la prière. Peinte en blanc dans un village de couleur de terre, elle se distingue et s'affirme. La dimension symbolique permet d'affirmer la religion et l'importance de ce lieu de culte pour les habitants mais aussi ceux qui visitent le village.

Ceci nous permet d'identifier des pratiques culturelles particulières à savoir l'appartenance à la religion islamique mais aussi l'importance du Saint dans l'organisation du quotidien des habitants. Le choix d'implanter ces édifices dans la partie la plus élevée est révélateur. On note la recherche de l'ascension et de la méditation dans les hauteurs certainement. D'autre part un tel choix d'implantation en surplomb de ces édifices permet une certaine affirmation du règne et du pouvoir des bâtisseurs, notamment à travers la blancheur de la mosquée.

Conclusion générale

A l'issue de ce travail, nous pouvons attester certes des particularités du village de Takrouna. Un ensemble façonné en réponse aux contraintes morphologiques, climatiques et environnementales, fouillant dans les matériaux disponibles et le savoir-faire de ses habitants, ce village émerge pour donner vie à un lieu exceptionnel. Takrouna est une réponse aux besoins social et culturel de ses habitants dans le respect de la nature et de l'environnement.

L'organisation urbaine permet de préserver la sécurité et l'intimité du lieu, les maisons évoluent et s'organisent pour attester de la continuité familiale. Le village de Takrouna exprime une dynamique sociale et spatiale réfléchie en fonction de l'homme, de son environnement et de ses croyances et sa culture.

Toutefois, cette richesse architecturale est en état de dégradation avec une majorité en ruine. Une démarche patrimoniale est entreprise afin de préserver à travers un musée l'héritage des ancêtres et la transmission des savoirs singuliers des familles locales.

Une prise de conscience au niveau de la société permettra de valoriser le lieu et l'entreprendre pour des projets de maisons d'hôtes ou de circuits touristiques à valeur économique.

Bibliographie

Bachelard, G. (1961). *La poétique de l'espace*. 3^{ème} édition. Paris: Les Presses Universitaires de France.

Djerbi, A. (2011). *L'architecture vernaculaire de Djerba, pour une approche sémio-anthropologique*. Tunis: RMR.

Fradi, S., Donadiou, P. & Rejeb, H. (2010). "L'avenir du vieux village de Takrouna (Tunisie): ruines ou emblème de la nouvelle villégiature du Sahel?". *Projet de paysage, Revue scientifique sur la conception et l'aménagement de l'espace*, 4.

Lassure, C. (1983). "L'architecture vernaculaire: essai de définition", *L'architecture vernaculaire*, sup. n.º 3, p. 114.

Meiss, P. V. (2012). *De la forme au lieu*. Lausanne: École Polytechnique Fédérale de Lausanne.

Oliver, P. (1997). *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: Cambridge University Press.

ALÉM DA CASA SEM NOME. NOVOS ESTUDOS: CONSTANTINA¹

Vidal Gómez Martínez

Universidad de Sevilla
vidalgomezmartinez@gmail.com

Blanca del Espino Hidalgo

Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico
blanca.espino@juntadeandalucia.es

María Teresa Pérez Cano

Universidad de Sevilla
tpcano@us.es

Palavras-chave: casa popular, arquitetura vernácula, Constantina, Conjunto Histórico

1. Introdução

1.1. A casa sem nome

A linha de investigação a que este trabalho dá continuidade permitiu identificar uma casa popular tradicional que até agora permaneceu incluída na amálgama de denominações – muitas vezes mais ligada à posição social dos seus habitantes do que às suas próprias características arquitetónicas – e quadros tipológicos com os quais a arquitetura doméstica popular em Sevilha é identificada. Uma casa sem reconhecimento cultural próprio, uma casa sem nome.

É uma casa entre paredes meeiras associadas ao parcelário de origem medieval e próprias dos crescimentos da Idade Moderna na província de Sevilha e territórios limítrofes, com base em grandes quarteirões que geram parcelas de terreno com frente estreita e muito profundas, com dimensões entre 6 e 12 metros de frente e entre 20 e 40 metros de fundo e superfícies entre 100 e 300 m².

Configura-se através da justaposição de corpos construídos alternados com espaços livres, de acordo com uma sequência tipológica clara definida pela presença de um corpo de fachada, um pátio, um corpo intermédio e um logradouro no fundo. Toda a estrutura é registada por um sistema de passagens independentes constituídas pelo saguão e pela passagem do corpo intermédio, que separa os compartimentos de acesso aos animais e alcaias agrícolas ao curral – elementos próprios dos habitantes destas casas que trabalharam a terra com os seus próprios meios e precisavam de espaço para o armazenamento dos utensílios e das colheitas. Os corpos construídos são geralmente de dupla nave, permitindo a ventilação direta dos quartos para a rua ou para os espaços livres interiores, e têm uma altura de um piso com sobrado – sótão originalmente destinado ao armazenamento de utensílios e colheitas que gradualmente ganharam altura para acomodar um uso habitacional. As estruturas auxiliares, como a cozinha ou a escada, estão muitas vezes localizadas no pátio, onde uma galeria lateral é por vezes integrada para melhorar o acesso.

A presença de espaços abertos e as alturas limitadas geram um tecido urbano de baixa densidade, normalmente

com um coeficiente de utilização inferior a 1,25. Baseia-se em sistemas de construção simples, ligados aos recursos locais. As paredes são de taipa, tijolo e alvenaria de pedra local – nas serras –, apresentando espessuras entre 40 e 70 cm, e o pavimento do piso superior constituído por troncos ou caibros de madeira com tijolos no espaço entre eles, com vãos que variam entre 2,5 e 3 metros. As coberturas, executadas da mesma forma, apoiam diretamente nas paredes de diferente altura ou sob uma estrutura de tesoura simples executada com troncos e são revestidas por telha de canudo, embora tenham sofrido um forte processo de substituição – principalmente nos corpos internos. A sua aparência é simples, baseada no branco ubíquo das paredes caiadas. Apenas os portais recebem algum ornamento – com uma simples moldura em relevo e bordo saliente na parte superior – e as janelas que sobressaem do plano da fachada.

Ao longo da sua extensa cronologia – que começa com a estabilização pós-Reconquista do século XIV e termina com a industrialização da agricultura e da construção na primeira metade do século XX – esta casa manteve a sua simplicidade característica, embora os portais tenham recebido um certo processo de adaptação formal no período barroco e, ao longo das últimas décadas, sofrido uma clara influência regionalista.

De acordo com as suas características tipológicas, foi finalmente identificada como “*casa popular de saguão, pátio e logradouro*” (Gómez Martínez, 2017).

1.2. Metodologia

Para este estudo inicial recorreu-se a uma metodologia clara baseada em três linhas de trabalho.

- Trabalhos prévios baseados em investigação bibliográfica e de arquivo, com o objetivo de fazer um primeiro esboço de um tipo reconhecido diretamente, mas que não tinha registo documental. Especificamente, foi prosseguido um esquema tipológico inicial, um reconhecimento territorial aproximado e um enquadramento histórico geral que permitiu estabelecer o âmbito de estudo, bem como três estudos de caso – Carmona, Cazalla de la Sierra e Lebrija –, integrando cada uma das unidades geográficas reconhecíveis no campo de estudo e tendo Planos Especiais para a Proteção dos seus Conjuntos Históricos (PEPCH) com uma grande amplitude e resolução.

¹ Redação do ponto 1 de María Teresa Pérez Cano e Blanca del Espino Hidalgo e dos pontos 2, 3 e 4 de Vidal Gómez Martínez.

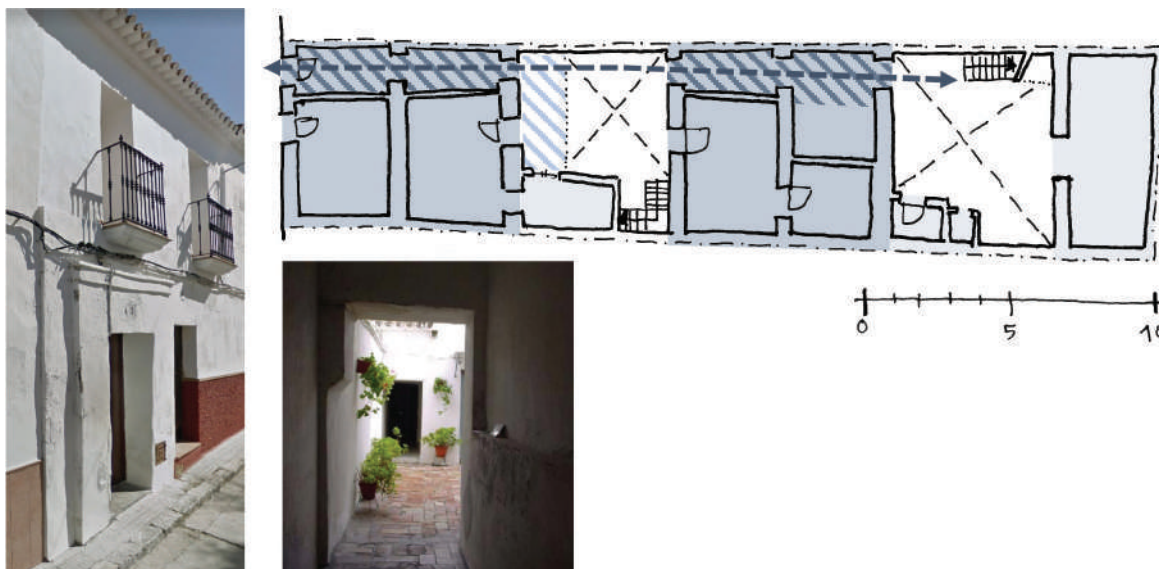


Fig. 1 Casa na rua Chamorro 7, Lebrija (Imagens da ficha D-67 do PEPCH de Lebrija e esquema de planta à escala 1/250, Gómez Martínez, V., 2017)

- Caracterização da tipologia identificada a partir da análise da documentação contida nos Planos Especiais, elaborando uma base de dados que integrasse de modo coerente os critérios de caracterização díspares de cada Plano, para permitir uma leitura conjunta dos mesmos. Isto permitiu extrair a síntese dos elementos que caracterizam esta tipologia, tendo a sua localização planimétrica permitido o enquadramento cronológico nos processos de evolução urbana.
- Comparação de resultados através da realização de publicações parciais e apresentações em encontros internacionais sobre património e arquitetura popular.

1.3. Novos objetivos

No estudo inicial foram estabelecidos casos de estudo privilegiados para a continuação da investigação, como é o caso de Arahál, Constantina, Marchena ou Utrera. Ao mesmo tempo, ficou estabelecido que, para a correta identificação de uma tipologia da arquitetura popular, era necessária a leitura sintética de obras de âmbito local que, apesar de oferecerem resultados precisos, carecem de uma visão da mesma na sua verdadeira dimensão cultural.

A continuação da investigação bibliográfica sustentada permitiu localizar exemplos desta casa nas províncias de Badajoz (Martín Galindo, 2004) e Córdoba (Mendoza Yusta, 2009). Ao mesmo tempo, desenvolvem-se trabalhos cujos objetivos fundamentais são a revisão sistemática da metodologia e a identificação da casa de saguão, pátio e logradouro em novas localizações, neste caso, Constantina.

2. A arquitetura popular doméstica em Constantina

As primeiras obras sobre a arquitetura popular espanhola, realizadas na década de 1930 por Fernando García Mercadal (García Mercadal, 1930) e Leopoldo Torres Balbás (Torres Balbás, 1930), fazem uma alusão clara às principais características da casa popular nas serras da Andaluzia, definindo as suas principais características. Luis Feduchi descreve as principais características tipológicas e formais da casa popular em Constantina: a conformação através de naves paralelas à fachada, os telhados de duas águas, o saguão de acesso, os logradouros, a caiação a branco, as janelas salientes, os portais moldurados, etc. (Feduchi, 1978). Nas décadas de 1980 e 1990 estão referenciadas

descrições mais detalhadas em estudos de âmbito local (Agudo, 1984; Rodríguez, 2001). Isto é um claro reflexo das dificuldades metodológicas no estudo da arquitetura popular, que necessita da participação de equipas transdisciplinares e do estudo a várias escalas para obter uma visão completa. Nem mesmo as diferentes Leis do Património estabeleceram uma categoria própria de proteção para além da figura do Conjunto Histórico (CH), que recolhe os seus valores de configuração do tecido urbano e do ambiente, pondo de lado os valores de cada elemento enquanto arquitetura determinante e de apoio à sua cultura.

As leis patrimoniais exigem a elaboração de documentos de proteção para os CH, que constituem os únicos trabalhos que abordam o estudo da arquitetura popular com equipas transdisciplinares e com a maior capacidade de resposta, mas desde a escala local. A leitura sintética destes documentos é essencial para perceber a verdadeira dimensão cultural da arquitetura popular, ultrapassando a escala local. Dada a abordagem de facto urbano, inerente à figura do CH, trata-se de documentos ligados à disciplina urbanística, podendo desenvolver-se como documento independente – Plano Especial para a Proteção do Conjunto Histórico (PEPCH) – ou integrando-se no planeamento geral – Plano Geral de Planeamento Urbano (PGOU) ou Normas Subsidiárias Municipais (NNSSMM).

2.1. O Conjunto Histórico

O CH de Constantina tem, desde a sua origem, um processo tortuoso de proteção, tanto na declaração como no desenvolvimento dos instrumentos de proteção. Tem início em 1982 (BOE, 1982), no âmbito da Lei do Património de 1933 (Gaceta de Madrid, 1933), mediante uma sucinta resolução sem referência aos valores do CH, e inclui uma precisa delimitação literal. Apesar das exigências desta lei e da posterior, de 1985 (BOE, 1985), 22 anos passarão até à declaração do CH de Constantina como Bem de Interesse Cultural, bem como à sua inclusão no Catálogo Geral do Património Histórico de Andaluzia – esta última exigida no quadro da Lei do Património Histórico da Andaluzia de 1991 (BOJA, 1991) – mediante o Decreto 421/2004 (BOJA, 2004), que também não aprofunda os seus valores patrimoniais. Quanto às edificações que compõem a maior parte do tecido urbano, refere-se brevemente que: *Estas vias longitudinais [ruas] são atravessadas por outras perpendiculares que se*

adaptam à encosta por rampas e escadas [travessas], gerando parcelas irregulares ocupadas por casas unifamiliares de tipologia doméstica, de planta muito irregular com quintal, rés-do-chão e piso superior ou sótão e cobertura em telha.

2.2. Plano Geral de Planeamento Urbano

Após o longo processo de declaração do CH, a Câmara Municipal de Constantina – em resposta a exigência das leis de Património – opta por associar conteúdo de proteção ao PGOU (Ayuntamiento de Constantina, 2019), que inicia a sua elaboração e processamento em 2006 com o documento de *Avanço*. A aprovação deste plano é tão tortuosa como a declaração de CH, estando no momento da elaboração deste artigo ainda à espera de Aprovação Final. O documento, preparado por uma grande equipa sob a direção do arquiteto Alfredo Linares Agüera, serve de apoio para este estudo. Ao mesmo tempo, permitirá analisar a vigência em relação à arquitetura popular dos PGOU com conteúdo específico de proteção frente aos PEPCH. O conteúdo específico de proteção compreende um Catálogo – inventário de edificações com interesse patrimonial, composto por uma memória e uma relação de fichas de cada um dos imóveis catalogados – e Planos de Proteção – onde são referidos todos os elementos de interesse patrimonial e as intervenções permitidas.

2.2.1. Tipologias de arquitetura popular doméstica

A memória do catálogo faz uma leitura do casario residencial limitada aos valores ambientais, sem realizar uma valoração da própria arquitetura popular. Identifica quatro tipos fundamentais que “interpreta” como uma evolução contínua desde a casa inicial, sem, no entanto, justificar a cronologia apontada:

- Casa tradicional-popular de um piso. É o tipo essencial, composto por um corpo construído paralelo à fachada e com duas *naves* – espaço livre entre duas paredes-mestras paralelas – e um logradouro com acesso através de saguão. É implantado até ao século XIX e fortemente substituído ao longo do século XX pelas suas escassas dimensões. A construção é simples, de muros em taipa ou tijolo, pavimentos com troncos ou caibros de madeira e coberturas de telha de canudo. Igualmente simples é a formalização, baseada na abertura orgânica de vãos;
- Casa tradicional-popular com sótão. Define-se como o resultado da evolução natural da primeira, pela adição do sótão para albergar as colheitas e as alfaias;
- Casa urbana resultante da evolução da casa tradicional. Este tipo resulta da adaptação à vida urbana, em que os espaços mais vinculados às atividades agrícolas se vão convertendo em espaços habitacionais mediante a transformação dos sótãos em primeiros andares e a ocupação dos logradouros com corpos construídos, em alternância com espaços livres. São geradas assim duas tipologias:
 - Casa-pátio, em parcelas com frente larga, onde o espaço livre principal é organizador da casa a nível tipológico;
 - Casa articulada ao longo um corredor, em parcelas com pouca frente e grande profundidade, onde os espaços livres servem fundamentalmente para a ventilação dos quartos;
- Casa urbana de nova implantação. São construções novas realizadas a partir do final do século XIX, completamente desligadas da atividade agrícola, de espaços mais generosos e fachadas com vãos maiores e alinhados entre andares que acompanham a formalização regionalista própria da época.

2.2.2. Catalogação

O PGOU inclui um vasto catálogo de elementos, incluindo imóveis, espaços urbanos, elementos de interesse arqueológico e etnológico, tanto dentro como fora do CH. No CH, cataloga 263 imóveis, correspondendo a cada um deles uma ficha com uma breve descrição, planta de localização, fotografia, justificação de catalogação e, por vezes, folhas adicionais com plantas e outras informações.

2.2.3. Proteção

São estabelecidas duas estratégias de proteção para o património construído:

- Proteção específica das edificações através da catalogação, definindo três níveis de proteção para os imóveis em função das suas propriedades patrimoniais, em que são gradualmente permitidos níveis de intervenção mais elevados: proteção integral (A), global (B) e parcial (C);
- Proteção genérica através dos critérios de ordenamento urbanístico específicos para o CH concebidos para a preservação dos seus valores patrimoniais.

A arquitetura popular tem uma grande presença no CH, abrangendo 247 dos 263 imóveis (93,91%), com um nível de proteção maioritariamente parcial, em muito menor medida com proteção global e alguns com proteção intermédia (206 catalogados C, 32 B e 9 B-C).

3. A casa de saguão, pátio e logradouro em Constantina

3.1. Enquadramento tipológico

A análise tipológica proposta no Plano faz uma interpretação evolutiva da casa popular, mas a descrição é contraditória com esta interpretação. De facto, reconhecem-se várias tipologias de configuração bem diferenciada que, usando a nomenclatura do plano, se designam:

- Casa tradicional-popular com um único corpo de fachada, normalmente composto por duas naves, com e sem sótão, de construção modesta e formalização simples;
- Casa tradicional-popular com pátio ou logradouro, associada a parcelas de maior profundidade, dotada de espaços livres interiores (pátios e logradouros), igualmente de construção modesta e formalização simples;
- Casa corredor urbana, composta de corpos construídos alternados com espaços livres (pátio e logradouro) ligados por corredor, constituindo resposta a uma construção pré-industrial e a uma formalização mais elaborada de recorte historicista;
- Casa-pátio urbana, composta de um corpo principal em fachada, organizado em torno ao pátio, podendo igualmente apresentar pátio traseiro ou logradouro se a parcela tiver profundidade suficiente, sendo também de construção pré-industrial e formalização historicista.

As duas primeiras respondem a uma cronologia que chega até ao século XVIII, dando lugar às segundas no século XIX.

O esquema tipológico da casa de saguão, pátio e logradouro vê-se claramente refletido na descrição da *casa urbana, evolução da casa tradicional articulada ao longo de um corredor*, mas também na *casa tradicional-popular com sótão* quando a sua profundidade permite um desenvolvimento tipológico mais complexo. Lamentavelmente, as fichas do catálogo não incluem um enquadramento tipológico, o que impede o estabelecimento, com maior precisão, de correspondência entre as tipologias referidas.

A configuração formal dos imóveis tem uma relevância secundária na identificação tipológica, sendo comum a presença de diversas formalizações em tipologias de

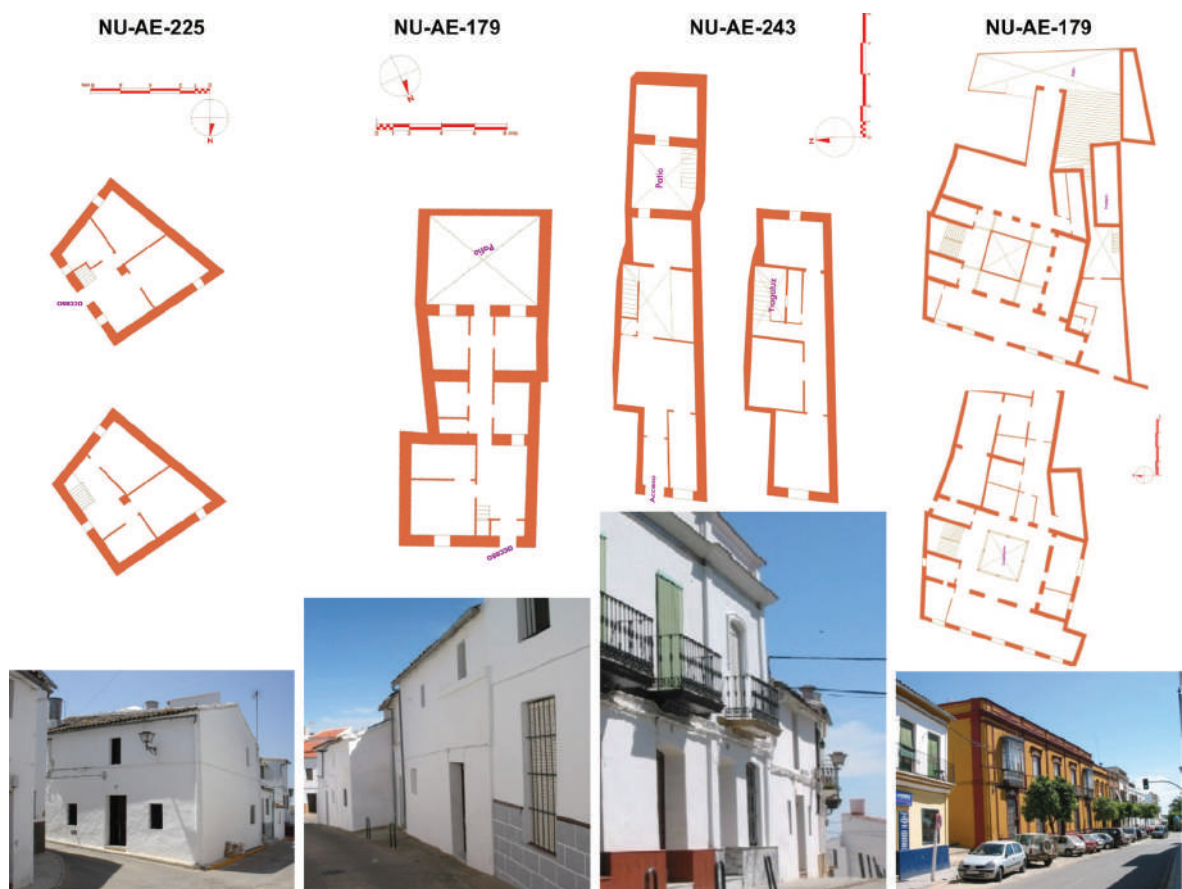


Fig. 2 Tipologias de arquitetura popular doméstica (PGOU de Constantina)

cronologias muito dilatadas, como é o caso da casa de saguão, pátio e logradouro que em Constantina apresenta uma formalização simples, de influência barroca ou regionalista de acordo com a época da construção.

De facto, esta casa de saguão, pátio e logradouro tem uma clara presença no CH de Constantina, entre a casa corredor urbana e a casa tradicional-popular com pátio ou logradouro. Concretamente, identificam-se 37 imóveis correspondentes a esta tipologia, representando 14,01% do total de imóveis catalogados. Este dado confirma a presença desta tipologia em Constantina com uma relevância similar a outros casos estudados pelos autores – como Carmona, com 11,04%, ou Cazalla de la Sierra, com 12,50%.

3.2. Caracterização

3.2.1. Configuração tipológica e arquitetónica

Tanto as descrições das tipologias analisadas na memória de informação do Plano como as notas incluídas nas fichas do catálogo fazem um retrato preciso destes imóveis que se adequa claramente à da casa popular de saguão, pátio e logradouro. Esta identificação ocorre tanto ao nível do sistema de desenvolvimento tipológico como do sistema construtivo e da formalização.

A nível tipológico repete-se de modo sistemático a alternância de corpos construídos – maioritariamente de duas naveas (64,86%) e dois pisos (91,89%) – com espaços livres, seguindo a sequência de corpo de fachada, pátio, corpo intermédio e logradouro.

Em contraponto aos casos estudados anteriormente, o corpo de fachada é quase sempre de dois andares e acolhe no interior a escada de acesso ao primeiro andar. Provavelmente isso é devido à cronologia recente destas casas, tendo sido logo edificadas com assoalhadas nos

primeiros andares, sem necessidade de adaptação dos sótãos de uso agrícola.

Uma outra peculiaridade autóctone desta casa em Constantina é a dificuldade da conservação do logradouro, encontrando-se até 29,73% de edifícios sem logradouro devido à falta de espaço na parcela, à ocupação dos mesmos ou à ligação às ruas traseiras.

A nível construtivo, estes imóveis são constituídos por paredes de tijolo e pavimentos de caibros de madeira próprios da construção pré-industrial, em detrimento dos muros de taipa e das lajes de troncos. As coberturas são maioritariamente de telha de canudo (86,49%), normalmente ocultas desde a rua com platibandas (72,97%) em substituição dos telhados rematados por beiral.

Também como consequência desta cronologia recente, observa-se uma presença maioritária da formalização regionalista ou historicista – reinterpretação formal da arquitetura tradicional local com formas estilizadas próprias dos finais do século XIX e inícios do século XX – e

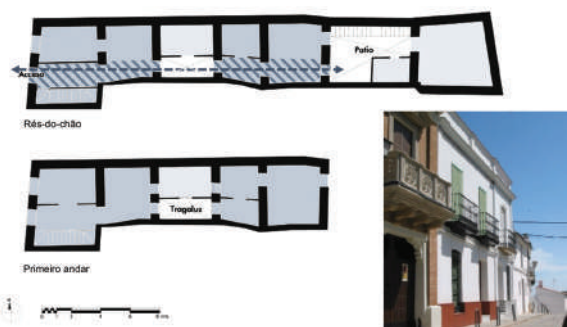


Fig. 3 Casa na praça de Santa Ana 9, Constantina (Ficha NU-AE-242, escala 1/250, PGOU de Constantina, revista pelos autores)



Fig. 4 Caracterização da casa de saguão, pátio e logradouro em Constantina (PGOU de Constantina)

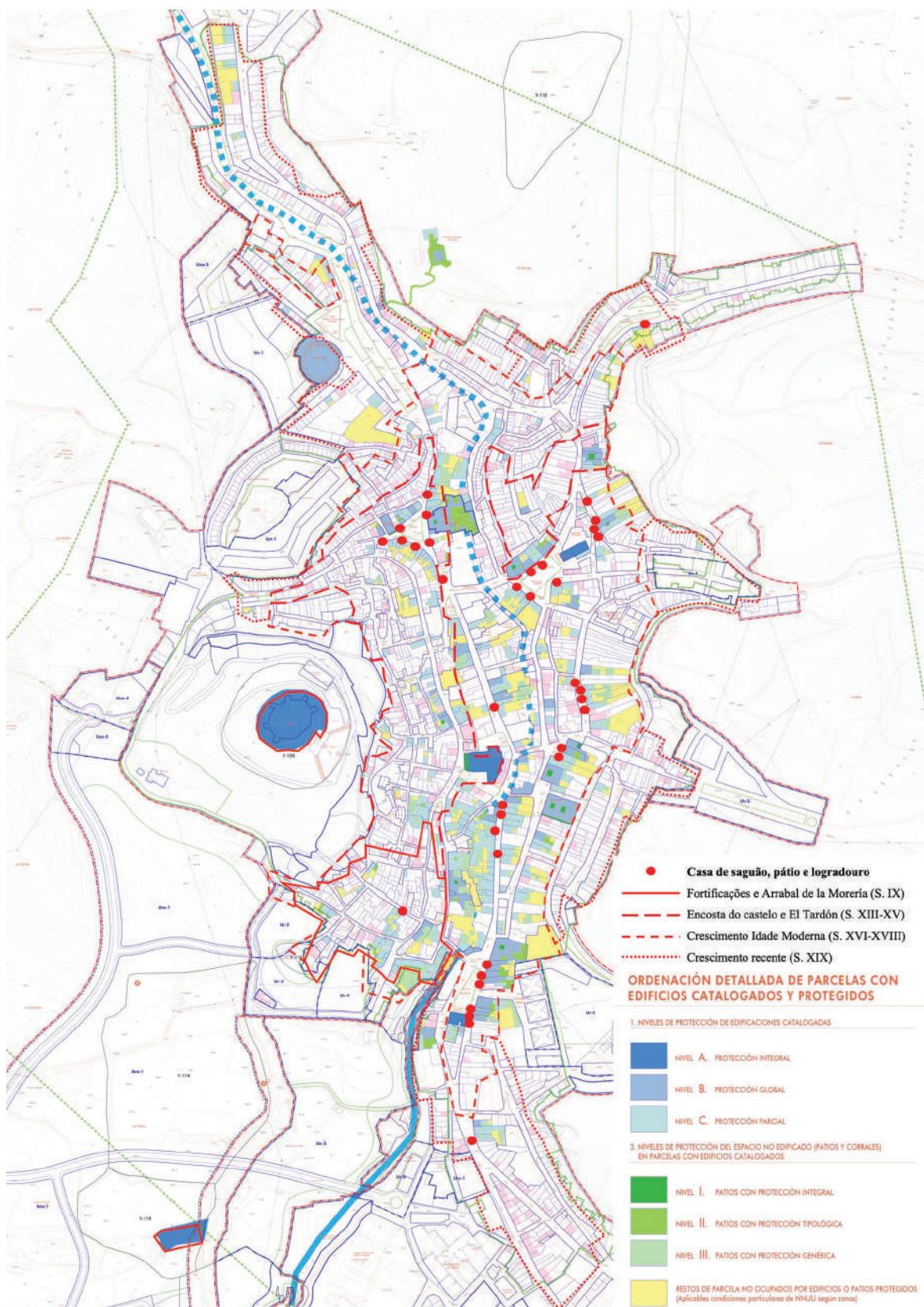


Fig. 5. A casa popular de saguão, pátio e logradouro em Constantina, escala 1/7 500 (*Ordenación detallada* de elementos protegidos, PGOU de Constantina, elaborado sobre o plano PC6)

o uso sistemático das varandas (até 89,19% dos casos). A formalização simples, própria de casas anteriores ao século XVIII, é minoritária.

Os parâmetros dimensionais dos imóveis mostram-nos uma clara predominância de parcelas médias com superfícies entre 200 e 400 m² (59,46%), frentes entre 6 e 10 metros (64,86%) e coeficiente de utilização relativamente baixo, inferior a 1,50 (67,57%), resultando ligeiramente maiores do que as analisadas em outros CH (parcelas de 100 a 300 m² com coeficientes de utilização abaixo de 1,25).

3.2.2. Cronologia e implantação urbana

As leituras dos dados cronológicos mostrados pelas fichas do catálogo oferecem dados que podem ser contraditórios se mal interpretados, mas que oferecem uma valiosa informação para perceber corretamente o processo de implantação.

Por um lado, 48,65% dos imóveis foram construídos a partir de finais do século XIX. Por outro, constata-se que só 5,41% dos mesmos estão localizados em áreas de crescimento recente (século XIX) e nenhum em áreas de crescimento contemporâneo (século XX). Os 94,59% restantes situam-se em áreas urbanas consolidadas entre os séculos XVI e XVIII (64,86%), XIII e XV (27,03%) ou anteriores (2,70%). O que quer dizer que, provavelmente, é uma tipologia empregada desde o século XVIII até ao início do século XX, mas associada a processos naturais de substituição das edificações.

É importante sublinhar que Constantina é uma cidade que nasce na encosta do castelo, no vale do rio Arroyo de la Villa, que foi paulatinamente encanado nos últimos dois séculos. A casa popular de saguão, pátio e logradouro localiza-se principalmente no fundo deste vale – relativamente aberto – e em menor medida nas encostas mais suaves, onde a topografia permite o traçado de quarteirões de maior dimensão. Nas encostas mais inclinadas, a sucessão de ruas e travessas decorrente da adaptação à topografia obrigou à criação de quarteirões mais compridos e estreitos entre ruas. Neste tecido localiza-se a casa popular-tradicional em rés-do-chão ou com sótão, ocupando muito frequentemente a parcela completa.

4. Conclusões

A extensão do trabalho de reconhecimento da casa de saguão, pátio e logradouro em Constantina, como novo estudo de caso, confirma a validade da metodologia utilizada apesar das diferenças naturais entre os diferentes planos analisados e da falta de elementos como a planimetria interior – o que tornou a leitura tipológica difícil mas não impossível –, permitindo que a base de dados fosse preenchida com novas fichas com a maioria dos campos preenchidos.

A obtenção e comparação de novos dados permitem-nos fazer um perfil com maior precisão das características, implantação territorial e cronologia desta casa de saguão, pátio e logradouro. No caso de Constantina, está associado a processos de substituição das edificações em áreas de crescimento da Idade Moderna, muito provavelmente em substituição de edifícios tipologicamente semelhantes, dadas as dimensões das parcelas.

O PGOU de Constantina tem um profundo conteúdo de proteção mas com níveis de resolução e profundidade inferiores aos dos PEPCH anteriormente analisados pelos autores.

Referências bibliográficas

- Ayuntamiento de Constantina (2019). *Plan General de Ordenación Urbanística de Constantina* (PGOU), documento de Aprobación Provisional 3.ª. Pleno de Alcaldía de 20 de mayo de 2019.
- BOE, Boletín Oficial del Estado (1982). *Resolución 29425/1982, de 1 de julio, por la que se acuerda la incoación del expediente de declaración como Conjunto Histórico a favor de la villa de Constantina, n.º 271*, de 11 de noviembre de 1982.
- BOE, Boletín Oficial del Estado (1985). *Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español*, n.º 155, de 29 de junio de 1985.
- BOJA, Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (1991). *Ley 1/1991, de 3 de julio, de Patrimonio Histórico de Andalucía*, n.º 59, de 13 de julio de 1991.
- BOJA, Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (2004). *Decreto 421/2004, de 1 de junio, por el que se declara Bien de Interés Cultural, con la categoría de Conjunto Histórico, el sector delimitado de la población de Constantina*, n.º 124, de 25 de junio de 2004.
- BOJA, Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (2007). *Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía*, n.º 248, de 19 de diciembre de 2007.
- Feduchi, L. et al. (1978). *Itinerarios de arquitectura popular española*. Barcelona: Blume.
- Flores, C. (1973). *Arquitectura popular española*. Madrid: Aguilar.
- Gaceta de Madrid (1933). *Ley relativa al Patrimonio Histórico Artístico Nacional*, n.º 145, de 25 de mayo de 1933.
- García Mercadal, F. (1930). *La casa popular en España*. Bilbao: Espasa-Calpe.
- Gómez Martínez, V. (2007). *Dinámicas de intervención y conservación en los Conjuntos Históricos en la provincia de Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Gómez Martínez, V. (2017). *La casa sin nombre. Una casa popular tradicional en la provincia de Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Gómez Martínez, V. et al. (2008). "Dinámicas de intervención y conservación en los Conjuntos Históricos en la provincia de Sevilla". *Libro de Actas IX Congreso internacional de rehabilitación del Patrimonio arquitectónico y edificación*. Gran Canaria: Centro Internacional de Conservación del Patrimonio, pp. 253-257.
- Gómez Martínez, V. et al. (2016). "Guadiana, Barrera tipológica. Un estudio comparativo de las tipologías de casa popular en el Sur Oeste de la Península Ibérica" in André, P. (ed.). *Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda*. Lisboa: DINÂMIA'CEI-IUL, pp. 62-80.
- Martín Galindo, J. L. & Miguel Orovengua, J. (2004). *Arquitectura tradicional en la provincia de Badajoz*. Badajoz: Departamento de Publicaciones de la Diputación de Badajoz.
- Melero Melero, M. L. (1995). *Inventario andaluz de arquitectura popular (2.ª fase): uso preferente habitación. Provincia de Sevilla. Catálogo fotográfico, fichas de inventario e informe final (Trabajos inéditos)*. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente, Dirección General de Bienes Culturales.
- Mendoza Yusta, R. (2009). "Arquitectura vernácula en el valle del Guadiato". *Arte, arqueología e historia*, n.º 16, pp. 481-488.

MANIÈRES D'HABITER DANS LES ZONES MONTAGNARDES DE LA MÉDITERRANÉE OCCIDENTALE: RECHERCHES SUR LES MODÈLES D'HABITAT TRADITIONNEL DE CHEFCHAOUEN

Leila HARABI

LAAM, Université de la Manouba (République Tunisienne)
leilaharabi@yahoo.fr

Mots clés: Chefchaouen, maison, architecture montagnarde, Méditerranée occidentale

Introduction

Chefchaouen, ville historique du nord du Maroc, fondée vers la deuxième moitié du XV^{ème} siècle par des vagues d'Andalous immigrés, manifeste une réconciliation d'une communauté aux vigoureuses références culturelles avec un environnement farouche et intolérant. De nos jours, elle garde scrupuleusement les traces d'un passé prospère. C'est un modèle historique d'occupation et d'organisation territoriale dont les stigmates forment son ascendance d'une origine manifestement ressemblante. En effet, l'architecture domestique de la ville de Chefchaouen relate une perpétuité des pratiques ancestrales quant à l'adaptation de la communauté avec la nature: gestion collective des eaux, techniques et matériaux de construction, structures socio-spatiales... Maisons rurales ou urbaines, des modèles d'habitats séculaires sont issus d'une culture d'adaptation faisant partie d'un héritage congru assez collectif dans la région. A cet effet, elles ont été conçues afin de s'arranger avec les fortes déclivités, différents types des sols, climats, et pour tirer profit des ressources naturelles parfois limitées et invincibles, parfois opulentes: eau, bois, végétation... Les maisons chaounies expriment la géographie rifaine procréant ainsi un paysage urbain qui reprend la ligne des hautes crêtes de la péninsule atlassienne, annonçant un arrangement avec une topographie rudement accidentée; aubaine, quelquefois malchance, pour cette communauté.

1. Contexte historique et géographique

De retour de l'Andalousie reconquise par les catholiques, quelques dizaines de familles se sont installées à Chefchaouen, propulsant un nouvel établissement de culture arabo-andalouse. Pas si loin des rivages méditerranéens, perchée sur les massifs du Rif occidental, fut fondée la cité *castrum* Chefchaouen ou "les cornes" en berbère, devant son nom à son enclavement entre deux montagnes.

Dès leur installation en 1471, le saint fondateur Moulay Ali Ben Rachid accompagné de ses soldats andalous conçurent le premier noyau de la cité *castrum* visant à inhiber l'invasion des Ibères (Touri *et al.*, 2000). D'emblée, une *qasba* fut érigée devenant par la suite le siège d'un pouvoir politique et résidence soldatesque. Des remparts percés de portes se sont promptement édifiés. La première bourgade qui l'entourait a l'aspect d'un camp militaire. Telle fut la naissance d'un nouveau peuplement qui fut raffermi par les vagues successives des expulsés de Grenade, et des familles réfugiées venant des villes andalouses déchues. Six quartiers se sont progressivement développés logeant ces communautés exogènes. Les quatre siècles éteints n'ont guère affecté l'aspect originel de la ville, et les legs andalous sont encore lucidement présents. Cette terre d'accueil d'exilés de l'autre rive de la Méditerranée occidentale demeure alors l'une des principales villes du Rif occidental, outre Tanger et Tétouan, occupant une grande partie septentrionale



Fig. 1 Portes de maisons de Chefchaouen

du Maroc. La communauté chaounie était toujours une société urbaine générant une unité fermement citadine. Elle continue à s'ancrer dans son environnement naturel en dépit de son caractère monticole rude et farouche. Le perchement défensif de la cité sur un site montagnard enclavé l'a mise à l'abri de toute influence culturelle exogène. Elle poursuit scrupuleusement la conservation des formes urbaines et organisations spatiales des habitations, et détails et techniques de constructions, qui ont évolué certes, mais demeurent fidèles à leurs aspects originels. Par ailleurs, la communauté a su tirer profit de son environnement clos puisqu'elle disposait des atouts nécessaires garant d'une autosuffisance alimentaire : eau abondante, source de proximité, terre accidentée mais productive, agissant comme une véritable forteresse autonome et résistante à toute attaque exogène.

2. Aspects généraux des maisons de Chefchaouen

Maints acteurs interviennent dans la genèse et le développement de l'architecture domestique, particulièrement dans les zones montagnardes. Celle-ci dépend du climat, de la topographie, des ressources locales et des matériaux de proximité. Les modèles d'habitat qui peuplent ces territoires sont des œuvres collectives qui définissent la culture du groupe social et ses conventions partagées.

2.1. Caractéristiques communes

On distingue des propriétés génériques des modèles d'habitat communs dans l'unité géographique de la Méditerranée occidentale, qui apparaissent dans les maisons de Chefchaouen. L'organisation autour d'un *patio* en est l'élément manifeste et prépondérant. Ce modèle d'habitat traditionnel est fort présent dans la plupart des centres urbains du bassin méditerranéen, en particulier dans la région du Maghreb; c'est un *héritage des modes d'habiter séculaires qui se sont progressivement développés, transformés et adaptés* (Shama, 2011, p. 94). Outre cet aspect commun, les maisons à *patio* central à ciel ouvert, dites communément *dar*, sont en outre du type arabo-méditerranéen. Ce sont des unités introverties munies de rares ouvertures sur l'extérieur. Les chambres s'ouvrent sur un espace intérieur se développant sur un étage, parfois deux, et des terrasses. Cette propriété est édictée par le principe de l'opposition de l'espace public à l'espace privé. Pour passer de l'extérieur au *patio*, une entrée en chicane dite *ustuwan* empêche le regard direct à l'intérieur de la maison. Les regards des étrangers sont dépourvus de toute perspective et ne peuvent guère discerner ce qui se passe à l'intérieur d'une maison. Cette mystérieuse morphologie manifeste l'état d'esprit d'une communauté pudique défendant l'intimité familiale. Les façades des maisons portent un langage architectural sobre et quelquefois développé. Elles logent une composition d'ouvertures souvent minimalistes. De petites portes basses, rappelant le style rifain, en arcs simples coiffées d'encorbellement se composent avec fenêtres géminées surmontées d'auvents humblement décorés. De petits percements se dispersent sur ces façades, protégées par des rideaux ou claustra afin de voir sans être vus... (Mecca et al., 2009, p. 83).

2.2. Structure des habitations: hiérarchie des espaces, fonctions et organisation intérieure

L'organisation des maisons traditionnelles de Chefchaouen répond aux exigences du mode de vie de la communauté. En effet, menant des activités artisanales diversifiées, et un quotidien où l'agriculture et l'élevage font partie prenante, elle devrait édifier des habitations qui répondent à leurs nécessités. Outre l'*ustuwan*, le *wust-eddar* et *bayt*, éléments essentiels du *dar*, des surfaces considérables des maisons étaient consacrées aux bêtes, d'autres étaient en corrélation avec les activités agricoles ou artisanales. Les *n'bah* sont en outre des éléments caractéristiques des maisons de Chefchaouen. Ces portiques à arcs en plein cintre, brisé, polylobé ou à lambrequin, occupant les façades intérieures du *patio*, assurent la continuité entre les chambres. Ils filtrent le passage de la cour vers les autres pièces. La *qubba* dite aussi *bayt el daf* est une pièce de réception consacrée aux invités et aux cérémonies officielles de la famille. Elle est souvent richement décorée relativement aux autres parties de

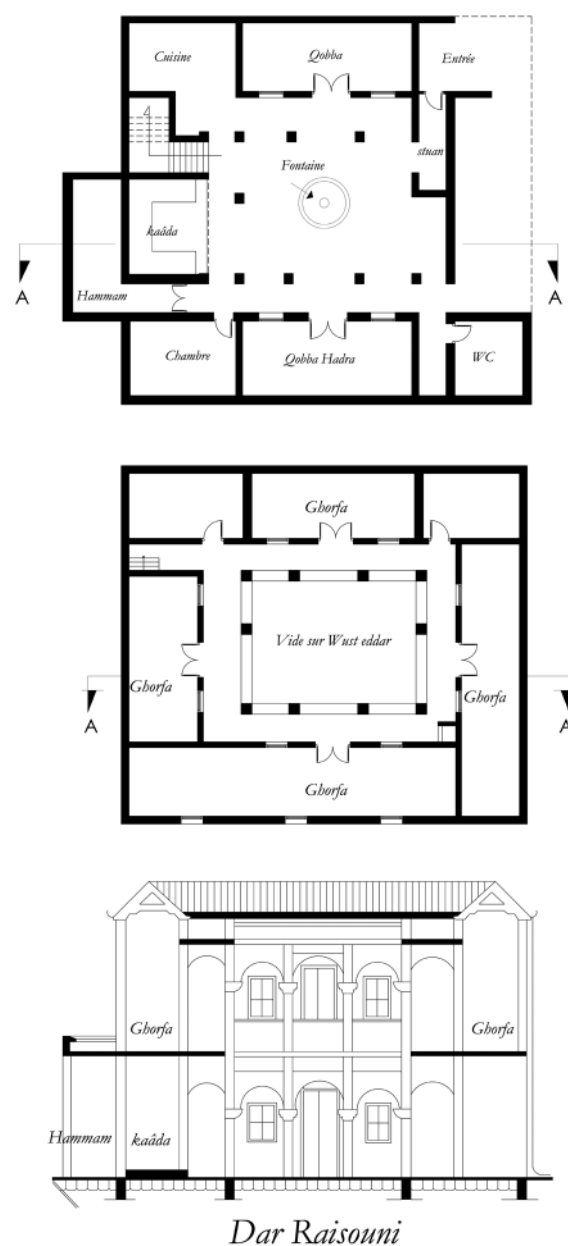


Fig. 2 Plan de *dar* Raisouni (Mecca et al., 2009, pp. 99-100)



Fig.3 *Dar Raissouni*, vue sur le *patio*, quartier *Souika*, Chefchaouen (Mecca et al., 2009, pp. 99-100)

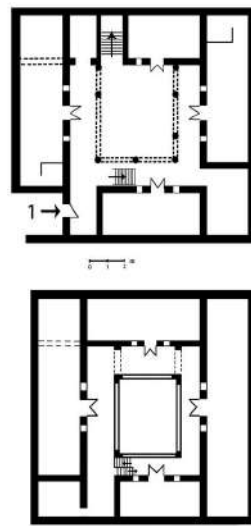


Fig. 4 Plan de *dar Ben Shedgan* (Riadh Ben Khannou)

la maison (Mecca *et al.*, 2009, pp. 83-84). Des greniers, dits *berchla*, sont consacrés à l'approvisionnement de la famille; ils servent également au séchage des fruits, légumes et autres aliments.

Ces deux exemples de maisons typiques, *dar Raissouni* et *dar Ben Shedgan*, dont la construction date depuis le XVI^{ème} siècle, expriment les principes développés ci-haut. Situées à la *Souika*, premier quartier de la ville, elles gardent une bonne part de leur aspect authentique en dépit des travaux d'extensions et d'aménagement qu'elles ont subi depuis cinq siècles éteints.

3. Techniques constructives et matériaux

Le répertoire des matériaux usagés témoigne une utilisation exclusive de produits locaux, naturels ou manufacturés, assurant une adaptation au milieu environnant et au climat. La pierre, la brique cuite, la tuile, la terre, la chaux, le bois et le fer composent ce répertoire riche dont la combinaison habile offre un lexique architectural d'exception (Mecca *et al.*, 2009, p. 111). Leur mise en œuvre séculaire est réalisée grâce à un savoir-faire ancestral transmis par des *maallem*.

3.1. Murs, toits et sols

Communément, la structure des maisons se compose de murs en moellons dont les coins sont renforcés par des chaînages d'angle alternant pierre de taille et briques cuites. Cette structure est soutenue par des colonnes de section carrée, parfois hexagonale, d'arcs de formes et de tailles diverses, et de linteaux de bois. Ces complexes sont abrités de toitures qui sont quasiment toutes à double pente. C'est le mode de couverture le plus répandu dans la ville depuis sa fondation. Elles se composent dans leur forme élémentaire de charpente en bois couvertes de tuiles creuses. On distingue deux types de toits; la structure du premier est œuvrée avec des poutres chevauchées sous forme de rondins de bois et troncs bruts d'arbres, particulièrement dans les maisons les plus modestes (Mecca *et al.*, 2009, p. 167). Le deuxième type est réalisé de structure plus élaborée et plus raffinée. Les plafonds sont en bois de sapin ouvragé et richement décoré, repérés fréquemment dans les maisons citadines bourgeoises. Usuellement,

le niveau du rez de chaussée de la maison est couvert de solives en bois, tandis que l'étage est couvert de charpente couverte de tuiles rouges.

Les sols des maisons traditionnelles de Chefchaouen sont usuellement dépourvus de revêtements. Ils sont le plus souvent bruts, ou badigeonnés d'enduits de plâtres (Mecca *et al.*, 2009, p. 159). Toutefois, nécessitant un entretien régulier, ils sont couramment chaulés par leurs propriétaires. Cette apparence procure à ces habitations un aspect sobre distinctif et typique. A l'opposé, les sols des maisons bourgeoises sont revêtus de céramique, émaillée ou nue, parfois de zelliges (El Hasani & Naciri, 1998, p. 126).

3.2. Matériaux et leur mise en œuvre

La chaux est un matériau essentiel dans l'architecture traditionnelle de Chefchaouen. Dérivée de la roche sédimentaire de calcaire ramassée des grottes environnantes de la ville, son usage est courant quasiment dans toutes les phases de construction. Elle sert de liant, d'enduits intérieurs de finition, sur les façades, et même pour couvrir les sols et les toits assurant étanchéité des terrasses. Par ailleurs, d'autres matériaux sont abondamment répandus. Les briques pleines et les tuiles en terre cuite sont exécutées selon un savoir-faire traditionnel, produites dans des fours situés aux environs de la ville installés à une proximité des gisements d'argile sélectionnée; en outre, la pierre est un matériau fréquemment employé dans la réalisation des murs et éléments de structure. L'usage commun de ce matériau s'explique par son abondance vu que le site est montagneux et rocheux. Sous forme de moellons de différentes tailles, les pierres sont collectées de carrières à ciel ouvert aux alentours de la cité. Le bois, le matériau le plus noble du répertoire, demeure l'élément le plus coûteux dans la construction des maisons traditionnelles de Chefchaouen. Toutefois, son coût élevé n'a pas amoindri son usage puisqu'il est le matériau principal de tous les toits et plafonds traditionnels, simples ou ouvragés. En effet, dès leur installation, les Andalous fondateurs ont utilisé les différentes essences de bois des montagnes environnantes. Le bois de cèdre de l'Atlas a été utilisé ponctuellement dans la décoration; quant aux corps des charpentes, couvertures, plafond et linteaux, dérivait des épicias (*sanawbar*) certes plus résistantes.

4. Origines culturelles des maisons de Chefchaouen

4.1. Présence de l'identité des Jbalas-Ghomara dans les maisons de Chefchaouen

L'ancrage de Chefchaouen dans les montagnes du Rif l'a profondément enracinée dans un contexte façonné par l'identité ethnique des clans sociaux Jbala-Ghomara (Vignet-Vunz, 2014, p. 54). Ces structures sociales établies essentiellement dans des zones montagneuses ont beaucoup contribué à la sauvegarde des cultures berbères, du fait de leur isolement et des difficultés de circulation et de communication (Shama 2011, p. 52). Nul doute que la ville était l'unique noyau citadin édifié dans ce vaste territoire montagneux. Des échanges ont été alors établis entre les deux groupes sociaux, ce qui a incité quelques éléments des Jbalas, Ghomara et Akhmas à s'installer progressivement dans la ville, en particulier dans le quartier Kharrazine devenant leur destination favorite (Bouchmal, 2020, p. 130). Ces nouveaux arrivants du Rif, créant une ressource en main d'œuvre pouvant exercer les métiers durs et pénibles, ont incrusté dans la ville un patrimoine considérable de savoir-faire artisanal. Par ailleurs, ces villageois approvisionnaient la ville de Chefchaouen en matière première artisanale et constructive, ce qui a procuré un mimétisme culturel ethnique. L'influence de l'architecture domestique locale est très perceptible dans l'usage des techniques et matériaux de construction de l'habitat rural rifain.

4.2. Similitude avec les maisons nasrides de Grenade

Perchées sur les terres enclavées du Rif, les maisons de Chefchaouen expriment incontestablement une architecture d'origine andalouse. Nous en apercevons fréquemment sur la rive opposée de la Méditerranée, sur les hautes crêtes de la Sierra Nevada, à Alpujarras, et à Grenade. Formes architecturales, matériaux et techniques de construction témoignent des emprunts et une transculturation conséquente à des cohésions sociales. Maintes recherches affirment qu'*elle est la seule ville pour laquelle le transfert de la civilisation andalouse a été quasi intégral; à travers Chefchaouen on voit Grenade et la qualifient de fragment de Grenade* (Mouline, 2001, pp. 60-52). En effet, on repère des affinités entre les maisons bourgeoises de Chefchaouen et demeures nasrides dont les prototypes persistent à Grenade, particulièrement dans le quartier d'Albaicín (Orihuela, 2002, p. 309). Des similitudes de forme, de structure et de décoration, sont évidentes. Ces éléments communs sont déterminants pour définir une identité partagée pour les modèles d'habitat des deux centres historiques. Les maisons nasrides de Grenade conservent aussi bien le concept de privacité, que le caractère introverti des maisons et l'apparence occultée des façades sur rue. D'après Antonio Orihuela, la maison nasride est la forme résidentielle typique de Grenade des XIII^{ème} et XV^{ème} siècles. Selon ses descriptions, cet archétype se déployant couramment sur deux étages ou plus se caractérise par la présence d'un *patio* central, pouvant incorporer un bassin d'eau ou même un jardin ou *riadh* pour des raisons de régulation du climat, un *ustuwan*, des façades peu ornementées (Valencia 2011, p. 164). A ces principes s'ajoute la particularité de se développer en étage en dupliquant les portiques entourant le *patio* et en ayant recours à une galerie de bois assurant la circulation et la communication entre les pièces.



Fig. 5 *Dar Ben Shedgan*, vue sur le *patio*, quartier Souika, Chefchaouen (Riadh Ben Khannou)

4.3. Similitude avec les maisons d'Alpujarras

Les maisons de Chefchaouen, notamment celles dont l'aspect est sobre, expriment en outre des affinités avec les habitations d'Alpujarra, de par leur morphologie, structure et matériaux mis en œuvre. D'ailleurs, il est perceptible que les montagnes du Rif se rapprochent manifestement des massifs de la Sierra Nevada de la zone montagneuse de Grenade et d'Almería. Patrice Cressier, ayant accompli plusieurs recherches archéologiques dans ce deux sites affirme que la région d'Alpujarra et le Maroc du Nord sont *deux régions de caractéristiques géographiques similaires et ayant suivi une évolution symétrique sinon identique durant tout le Moyen Âge* (Cressier, 1983, p. 124). Les maisons de ces deux rives de la Méditerranée sont des maisons *bioclimatiques* par excellence, parfaitement adaptées aux conditions climatiques et géographiques rudes. Elles s'isolent encore dans des enclavements, sur des terrains farouchement déclinés. Les constructions y sont souvent tributaires de la proximité et la disponibilité des ressources en raison de la pénibilité de leur transport. Pierre, bois de châtaignier, noyer et plâtre sont alors d'usage traditionnel. Le paysage urbain des deux cités est composé de volumes sobres, de taille modeste, à arêtes irrégulières et souvent dépourvus de décoration. Toutefois, ils génèrent des panoramas pittoresques et captivants dominées par le blanc de la chaux (Mouline, 2001, p. 60). L'architecture domestique dans la région d'Alpujarras a pu garder ses propriétés originelles grâce à *son isolement relatif au sein du royaume de Grenade, la reconquête tardive de ce dernier, la persistance longtemps après celle-ci de structures sociales arabo-musulmanes* (Cressier, 1983, p. 124). Ces conjonctures associées aux flux migratoires et la mobilité communautaire ont généré des référents culturels communs aux groupes sociaux homologues et d'incontestables rapprochements.

Conclusion

Il n'est pas hasardeux que les habitations de Chefchaouen soient du type arabo-andalou, à l'instar des maisons des cités marocaines de Salé, Tétouan, Fès et Rabat. Ces terres d'accueil des expulsés ont été amplement influencées par l'échange culturel entre le côté sud-ouest du bassin méditerranéen et le Maghreb.

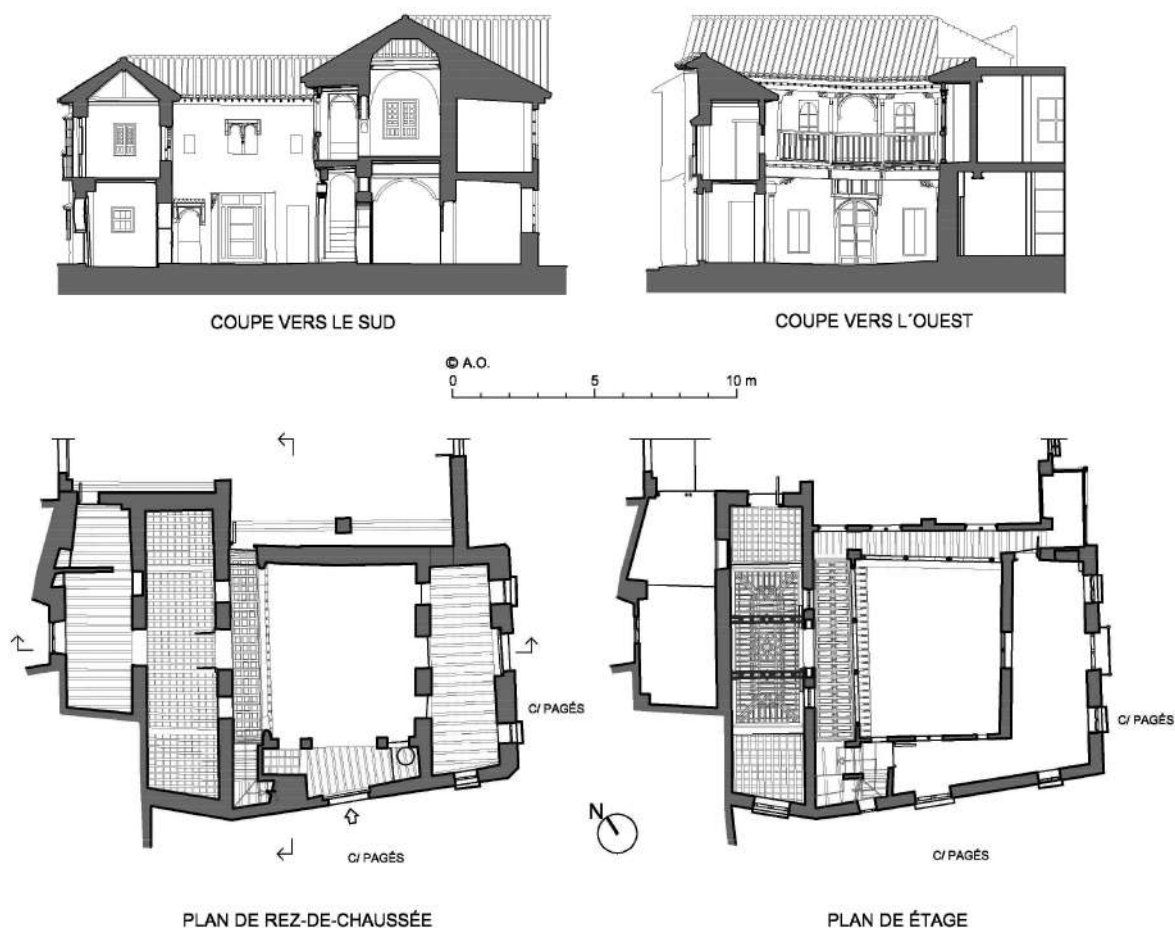


Fig. 6 Maison nasride, quartier de l'Albaicín, Grenade. Plans de rez-de-chaussée et étage, avec projection des plafonds et coupes (Orihuela, 2002, p. 322)

Des expressions architecturales locales issues des traditions autochtones et régies par les revendications du territoire leur ont été associées. On pourrait affirmer que *cet aller et retour transitant entre le Maghreb et l'Andalousie, nous montre, harmonieusement composées, couplées jusqu'à quasiment se fondre, toutes les traces de ces riches mélanges méditerranéens* (Nourissier et al., 2002, p. 59). On assiste à un balancement, ou à une double direction des communications et des influences. Celles-ci se sont confirmées par l'exportation du modèle architectural et urbain vers Grenade lors de la conquête musulmane, puis son importation de nouveau vers le Rif Occidental, et particulièrement la ville de Chefchaouen. Cette réciprocité culturelle, nuancée certes, a duré plus que sept siècles. Des détails urbains et architecturaux illustrent bien ces liens. Les modèles d'habitat de Chefchaouen sont *une conjugaison exemplaire de cultures locales et andalouses* (Nourissier et al., 2002, p. 34).

BIBLIOGRAPHIE

- Bouchmal, F. (2020). *Sāfīṣāūn : ḥā, dīrā šārīfā bī māḷāmī, h andālūsīā wū qāsāmāt jābālīā, Maroc, mūdūn wā, ḥāwā, dīr māḡrībyīāmāḡālāt al-mānāhīl*, 98, p. 130.
- Cressier, P. (1983). "L'Alpujarra médiévale : une approche archéologique". *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 19, pp. 89-124.
- El Hasani, A. & Naciri, M. (1998). *Étude architecturale de la médina de Chefchaouen. Étude analytique et recommandations*. Rabat: Ministère de l'Urbanisme et l'Aménagement du Territoire et de l'Environnement / Prévisoire.

- Mecca, S., Dipasquale, L., Rovero, L., Toniatti, U. & Volpi V. (2009). *Chefchaouen, Architettura e cultura costruttiva*. Pisa: ETS.
- Mecca S., Aguilar B. & Dipasquale L. (2013). "The patio house in Morocco: a sustainable design strategy" in *Vernacular Heritage and Earthen Architecture in Contribution for Sustainable Development*. London: CRC/Taylor & Francis.
- Mouline, S. (2001). "Chefchaouen entre l'ordre urbain et le chaos". *Actes des journées d'études du 24 et 25 Novembre*. Maroc: Ministère de l'Aménagement du Territoire de l'État et de l'Environnement du Maroc.
- Nourissier, J., Reguant, J., Casanovas, X. & Graz, C. (ed.) (2002). *Architecture traditionnelle méditerranéenne*. Barcelone: Commission Européenne Méda Euromed Héritage / Gallimard.
- Orihuela, A. (2002). "Les maisons des morisques de Grenade au XVI^{ème} siècle". *Actas del homenaje al profesor Mhammad M. Benaboud "De Al-Andalus a Tetuan"*. [s.l.]: Association marocaine pour les études andalouses.
- Shama, A. (2011). *Typologie de logements marocains, modèles d'habitats entre persistance et mutations*. Énoncé Théorique de Master. Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne.
- Touri, A. et al. (2000). *Le Maroc andalou à la découverte d'un art de vivre*. [s.l.]: Musée sans frontières / Edisud.
- Valencia, A. (2011). *Migration and the City: Urban Effects of the Morisco Expulsion*. PHD Thesis in Architecture. University of California, Berkeley.
- Vignet-Vunz, J. (2014). *Les Jbala du Rif. Des lettrés en montagne*. Casablanca: Croisée des chemins / Iremam.

DE MARVÃO VÊ-SE TUDO — ASSIM DIZIA JOSÉ SARAMAGO⁽¹⁾

Jorge de Oliveira
CHAIA, Universidade de Évora
joli@uevora.pt

Palavras-chave: Marvão, fortificação, raia, crista quartzítica

Introdução

Segundo José Saramago, *de Marvão vê-se tudo*.

Em Marvão, no dizer do povo, os pássaros vêm-se pelas costas. Para outros, Marvão é um ninho de águias.

Marvão é uma vila alcandorada, na sua verdadeira acepção, isto é, uma pedra bem lá no cimo onde os falcões e outras aves de rapina nidificavam.

De difícil acesso, muito difícil acesso, a crista quartzítica empina-se quase na vertical e deixa, bem lá no alto, uma estreita plataforma, que o homem roubou às aves e foi ampliando para aí se instalar. E lá no topo do “mundo”, de onde se vê tudo, como dizia Saramago, o homem acastelou-se. Mas para aí chegar a Humanidade teve que percorrer, durante milhares de anos, outros caminhos.

Contorce-se, cá em baixo, à volta deste alcantilado morro, o rio Sever que ao longo de milhões de anos foi abrindo caminho por entre quartzitos, calcários, granitos e, por fim, depois de cavar os xistos, descarrega as águas que, entretanto, foi recolhendo no grande Tejo. Nasce este rio mais acima de Marvão, mas em encostas mais doces e suaves, nas faldas da Serra de Mamede e, estranhe-se, quase enganando algumas leis da Física, corre de sul para norte, por mais de 63 km, para ir prestar vassalagem ao grande rio peninsular, o Tejo.

Foi, contudo, nas cotas mais baixas, nas frescas margens do percurso do Sever, entre a Serra e o Tejo, onde vários micro-climas se reconhecem, que os primeiros homens estanciam. Souberam escolher bem os locais para acamparem. Tinham todo o território à sua disposição, mas só alguns sítios interessaram aos primeiros caçadores recolectores que por aqui deambularam em meados do Paleolítico. Nos depósitos de calhaus rolados que se acumulam onde o rio mais se contorce e a seguir se espria e onde a flora ripícola abunda encontramos evidentes sinais desses acampamentos mais antigos.

Com os efeitos dos finais da última glaciação o ecossistema altera-se e o homem tem que acompanhar essa mudança. A sedentarização ensaia-se e a domesticação generalizada de algumas espécies substitui os grandes armazéns de proteínas que os agora extintos grandes herbívoros propiciavam às comunidades do período anterior. Esta obrigatória sedentarização, ainda que inicialmente sazonal, justifica-se com a domesticação da terra. Entre a preparação da terra, a sementeira e a colheita é necessário guardar o investimento feito e por ali ficam os grupos humanos aguardando que a terra-mãe seja generosa.

1 Algumas partes deste texto foram publicadas na Revista CEAMA, n.º 15, de 2017, sob o título: “Das fronteiras do 6.º milénio ao Tratado de Alcanices, entre o Tejo e a Serra de S. Mamede”.



Fig. 1. *De Marvão vê-se tudo*, “Marvão ninho de águias”

1. A domesticação da paisagem

Ao longo dos 63 000 metros do curso do rio Sever e nos 450 km² que ocupa a sua bacia hidrográfica, embora não conheçamos claramente os testemunhos do povoamento das primeiras comunidades agro-pastoris, conhecemos suficientemente bem as suas estruturas funerárias porque muito mais monumentais do que os *habitats*. Aqui identificámos perto de centena e meia de sepulturas megalíticas que se dividem, claramente, em duas manchas megalíticas, uma localizada na meia encosta, em terrenos predominantemente graníticos e outra, mais a norte, nas margens dos Tejo, em solos xistosos.

Observando a distribuição das sepulturas megalíticas, tendo em atenção a edafologia da região, verificamos que a maioria dos monumentos, quer sejam em xisto, quer sejam em granito foram implantados em solos classificados atualmente na classe D. Em solos da classe E foi implantado outro importante conjunto de sepulturas megalíticas. Em solos da classe C, portanto com melhores aptidões agrícolas, apenas dois monumentos foram construídos.

A não ocupação de solos pesados (classes A e B) por parte dos construtores de megálitos parece ser uma constante neste território. Os solos litólicos não húmicos graníticos e os xistosos das margens do Tejo parece terem sido os mais preferidos. Embora atualmente os solos das margens do Tejo estejam classificados como esqueléticos e sem qualquer aptidão agrícola, anteriormente às intensas campanhas do trigo promovidas nas décadas de 1940 e 1950, eles ainda possuíam alguma potência de solo arável, aumentando-se, assim, provavelmente a área de solos da classe D. Alguns dos solos hoje esqueléticos apresentar-se-iam em épocas mais recuadas com potências muito superiores o que lhes facilitaria possuir um coberto vegetal algo distinto do existente atualmente.

Como temos vindo a constatar na bacia hidrográfica do rio Sever duas manchas megalíticas são isoláveis. Se através do posicionamento geográfico geral estas duas manchas megalíticas são facilmente detetáveis elas tornam-se ainda mais evidentes quando projetamos a sua localização sobre uma carta geológica ou de solos. A sul, nos solos litólicos não húmicos de granitos e rochas afins concentram-se os monumentos obtidos por blocos de granito. A norte, nos litossolos de xistos ou grauvaques localizam-se as pequenas sepulturas construídas por esteios de xisto.

A linha de separação entre os granitos e os xistos forma uma autêntica fronteira entre os dois grupos megalíticos localizados no interior da bacia. Observando a carta geral de distribuição de sepulturas megalíticas do Nordeste Alentejano e Noroeste da “Extremadura” espanhola, verifica-se que a linha de contacto entre os granitos e os xistos parece limitar claramente dois grupos megalíticos que não se isolam unicamente em termos de matéria-prima e correspondente especificidade arquitetónica. A diversidade dos dois grupos, é bem observável quer na arquitetura, quer nos espólios rituais.

Os distintos complexos geológicos que caracterizam esta área, associados aos aspetos orográficos e consequentemente aos climáticos que se projetam nas características florísticas e faunísticas específicas de cada um deles, devem ter condicionado duas economias



Fig. 2 Dólmen da Laje dos Frades, Marvão

que parecem corresponder respetivamente às duas e diferentes manchas megalíticas isoladas no interior da bacia do Sever. Na zona mais montanhosa, com cotas superiores a 600 metros, não existem monumentos megalíticos. Na meia encosta granítica, sobretudo nas imediações da linha de contacto com os xistos distribuem-se os monumentos da mancha granítica. Ao entrarmos nos litossolos de xistos da zona do Chão Salgado os sepulcros megalíticos não se registam, voltando de novo a ocorrer nas imediações da foz do Tejo. Uma larga faixa de terrenos, atualmente incluídos na classe E, portanto sem aptidões agrícolas, separa as duas manchas megalíticas. Esta *terra de ninguém* megalítica também o parece ter sido ao longo de toda a História pois a presença de testemunhos de épocas posteriores também é bastante reduzida.

Separaram-se, assim, em termos arquitetónicos, orográficos, geológicos, faunísticos e florísticos dois grupos megalíticos que poderão corresponder a distintas comunidades, estruturadas em diferentes ecossistemas. Na zona sul, a meia encosta, onde o microclima de características atlânticas esbate as amplitudes térmicas que castigam a outra região, desenvolve-se e provavelmente desenvolvia-se uma flora exuberante e habitada por múltiplas espécies cinegéticas. Este corredor dos granitos, abundante em água que facilitaria a exploração dos pequenos mas férteis vales na periferia da floresta, parece ter oferecido um conjunto de condições excecionais ao desenvolvimento de uma economia mista em que a agricultura / horticultura se associa à exploração dos recursos que a floresta possibilita, quer em termos de caça, quer em termos de pastorícia. Esta economia rica e diversificada, provavelmente proporcionadora de excedentes, deverá em parte explicar o investimento energético despendido na monumentalidade e riqueza do mobiliário votivo do megalitismo deste grupo, caracterizado por grandes sepulturas e ricos espólios.

Mais a norte, onde as amplitudes térmicas dos climas de características mediterrânicas se fazem sentir, e onde os solos quase esqueléticos drenados por ribeiras de curso sazonal não facilitam a sua exploração em termos agrícolas ou florestais, parecem ter sido empurradas as populações para junto do grande rio, deixando uma larga faixa de terreno, por vezes superior a 12 km, sem qualquer

ocupação humana. Se as comunidades do sul que viviam na orla da floresta parecem ter encontrado nela o seu complemento alimentar, as do norte terão procurado no rio Tejo e foz do Sever o complemento nutritivo que os pequenos vales de reduzida aptidão agrícola não conseguiam fornecer. Duas comunidades explorando distintos recursos, proporcionando excedentes desiguais e condicionadores de diferentes estruturas sociais, em ambientes geológicos diferentes, deverão, para além de outras consequências, produzir ritualizações e discursos arquitetónicos distintos.

2. Uma fronteira de *menhires*

Apesar de um levantamento arqueológico, por muito exaustivo que seja, nunca poder ser dado por concluído, as várias prospeções efetuadas em ambas as margens, mas sobretudo na portuguesa, não revelaram, nesta *terra de ninguém*, mais nenhuma sepultura megalítica para além da que, recentemente, registámos junto ao marco geodésico Sardinha. Como já por várias vezes afirmámos, o território que separa as duas manchas megalíticas, para além de não possuir grandes aptidões agrícolas, e ser drenado por um reduzido número de linhas de água, na sua maioria sazonais, conferindo-lhe características ambientais muito particulares, parece não apresentar razões suficientemente fortes para justificar a ausência de ocupação humana ou, pelo menos, a inexistência de manifestações megalíticas. Esta divisão torna-se mais compreensível com a sobreposição da carta de localização dos menires conhecidos na área em estudo sobre a das sepulturas megalíticas. Ao fazermos coincidir as duas cartas, de imediato nos apercebemos que os principais menires se implantam exatamente ao longo da linha de contacto entre os granitos e os xistos, formando como que uma linha de fronteira. Os mais volumosos *menhires* desta região implantam-se no limite norte da mancha megalítica dos granitos, funcionando, provavelmente como marcos territoriais. Sabemos hoje que os *menhires* são substancialmente mais antigos que a maioria dos sepulcros megalíticos que na maior parte dos casos chega aos 2000 anos, remontando assim os *menhires* para os inícios do Neolítico. Poderemos demonstrar, assim, que as diferenças arquitetónicas e rituais dos dois grupos megalíticos funerários parecem ter raízes mais antigas testemunhadas na linha de *menhires* sobreposta sobre a fronteira que separa os granitos dos xistos.

Diferentes aspetos separam as duas *manchas megalíticas* parecendo refletir estruturas económicas e sociais distintas que foram provavelmente geradoras de focos de conflitualidade que a *terra de ninguém* e o domínio visual dos menires parecem querer confirmar, somados aos vestígios de profundos traumatismos provocados por objetos cortantes e perfurantes detetados nos restos ósseos inumados. Para além da simbologia fálica de praticamente todos os menires, eles parecem formar como que uma rede de marcos delimitadores do território com maiores recursos económicos testemunhados pela monumentalidade arquitetónica e número e riqueza do espólio funerário. Estabelece-se, desta forma, uma linha de fronteira orientada grosso modo nascente-poente que se estende, pelo menos desde a serra de S. Pedro, já a avistar Cáceres, secciona transversalmente o curso do rio Sever e projeta-se para ocidente de Nisa. Definem-se, assim,

desde pelo menos o 6.^o milénio aC, dois territórios onde se instalaram duas comunidades que desenvolveram economias distintas, que se refletiram em diferentes comportamentos perante a morte e que parece não terem convivido muito pacificamente, atendendo aos profundos traumatismos observáveis nos restos ósseos.

3. Os primeiros que se acastelam nas margens do Sever

Quando as influências orientalizantes se começam a fazer sentir com maior intensidade e a metalurgia desponta nesta zona da Península Ibérica as comunidades que até aí se estabeleciam em *habitats* de pouca altitude procuram agora cotas mais altas e naturalmente protegidas. Os povoados adjacentes ao rio Sever são abandonados e os cumes dos cerros começam a ser fortificados. Desde os finais do Calcolítico até à chegada dos Romanos, pontos estratégicos das principais linhas de cumeada passam a ser espaços de vivência humana. Os castelos de Vidago (Vidais), do Corregedor, da Crença, Del Jardinero, os dois Castelos Velhos do Sever e os das Aguas Blancas e Senhora da Graça testemunham essas épocas conturbadas que se viveram nas imediações das margens do Sever originadas pela disputa das melhores terras e zona de mineração.

Uma ou mais linhas de muralhas envolvem estes *habitats*. Casas quadrangulares, ou redondas, outrora provavelmente cobertas por giestas anexam-se umas às outras aproveitando da melhor forma o pouco espaço que as muralhas protegiam, mas se bem observarmos o território a maioria destes povoados fortificados implanta-se no limite da mancha granítica, a norte da serra de S. Mamede.

As cumeadas que sustentam Marvão, Castelo de Vide, Valência de Alcântara, Herrera e Albuquerque parecem inserir-se neste tipo de estratégia que, sobretudo, as comunidades da segunda Idade do Ferro adotaram nas encostas da serra de S. Mamede. É uma questão fundamental coloca-se. Fortes muralhas em altos cumes é sinal de medo. Medo de quem? Numa primeira fase diríamos que seria das gentes que do Mediterrâneo vinham, mas seriam assim tantos que justificasse uma fortificação generalizada nos inícios da Idade do Metais? Ou estas muralhas não serão, acima de tudo, resultado de conflitos tribais internos face a alguma crise, hipoteticamente resultante do aumento demográfico e consequente escassez de recursos? O que sabemos é que a partir dos inícios do Calcolítico os povoados começam a rodear-se de muros. Nesta zona, aparentemente, estes povoados continuam ocupados na Idade do Bronze. Na Idade do Ferro, sobretudo na fase tardia deste período, denota-se o seu explícito abandono e as colinas mais elevadas, de difícil acesso e já problemáticamente distantes das linhas de água de curso anual, envolvem-se de fortes muralhas. Provavelmente, o medo e a necessidade de defesa incrementaram-se. Medo de quem? A fama que de Roma vêm colunas de gentes de armas que tudo conquistam e saqueiam? Ou medo dos seus vizinhos face à luta pelos recursos naturais? O que sabemos, provado pelas evidências arqueológicas, é que os mais elevados pontos deste território são ocupados naquele período, a que vulgarmente apelidamos de 2.^a Idade do Ferro, e rodeados de uma ou mais cinturas de muralhas. Interessante é verificar que os mesmos sítios que são ocupados e fortificados a partir de meados do 1.^o milénio

aC, são os mesmos lugares que voltam a ser ocupados nos períodos conturbados dos inícios da Idade Média.

4. Com a chegada dos Romanos

As comunidades que sobreviviam nos alcantilados montes descem de novo aos vales. Mais pela força das armas do que por vontade própria, como os vestígios arqueológicos bem o demonstram, os *habitats* fortificados da Idade do Ferro sucumbem e as terras com melhor aptidão agrícola começam a ser intensamente exploradas. Várias *villae* e casais agrícolas redesenham a paisagem entre a serra de S. Mamede e o vale do Tejo. Casas agrícolas mais ou menos faustosas, por vezes revestidas por mosaicos junto a armazéns, moinhos e termas assinalam a riqueza que os Romanos souberam retirar dos solos agora por eles ocupados. No vale da Aramenha, junto a Marvão, em terras pesadas e férteis e onde a água abunda, pelos inícios do século I, os Romanos instalam uma nova cidade. *Ammaia* se chamava. Mais do que um grande centro cosmopolita, reconhece-se hoje que Ammaia terá sido uma cidade de lazer, satélite da grande Mérida. Aqui, construíram os Emeritenses as suas casas de veraneio. Para aqui acorreriam os Romanos endinheirados nos implacáveis estios, em busca da sombra e da água, que a grande cidade do interior não propiciava. Aqui, na Ammaia, bordejada pelo rio Sever e abastecida por pelo menos três nascentes que os Romanos souberam conduzir até ao centro da cidade, assistiam a espetáculos tendo como cenário o brutal acidente que sustenta hoje Marvão. Os influentes e poderosos togados que veraneavam em Ammaia rapidamente a transformam política e arquitetonicamente. Pouco tempo depois da sua fundação, ao tempo de Cláudio, ascende a categoria de *Civitas*, alguns anos depois, já com Nero senhor de Roma, constitui-se como *Municipium*. O território que administrava seria amplo. O seu limite ao norte terminaria no Tejo, para oriente confrontava com o de Cáceres,



Fig. 3 Moeda romana com caracteres púnicos e cabeça de Hércules, cunhada em Salácia (Alcácer do Sal), século II aC, encontrada no povoado de Vidais – Marvão



Fig. 4 Telha do povoado alto-medieval do Monte Velho, em Marvão, com a inscrição cristã HIC PAX HIC CRISTVS (Paço, 1949)

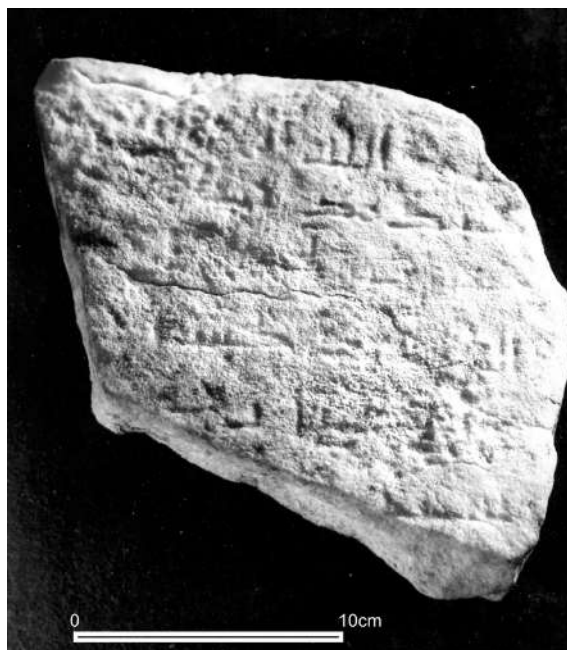


Fig. 5 Inscrição funerária árabe encontrada no Pico da Serra de São Mamede (Manuel Ribeiro)

para ocidente espriava-se até ao rio Sor e o vale do Guadiana limitava-o a sul. Sob o poder dum exército bem organizado o Município Ammaiense aglutina e funde política e administrativamente os ancestrais territórios, mas as culturas próprias perduraram.

5. A reconstrução da paisagem após o Império Romano

Pelo século VI, com a decadência da estrutura política romana, assiste-se, na área da Serra de S. Mamede, a um enxameamento de pequenos núcleos habitacionais implantados em zonas bem disfarçadas na paisagem. A instabilidade que se vive desde o século V até praticamente à vulgarmente denominada Reconquista Cristã terá contribuído para essa nova reorganização na ocupação do território. Múltiplos pequenos núcleos, mais ou menos urbanizados, atribuíveis à Alta-Idade Média, espalham-se, sobretudo por entre os grandes afloramentos graníticos.

Com a desorganização da estrutura comercial e social romana estas pequenas comunidades, teoricamente cristianizadas, sobrevivem alicerçadas numa economia fechada, assente na agricultura e na pastorícia. Poderemos mesmo dizer que se assiste a um regresso, desordenado, da estrutura socioeconómica pré-Romana. Dizemos desordenado porque agora já não encontramos povoados fortificados a coroar as colinas, mas pequenos núcleos habitacionais disfarçados entre os vales com algum aproveitamento agrícola. Estamos em querer que com o fim do Império, pelo menos nestas zonas mais rurais, não existiria qualquer sistema estruturado de organização social ou religiosa. A vulgarmente apelidada organização paroquial visigótica seguramente que aqui não se fez sentir. A telha encontrada por Afonso do Paço, no Monte Velho, no concelho de Marvão, onde se pode ler num Latim e numa grafia pouco eruditos *Hic Pax Hic Cristvs*, associada às centenas de sepulturas escavadas na rocha que se espalham pelas encostas de Marvão, avisam-nos que estaremos em presença de comunidades de seguidores do rito cristão, mas nada

temos que nos prove que obedecessem a algum poder formal e organizacional, fosse ele religioso ou político. Sustentados numa economia de autossustentância com permutas intergrupos onde as velhas moedas romanas já pouco sentido fariam, estas pequenas comunidades sobreviveriam reaproveitando ainda algumas estruturas romanas, mas vivendo essencialmente em construções de pedra seca e cobertura vegetal e, esporadicamente cobertas com telhas decoradas com desenhos digitados, nos povoados com maiores recursos, como o do Monte Velho ou Ribeiro do Lobo.

A islamização desta zona da península terá sido algo que teremos que avaliar de uma forma muito particular. Não poderemos falar numa conversão generalizada e radical ao Islão. Estas comunidades dispersas por pequenos aglomerados rurais espalhados pelo interior da Serra de S. Mamede que poucos contactos teriam com o exterior terão entrado, paulatinamente, em contacto com as novas gentes que do Norte de África trazem outra cultura, outra língua e outra religião mas igualmente monoteísta. A diferença entre os dois ritos não seria assim tão grande e a sua pressão entre os séculos VIII e XI não terá sido muito marcante. Naturalmente que uma nova ordem começa a impor-se. Seguramente que novos cobradores de impostos teriam emergido a troco de uma teórica proteção contra inimigos desconhecidos.

As velhas e arruinadas estruturas da cidade de Ammaia e a defensável crista quartzítica que junto se ergue não são alheadas pelos seguidores de Alá. Reconhece-se hoje como seguro que a mais antiga referência escrita relacionada com Marvão é a crónica de Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, datável do século X, onde se lê: ... o Monte de Amaia, conhecido hoje por Amaia de Ibn Maruán é um monte alto e inexpugnável, a leste da cidade de Amaia-das-Ruínas, situada sobre o Rio Sever (Sidarus, 1991, p. 13). Como nos diz o seu autor, nesse mesmo texto, provavelmente baseado em crónicas dos finais do século IX, sobre as actividades bélicas de Ibn Maruán, existiria uma *Fortaleza de Ammaia-o-Monte*. Esta fortaleza de que fala a referida crónica poderia ser conotada com a torre árabe que se levanta sobre um dos torreões defensivos da porta nascente da cidade de Ammaia; contudo, nem as ruínas de Ammaia estão implantadas num monte, nem esta torre ofereceria a capacidade defensiva que Ibn Maruán procurava. O ambiente de conflitualidade gerado pelas manifestações autonómicas do *muladi* Ibn Maruán, obrigá-lo-iam a procurar refúgios com capacidades defensivas que o vale da Ammaia não oferece. Parece assim claro que o monte sobranceiro ao Sever, nas imediações da *Amaia-das-Ruínas*, é o que hoje sustenta a vila de Marvão e que recebeu o nome daquele que aí mandou construir uma fortaleza nos finais do século IX. Pelo menos nessa data, e baseados, unicamente, na documentação escrita, poder-se-á afirmar que no cerro de Marvão foram levantadas estruturas defensivas, seguramente reaproveitando alguma velha fortificação da Idade do Ferro e quem sabe se romanizada.

Aproximadamente do mesmo período, nesta zona, conhecemos apenas a inscrição funerária islâmica, por nós recolhida junto do Pico de S. Mamede, remetendo-nos, porque a ela associados estavam vários capitéis romanos reaproveitados, para algum templete romano

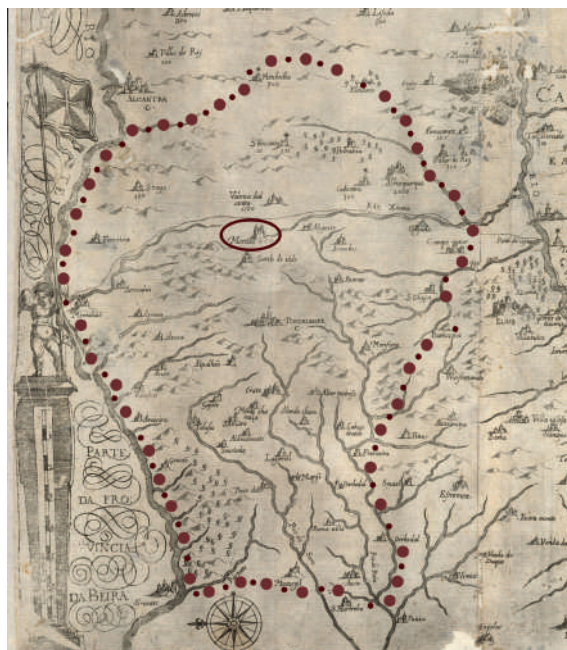


Fig. 6 Limite do termo municipal de Marvão em 1226, sobre extrato do mapa de Pedro Albernaz (1602-1642)

que posteriormente terá sido islamizado, erguido no topo da Serra de Maomé, isto é, a Serra de S. Mamede.

Passados os períodos de maior instabilidade, marcados pela desagregação do Império Romano e da teórica chegada dos “Bárbaros”, com o domínio islâmico, a paisagem humana desta região assiste a outra viragem. Os pequenos núcleos urbanos sem sistemas de defesa e, aparentemente, sem organização social, que se constituíram com a desorganização da estrutura romana encontram agora, teoricamente, na nova fortificação fundada por Ibn Maruán, no cimo da defensável crista quartzítica, a segurança necessária em caso de conflito. Marvão passa a ser o principal epicentro de proteção desta região, dominando uma vasta região, provavelmente a mesma que configurava o romano município Ammaiense.

Entre 1160 e 1166 Marvão terá passado para o controlo das gentes de Afonso Henriques. Nada nos informa se esta passagem resultou de um assédio por parte dos cristãos aos que fiéis a Alá viviam no alcandorado morro refortificado em 877 por Ibn Maruán. Provavelmente os seguidores de Maomé terão abandonado pacificamente o morro e, pouco tempo depois, Afonso Henriques, entrega estas terras à gestão dos monges-cavaleiros do Templo. Marvão fazendo agora parte da Monarquia Portuguesa, de imediato, passa a ocupar lugar de relevo na administração militar e política da vasta e despovoada região a sul do Tejo. A sua importância resultaria, naturalmente, da sua estratégica posição no topo de uma inacessível crista quartzítica, mas também de uma velha tradição administrativa que entroncava no vasto território tutelado pela cidade de Ammaia, situada a escassas centenas de metros da vila de Marvão.

Embora não conheçamos, em pormenor, os limites administrativos do *Municipium Ammaiense*, sabemos que eles eram amplos e, provavelmente, vieram a refletir-se na carta de demarcação do termo de Marvão que lhe foi outorgado por D. Sancho II, em 1226. Se não perdurasse ainda essa memória territorial dificilmente poderíamos entender os limites apresentados pelo documento medieval. Se bem verificarmos, a cidade

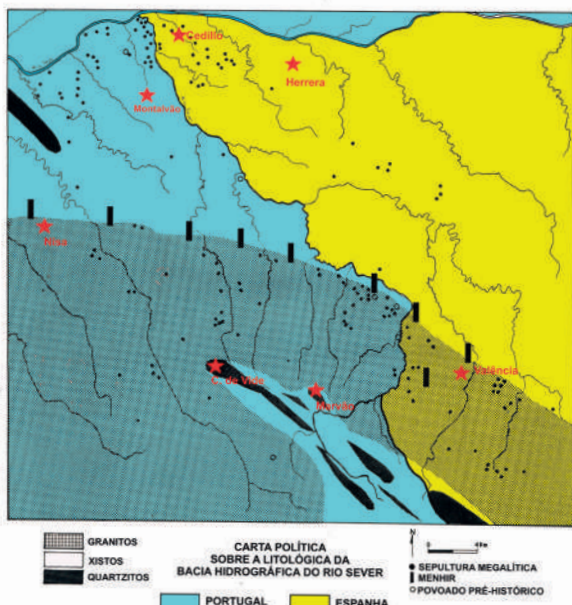


Fig. 7 Mapa com a fronteira pré-histórica e a fronteira política, transversal, resultante do Tratado de Alcanices, 1297

de Ammaia situa-se no centro deste vasto território. Parece, então, que a demarcação medieval do território de Marvão terá seguido uma tradição centenária, delimitada ao tempo em que a cidade de Ammaia dominava esta região.

O vasto território, como se lê no documento publicado por Laranjo Coelho, em 1924, abarcava praticamente todo o atual distrito de Portalegre e uma larga faixa de território da vizinha província de Cáceres, até bem perto de Malpartida de Cáceres. O limite norte era demarcado pelo rio Tejo, desde a foz do Ocreza (*foz oclesa*), passando pela Amieira (*ameiram*). A poente o limite seria o rio Sor ou mesmo a Ponte de Sôr (*Sonor*) e depois passaria por Seda, ou pela ribeira de Seda (*sedá*). A Ribeira Grande seria outro limite e, naturalmente, a zona de Fronteira, cujo topónimo assim o determina. O limite passaria por Assumar (*asiima ou asuma*), daí seguiria para Campo Maior (*castellum de monte maior*), passando a Ouguela (*ugela*). A linha de limite entraria no rio Xévor (*seuera*) e daí seguiria perto de Albuquerque, na zona de (*daróches*), infletia para o planalto de El Palancar (*planum de alpalancer*) até à cumeda da Serra de S. Pedro (*serra de sancto petro quae vertente aquas*). Da Serra de S. Pedro, a meio caminho de Cáceres, a linha de limite do território seguia para norte, em direção ao Rio Tejo (*directum ad tagum*). Assim se lê no referido documento, que se conserva na Torre do Tombo (Coelho, 1924, p. 58-59).

6. As novas fronteiras

Terminados, nesta zona, os conflitos da Reconquista começam-se a esboçar os contornos de outros municípios e a definir as fronteiras entre Castela e Portugal. Em 1267, a 16 de fevereiro, na denominada Convenção de Badajoz, sob o patrocínio dos reis Afonso X, de Castela, Aragão e Andaluzia, e Afonso III, de Portugal e sob pressão das poderosas ordens militares que disputavam o território, promovem-se encontros entre os “homens bons” das duas terras para a demarcação do limite territorial entre Valência e Marvão, implantando e gravando, para esse fim, marcas territoriais. Dessa demarcação ainda hoje se conhecem gravações em

rochas naturais, sensivelmente coincidentes com a atual fronteira. Esboça-se, nesta data, a fronteira que hoje conhecemos e que com o Tratado de Alcanices, em 1297, se definiu praticamente todo o limite fronteiriço entre os dois reinos. O Tratado de Alcanices, assinado a 12 de setembro de 1297, pelos reis D. Dinis, de Portugal, e Fernando IV, de Castela, fez perder, de imediato, a parte do território hoje espanhol até aí incorporado no concelho de Marvão. Desse tratado resultou a definição da fronteira entre Portugal e Castela que, em grande parte, ainda hoje se mantém.

Ainda que esta divisão política entre os dois estados tivesse resultado não tanto de decisões tomadas na corte, mas mais da vontade das gentes de Valência e Marvão, muito pressionadas pelas ordens religiosas que disputavam os territórios a sul do Tejo, rapidamente ambas as comunidades se aperceberam que desta fronteira resultavam fortes constrangimentos às ancestrais relações de proximidade entre as comunidades estabelecidas em ambas as margens do rio Sever. Assim, logo em 1313, 16 anos após o Tratado de Alcanices, estas gentes sentem necessidade de reabrir a fronteira que impedia a livre passagem de pessoas e bens como desde, pelo menos, o 6.º milénio aC acontecia. Assina-se então nesse ano um compromisso entre as gentes de Valência e Marvão, multiplamente ratificado até 1868, que permitia a quase livre circulação de pessoas e bens entre os dois concelhos. Constatava-se, assim, nesse longínquo ano de 1313, quão contranatura era esta fronteira desenhada sobre o curso do rio Sever que sempre uniu as pessoas que dele dependiam. Os “homens-bons” de Marvão e Valência de Alcântara assinam, assim, com a concordância régia dos dois lados, um tratado no qual se regulamentavam as relações entre os povos das duas terras vizinhas, mas incorporadas em estados distintos e separadas por uma fronteira política. Este acordo de boa vizinhança veio, ao longo dos séculos, a ser continuamente ratificado e atualizado. Destes, conhecem-se os acordos datados de 22 de setembro de 1519, de 12 de Setembro de 1537, o de 23 de Setembro de 1585, o de 23 de Novembro de 1682 e o de 16 de Junho de 1868. Pela leitura destes documentos observa-se como as relações entre os dois vizinhos concelhos, ainda que incorporados em países distintos, não diferiam, e por vezes até eram mais permissivas, por exemplo, do que as normas que regiam as relações de Marvão com Castelo de Vide. Esta boa vizinhança, a sua proximidade e sobretudo as relações familiares existentes entre Valência de Alcântara e Marvão, com base nos documentos referidos, conseguiram, ao longo de quase setecentos anos de história conjunta, diluir os normais constrangimentos que qualquer fronteira política impõe. Parece ser o rio Sever e os seus recursos o principal fator de união entre estas gentes. Mais do que demarcar dois estados, o rio gerou um único povo.

Alcandorada na crista quartzítica e como Saramago dizia que *de Marvão vê-se tudo*, continua lá de cima a vigiar o território que sempre foi seu, de ambas as margens do Sever, mas que por via de uma rocambolesca e centenária história política, muitas vezes manobrada por escuros interesses, obriga a que as gentes de um lado do rio falem Português e do outro Castelhana, mas entre si ainda se entendem no ancestral raiano que sempre os uniu.



Fig. 8 Vista aérea de Marvão do lado norte (acervo da Câmara Municipal de Marvão)

BIBLIOGRAFIA

- Caria Mendes, A. J. & Goulart, A. (1991). "A Lápide Árabe da Serra S. Mamede". *Ibn Maruán*, 1.
- Coelho, P. M. L. [1924] (2001). "Terras de Odiana – Subsídios para a sua História Documentada". Edição fac-símile da edição de 1924. Introdução de António Ventura. *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão* (edição especial), 11.
- Oliveira, J. de (1998). *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Colibri.
- Oliveira, J. de (2002). "A cidade romana de Ammaia, documentos para a sua história recente". *Ibn Maruán*, 12.
- Oliveira, J. de (2017). "Das fronteiras do 6.º milénio ao Tratado de Alcanices". *Revista CEAMA, Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida*, 15 / *Actas do X Seminário Internacional sobre Arquitectura Militar*, 2016.
- Oliveira, J. de (coord.) (2012). *O Foral Manuelino de Marvão*. Marvão: Câmara Municipal de Marvão.
- Oliveira, J. de, Pereira, S. & Parreira, J. (2007). *Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão*. Marvão: Câmara Municipal de Marvão / Colibri.
- Paço, A. do (1949). "Inscrição cristã do Monte Velho (Beirã – Marvão)". *Revista Brotéria*, XLIX.
- Rei, A. (2002). "Târiq ibn Ziyâd e o seu exército em Almeida e na Cidade de Ammaia (Marvão) em finais de 711 – inícios de 712". *Ibn Maruán*, 12.
- Saramago, J. (1981). *Viagem a Portugal*. Porto: Porto Editora.
- Sidarus, A. (1991). "Amaia de Ibn Maruán: Marvão". *Ibn Maruán*, 1.

TOPOGRAFIAS DOS RECINTOS MURADOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO ALTO DOURO: O CASO DO CASTANHEIRO DO VENTO (HORTA DO DOURO, VILA NOVA DE FOZ CÔA)

João Muralha

CEAACP, Universidade de Coimbra
muralhacardoso@uc.pt

Sérgio Gomes

CEAACP, Universidade de Coimbra

Ana Vale

CITCEM, Universidade do Porto

Vítor Oliveira Jorge

IHC, FCSH-Universidade Nova de Lisboa

Palavras-chave: Pré-história recente, recintos murados, arquitetura, deposições

1. Introdução

Durante a Pré-história recente, a paisagem do Alto Douro foi alterada por parte de comunidades em processo de consolidação do sistema agro-pastoril. Neste processo de territorialização, determinados pontos desta paisagem foram marcados através da construção de recintos murados. Estas construções – que articulariam elementos pétreos, em terra e madeira – encontram-se implantadas em lugares naturalmente destacados, sendo o dispositivo arquitetónico uma estratégia de reforço desta cenografia natural. Uma estratégia assente num íntimo diálogo entre micro e macro-topografias, redefinindo práticas espaciais e temporais. Com efeito, estes dispositivos arquitetónicos teriam sido o palco de diferentes dinâmicas sociais, constituindo-se como lugares monumentais de negociação de relações intra e inter-comunitárias (Jorge, 1994, 1999; Jorge *et al.*, 2006; Lopes, 2019). Os trabalhos de prospeção arqueológica desenvolvidos em áreas que abrangem parte das bacias hidrográficas da ribeira da Teja e dos rios Torto e Côa permitiram contabilizar cerca de 23 prováveis recintos, sugerindo uma paisagem fortemente marcada por este tipo de sítios. No que diz respeito a trabalhos de escavação, foram intervencionadas duas estações: Castelo Velho de Freixo de Numão (Lopes, 2019) e Castanheiro do Vento (Muralha *et al.*, 2019; Cardoso, 2010; Vale, 2011).

Neste texto, serão abordados alguns dos aspetos mais relevantes acerca de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa, Guarda), com o objetivo de dar a conhecer a forma como temos vindo a analisar a arquitetura deste “sítio altaneiro”. Como se verá, a análise arquitetónica não foi apenas uma ferramenta de definição de fases de ocupação e correlativas plantas. Pelo contrário, a atenção prestada a determinados aspetos construtivos permitiu-nos questionar gestos técnicos e o modo como tais gestos se relacionam com uma paisagem que emerge na dinâmica arquitetónica. Simultaneamente, discutiremos a profusa interação da arquitetura com outras atividades. Sobre este tópico, salientaremos o modo como a prática de deposição intencional de diferentes categorias de materiais e artefactos se encontra entrelaçada com a arquitetura do sítio, trazendo à construção a diferença dos tempos e espaços que cada material ou artefacto comporta. Estas abordagens permitem colocar em diálogo três dimensões que habitualmente são discutidas em separado (McFadyen, 2008 e 2018). No fundo, discutiremos o modo como a arquitetura – uma arquitetura monumental (Jorge, 1994; Jorge, 1999) – nos permite questionar a forma como as comunidades pré-históricas transformaram e deram sentido à paisagem desta região setentrional do Mediterrâneo, durante o 3.^o e o 2.^o milénio aC.

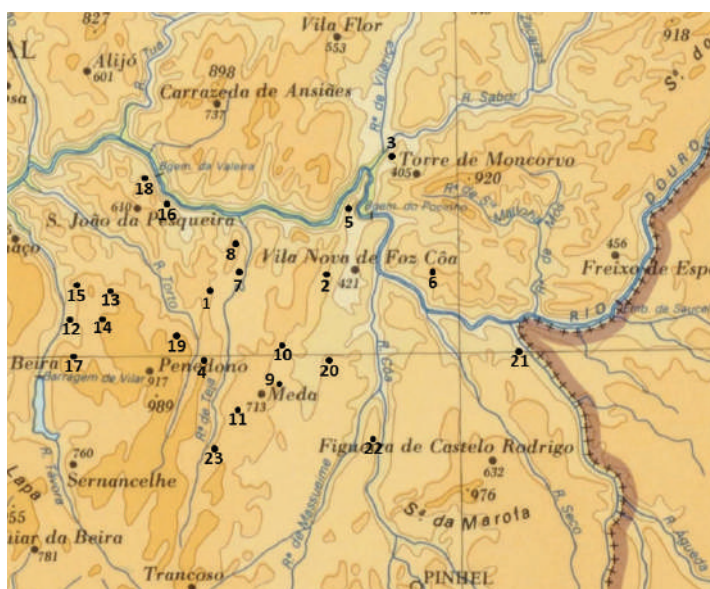


Fig. 1. Inventário dos recintos murados nas bacias hidrográficas da ribeira da Teja e dos rios Torto e Côa
1 Castanheiro do Vento 2 Castelo Velho de Freixo de Numão 3 Quinta de Alfarela 4 Castro de São Jorges 5 Castelo Velho de Monte Meão 6 Nossa Senhora de Urros 7 Zaralhõa 8 Pitanceira 9 Castelo Velho da Meda 10 Montes 11 Castelo do Nunes 12 Castelo Velho de Paredes da Beira 13 Castelo Velho de Trevões 14 Reboledo 15 Chão do Marganho 16 Quinta da Abelheira 17 Carapito 18 Cerro do Bastião 19 Castelo Velho do Souto 20 Alto da Lamigueira 21 Castelão 22 Castelo dos Mouros 23 Senhora de Vila Maior

2. Os recintos murados e a paisagem no Alto Douro

Nos últimos 25 anos, as bacias hidrográficas da ribeira da Teja e dos rios Torto e Côa têm sido prospectadas por diferentes investigadores (Zilhão, 1997; Coixão, 2000; Coixão *et al.*, 2009; Cardoso, 2010). Tais trabalhos permitiram identificar 23 prováveis recintos (fig. 1), um número que, embora represente apenas cerca de 20% da totalidade dos sítios inventariados, sugere uma paisagem fortemente marcada por estes recintos construídos em sítios destacados na paisagem. Para a sua construção, as comunidades pré- e proto-históricas escolheram locais que, de um ponto de vista paisagístico, permitem estabelecer um contacto visual com outros dispositivos de natureza antrópica (outros sítios arqueológicos) e de natureza geográfica (um pico quartzítico, cadeia montanhosa, batólitos graníticos e cursos de água, por exemplo). Neste sentido, é de salientar que os recintos apresentam uma amplitude visual com um mínimo de 180 graus, constituindo-se, deste modo, locais privilegiados de uma paisagem e, neste mesmo sentido, locais que participaram na edificação da(s) identidade(s) e do(s) território(s) desta paisagem mediterrânica (fig. 2).

A paisagem que se vê dos recintos é uma paisagem próxima à comunidade; uma paisagem constantemente percorrida, habitada, que se transfigura nestas dinâmicas. São transfigurações que permitem a emergência de um sentimento de identidade corporizado nos recintos (Cardoso, 2010).

As escavações em Castelo Velho de Freixo de Numão (Lopes, 2019) e em Castanheiro do Vento (Cardoso, 2010;

Vale, 2011) têm permitido uma contínua reflexão sobre os processos de identidade comunitária e territorialização que parecem ter acontecido nesta área ao longo do 3.º e 2.º milénio. Em Castanheiro do Vento temos percebido que a arquitetura é tanto uma prática criativa como uma prática de habitação. A construção de estruturas, espaços, muros, ocos, paredes, deposições, envolve um conjunto de ações que parece nunca estarem terminadas; percebemos constantes reformulações e configurações que envolveriam tempos específicos de trabalho prefigurando um ato de construção, um ato identitário. A tarefa construtiva é ao mesmo tempo uma tarefa social e temporal, mas acima de tudo é uma prática constante à prática de habitar. Não só o sítio, como a própria paisagem. A mobilidade destas comunidades (na paisagem) associa-se às tarefas desempenhadas no sítio, reforçariam os laços da comunidade entre si e entre a paisagem. A prática construtiva do sítio seria ao mesmo tempo uma prática estruturadora da própria comunidade. Esta ação constante nos recintos (construir, configurar, reformular) implica questionar a ideia explicadora dos faseamentos arqueológicos (construir e ocupar ao longo do tempo). É importante reorientar o olhar interpretativo para o ato de construir e produzir arquitetura, não enquanto objeto construído, mas sim como objeto orgânico, fluido, mutável. A organicidade, fluidez e mutabilidade próprias de uma paisagem em devir que, pela construção dos recintos, é atualizada e transformada no sentido da criação de uma *casa* onde se vive (Vale, 2011) ou de um *arquivo* onde se começa e comanda a vida (Gomes & Baptista, 2017).



Fig. 2 Paisagens visíveis de vários recintos

A Quinta da Abelheira **B** Pitanceira **C** Zaralhôa **D** Quinta de Alfarella **E** Castelo Velho de Freixo de Numão **F** Nossa Senhora de Urros



Fig. 3 Vista geral da colina onde se localiza Castanheiro do Vento

3. Dinâmicas construtivas em Castanheiro do Vento

Castanheiro do Vento é um sítio arqueológico com uma ocupação datada do 3.º e primeira metade do 2.º milénio aC implantado no topo de uma colina oblonga (fig. 3). As sucessivas campanhas de escavação ofereceram-nos um complexo sistema construtivo que nos tem permitido pensar sobre organização de espaços e sobre arquitetura. No entanto, cedo nos apercebemos que esta arquitetura tem de ser pensada enquanto habilidade técnica, onde o gesto de conformação e o saber-fazer são as ações “construtivas” às quais é necessário prestar atenção para compreender o sítio.

A análise arquitetónica que temos feito a este “sítio altaneiro” tem tentado olhar os materiais de construção, os espaços construtivos e as estruturas de uma forma contextual, englobante, onde os materiais utilizados, o local onde estão e a estrutura que conformam têm de ser interpretados em conjunto.

Os materiais que conformam o sítio, a pedra, a terra, a água e a madeira, são materiais utilizados dentro de uma aparente homogeneidade construtiva. Percebemos a existência de um ritmo construtivo; a tendência circular das estruturas e a construção modular que parece conferir uma ideia de conjunto expressa na planta do sítio (fig. 4) e no modo como são compostos os diferentes segmentos

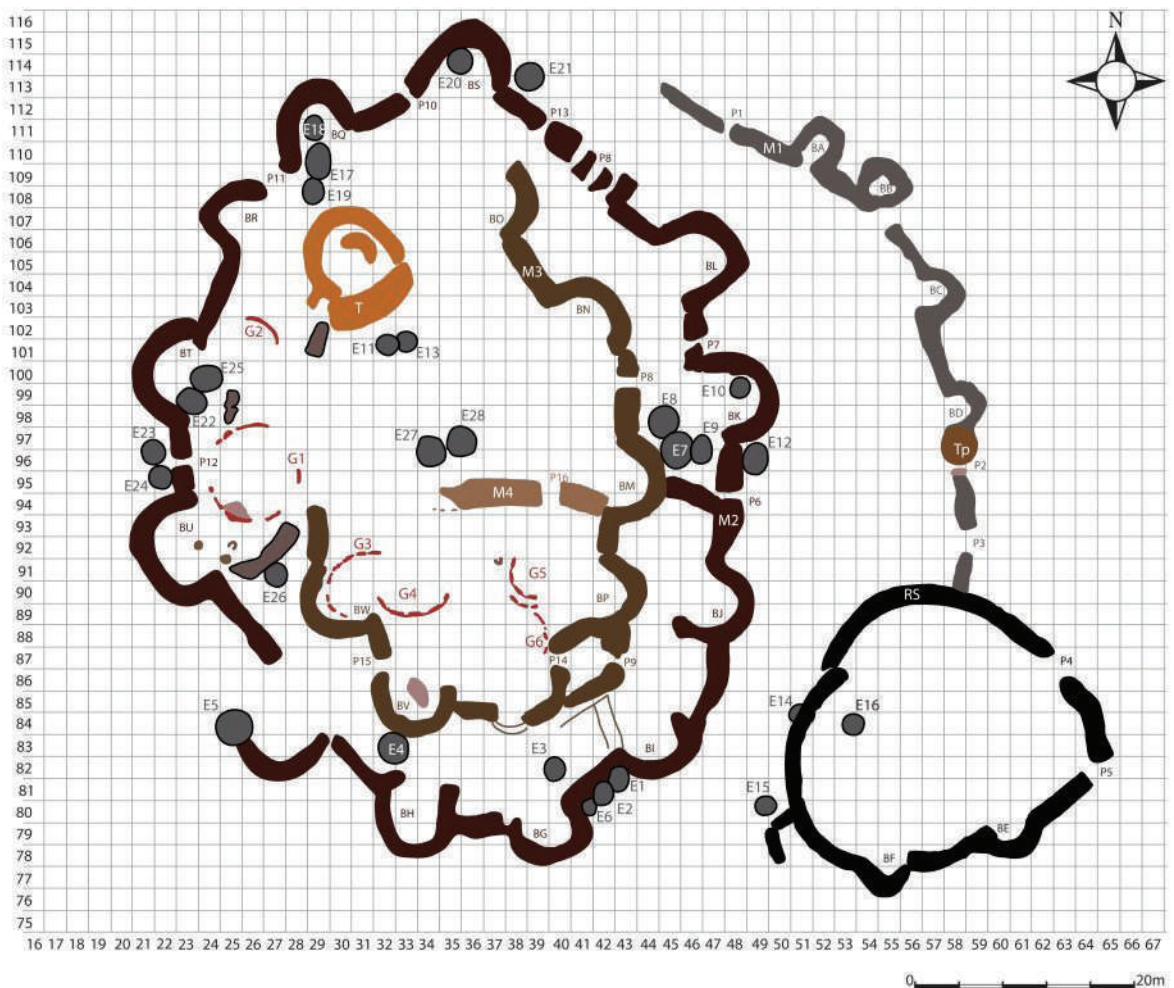


Fig. 4. Planta geral do sítio de Castanheiro do Vento



Fig. 5 Construção modular em Castanheiro do Vento. Parte do Bastião L e troço do murete 2



Fig. 6 Pormenores construtivos. Grande laje de xisto disposta ao alto

de muretes e bastiões (fig. 5). Porém, há também um conjunto de pormenores construtivos que remetem para um desvio à homogeneidade: a utilização específica de materiais em determinadas estruturas, como a utilização de tipos específicos de rochas em determinadas estruturas (fig. 6); e a utilização de materiais/fragmentos de materiais em deposições estruturadas, como veremos mais à frente a propósito das deposições. Este saber-fazer arquitetura remete-nos para atos construtivos ou ações de conformação do sítio inseridas num processo contínuo de vivências no local. Neste fazer arquitetura incluímos o gesto técnico e as técnicas de configuração enquanto noções operatórias que parecem funcionar dentro de uma matriz social e relacional das comunidades que foram fazendo Castanheiro do Vento. O ato de elaborar/configurar/manter um espaço torna-se uma atividade recorrente no tempo e no espaço do sítio, constituindo-se como um processo de entrelaçamento das dinâmicas sociais daquelas comunidades. O importante não terá sido construir, mas sim os processos de construção, alteração, manutenção do sítio, enquanto processo de habitação de um lugar e do mundo (Cardoso, 2010).

Desta forma, ao analisarmos a arquitetura deste sítio arqueológico, não será correto indexá-la simplesmente a uma fase de ocupação, com uma determinada planta (fig. 4). Percebemos vestígios que nos remetem para ocupações mas Castanheiro do Vento parece ter sido um projeto em constante configuração, pois o importante não era a existência de um projeto terminado e sim a constante transformação do lugar (Cardoso, 2010).

Uma transformação que se traduz nos gestos técnicos construtivos e noutras práticas de fazer da matriz social comunitária (figs 5 e 6). Desta perspetiva, a arquitetura de Castanheiro do Vento é um contínuo processo de interação entre indivíduos, comunidades e o mundo. Se aceitarmos que esta forma de construção é uma forma de estar no mundo, a arquitetura deve, então, ser olhada na sua conexão a esse mundo; às transformações do mundo e à visão do mundo destas comunidades.

4. Arquitetura e práticas de deposição

Compreender a arquitetura do Castanheiro do Vento como prática, e não como um conjunto de edificações sucessivas, exige também pensar o modo como teriam participado os outros elementos que concorrem na vida das comunidades. Os recipientes cerâmicos, a indústria lítica e a fauna, por exemplo, são elementos que aparecem recorrentemente em Castanheiro do Vento,

ocorrendo, por vezes, em contextos onde parecem ter sido intencionalmente colocados no interior de estruturas ou em expressivas concentrações de diferentes categorias de materiais e artefactos. Estes contextos estão associados a práticas de deposição que, tradicionalmente, apenas eram reconhecidas em contextos sepulcrais ou associadas a depósitos metálicos (Vilaça & Bottaini, 2019). Porém, tanto no Castelo Velho (Jorge, 2005; Lopes, 2019) como no Castanheiro do Vento (Vale, 2011) foram reconhecidos contextos cuja formalização sugere a sua associação a este diversificado universo de práticas, no qual artefactos e outros materiais são reassociados e colocados em determinados espaços, constituindo-se, deste modo, marcadores espaciais que concorrem na arquitetura do recinto; são marcadores espaciais que podem também ser perspetivados enquanto arquitetura (Vale, 2019).

No sentido de perceber melhor a natureza destes contextos de deposição vejamos, de modo sucinto, três exemplos. O primeiro caso corresponde a uma pequena estrutura, localizada no interior de uma das grandes estruturas de planta circular, na qual foram exumados 41 fragmentos cerâmicos, um fragmento de chifre de bovívdeo, espinhas de sável ou savelha, um peso de tear, uma lasca de quartzito e um núcleo em quartzo leitoso (fig. 7). Esta pequena estrutura encontrava-se selada por um massivo depósito de barro de revestimento que se desenvolvia do lado norte da grande estrutura, excedendo os seus limites. De um ponto de vista estratigráfico, é muito difícil definir uma sequência de depósitos, não sendo este o local para discutir a sua complexidade. De qualquer modo, o enchimento da pequena estrutura parece ser composto pela associação de diferentes elementos (designadamente o peso de tear e o chifre), ao qual se associam os fragmentos cerâmicos, a indústria lítica e as espinhas de peixe. Estes diferentes elementos reassociados no interior da estrutura convocam diferentes partes da região e diferentes ciclos temporais entre os quais, ou com os quais, se desenvolveu a construção de Castanheiro do Vento.

O segundo caso é a inserção intencional de um fragmento de um peso de tear e de um fragmento de movente em granito no interior do murete que define a linha externa do recinto (fig. 8). Neste caso, entre os elementos pétreos que compõe o murete, concorrem outros elementos que edificam igualmente a estrutura; são artefactos que remetem para outras atividades, designadamente a prática de fragmentação e redistribuição social de fragmentos de artefactos. Assim, à fragmentação



Fig. 7 Deposição no interior de uma pequena estrutura, localizada na Grande Estrutura Circular n.º 1



Fig. 8 Deposição de um fragmento de um peso de tear e de um fragmento de um movente em granito no interior do murete 1

de afloramentos rochosos para a produção do aparelho construtivo associam-se outros contributos de formas de fragmentação. A construção do murete é, deste modo, um acumulado organizado e com sentido de elementos díspares, um acumulado de elementos onde se congregam igualmente um conjunto de gestos anteriores. Um murete é, deste modo, um acumulado de gestos e deposições entre os quais se faz a emergência do dispositivo arquitetónico.

O terceiro caso corresponde a uma pequena estrutura delimitada por fragmentos de dormentes de granito (fig. 9). Ou seja, estamos face a um dispositivo arquitetónico que é composto por fragmentos de artefactos relacionados com a prática de moagem que, a dado momento da sua biografia enquanto tal, teriam sido fragmentados e posteriormente reunidos sobre a forma de uma estrutura. No interior desta estrutura ocorrem partes de diferentes recipientes cerâmicos. A componente artefactual deste contexto pauta-se pelo seu carácter fragmentado, um processo de fragmentação que, longe de encerrar as biografias de cada artefacto, permite a sua associação – através de práticas de deposição e de construção – a diferentes realidades. Uma associação que faz emergir uma outra entidade, a estrutura.

As práticas de deposição de diferentes categorias de materiais e artefactos convoca ao recinto, à sua arquitetura, um conjunto de espacialidades e temporalidades dispersas na paisagem. Ou seja, faz com que diferentes lugares e práticas sejam congregados nesta arquitetura, fazendo da sua construção uma experiência de reificação do sentido das coisas e da paisagem. As deposições criam, nesta medida, novos espaços e novos tempos que concorrem, tal como um murete ou um bastião, para a produção dos espaços e dos tempos proporcionados pelo recinto. As práticas de deposição, e todo o conjunto de práticas que lhes estão associadas (a fragmentação e distribuição social de artefactos, por exemplo) fazem parte da arquitetura de Castanheiro do Vento, contribuindo para a espessura temporal, espacial e social deste monumento. Uma espessura temporal, espacial e social que cria as condições para que seja reificado o sentido das diferentes coisas que participam na deposição (Jorge *et al.*, 1999; Vale, 2011 e 2019; Valera, 2019) e, por conseguinte, na arquitetura do recinto.

5. Considerações finais

Ao longo deste texto fomos apresentando as diferentes abordagens que temos desenvolvido no âmbito do estudo deste sítio altaneiro localizado nos limites setentrionais do mundo mediterrânico. Estas abordagens têm sido

desenvolvidas no sentido de demonstrar que o recinto de Castanheiro do Vento é um lugar monumental, ou seja, é um lugar cuja implantação topográfica se encontra em relação com as dinâmicas de memória e de identidade das comunidades da Pré-história recente da região. Com efeito, este recinto encontra-se localizado no topo de uma colina que teria sido transformada ao longo do 3.º e do 2.º milénio aC; uma transformação que se desenvolve entre diferentes gerações e comunidades. Neste tempo longo, a construção do recinto – a sua permanente reconfiguração – fez-se enquanto uma arena onde se confrontam diferentes memórias e identidades, colocando em diálogo comunidades e territórios. Um diálogo onde é ressignificado o papel de cada ator social e renegociado o seu futuro. Nestas recombinações, deve ser tido em consideração que a construção dos recintos se encontra inscrita num conjunto de processos históricos associados à consolidação do sistema agro-pastoril e de uma ideia de identidade territorial; processos estes que teriam interferido com a perceção da paisagem e, por conseguinte, com as estratégias da sua transformação. O elevado número de recintos pode ser entendido desta forma, neste contexto de reconfiguração da relação entre as comunidades e os territórios, no qual teria emergido um sentimento de pertença (de identidade) que, em múltiplos aspetos, se relaciona com as dinâmicas das sociedades agrárias pré-modernas.

Na análise da arquitetura do Castanheiro do Vento procuramos, então, ter em consideração as dinâmicas sociais de comunidades em vias de consolidação do sistema agro-pastoril para compreender os limites e as possibilidades de sentido emergentes na construção destes recintos. A ligação entre o recinto e a paisagem, a identificação de gestos técnicos padronizados e o seu desvio, e a atenção colocada na deposição intencional de diferentes categorias de materiais e artefactos correspondem a abordagens que tentam traduzir os fenómenos de negociação e transformação que teriam ocorrido neste lugar. A partir da analítica proporcionada pelo estudo das dinâmicas identitárias e de memória, procuramos, então, prestar atenção ao modo como a análise da arquitetura pode ser uma narrativa acerca da permanente reificação deste lugar. Neste sentido, a análise dos vestígios é uma forma de ir equacionando diferentes topografias entre os diferentes elementos que compõem Castanheiro do Vento: a colina, os muretes, as deposições, os artefactos... elementos que se foram acumulando aqui; acumulando também um conjunto de ligações com outros lugares. Seguir as topografias destes vestígios é, pois, ter



Fig. 9 Estrutura delimitada por fragmentos de dormentes em granito, no interior da qual se encontravam partes de distintos recipientes cerâmicos

a convicção que em todos os lugares *corre um fio invisível que liga um ser vivo a outro por um instante e a seguir se desfaz, e depois torna a estender-se entre pontos em movimento desenhando novas rápidas figuras de modo que a cada segundo a cidade infeliz contém uma cidade feliz que nem sequer sabe que existe* (Calvino, 2000, p. 151); são topografias in-finitas de uma arquitetura que interpela o processo de estudo, desafiando a novas questões.

Bibliografia

- Calvino, I. [1972] (2000). *As cidades invisíveis*, Lisboa: Teorema.
- Cardoso, J. Muralha (2010). *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) Um recinto monumental do 3.º e 2.º milénio aC. Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*. Palma de Maiorca: Vessants, arqueologia i cultura.
- Cardoso, J. Muralha (2019). "Castelo Velho de Freixo de Numão. Um sítio, uma paisagem". *DigitAR Extra*, 1, pp. 51-94.
- Coixão, A. Sá (2000). *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa* (2.ª edição). Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- Coixão, A. Sá & Cruz, S. (2009). *Carta Arqueológica do Concelho de Mêda*. Coimbra: Câmara Municipal de Mêda.
- Gomes, S.A. & Baptista, L. (2017). "Arquitetura e arquivo. Contributos para uma compreensão das estruturas em negativo da pré-história recente das colinas entre os barrancos da Morgadinha e da Laje (Serpa, Beja)". *Estudos do Quaternario*, 17, pp. 89-122.
- Jorge, S. Oliveira (1994). "Colónias, fortificações, lugares monumentalizados: trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular". *História, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XI, pp. 447-546.
- Jorge, S. Oliveira (1999). *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva.
- Jorge, S. Oliveira (2005). *O passado é redondo: dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*. Porto: Afrontamento.
- Jorge, S. Oliveira *et al.* (1999). "Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)". *Portugália*, 19-20, pp. 28-70.
- Jorge, V. Oliveira *et al.* (2006). "Copper Age «Monumentalized Hills» of Iberia: the shift from positivistic ideas to interpretative ones. New perspectives on old techniques of transforming place and space as results of a research experience in the NE of Portugal". *Journal of Iberian Archaeology*, 9, pp. 203-264.
- Lopes, S. Soares (2019). "Voltar a Castelo Velho de Freixo de Numão: pensar a reconfiguração cultural dum recinto pré-histórico do Alto Douro português". *DigitAR Extra*, 1, pp. 357-389.
- McFadyen, L. (2008). "Building and architecture as landscape practice" in David, B. & Thomas, J. (eds). *The Handbook of Landscape Archaeology*. World Archaeological Congress (WAC) Research Handbook Series. Walnut Creek: Left Coast Press, pp. 307-314.
- McFadyen, L. (2018). "Outer worlds inside" in Brysbaert, A. *et al.* (eds). *Constructing Monuments, Perceiving Monumentality and the Economics of Building*. Leiden: Sidestone Press, pp. 87-102.
- Muralha, J. *et al.* (2019). "Relatório dos trabalhos arqueológicos em Castanheiro do Vento/2018". *Côavisão. Cultura e Ciência*, 21, pp. 39-47.
- Vale, A. (2011). *Modalidades de Produção de Espaços no Contexto de uma Colina Monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.
- Vale, A. (2019). "Depositions, Assemblages and Relationships in Late Prehistory. The case of Castanheiro do Vento (Portugal)" in Valera, A. C. (ed.). *Fragmentation and depositions in Pre and Proto-historic Portugal*. Lisboa: NIA Arqueologia, pp. 31-46.
- Valera, A. C. (2019). "Segmentation and depositional practices in Prehistoric South Portugal: between ontological stability and fluidity" in Valera, A. C. (ed.). *Fragmentation and depositions in Pre and Proto-historic Portugal*. Lisboa: NIA Arqueologia, pp. 9-30.
- Vilaça, R. & Bottaini, C. (2019). "Breaking metals and handling ideas about Bronze Age hoards from Western Iberia. Material patterns, invisible behaviors and possible interpretations" in Valera, A. C. (ed.). *Fragmentation and depositions in Pre and Proto-historic Portugal*. Lisboa: NIA Arqueologia, pp. 125-139.
- Zilhão, J. *et al.* (1997). *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa, Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura.



Fig. 2 Castelo de Vilar Maior, vista do lado poente



Fig. 3 Fotografia registada no Alto do Facho, com Castelo Rodrigo em segundo plano

Ribacôa² e a fundação do concelho de Castelo Rodrigo, em 1209.

O alfoz de Castelo Rodrigo (Herculano, 1856: PMH-LC, 849) era constituído por três linhas fluviais – Douro, Águeda e Côa – e, no seu limite meridional, pela “via Colimbriana” que ligava Salamanca, Ciudad Rodrigo e Coimbra, tendo como ponto de passagem, no Côa, o “Porto de Carros”. Aos poucos, os monarcas leoneses foram reforçando o poder municipal. Para que estas terras dispusessem de maior dinamismo e vitalidade, o alfoz de Castelo Rodrigo foi repartido pelos concelhos de Almeida (c. 1217) e de Castelo Bom (1189-1230) (Santos, 2018, pp. 13-16).

A sul, constituindo cabeça de couto, com um alfoz que se estendia desde a foz do rio Cesarão, no rio Côa, às localidades espanholas de Navasfrías e Ginestosa³, o Sabugal, à semelhança de Castelo Rodrigo no aspeto geral da ocupação do ponto de vista militar e estratégico da Reconquista do território ribacudano (Nogueira, 1997, pp. 197-209), foi repartido de modo a que *facio populacionem naeam de Vilar Mayor et do ei istos términos*⁴. Afonso IX atribuiu a Vilar Maior, no início do século XIII⁵, um termo com um dos limites a ser *carrariam que vadit ad Val de Carros et intrat in Coa*; criou também o concelho de Alfaiates por divisão do vasto território do Sabugal.

Paulatinamente, as comunidades foram inscritas numa rede de lugares centrais e submetidas ao poder leonês. A partir de postos de vigia, em locais topograficamente adequados para essa função, e das vias terrestres, sugere-se a importância do alcance visual destes elementos. Por

sua vez, uma passagem de *Os Costumes e Foros de Castelo Bom* permite vislumbrar o destaque que as torres e castelos teriam na paisagem – característica denunciadora de uma lógica de importância maior em comparação com outras estruturas:

[...] *Isti sunt termini que partem entre castel bono et cibdat Rodrigo [...], et de castel bono com uilar mayor, per médio de castelo a castelo [...]*.
(Herculano, 1856: PMH-LC, 745)

O reforço da intervenção régia em Ribacôa neste período foi, também, uma consequência da separação dos reinos de Leão e Castela. O monarca de Castela tornou, aliás, proibida a passagem de Leoneses na principal estrada de ligação a Cáceres, Badajoz e Mérida. Deste modo, deu-se a revitalização da “calçada Dalmatia”, que projetou o desenvolvimento do território ribacudano. Por volta de 1171 foi confirmada a integração no espaço administrativo do bispado de Ciudad Rodrigo da herdade de Torre de Aguiar, localizada entre as ribeiras de Tourões e Aguiar, bem próximo de Castelo Rodrigo (Vicente, 1996b, p. 227).

Na Torre de Aguiar, de fundação romana, viveu uma comunidade que adotou os estatutos cistercienses⁶, fundando o mosteiro de Santa Maria de Aguiar que, ao longo dos séculos, tanto por iniciativa episcopal como régia, usufruiu da sistemática política de povoamento. Para além dos incentivos de Fernando II de Leão no apoio à comunidade cisterciense, também se enquadra nestas políticas de caráter fundacional a doação aos freires de São Julião do Pereiro de domínios próprios na proximidade de Cinco Vilas (Vicente, 1996b, pp. 44-52).

2. A reestruturação dionisina do território ribacudano

Do processo de consolidação da ocupação territorial, nesta região, no século XIII, destacamos a sistematização de uma “linha” de fronteira ao longo do Côa, pontuada pela oposição entre os castelos de Pinhel e Monforte de Ribacôa, Castelo Mendo e Castelo Bom ou Sortelha e Sabugal, todos eles, ainda, dialogando de um lado e outro da antiga fronteira dos reinos de Portugal e Leão (fig. 1).

⁶ Face às intenções de desenvolver o território por parte dos reis leoneses, Afonso Henriques reagiu com a doação aos monges cistercienses, em 1174, de uma vasta área entre a ribeira de Aguiar e o rio Águeda, estendendo-se até ao Douro. Os documentos de doação apenas se conhecem por registos do século XIV, de Petrus F'nt, que, entre 1169 e 1181, dirigiu a chancelaria régia. No entanto, a extensão do território doado poderá estar na origem da sua secundarização face às doações leonesas (Vicente, 1996a, 228).

² [...] *começam a surgir, a partir dos meados do século XI, as referências às Terras [...] [que] acabaria por conduzir, após uma fase de transição, à afirmação de um único castelo por cada território – o castelo cabeça-de-terra* (Barroca, 2008-09, p. 218).

³ ANTT, Livro 1 da Beira, fol. 62.

⁴ No qual integrava Alfaiates, Vilar Maior, Caria Talaya e Sabugal Velho. O documento de delimitação do alfoz não se encontra datado, mas supõe-se a sua fundação entre 1199 e 1219 (Nogueira, 1997, pp. 197-209). Outro aspeto curioso é a criação do couto de Sabugal, que corresponderia a uma entidade articulada ao bispado de Ciudad Rodrigo, como se percebe pela nota que consta do foro de Castelo Rodrigo: *Coutos dos quese alcançaren al rey. Estos son los coutos delos quese alcançaran al rey, conuiene saber: [...] per Saugal, dendê per sus terminos e dende aiuso, qui quese ir ala, peyte assi como dixo en outro lugar [...]* (Herculano, 1856: PMH-LC, 8, LXXII).

⁵ Sem datação, mas escritos em Latim bárbaro do início do século XIII, apresentam-se bastante desenvolvidos os Costumes e Foros de Alfaiates. A carta de povoamento de Vilar Maior é datada de 1227, atribuída na sequência da Reconquista cristã (ANTT, gaveta 18, m. 9, doc. 7).



Fig. 4 Almenara de Mata de Lobos

D. Dinis calculou a ocupação de Ribacôa⁷ procurando tornar consistente o “ordenamento do território” e a soberania sobre uma zona visivelmente fragilizada a nível político-administrativo. Por isso, após o Tratado de Alcanizes, D. Dinis foi responsável pela atualização das estruturas militares, ao longo da nova linha separatória⁸. No entanto, foram também outros registos de urbanidade – aldeias, póvoas novas e pequenas estruturas de vigia – que desempenharam um papel não menos importante na definição do espaço transfronteiriço⁹.

Com a expansão do território português – até às localidades de Aldea del Obispo, La Almedilla, La Alberquería e Navasfrías –, Monforte, Vila do Touro e Caria Talaia perderam a sua importância estratégico-militar. Vila do Touro continuou a ser habitada (Soromenho, 2008, p. 157), enquanto Monforte e Caria Talaia foram totalmente abandonadas. A última foi despovoada nas primeiras décadas do século XIV (Osório, 2010, pp. 61-78) e a comunidade populacional repartiu-se pelas póvoas de Rapoula e Ruvina.

3. Rede e tipos de estruturas militares

A posição constantemente vigilante dos castelos, conjugada com a rede de atalaias que pontuam os limites dos alfozes, denota, por um lado, a individualidade de cada concelho e, por outro, a definição de uma linha de

fortificações, da qual os castelos são a principal estrutura de defesa (fig. 2). Desta forma, a cada assentamento deveria corresponder uma simples atalaia ou reduto, uma passagem controlada ou fortificação. Designam, por exemplo, estes elementos da vida militar, pequenos postos de vigia (atalaias¹⁰, almenaras¹¹, fachos¹², sentinelas¹³, torres), acampamentos (alcarias, almofalas, alfaiates)¹⁴, portelas¹⁵ e portos secos¹⁶.

10 *Atalaya*, (...) he palavra Arabiga, de *Talayaa*, que quer dizer *Espia* ou *Sentinella*, que citá na torre, para dar aviso. (...) pequeno reduto em alguma eminencia, para descobrir algum movimento do inimigo, donde se fazem sinaes com certo numero de fachas, (...) se faz o sinal com fumos, & o soldado se chama *Vigia* (Bluteau, 1712-28, 1, p. 624).

11 *Almenáras* (...). *Erão fogos feitos nas torres, e atalayas, para dar rebate de inimigo, ou outros avisos convencionados* (Silva, 1813, p. 101).

12 *Facho*. (...) *Nas torres, & atalayas o facho he hum páo alto com outro em cima atravessado, (...) aonde se poem o fogo, quando parece inimigo, de noyte, ou de dia* (...) (Bluteau, 1712-28, 4, p. 9).

13 *Vigia. Espia. Sentinella* (...) (Bluteau, 1712-28, 8, p. 485).

14 *Marsá*, 1960, pp. 615-646.

15 *Portella da estrada*. (...) *P. Bento Pereyra lhe chama em Latim Ostium viae* (...) (Bluteau, 1712-28, 6, p. 633).

16 *Portos seccos, & molhados, chamão em Portugal às Alfandegas dos lugares, aonde as mercadorias, que entrão por agua, ou por terra, pagão certos direyτος a ElRey, ou aos que tomáraõ este contrato*. (...) (Bluteau, 1712-28, 6, p. 636).

7 Em 1296, este monarca executou a “Campanha da Guarda” e invadiu o território vizinho, chegando a Simancas. Apesar da derrota e recuo da investida portuguesa, D. Dinis manteve militarmente os territórios ribacudanos e atribuiu cartas de foral às vilas de Castelo Rodrigo e Almeida, seguindo-se o Sabugal, Vilar Maior, Alfaiates e, por fim, Castelo Melhor. As crónicas de D. Fernando IV assinalam ainda a troca, efetuada a 28 de agosto de 1297, entre o rei de Leão e Castela e D. Margarida, mulher de D. Pedro, dos castelos e vilas de Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Almeida, Castelo Rodrigo, Castelo Bom e Castelo Melhor por Galisteo, Granada e Miranda – de modo a legitimar a posse das terras de Ribacôa, ocupadas pelo rei português. Toda esta ação legislativa e administrativa culminou a 12 de setembro de 1297, com o Tratado de Alcanizes, assinado por D. Dinis e Fernando IV, efetivando assim o domínio português sobre as terras de Ribacôa (Barroca, 2008-09, pp. 193-252).

8 O corolário deste processo seria a construção de torres de menagem no exterior dos castelos. Na zona de Ribacôa, D. Dinis promoveu reformas nos castelos de Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Almeida, Pinhel, Trancoso, Castelo Mendo, Castelo Bom, Sabugal, Vilar Maior e Alfaiates.

9 Nas inquirições de 1258, por exemplo, as referências avulsas denotam, por isso, a ruralidade instalada e a escassez de sinais de urbanidade: *per auteirum de Quadrazus et deide quomodo vertit aquam ad fundum fogio* (Inquirições gerais de Afonso III (1258) in Herculano, 1856: PMH-Inquisitiones, p. 893).



Fig. 5 Portela do Castelo de Monforte



Fig. 6 Alto da Sentinela e Portela de São Bernardo, em Escalhão



Fig. 7 Ponte de Sequeiros, em Valongo (José Carlos Callixto)

Atentando na toponímia, identificamos localidades como Porto de Ovelha, Valongo (*Portum Valongo*), Escabralhado (*Cabeçam Anaziado*) e Rebolosa (*Portum da Nave*) como um alinhamento estruturado de locais de controlo da passagem (para mercadorias, pessoas e animais) com respetivos portos e poldras, no rio Côa, na ribeira de Alfaiates e no rio Cesarão¹⁷. O ponto de passagem sobre o Côa, junto a Caria Talaia e Rapoula, constituía uma parte do percurso de rebanhos transumantes. O Porto de Carros (Santos, 2018, pp. 31-32), inscrito na antiga “via Colimbriana”, estabelece um vau de passagem próximo de Castelo Bom e de Castelo Mendo.

Nas proximidades de Almeida, a ponte seiscentista sobre o rio Côa veio substituir o vau no ponto do Nosso Senhor da Barca, estruturando as ligações com Espanha através dos caminhos por Malpartida-Escarigo ou Vale da Mula.

Outro espaço importante de atravessamento do Côa e de controlo do espaço transfronteiriço seria a ponte tardo-quatrocentista, próxima do espaço de fundação da Ordem de São Julião do Pereiro, inscrita numa via que passaria em Vilar Torpim, Vermiosa e Escarigo, com ligação a Lumbrales (Espanha). Na margem esquerda do Côa, efetuava a ligação com Pinhel, constituindo uma das rotas mais frequentadas dos caminhos de Santiago (Gonçalves, 1967, p. 16).

Por sua vez, as atalaias, fachos e almenaras complementarizavam a rede de intervisibilidades, ocupando uma posição intermédia entre castelos, como demonstra o Alto do Facho da Vermiosa (fig. 3). A maioria destas estruturas não era defensável, sendo ocupada por *ataleiros* ou *talaeiros* (Gomes, 2000, p. 207). Cabeçam de Anaziado (Escabralhado), Cabeçam do Cavalo (Nave de Haver), os pontos mais elevados das localidades Valongo e Almofala, designados, respetivamente, Cabeço da Atalaia e Cabeço do Facho, parecem indicar a relevância da expressão *cabeço*¹⁸ como indicativa da presença de postos de vigia nestes locais que se destacariam, precisamente, pela sua situação altaneira.

Creemos que a reestruturação dionisina almejou promover a evolução de um sistema de concelhos mantendo os laços de índole territorial da organização gentilícia das comunidades ribacudanas (Moreno, 1999, p. 125). Neste sentido, percebemos que a ocupação de lugares elevados (fig. 4) detinha uma enorme importância

na construção da rede defensiva ribacudana, em correspondência com fortalezas mais recuadas em relação à linha de fronteira.

Um bom indicador das estruturas militares e urbanas que remontam a períodos bem antigos é a topografia: alvéolos, “cabeços” e “penas altas” foram aproveitados especialmente pela capacidade defensiva e de vigilância que detinham.

Para além do controlo efetuado no atravessamento dos rios e ribeiros, encontram-se ainda pontos nos caminhos, designados “portelas” (Moreira, 2015, pp. 47-65), que deveriam ser vigiados pelas populações das aldeias (Matos, 2013, p. 151) ou dos castelos mais próximos (fig.5). Neste caso, algumas portelas parecem associar-se ao percurso de entrada numa povoação, como se constata no “Alto da Sentinela”, junto à “Portela de São Bernardo” (fig. 6), e o “Cancelo”, em Escalhão, ou nas portelas de Vilar de Amargo e Algodres.

4. Sistema fiscal e a fronteira no final do século XIX

Postulando um avanço temporal significativo, consideramos correlacionar a abordagem desenvolvida sobre o período medieval com as intervenções de demarcação da fronteira realizadas a partir do final do século XIX.

No final do século XV, as coordenadas de construção e extensão das estruturas do Estado nas regiões raianas passaram pela organização fiscal de fronteira, neste caso, correspondente às alfândegas fundadas nos almoxarifados de origem medieval¹⁹. Por sua vez, o inquérito demográfico da Beira Interior, realizado em 1496, no reinado de D. Manuel I, permite estabelecer o número de alfândegas em Ribacôa, enunciando-se as de Almeida e Sabugal (Alves Dias, 1982, pp. 108-113).

Constituíram, igualmente, uma forma de controlo do território, originando os respetivos assentamentos populacionais, os “portos secos”, os quais, nas vias mais frequentadas que cruzam a fronteira, se estabeleceram com o incremento do comércio entre Portugal e Castela, definindo e orientando os mercadores na sua direção (Almeida, 1978, Anexo 1). Algumas povoações da raia constituíram, assim, importantes lugares de controlo da passagem, para garantir que as mercadorias, importadas ou exportadas, pagassem os respetivos direitos.

O desenvolvimento do concelho do Sabugal primou pela necessidade de controlar a passagem sobre o Côa,

17 Carta de Afonso IX, o Sábio, 1227, 6 março. ANTT, gaveta 18, m. 9, doc. 7.

18 Cabeço. *A parte do monte mais alta.* (...) (Bluteau, 1712-28, 1, p. 11).

19 O almoxarifado da Guarda foi criado por D. Dinis (Oliveira, 1980, pp. 76-81).



Fig. 8 Registo fiscal de Figueira de Castelo Rodrigo



Fig. 9 Projeto-tipo das casas/quartéis da Guarda Fiscal da Secção de Barca d'Alva, para Escalhão, Mata de Lobos e Almofala (Arquivo Distrital da Guarda)

tal como se vigiavam os vaus de Caria Talaia, Porto de Ovelha, Porto de São Miguel (em Castelo Mendo) ou em Pinhel e nas barcas no rio Douro e na foz do Côa. Na ribeira de Alfaiates e no rio Cesarão, na mesma linha de defesa da fronteira de Alfaiates e Vilar Maior, identifica-se o porto seco da Rebolosa. A ponte de Sequeiros (fig. 7) inscreve-se, naturalmente, no mesmo tipo de iniciativa de controlar o atravessamento do rio, integrando, para tal, duas guardas nas extremidades do tabuleiro da ponte. Para além disto, em 1537, realizou-se uma demarcação geral da fronteira.

Contudo, estes melhoramentos não efetivaram um conhecimento muito preciso dos limites fronteiriços – algo que se manteve, na realidade, até ao século XIX. Como tal, aludimos, em primeira instância, para a fundação da Comissão Internacional de Limites, em 1855, constituída por uma equipa luso-espanhola que realizou o reconhecimento e a retificação da fronteira entre Portugal e Espanha²⁰. As ações de delineamento, descrição geográfica, levantamento cartográfico e posterior colocação de marcos reforçariam o controlo do Estado sobre os espaços transfronteiriços e as comunidades que os habitam, reduzindo as contendas territoriais e mitigando o contrabando – atividade que ganhou uma nova intensidade após a instauração do regime liberal em ambos os países (Pereira, 1997, pp. 563-589).

Associada a esta iniciativa, estatuiu-se o corpo da guarda fiscal, em 1885 (Diário do Governo, 281, 12-12-1885), verificando-se a *construção, reparação e alugueres de casas para quartéis, postos fiscais, arrecadações, depósitos de material e outras aplicações do serviço fiscal* (figs 8,9 e 10). em Barca d'Alva, Almeida, Vilar Formoso e Vale de Espinho (Diário do Governo, 43, 24-2-1886). Até à instauração da República, estas localidades constituem os primeiros pontos de operacionalização da guarda fiscal, com os referidos equipamentos associados: quartéis, armazéns, abrigos e postos de fiscalização. No que respeita às descrições geográficas vinculadas à administração das alfândegas, os pontos do território previstos de singular carácter estratégico, tanto por motivos militares, como por razões fiscais e policiais, requereram uma atitude

de desenho e projeto coordenada entre a comissão e a guarda fiscal, considerando o controlo atento das povoações, praças-fortes e castelos, localidades com representação alfandegária ou fiscal, caminhos, rios, portos secos e pontos de passagem (fig. 11). O resultado desta concertação surge documentado no *Plano de la linea fronteriza comprendida entre el río Duero y el río Tuela or Erjes* (1903), que constitui um “rascunho” do documento oficial para a proposta de delimitação, de 1906, anexada ao Tratado de Limites.

Do mesmo modo, em 1855, foi reestruturada a orgânica das alfândegas de Portugal, o que determinou a constituição do distrito alfandegário de Vilar Formoso, ao qual se associaram as secções de Barca d'Alva, Almeida e Vale de Espinho, a partir das quais eram geridos outros registos e postos da tutela das alfândegas nas várias localidades.

5. Considerações finais

As regiões raianas constituíram um espaço de grande cumplicidade para as comunidades, tanto pelas relações de convivialidade e familiares (Maragoto, 2012), como pelas ligações de cariz económico. Isto, porém, não descurou a necessidade do Estado e das comunidades organizarem militarmente o espaço transfronteiriço²¹.

A proteção física era um objetivo comunitário, preconizado pela fortificação do *habitat*, em particular, articulando o fim local consentâneo com um sistema de defesa aplicável a todo o território. Com efeito, as localidades alcandoradas desfrutariam de ampla visibilidade, pelo aproveitamento de sítios destacados na paisagem ou pela construção de estruturas predominantemente verticais. Por essa razão, a existência de uma atalaia inserida na localidade e/ou no seu termo seria suficiente para, por si só, assegurar a segurança das comunidades, controlando as vias terrestres e de atravessamento fluvial, vigiando e encaminhando sinais de alerta.

No século XIX, a edificação de novas estruturas de controlo fiscal, sob a égide do Estado, privilegiou, à semelhança do sucedido no período medieval, a inviolabilidade de certos caminhos, vaus e pontos de passagem, relacionando, por fim, as políticas de povoamento com a introdução de adaptações ao sistema estratégico-militar na fronteira ribacudana.

20 O importante contributo da comissão relaciona-se com o Tratado de Limites entre Portugal e Hespanha, assinado em 1864, após o qual foram necessários 40 anos para registar os levantamentos cartográficos (Dias, 2009, p. 10). Em 1906 era, finalmente, assinada a proposta de delimitação, apresentando a linha de fronteira terrestre descrita científica e minuciosamente (Gonçalves, 1998, p. 63).

21 Referimo-nos às ações régias realizadas, ao longo dos séculos, no sentido de adaptar as fortificações (Barroca, 2008-09; Rossa, 2008).



Fig. 10 Projeto para um posto fiscal da Alfândega de Barca d'Alva, em Escarigo (Arquivo Distrital da Guarda).



Fig. 11 Abrigos da Guarda Fiscal junto ao vau de passagem entre Escalhão e La Fregeneda

Bibliografia

- Álvarez, J. G. (2015). "Las Comisiones Mixtas de Límites y las representaciones geográficas de la frontera hispano-portuguesa (1855-1906)". *Revista de Historiografía*, 23, pp. 67-100.
- Alves Dias, J. J. (1982). "A Beira Interior em 1496: sociedade, administração e demografia". *Arquipélago. Série Ciências Humanas*, n.º 4.
- Barroca, M. (2000). "Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar da Beira Interior". *Beira Interior – História e Património*. Guarda: Câmara Municipal.
- Barroca, M. (2008-09). "De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira". *Portugalia*. Nova Série, vol. XXIX-XXX, pp. 193-252.
- Bluteau, R. (1712-28). *Vocabulário português & latino aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- Dias, M. H. (2009). *Finis Portugalliae – Nos confins de Portugal, Cartografia militar e identidade territorial*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército.
- Gomes, P. B. (2000). "Organização defensiva da fronteira beirã oriental: "Extremadura" e Ribacôa até ao século XIII". *Revista da Faculdade de Letras-História*, vol. XV-I, pp. 199-212.
- Gonçalves, I. (1967). "Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)". *Revista da Faculdade de Letras*, 3.ª série, n.º 11, pp. 143-158.
- Gonçalves, I. (1998). "Entre a Peneda e o Barroso: uma fronteira galaico-minhota em meados de Duzentos". *Revista da Faculdade de Letras-História*, pp. 63-77.
- Herculano, A. [1856] (1977). *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum...* Lisboa: Typis Academicis.
- Maragoto, E. S. (2012). "As falas das Elhas, Valverde e S. Martinho (Cáceres): origem galega ou portuguesa? (Apontamentos críticos à tese histórica da repovoação galega). Murguía". *Revista Galega de Historia*, 25, pp. 93-100.
- Marsá, F. (1960). "Toponímia da reconquista" in *Enciclopedia lingüística hispánica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. I, pp. 615-646.
- Mendonça, M. I. (2017). *Viver num espaço de fronteira. O território e o povoamento no Alto Côa*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto.
- Moreira, L. M. (2015). "Desenhar a linha: a fronteira luso-galega do Alto Minho na cartografia militar portuguesa dos séculos xvii-xix". *Revista de Historiografía*, 23, pp. 47-65.
- Moreno, H. B. (1999). "A Irmandade de Ribacôa: novos documentos" in Barroca, M. (coord.). *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Porto: FLUP, Pt. 2, pp. 121-129.
- Nogueira, J. D. (1997). "Os municípios medievais em Ribacôa" in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa: actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol*. 12-17 setembro. Lisboa: Universidade Católica, pp. 197-209.
- Oliveira, A. H. de (1980). *Ensaio de história medieval Portugal 2.ª ed*. Lisboa: Veja.
- Osório, M. (2010). "Sabugal Velho e Caria Talaia – duas morfologias de povoamento, a mesma cronologia". *Sabucale*, 2, pp.61-78.
- Pereira, M. da C. M. (1997). "O contrabando luso-espanhol no século XIX: o discurso dos teóricos". *Revista da Faculdade de Letras-História*, pp. 563-589.
- Rossa, W., et al. (2008). "Raia e cidade". *Monumentos*. Revista semestral do património e da reabilitação urbana. Dossiê: Elvas, cidade e envolvente, 28, pp. 6-21.
- Santos, J. M. dos (2018). *Os Costumes e Foros de Castelo Bom*. Lisboa: Colibri.
- Silva, A. Moraes (1813). *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina.
- Soromenho, M. (2008). "A Idade Moderna no Sabugal entre o manuelino e o renascimento". *Coleção Arqueológica do Museu do Sabugal*. Sabugal: Pró-Raia e Câmara Municipal, pp. 155-163.
- Vicente, A. B. (1996a). "A Fronteira de Ribacôa no tempo de D. Afonso Henriques" in *D. Afonso Henriques e a sua Época. Atas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*. vol. 2. Guimarães: Câmara Municipal.
- Vicente, A. B. (1996b). *Santa Maria de Aguiar - um mosteiro de fronteira: património rural e paisagem agrícola - séculos XII – XIV*. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Viso, I. M. (2002). "Espacio y poder en los territorios serranos de la región de Madrid (siglos X-XIII)". *Revista Arqueologia y Territorio Medieval*, 9.

ESTREMOZ: ASSENTAMENTO E HABITAÇÃO

Ana Costa Rosado

CAM / CEAACP, Universidade de Coimbra / Universidad de Sevilla (Espania)
ana.costa.rosado@gmail.com

Palavras-chave: Estremoz, Alentejo, história do urbanismo, casa tradicional

Introdução

Acidade de Estremoz insere-se no conjunto de povoações alentejanas de fronteira, cujas funções territoriais foram, entre os séculos XII e XV, a ocupação de um território disputado administrativamente e a densificação de uma rede urbana numa zona de baixa densidade populacional. Estas cidades partilham características particulares em relação ao seu desenho urbano, devido à sua implantação em altos e ao uso de elementos urbanísticos associados ao urbanismo medieval português. Estremoz, concretamente, foi fundada *ex-novo* no reinado de Afonso III, ocupando um ponto estratégico na confluência entre vários caminhos estruturais do Alentejo e o antigo caminho entre Mérida e Lisboa. A fortificação do alto gerou um modelo urbano e, conseqüentemente, de habitação, exemplar do tipo de “cidades de fundação”.

Estremoz, pela boa conservação do seu centro histórico, é um muito bom caso de estudo deste tipo de cidades, da sua evolução e das tipologias arquitetónicas que nelas se construíram. No atual momento, os bairros alcandorados são periféricos e cada vez mais abandonados. Urge a sua valorização patrimonial para evitar a perda dos seus elementos físicos e sociais próprios, como as casas tradicionais. Tal só será possível através de estudos a seu respeito. A investigação que origina o texto estuda a casa tradicional no Alentejo pela análise comparativa de casos em várias cidades, como Estremoz¹. Baseia-se em levantamentos de edifícios no local e cruzamento de informação de arquivo de obras (século XX) e arquivo histórico. No caso de Estremoz, aqui apresentado, foram levantadas 73 casas nos bairros do centro histórico da cidade – Castelo, Santiago e Espírito Santo – aos quais se junta informação de arquivo de outros 70 casos, cujas características se mostrarão a continuação.

1. O sítio e a cidade

A origem de Estremoz é incerta e difícil de aclarar na pouca documentação histórica disponível. A cidade tem sido assumida como cidade de fundação e esse facto é difícil de rebater. Nas imediações da atual cidade encontram-se vestígios de ocupação romana agrícola. A primeira referência documental a Estremoz chega-nos de

1211 numa alusão à serra de Estremoz, mencionada na doação de terras feita por D. Sancho II aos cavaleiros da Ordem Militar de Avis (Costa, 1961, p. 114). Nesta serra de Estremoz poderia existir um aglomerado populacional, mais ou menos incipiente, sem que signifique que existisse uma povoação como tal. É a partir da doação à Ordem de Avis e de uma crescente pacificação do território da zona dos mármoreiros que o desenvolvimento urbano ganha condições para florescer.

E o crescimento é sustentado. O sítio de implantação sobre uma colina, às portas da serra d’Ossa, ocupa um ponto estratégico na comunicação do território do novo Reino ainda em expansão. Situada no antigo caminho romano entre Mérida e Lisboa, Estremoz é confluência entre essa rota estratégica e vários caminhos estruturantes do sul do território, com ligações diretas a Santarém, Portalegre e Évora. Mais ainda, a partir de Estremoz é possível chegar a Lisboa tomando a direção de Montemor-o-Novo, de forma mais direta que seguindo o caminho de Évora. Significa, pois, que a fortaleza de Estremoz recebe uma primordial função estratégica: defender Lisboa em caso da queda de Elvas, já que constitui a segunda linha de defesa em relação a Castela (Liberato, 2007, p. 48).

É natural que a ocupação deste ponto estratégico tenha desempenhado uma prioridade da Coroa para consolidação da rede urbana a sul do Tejo. Ao interesse estratégico, aliam-se a disponibilidade de recursos agrícolas – solos férteis e bastas fontes de água – e minerais – a exploração de mármore de Estremoz no anticlinal entre Estremoz e Vila

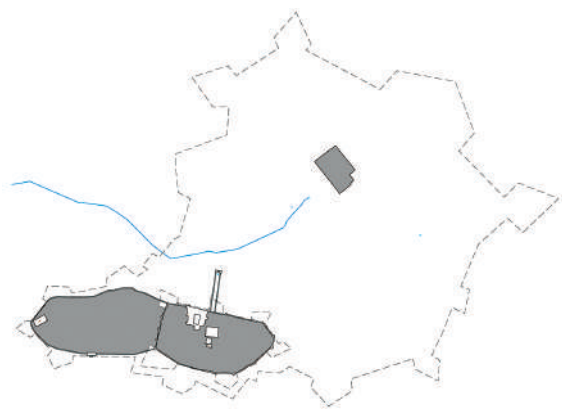


Fig. 1 Planta de reconstituição de Estremoz no ano 1300, com linha de muralhas da Restauração a tracejado

¹ Projeto de investigação doutoral financiado pela FCT (SFRH/BD/116130/2016).



Fig. 2 Vista do Castelo desde Este com bairro dos Currais na encosta

Viçosa – para potenciar o crescimento da urbe estremocense ao longo do século XIII. A ocupação consolida-se progressivamente durante a primeira metade de trezentos, e mesmo as ordens mendicantes, dependentes da existência de núcleos populacionais, buscam instalar-se nesta área em crescimento. Na planície circundante, entre datas apontadas tão díspares como 1239 e 1277 (Costa, 1961, p. 15; Espanca, 1974, p. 1; Costa, 1997, p. 1), funda-se o convento de S. Francisco. Uma das razões para a posição periférica do Convento em relação ao núcleo fortificado da vila pode ser encontrada na natureza do local: o Convento implanta-se entre as duas nascentes de água, num ponto para onde se vai expandir a urbe num futuro próximo à fundação (fig. 1).

No ano de 1258 é possível inferir uma dimensão urbana considerável para a época. A atribuição de Carta de Foral por D. Afonso III não surpreende, antes confirma a inclusão do sítio de Estremoz numa estratégia de ocupação territorial delineada para o sul do novo País, e a vontade direta do monarca de consolidar um ponto charneira entre várias rotas regionais, nacionais e ibéricas e estratégico do ponto de vista militar (Liberato, 2007, p. 52). Contemporânea à atribuição de Foral seria a ordem de reformar muralhas, já que a fortificação do Castelo foi concluída em 1261 (Barroca, 1998: 804), circundando uma área aproximada de 40 000 m². A partir de 1258, o crescimento de Estremoz torna-se exponencial. Em 1279 a área de implantação da vila tinha mais que duplicado, correspondendo a uma área aproximada de 91 725 m² após a construção do bairro residencial extramuros de Santiago. A vontade do monarca em estabelecer uma cidade de grandes dimensões no sítio de Estremoz é ainda mais visível na estrutura urbana do que na legislação: pouco depois de murar a vila, promove a construção de um bairro residencial a oeste do núcleo primitivo, ainda no alto da colina. A morfologia do novo arrabalde estrutura-se a partir de um eixo linear que parte da porta poente do Castelo (Porta de Santarém) até à Igreja de Santiago situada no extremo oeste do promontório e a partir desta Rua Direita gera-se uma malha urbana retilínea, mas hierárquica, de ruas paralelas e perpendiculares. Liberato teoriza sobre a forte probabilidade de ter existido uma praça no ponto médio da Rua Direita (Liberato, 2007, p. 136) – um espaço hoje ocupado pelos quartéis militares seiscentistas.

Seria já D. Dinis a promover o amuralhamento do novo bairro, ficando as novas fortificações concluídas em 1281. Mesmo com a rápida construção do bairro residencial de

Santiago, o crescimento demográfico exponencial da urbe fará com que depressa a área construída intramuros se revele insuficiente para albergar a totalidade da população. Até ao início do século XVI, Estremoz vai crescer de forma orgânica, descendo as encostas norte e nascente do Castelo, dando origem aos arrabaldes das Covas (hoje bairro do Espírito Santo) e dos Currais. A expansão da vila faz-se em direção aos terrenos planos e férteis a norte/ /nascente da cidadela, regados por múltiplas nascentes e linhas de água.

A expansão e consolidação dos arrabaldes extramuros, até ao fim da Idade Média, levaram à progressiva transferência de funções da cidade alta – Castelo – para a cidade baixa. Nas zonas baixas proliferavam os espaços amplos propícios a feiras e mercados, fundavam-se conventos, construíam-se casas senhoriais em parcelas largas, sem o constrangimento dos muros do Castelo. Primeiro desceram as atividades comerciais, beneficiárias da proximidade aos caminhos e à realização de feiras nos largos e no Rossio da planície (Espanca, 1975, p. 100). Também as fontes abundavam e são construídos chafarizes durante o século XVII, como a Fonte das Bicas e o Lago do Gadanha.

A Misericórdia, equipamento nascido no século XVI, implantou-se na zona baixa em 1611 (Costa, 1961, p. 129) num edifício construído de raiz com igreja, claustro e hospital (Carvalho, 2007, p. 10), somando-se às cinco as casas religiosas existentes na planície no final do século XVII. É esta área definida pelas cercas dos conventos e quintais regados que ficará dentro do perímetro amuralhado da Restauração, incluída a “nova” cidade baixa. Em 1662, no pico das Guerras de Restauração, as estruturas defensivas medievais encontravam-se degradadas e obsoletas, para além de há muito o perímetro da cidade ter extravasado a muralha dionisiana. Tal como na maioria das povoações alentejanas nas primeira e segunda linhas de fronteira, Estremoz recebe uma nova cintura defensiva, adaptada aos requerimentos tecnológicos das novas armas de artilharia. A alcáçova é rodeada de uma fortificação abaluartada em estrela e a cidade baixa circundada por uma nova muralha de 16 baluartes e quatro portas, delimitando uma área de 700 000 m². A fortificação da nova cidadela, para cuja construção são demolidas 999 habitações (Costa, 1994, p. 134), e o aumento da distância física entre o Castelo e os demais bairros não são alheios ao futuro isolamento urbano e social da zona. A fortificação e uso frequente da praça como quartel-general do Alentejo leva à deslocação da



Fig. 3 Conversadeira em mármore, Rua da Cadeia 11

centralidade para o Rossio, praça de Armas, espaço gerador do polígono radial das muralhas (Teixeira & Valla, 1999, p. 158), e à instalação de outros equipamentos na cidade baixa, como ou o Hospital Real de São João de Deus em 1669. Até ao fim do século XVII ainda se mantêm vastos vazios urbanos dentro do recinto amuralhado, que se vão densificar durante o século XVIII (Teixeira & Valla, 1999, p. 158).

Em 1698, quando o Paiol da Pólvora localizado nos antigos Paços Reais explode, as zonas altas da vila já se encontram, então, em declínio. A transferência dos poderes militares e das grandes famílias para as zonas baixas e mercantis da cidade já estava em marcha. A explosão do edifício que para além de paiol serve como armaria, localizado no centro da cidadela junto à Torre de Menagem, depressa faz alastrar um incêndio de grandes dimensões por todo o recinto do Castelo. São testemunho da destruição os relatos feitos nas memórias analíticas de António Henriques da Silveira, *A concussão do ar foi tao grande, que derribou todas as cheminez do Castello, e grande parte das cazas do mesmo Castello. O elevado lugar em que o armazém estava fundado, livrou a vila baixa do mayor estrago, porque as grossas pedras, que a pólvora arrojou, saltarão os muros da praça, e forão cair a larga distancia da villa* (Fonseca, 2003, p. 249). O acidente seria a maior catástrofe a atingir a povoação e marca definitivamente o final da cidade medieval e a transferência da vila “Estremoz” para uma urbe moderna, na qual os bairros originais – Castelo e Santiago – adquiriram uma condição periférica. No Castelo ficam escombros que não serão reconstruídos, quarteirões inteiros vazios. O edifício dos Paços do Concelho, de período dionisino, sofre importantes danos com a explosão (Espanca, 1975, p. 100) e é abandonado. O Senado passaria a ocupar um edifício na Praça (hoje Largo Luís de Camões), esvaziando funcionalmente a cidade alta.

2. As ruas e casas dos núcleos alcandorados

2.1. O Castelo

O bairro do Castelo, o primeiro em construção e a ser amuralhado, funciona dentro da cidade como alcáçova. Dentro do recinto encontra-se a zona monumental da vila, situando-se em posição central a Torre de Menagem, ligada ao Paço. A praça fronteiria ao Paço, hoje Largo D. Dinis, recebe ainda a Igreja de Santa Maria, igreja matriz da cidade (Costa, 1961, p. 112) e o edifício dos antigos Paços do Concelho, também conhecido como Sala de Audiências de D. Dinis. Este conjunto administrativo central é ligado às duas portas da alcáçova, a do Arco de Santarém, a poente, pela rua retilínea homónima, e a da Frandina, a nascente, por duas ruas retilíneas dispostas em ângulo obtuso, a rua da Cadeia e a rua da Calçada da Frandina. Este eixo estrutural entre as duas portas compreende, atualmente,

toda a construção civil do Castelo. A sul do Largo D. Dinis existem ainda quarteirões dispostos em malha ovalada, hoje maioritariamente vazios e usados como quintais.

A Rua do Arco de Santarém é a mais larga da zona, com uma largura entre 4 a 5 metros. O primeiro tramo da Rua da Cadeia, ladeando a Igreja de Santa Maria, abre-se aproximadamente em 7,5 metros até à Cadeia Comarcã e Capela fronteiria de Nossa Senhora do Bom Sucesso. A partir desse ponto, estreita para 3 a 3,5 metros. As demais ruas, Rua Nova, Rua dos Fidalgos, Rua do Assento, compartilham a mesma largura entre 3 a 3,5 metros. Nas parcelas é visível com nitidez a regularidade da sua profundidade que, ao longo dos eixos onde hoje há construção (o já referido eixo entre as duas portas) varia tão somente entre 13 e 13,20 metros. No bairro do Castelo, a largura das parcelas é muito variável indiciando sinais de ativa transformação, com muito prováveis aglutinações de várias parcelas. A largura média das frentes é assim de 6 metros, aparecendo em maior número parcelas de largura entre os 4,50 e os 5,50 metros.

A Rua do Arco de Santarém e o Largo D. Dinis, pela sua proximidade ao centro de poder apresentam maior concentração de tipos de casa eruditos, casas de fachadas largas. Nas artérias entre a Praça e a Porta da Frandina predominam os tipos correntes. Em todo o Castelo, independentemente da dimensão, as casas têm dois pisos e as moradias térreas são a exceção. Aparecem frequentemente, como prova da antiguidade dos pisos elevados, chaminés de escuta à altura do primeiro andar, correspondendo ainda muitas delas a lareiras de fumeiro. Atestam a preferência, durante um longo período, pela colocação da cozinha na divisão fronteiria, tanto no rés-do-chão como no primeiro andar. A identificação de chaminés de época posterior, nas últimas divisões das casas, junto ao pátio, sugere uma deslocação da cozinha para tardo, provavelmente numa época não muito distante da atual. Esta deslocação coincide com a *nobilitação* dos compartimentos dianteiros, que são convertidos em salas, espaços sociais, aliada à libertação da fachada do corpo da chaminé para possível abertura de vãos de iluminação e ventilação.

Outro elemento arquitetónico que atesta a antiguidade dos primeiros andares são as namoradeiras, ou conversadeiras, dois bancos aproximadamente quadrangulares que ladeiam uma janela de peito, cobertos com pedra mármore local, quase sempre com o canto do quadrado chanfrado (fig. 3). Estes elementos – num total de 15 identificados neste bairro do Castelo – correspondem quase sempre a edifícios com outras marcas e elementos que os situam com probabilidade na centúria de seiscentos. É lícito assim afirmar que em Estremoz as casas de dois pisos eram amplamente usadas no início da Idade Moderna.

A área de estudo é rica em elementos decorativos nas fachadas, tanto cantarias pétreas como beirados, frisos e pilastras estucados. Os vãos de mármore apresentam grande variedade de formas, sendo a característica mais comum a presença de jambas e lintéis chanfrados (fig. 4). Encontram-se, sobretudo em portas, marcas iconográficas cruciformes. Balesteros (2000, p. 207) aponta que estas marca se relacionam com a presença de cristãos-novos.

As paredes são de alvenaria de pedra combinada com tijolo, ligados por argamassas de terra, mantendo uma espessura constante de 60 cm. As estruturas de suporte de piso e cobertura são em madeira, compostas por madres e barotes de secção quase sempre circular. Para



Fig. 4 Arcos ogivais em mármore e tijolo. Marcas em cantarias exteriores

construção do pavimento do piso elevado são assentes ladrilhos cerâmicos sobre os barrotes (fig. 5), técnica frequentemente repetida para construção dos telhados, com as telhas apoiadas sobre ladrilhos. As coberturas são quase sempre de duas águas com a cumeeira paralela à fachada principal. As casas são invariavelmente caiadas. Os compartimentos interiores são adossados, sem que uma única lógica de distribuição prevaleça no conjunto. São visíveis com frequência fenómenos de aglutinação de compartimentos vizinhos de diferentes parcelas através da abertura de vãos em paredes meãs (fig. 6).

Nos quintais a tardo das casas foram levantadas duas cisternas, na Rua do Arco de Santarém 12 e no Largo D. Dinis 5, de tipo enterrado, paralelepípedicas com abóbada de berço e de dimensões consideráveis. Não foi possível aceder a uma outra que se localizaria nos quintais da Rua Do Arco de Santarém, número 19. No Largo D. Dinis 13 encontra-se a única cobertura em terraço identificada no bairro, sob a qual se encontra outra cisterna (fig. 7). Para o terraço confluem algerozes de aproveitamento de água, encaminhados para o reservatório.

2.2. Santiago

O bairro de Santiago corresponde ao primeiro ensanche promovido fora da Alcáçova. Esta é a zona morfológica de Estremoz mais uniforme, constituída quase unicamente por casas comuns de origem medieval. As casas de grandes dimensões ou nobilizadas são raras.

O conjunto estrutura-se a partir do eixo linear central da Rua Direita que une a porta do Arco de Santarém com a Igreja de Santiago, localizada no extremo ocidental da colina. A esta rua principal somam-se quatro paralelas – ruas do Peixeiro, do Nine, do Arco e do Afã – e duas transversais, a Rua da Freirinha – que terminava na antiga Porta da Laje, hoje demolida, e que dava acesso à encosta norte da colina e ao arrabalde das Covas – e a Rua de Gonçalo Velho, que atravessa a Rua Direita à altura das portas de Évora (e do largo fronteiro a estas) e passava pela hipotética praça central do bairro, hoje ocupada por quartéis. A fortificação abaluartada de seiscentos alarga o espaço em redor do casario e na extremidade norte é implantado um segundo conjunto de quartéis que conformará o Terreiro do Loureiro.

Santiago vai tornar-se periférico quando a cidade se expande “encosta abaixo” na direção nordeste, contrária ao bairro, e perde definitivamente importância quando o centro social e administrativo passa para o Rossio, a nascente da colina do Castelo. É tradicionalmente habitado pelos estratos sociais de menores recursos e nos últimos

anos tem-se assistido inclusive a indícios de segregação. Esta condição periférica explicará em grande parte a baixa transformação do edificado a partir do século XVIII, visível até na permanência de topónimos antigos.

A Rua Direita tem uma largura variável entre 3,75 e 4,20 metros ao longo dos seus 265 metros de comprimento. As paralelas ruas do Peixeiro e do Arco variam em largura entre os 3,15 e 3,50 metros e as restantes ruas entre 3 e 4 metros. As parcelas, tal como sucedia no Castelo, apresentam uma profundidade aproximadamente constante, entre os 13,50 e os 17 metros, a maioria com quintais a tardo. A largura das parcelas é muito variável, entre um máximo de 13 metros e um mínimo de 3,50 metros, embora seja notória uma prevalência de casas de frente estreita, sendo mais frequentes as parcelas inferiores a 6 metros.



Fig. 5 Estruturas de piso e cobertura em madeira e ladrilho



Fig. 6 Vãos em paredes meãs, agora fechados

Nas fontes documentais encontram-se medidas de casas para o ano de 1515 na descrição das habitações do Tombo dos Bens da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires (Rosado *et al.*, 2017, p. 288). São descritas variações de implantação de casas construídas, com medidas oscilando, em Santiago, entre os 3,25 e os 6,60 metros de largura por 8,30 a 14,30 de comprimento. Também se encontram medições realizadas pelo exterior das habitações, como no caso de quatro habitações na Rua do Arco em 1516 (IANTT, CC, livro 4, fl.144) com larguras de 3, 6 e 9 varas por 11 a 13 de comprimento (3,30, 6,60 e 9,90 metros por 12,10 e 14,30 metros). Repete-se então a medida de 6,60 por 14,30 metros como um lote recorrente, e é de notar que 3,30 e 9,90 são submúltiplos e múltiplos de 6,60, respetivamente. Levanta-se a hipótese da parcela original de loteamento do bairro corresponder a 6,60 por 14,30 metros (6 por 13 varas), sendo depois dividida ou aglutinada conforme a necessidade dos moradores.

Outra opção a considerar seria analisar a modelação do dimensionamento de toda a malha como sugere Luísa Trindade (2009), atendendo aos casos em que a medida da secção da rua é proporcional à dimensão do lote, ou até igual, como em Salvaterra de Magos (30 palmos de frente de lote para 30 palmos de largura de rua), Viana do Castelo (20/20 palmos) ou Nisa (15/15 palmos). A largura da Rua Direita de Santiago tem, em média, 20 palmos de largura (4 metros) e poderíamos assumir a sua constância desde, pelo menos, a centúria de quinhentos, ao considerar que os portais manuelinos presentes nos dois lados da rua não terão sido recolocados. Um teste com lotes de 20 palmos de largura, equivalente à secção da rua, e 60 palmos de comprimento apresenta uma coincidência fiável com a malha atual, sobretudo nos espaçamentos entre ruas travessas (fig. 9). Os 60 palmos correspondem aos 13,20 metros já identificados na malha do Castelo, e que são, embora em menor medida, visíveis em Santiago: tendencialmente os lotes neste bairro cresceram em profundidade, ocupando quintais. Mas ainda assim há vários casos de profundidade inferior aos anteriormente considerados 14,30 metros, daí que essa não fosse a profundidade original. E de facto, um lote de 20 x 60 palmos é uma possibilidade próxima ao que mostram alguns levantamentos efetuados, mas seriam necessários mais casos para a confirmação desta hipótese.

As casas são em regra de dois pisos e nas fachadas destacam-se os vãos, pela sua quantidade e desenho, quase sempre em mármore, trabalhados, ao gosto de muitas épocas estilísticas. No caso do bairro de Santiago

a imutabilidade dos últimos séculos assegura com alguma exatidão a correspondência das cantarias atuais à sua localização de origem. Encontram-se dispersas pelo casario cantarias de arcos ogivais, com ou sem chanfro, associados ao século XV, vãos trabalhados de formas irrepetíveis genericamente designados como Manuelinos, portas e janelas adinteladas com jambas e lintel recurvos – geralmente setecentistas, mas com distribuição temporal vasta – e pontuais casos barrocos de frontões recurvos. Outras marcas nas fachadas incluem placas ou ícones foreiros e caracteres talhados nas ombreiras como na Rua do Arco 4 onde aparece uma oração em caracteres romano-góticos (séculos XIII-XIV) (Espanca, 1975, p. 200).

Tal como no Castelo são visíveis nas fachadas as chaminés de escuta, muitas à altura do primeiro andar, com a particularidade de aparecerem aqui algumas com o apoio feito sobre arcos ou cimalkhas trabalhadas em massa. A cozinha continuará, tendencialmente, situada nos compartimentos dianteiros durante a Idade Moderna, tanto no rés-do-chão como no primeiro andar. Continua a ser frequente encontrar esta distribuição funcional, com a entrada na casa a ser feita diretamente para a cozinha, que, como espaço social da casa, acumula a função de sala de estar. Também se repete aqui a incidência de conversadeiras nas janelas do primeiro andar, aparecendo em cinco dos 14 casos levantados.

Conclusão

Os núcleos alcandorados estão hoje numa posição de periferia e segregação em relação à cidade, e enfrentam o estigma de pobreza e exclusão, extensível às próprias casas tradicionais. Dentro da cidade são entendidos como áreas de difícil acesso e mobilidade, infraestruturas antigas e pouco comércio e serviços. A degradação física e



Fig. 7 Entrada de cisterna sob açoteira



Fig. 8 Rua Direita de Santiago com Castelo ao fundo

social destes bairros aumenta numa espiral descendente: as casas tradicionais sem conservação oferecem condições de habitabilidade abaixo dos padrões atuais de conforto e ficam tendencialmente inabitadas por períodos longos, degradando-se mais depressa e, então, cada vez menos propensas a atrair novos residentes. Também os bairros, cada vez com menos habitantes, vão recebendo menos serviços e manutenção urbana, aumentando ainda mais a tendência de perda de residentes. Uma população diminuta e tendencialmente envelhecida tem menos participação cívica e pouca influência nas decisões concelhias que poderiam ajudar a recuperação destas áreas.

Para combater este estigma são essenciais, mas não suficientes, políticas de valorização patrimonial. Através da conservação arquitetónica e recuperação urbana dos espaços destas áreas de enorme valor cultural poderá ser possível o regresso de moradores, a identificação da população com os seus valores culturais e o crescimento do sentido de pertença a uma comunidade, catalisadores importantes para o aumento da participação cidadã na gestão da sua cidade, girando assim o sentido da espiral para ascendente.

Bibliografia

Balesteros, C., Santos, C. S. & Santos, C. A. (2000). "Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã ou Cristã-Nova nos Núcleos Urbanos Antigos de Estremoz e de Trancoso". *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*. Porto: ADECAP.

Barroca, M. J. (1992). "Medidas-padrão medievais portuguesas". *Revista da Faculdade de Letras*, série II, IX, pp. 53-85.

Barroca, M. J. (1998). "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa". *Revista da Faculdade de Letras*, série II, XV (I).

Beirante, M. Â. R. (1995). *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Carita, H. (1994). *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Carvalho, M. d. R. S. C. C. d. (2007). *Por amor de Deus: representação das obras de misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.



Fig. 9 Teste de malha com lotes de 20 x 60 palmos sobre parcelário atual

Correia, F. B. (2013). *Elvas na Idade Média*. Évora: Colibri.

Costa, M. A. N. (1953). *O Topónimo Estremoz*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.

Costa, M. A. N. (1961). "Estremoz e o seu concelho nas Memórias Paroquiais de 1758". *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXV.

Costa, M. A. N. (1994). *A "breve recopilação... da fundação, antiguidades e excelências... de Estremós"*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.

Costa, M. A. N. (1997). *"Astroz" num testemunho singular*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.

Costa, M. R. (2015). *Mértola – A arquitetura da vila e do termo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

Espanca, T. (1974). "Real Convento de S. Francisco de Estremoz". *A Cidade de Évora*, 57.

Espanca, T. (1975). *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora, VIII, Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*. Lisboa: Academia das Belas Artes.

Fonseca, T. (2003). *António Henriques da Silveira e as Memórias analíticas da vila de Estremoz*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.

Liberato, M. A. A. (2007). *Integração territorial, paisagem urbana e sociedade. Estremoz Medieval: 1258-1521*. Tese de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Mendeiros, M. J. F. (1972). "A Epopeia de Estremoz". *Conferência proferida na Casa do Alentejo por ocasião da Jornada Estremocense*. Évora: Gráfica Éborensense.

Rosado, A. C., Costa, M. R. & Liberato, M. (2017). "Contributo para a história da arquitetura da habitação e da organização do espaço no interior do castelo de Estremoz". *Arqueologia Urbana em Centros Históricos, Actas IV FAUR*. Faro: UAIG/CEAACP, pp. 286 - 304.

Rossa, W., Conceição, M. T. D. & Trindade, L. (2008). "Raia e cidade". *Monumentos*, 28, pp. 6-21.

Serrão Pimentel, L. (1680). *Método lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes à arquitectura militar*. Lisboa: s.n.

Teixeira, M. C. & Valla, M. (1999). *O Urbanismo Português – séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A ARQUITETURA CORRENTE DO BAIXO GUADIANA ATRAVÉS DA ARQUEOLOGIA: A PARCELA DO EDIFÍCIO DOS ANTIGOS CTT DE ALCOUTIM ENTRE OS SÉCULOS XV A XX

Marco Fernandes

CAM / CEAACP – marcodiasf@gmail.com

Virgílio Lopes

Bolseiro Pós-doutoramento FCT / CAM / CEAACP – virgilioamlopes@sapo.pt

Susana Gómez Martínez

CAM / CEAACP, Universidade de Évora – susanagomez@sapo.pt

Miguel Reimão Costa

CAM / CEAACP, Universidade do Algarve – mrcosta@ualg.pt

Alexandra Gradim

Câmara Municipal de Alcoutim – arqueologia@cm-alcoutim.pt

Palavras-chave: Alcoutim, arqueologia urbana, Idade Moderna e Contemporânea, arquitetura vernacular

1. Introdução

O edifício dos antigos CTT de Alcoutim localizava-se na vertente oeste do castelo desta vila, numa parcela com área total de 305 m², sendo delimitado a leste pelo Largo do Castelo e, no lado oposto, pela Rua D. Sancho II (fig. 1). A Câmara Municipal de Alcoutim, proprietária do imóvel, pretende construir no local um prédio de habitação coletiva. Para tal, era necessário proceder-se à demolição integral do preexistente e escavação do subsolo para a construção do novo edifício.

Dada a proximidade do castelo, esta área está abrangida pela Zona Geral de Proteção (ZGP) da “Fortaleza de Alcoutim”, pelo que a Direção Regional de Cultura do Algarve exigiu a realização de trabalhos arqueológicos. Estes foram efetuados pela equipa do Campo Arqueológico de Mértola, entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020, tendo sido organizados em duas fases. Na primeira fase, num momento pré-empiteada, foram executadas quatro sondagens de diagnóstico, num total de 26 m². Na segunda fase, iniciada com o princípio das obras, foi realizado o acompanhamento arqueológico da demolição mecânica do prédio existente, assim como da escavação, igualmente por meios mecânicos, dos níveis de cronologia de formação contemporânea. A partir dos níveis de cronologia moderna, foi feita uma escavação arqueológica manual até ao substrato rochoso ou até ao nível de afetação previsto pelo projeto.



Fig. 1 Localização do edifício dos antigos CTT de Alcoutim, assinalado a vermelho

Com o presente artigo, pretende-se fazer um balanço dos resultados destes trabalhos arqueológicos, procurando beneficiar do conhecimento produzido pela arqueologia para a interpretação da história da arquitetura doméstica, considerando simultaneamente, e de modo integrado, os contributos do âmbito da arquitetura vernacular e da história documental. Para este propósito, é particularmente relevante, não apenas, a presença, nos níveis inferiores, da característica habitação corrente do período tardo-medieval / moderno, mas também de diferentes estruturas posteriores que permitem compreender os diversos momentos de transformação do conjunto edificado da parcela. O artigo é organizado em três partes distintas: numa primeira parte, são identificadas, de forma muito sintética, as evidências arqueológicas atualmente conhecidas que marcam a ocupação do território próximo de Alcoutim; numa segunda parte são descritas cronologicamente as diversas estruturas encontradas no contexto dos trabalhos arqueológicos, registando os temas de transformação da arquitetura corrente; e, numa terceira parte, conclusiva, o objeto específico dos trabalhos arqueológicos será interpretado à luz do conhecimento sobre a história da casa do Baixo Guadiana, através de um olhar necessariamente breve e preliminar.

2. Breve enquadramento da paisagem histórica de Alcoutim

Os vestígios arqueológicos mais antigos identificados até agora na vila de Alcoutim localizam-se na área do castelo. Trata-se de evidências residuais, estruturas e materiais, identificadas durante trabalhos arqueológicos realizados na década de 1990, cronologicamente atribuídas à Idade do Ferro e época romano-republicana (Catarino, 1994 p. 666; Catarino, 2003, p. 163).

No período romano deverá ter existido um assentamento humano, a norte da Ribeira dos Cadavais ou de S. Marcos (Nunes, 1985, pp. 21 e 46), localmente conhecido como Rossio, porque, durante a construção de um tanque de tratamento de águas de saneamento, se identificaram materiais de construção deste período, dos quais *se destacam alguns tijolos de quadrante* (Catarino, 1994, p. 666).

Durante o período islâmico, este núcleo populacional parece ter sido transferido para o Cerro do Castelo Velho, situado 1 km a norte da atual vila, tendo uma ocupação comprovada entre finais do século VIII/inícios do século IX até à primeira metade do século XII (Catarino, 1997-98,

pp. 586-587, 598). Não se sabe ao certo em que momento a ocupação humana retomou o atual lugar desta localidade. Porém, no final da década de 30 do século XIII o território de Alcoutim é conquistado pelos cristãos. Os dois primeiros documentos portugueses, que referem Alcoutim, pertencem à Chancelaria de D. Dinis, que em 1302 atribui o padroado das igrejas e do seu termo à Ordem de Santiago (Magalhães, 2008, p. 52) e que a 9 de janeiro de 1304 concede carta de foral, pedindo *que esta zona fosse povoada por homiziados, criminosos civis*. A partir desta última data ter-se-á dado a construção do castelo de Alcoutim, que funcionará como praça militar fronteiriça (Catarino, 1994, p. 659).

A localidade será palco das Pazes de Alcoutim, em 1371, acordo assinado entre D. Fernando e D. Henrique II de Castela (Catarino, 1994, p. 659) e, em finais do século XV, D. Manuel ordena a criação do Condado de Alcoutim (Gradim, 2008, pp. 40-41) – que, mais tarde, será integrado na Casa do Infantado, na segunda metade do século XVII, até à sua extinção em 1834 (Nunes, 1985, pp. 165-166). A sua posição defensiva é ainda confirmada pela, apesar de tudo, efémera muralha quatrocentista (Mendes & Pereira, 2010, pp. 25-26) e pela cerca seiscentista construída durante as Guerras da Restauração (1640-1668), dada a proximidade da fronteira com Espanha (Gradim, 2006, pp. 40-41).

Em 1855 inaugura-se o serviço de telégrafo em Portugal e pouco tempo depois este terá chegado a Alcoutim. O edifício, no qual se realizaram estes trabalhos arqueológicos, terá sido, pelo menos, a partir de 1880, a sede da estação de telégrafo-postal, conforme era designada, sendo que o serviço postal já existia desde 1853, aquando da primeira reforma postal (Borralho, 2015, pp. 3-17), assim como a residência dos guarda-fios, profissão que tinha como função a manutenção da linha telegráfica na área da sua circunscrição. No século XX o edifício foi adaptado a posto dos CTT, perdendo o seu carácter residencial só nos anos 90, mas, mantendo-se em funcionamento até 2002.

3. Os trabalhos arqueológicos

Os trabalhos arqueológicos realizados neste sítio permitiram identificar vestígios de uma ocupação humana com início no século XV até à atualidade. De facto, este revelou ser um espaço vivo e dinâmico durante seis séculos, onde, de forma gradual, se foram construindo, usando e umas vezes abandonando, outras refuncionalizando, estruturas com características distintas.

Por se localizar em zona de encosta, a ocupação identificada teve que se adaptar à topografia existente (Varanda, 2015, p. 87), desenvolvendo-se a partir da formalização de diferentes patamares. Outro aspeto interessante notado, que se prende com a fraca capacidade drenante do substrato rochoso local, composto por xistos e grauaques, foi a necessidade registada nos diferentes momentos construtivos de se garantir um devido escoamento das águas pluviais no terreno, a partir de caneiros destinados a essa função. Estes são construídos recorrendo a soluções económicas, tais como paredes estruturadas com pedra de xisto, tendo como ligante, sobretudo, argamassas de terra, e de forma muito ocasional, argamassas de cal, seguindo as pendentes dos diferentes patamares criados nesta zona de encosta e usando-se como cobertura pedra irregular ou lajes de xisto. A partir do século XIX identificou-se a utilização de ladrilhos ou de tijolos maciços juntamente com a pedra nestas estruturas.

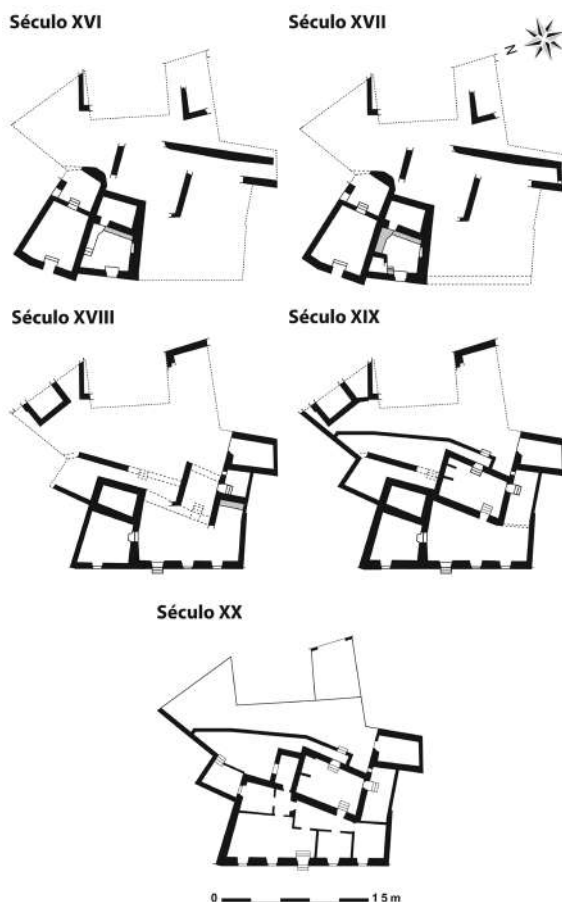


Fig. 2 Síntese evolutiva do edificado entre os séculos XVI a XX

O prédio que albergou a casa dos guarda-fios, assim como a estação de telégrafo-postal, ainda no século XIX, estava construído com paredes de alvenaria de pedra local ligada com terra, taipas e, observou-se, igualmente, o uso pontual de blocos de adobe na zonas superiores destes alinhamentos, onde assentava a cobertura do edifício, que era composta por um telhado de uma água, em telha local de canudo.

4. Sinopse da evolução do espaço

O momento mais antigo identificado foi atribuído ao século XV (fase I) e está associado à construção de um ambiente, do qual apenas restou pouco mais do que 0,5 metros de altura do seu aparelho construtivo, e vestígios associados ao antigo arruamento da Rua das Portas de Tavira (Gradim, 2006, p. 47), actual Rua D. Sancho II. Deste modo, é possível fazer recuar a existência de construções, neste lado desta via, ainda nesta fase (Gradim, 2006, p. 66). Este aparelho será reutilizado como embasamento na construção de uma parede exterior na fase seguinte.

Na fase II, correspondente ao século XVI (fig. 2), dá-se a construção de um muro de contenção de talude na área do logradouro e de duas novas vivendas, com acesso pela antiga Rua das Portas de Tavira. A primeira destas unidades habitacionais era constituída, pelo menos, por três compartimentos. Dela apenas se identificou, dentro da área de intervenção, uma das suas divisões. Porém, depreendeu-se a existência dos outros dois ambientes pela ocorrência de vãos de acesso, na direção dos terrenos vizinhos a noroeste e a nordeste. A segunda moradia era composta por duas divisões, tendo a casa de entrada um nível de circulação em calçada de seixos rolados (fig. 3). Com acesso pelo Largo do Castelo, identificaram-se dois



Fig. 3 Vista aérea das duas unidades habitacionais, cuja gênese está atribuída ao século XVI, identificadas na extremidade noroeste do terreno (Alexandra Gradim e João Carlos Simões)

compartimentos separados, um na extremidade nordeste do logradouro, em taipa, e outro, a sudeste do logradouro, em alvenaria de xisto ligada com terra. Este último compartimento mantém-se em uso até ao século XVII, sendo desativado na centúria seguinte. Na área central do logradouro também surgem nesta fase dois alinhamentos, orientados entre noroeste-sudeste, sendo o mais a nordeste em alvenaria de xisto ligada com terra, enquanto que o localizado mais a sudoeste era construído em alvenaria de xisto ligada com argamassa de cal.

Durante a fase III, atribuída cronologicamente ao século XVII (fig. 2), construiu-se um novo espaço, a nordeste do terreno, com acesso pelo Largo do Castelo, possivelmente de carácter habitacional. Em relação à segunda habitação, com acesso pela R. D. Sancho II, acima referida para a fase II, dá-se a desativação do nível de circulação original da casa de entrada, em calçada de seixos rolados, que será cortado por um novo sistema de drenagem de águas pluviais, e em cima do qual será colocado um novo pavimento de tijoleira. Na casa de dentro desta unidade habitacional é construído um pavimento de calçada de pedra de xisto. No final desta centúria procede-se ao entaipamento do vão de acesso que ligava à casa de dentro. Para tal é construído um novo pequeno compartimento no seu canto norte, possível despensa, desativando-se o conjunto de degraus que estabeleciam ligação com o vão de acesso atrás referido (fig. 3).

Na fase IV, correspondente ao século XVIII (fig. 2), é abandonado o muro de contenção de talude situado na área do logradouro, construído na fase II, e sucede-se o abandono da unidade habitacional junto à extremidade noroeste da atual parcela, dando-se o entaipamento dos seus vãos de acesso (fig. 4). Também se constrói um novo muro de contenção de talude no logradouro. Na extremidade nordeste é edificado um novo compartimento e, na extremidade leste, surgem dois alinhamentos perpendiculares, um deles limítrofe com o Largo do Castelo. No final deste século, a casa de dentro desativada na fase anterior, e pertencente à vivenda da extremidade noroeste, é utilizada como local de vazadouro de lixo doméstico, função que se estenderá ainda durante a primeira metade do século XIX, pelo menos. A sua casa de fora é definitivamente abandonada e o seu espaço é preenchido com entulhos produzidos pela sua demolição, após a construção de uma parede exterior, na actual Rua D. Sancho II. Com o nivelamento do topo deste nível, dá-se a construção de uma nova divisão, cujo nível de pavimento era

composto por argamassa, que articulava com um ambiente que terá existido, e do qual não se identificaram vestígios, para o lado sul (fig. 5). É também, neste momento, que são construídos os primeiros alinhamentos em alvenaria de pedra na extremidade sudoeste do terreno, formando um conjunto de dois espaços desnivelados entre si, onde, no ambiente do patamar inferior, são construídos um poial e um sistema de drenagem de águas pluviais.

Na fase V, dada no século XIX, é construído o edifício que servirá de casa de residência dos guarda-fios e estação de correios da vila de Alcoutim, usando, para tal, várias preexistências. Na zona do logradouro criam-se os diferentes patamares, a partir de dois muros de contenção de talude, um deles anterior a este momento.

Finalmente, na última fase (VI), ocorrida já no século XX, são construídas as paredes interiores do edifício, com tijolo maciço ligado com cimento, na disposição conhecida aquando dos inícios destes trabalhos arqueológicos. A partir de meados do século XX acrescenta-se ao corpo arquitetónico existente o compartimento das instalações sanitárias e a ligação de esgotos à rede de saneamento básico público, assim como a criação do nível de circulação em grés hidráulico em algumas das suas divisões.

5. Considerações finais: contributo para a história da casa do Baixo Guadiana

A parcela objeto de estudo integra-se, como vimos, na vertente oeste do cabeço do castelo de Alcoutim, junto ao principal eixo de composição do urbanismo da vila, marcado pela orografia característica das pequenas elevações sucessivas de xistos e grauvaques do Maciço Antigo. Este eixo redesenha a linha de drenagem que atravessa o núcleo antigo para nascente, entre os cerros do Castelo, da Matriz e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, tão evidenciados na representação quinhentista de Alcoutim, a partir de sul, de Duarte de Armas. À luz do urbanismo tardo-medieval e moderno, esta linha coincide, com a antiga Rua Direita, orientando as ruas e as travessas, organizando quarteirões alongados, e constituindo a encruzilhada com a ligação ao Algarve, para sul, e ao Alentejo, para norte. É uma composição fixada, na relação dos espaços intramuros e extramuros da cerca seiscentista, pelas portas de Tavira, de Mértola e do Mar, conforme legenda da carta aquarelada da praça de Alcoutim de José de Sande Vasconcelos (1788).

Os trabalhos arqueológicos revelaram o que seria, certamente, uma tipologia recorrente no início do período moderno, coerente com os princípios genéricos descritos



Fig. 4 Entaipamento do vão de acesso entre a casa de fora e a casa de dentro de uma das habitações localizadas na extremidade noroeste do terreno



Fig. 5 Pavimento de argamassa do final do século XVIII

para o urbanismo da vila, correspondendo à pequena habitação de casa dianteira e câmara disposta em profundidade (a que, por vezes, se acrescentavam ainda outros cômodos), com ou sem logradouro. Este estudo permitiu, assim, atribuir uma configuração e materialidade a um modelo de habitação recorrente na documentação tardo-medieval e moderna portuguesa, em diferentes geografias, que, sem prejuízo da emergência de outros modelos, acabou por se conservar, na região, até ao presente (Costa, 2014, pp. 286-288). A implantação em declive, em que a cada um destes espaços corresponde a sua cota de pavimento (com degraus e poiais de transição) e a delimitação com paredes estruturais, constitui um tema de continuidade evidente, entre as habitações escavadas nos níveis mais baixos e as habitações levantadas no âmbito dos estudos sobre a arquitetura vernacular. Esta continuidade é ainda confirmada pela autonomia que cada um dos compartimentos adquiria, quando passavam frequentemente de uma habitação para outra, através da abertura e do encerramento de vãos.

Em qualquer caso, o estudo da transformação da ocupação da presente parcela regista também o caráter específico de Alcoutim, enquanto núcleo pobre, de pequena dimensão, pouco sujeito a processos relevantes de densificação e de crescimento em altura do conjunto edificado. Ainda que a sua organização estivesse historicamente vinculada a uma morfologia urbana distinta da que caracteriza os aglomerados rurais, a imagem da habitação corrente, marcada pela preponderância da casa térrea, é salvo raras exceções muito idêntica à que encontramos nos montes dispersos pelo termo da vila (Costa, 2014). A tendência para o aumento da superfície de algumas habitações, durante o Antigo Regime, restringiu-se aqui, na maior parte dos casos, à aglutinação de edificações contíguas (com reconfiguração da estrutura predial) e à ocupação de parte do logradouro. É um processo que recorda a transformação do conjunto edificado da zona mais baixa da vila intramuros de Mértola, ainda que ali tornado bem mais complexo pela ampliação em altura e pela maior densificação do tecido edificado (Costa, 2015, pp. 100-115). Tal como ocorreu em algumas das habitações da vila velha de Mértola, também aqui a ampliação gradual da habitação resultou na integração da cozinha no tardo, enquanto espaço de transição para o logradouro.

Por fim, importa considerar um outro momento de transformação da arquitetura corrente, registado nestes trabalhos arqueológicos, que é muito frequente a partir da segunda metade de oitocentos, mas que aqui ocorre mais tardiamente. Referimo-nos à alteração do modelo estrutural do edifício, com demolição de parte

das paredes maciças, inclusão de uma nova solução de cobertura e compartimentação do espaço interior com recurso a paredes ligeiras (no presente caso, tijolo maciço) associada à frequente integração do corredor. Este tipo de intervenção acabou, quase sempre, por ocultar os diferentes estágios da transformação do conjunto edificado do Antigo Regime, inviabilizando a sua leitura através da Arquitetura (considerando, por exemplo, a organização do espaço ou da composição da fachada), mas já não, como é bem evidente aqui, através da Arqueologia. Os presentes trabalhos arqueológicos permitiram assim estabelecer a aproximação entre a documentação histórica e a arquitetura vernacular, assumindo-se a arqueologia como disciplina fundamental para o reconhecimento de alguns dos temas de permanência e transformação da habitação, contribuindo desse modo para a história da arquitetura doméstica corrente.

Bibliografia

- Borrvalho, A. G. (2015). "O Transporte de Correio por Caminho de Ferro". *O Mensageiro do Algarve*. Ano III, 9, pp. 3-17.
- Catarino, H. (1994). "Arqueologia Medieval no Algarve Oriental. Os Castelos de Alcoutim". *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana, Encuentro Internacional de Arqueología del sudoeste*. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste, Universidad de Huelva, pp. 657-671.
- Catarino, H. (1997-98). "O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados". *Al-ulyã*. 6.
- Catarino, H. (2003). "Cerâmicas da Baixa Idade Média e de inícios do período moderno registadas no castelo da vila de Alcoutim". *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 161-177.
- Costa, M. R. (2014). *Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve*. Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, M. R. (coord.) (2015). *Mértola. A arquitetura da vila e do termo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Duarte de Armas [1510] (1997). *Livro das fortalezas*. Fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: ANTT.
- Gradim, A. (2006). *Alcoutim Urbano e Rural. Dos finais da Idade Média ao fim do antigo regime*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Alcoutim.
- Gradim, A. (2008). "Os condes Meneses e a vila moderna de Alcoutim". *Al Gharb*, Revista Cultural do Algarve, 3, pp. 38-44.
- Magalhães, N. (2008). *Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas*. Faro: Letras Várias, Edições e Arte.
- Mendes, A. R. & Pereira, D. (2010). *Alcoutim. Terra de Fronteira*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.
- Nunes, A. M. A. (1985). *Alcoutim: Capital do Nordeste Algarvio (Subsídios para uma Monografia)*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.
- Sande Vasconcelos, J. (1788). *Mappa da configuração de todas as praças fortalezas e baterias do reyno do Algarve*. Disponível em <http://purl.pt/762> [Acedido a 27 de julho de 2020].
- Varanda, F. (2015). "Pão e Construção. A Paisagem construída representada por Mértola, no último quartel do século XX" in AA.VV. *1.º Congresso-Internacional Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Argumentum/ Campo Arqueológico de Mértola, pp. 86-89.

LA CITTADELLA DI GOZO A MALTA: UN'ACROPOLI NEL CUORE DEL MEDITERRANEO

Germano Germanò

Politecnico di Bari - Scuola di Specializzazione in Beni Architettonici e del Paesaggio
germano.germano@live.com

Parole-chiave: cittadella, Gozo, Mediterraneo, fortificazioni

Introduzione

L'isola di Gozo, secondo alcuni autori antichi come Evemero e Callimaco, coinciderebbe con Ogygia, il luogo dove la ninfa Calipso trattenne Ulisse per sette anni, definita da Omero *omphalos thalasses* (Odissea 11, 50), epiteto adeguato alla centralità delle isole calipsee all'interno del Mediterraneo, non solo come connessione tra i continenti europeo e africano ma anche quale nodo nevralgico delle rotte tra Oriente e Occidente.

Nel caso dell'arcipelago maltese, la commistione di elementi ulteriori rispetto al contesto continentale si è riverberato nell'edilizia storica e nei caratteri tipologici dell'architettura locale, determinando dinamiche influenzate dalla ridotta estensione territoriale e dalla presenza del mare.

Le alture, in qualità di aree non produttive e particolarmente difendibili, hanno costituito il luogo ideale per l'insediamento dei villaggi a Gozo, primo fra tutti quello della sua capitale Victoria.

L'interpretazione dei legami tra avvenimenti storici, influenze culturali e processi di trasformazione dell'organismo urbano ha originato una serie di ipotesi sulle diverse fasi costruttive, trattate all'interno della tesi di

laurea dello scrivente (De Leo, Germano', Intini, Mauriello, Nuzzi, Sciannameo, 2013), il cui esito è ascrivibile a un'identità inequivocabilmente mediterranea.

1. Il contesto geografico

Con una superficie di 67 km² l'isola è la seconda dell'arcipelago maltese dopo Malta.

Su uno degli acrocori che caratterizzano il territorio si erge la Cittadella fortificata (fig. 1), che insieme a Rabat, la città bassa ai suoi piedi, costituisce il capoluogo di Gozo, Victoria, centro principale delle attività produttive ed economiche. La sua posizione rispetto al territorio, in un punto nodale delle vie di collegamento infrainsulari e portuali (fig. 2), l'ha sempre resa di importanza strategica per i popoli che vi si sono avvicinati, i quali ne hanno sfruttato la vicinanza a terreni coltivabili e la naturale struttura sopraelevata, che ne ha garantito la difendibilità sin dai tempi più remoti.

Questa tipica conformazione è dovuta alla risposta erosiva delle differenti formazioni geologiche, con la creazione di un paesaggio caratterizzato dalla presenza di *mesas*, alla base delle quali sgorgano sorgenti generate dall'infiltrazione



Fig. 1 Vista della Cittadella da sud ovest e di Ir-Rabat ai suoi piedi (foto: Matthew Benn)



Fig. 2 L'isola di Gozo e la città di Victoria

dell'acqua piovana che, attraverso strati duri ma porosi, raggiunge la superficie impermeabile della roccia. Le risorse idriche disponibili nel sito sono un ulteriore elemento che ha privilegiato la scelta dell'area come insediamento.

2. Vicende storiche e fasi costruttive

2.1. Il popolo dei Giganti

La presenza umana a Gozo è attestata già a partire dalla preistoria, in seguito a diverse ondate migratorie provenienti dalla Sicilia. Verso il 3000-2500 aC giunge al suo apice la civiltà dei Templi, di cui sono traccia i complessi santuariali megalitici tra i più importanti del Mediterraneo e dell'Europa, e il più famoso dei quali, quello di Ggantia, ha valso al luogo sin dalle prime scoperte nel XVIII secolo il nome di Isola dei Giganti.

Nonostante queste informazioni lascino ritenere probabile un'occupazione della Cittadella e di Victoria in età preistorica, gli scavi effettuati nel 1961 (Bonanno, 1992, p. 30) confermerebbero un insediamento densamente popolato solo a partire dall'età del Bronzo (Vella, 2007, p. 60). Il dato sarebbe ulteriormente confermato dalla presenza di un sistema di *silos* scavati nella roccia (Caruana, 1898), che suggerisce un utilizzo relativo alla raccolta dell'acqua piovana o di grano.

2.2. *GWL empòrion* fenicio

A partire dal VII secolo a.C. i Fenici, che prediligevano promontori protesi sul mare e di piccole isole (*nesidia*) (Tempio, 2008), insediano in queste isole degli *emporia* commerciali, come prova il nesonimo *GWL* presente in un'iscrizione, trasposto poi in greco in *Gaulos/Gaudos*, corrispondente al termine che indicava un tipo di imbarcazione commerciale da trasporto del quale l'isola ricordava la forma. Il rapporto con la popolazione preesistente sembra essere avvenuto secondo una dinamica di *colony community* (Tempio, 2008) in cui un *enclave* di stranieri coesisteva in un abitato indigeno, con fini prevalentemente commerciali, appropriandosi man mano dei territori. Le uniche fonti che possano ascrivere la Cittadella a un'acropoli fenicio-punica sono di tipo letterario (Diodoro Siculo, V 12,1-4; Ecateo da Mileto; Pseudo Scylax) mentre una serie di tombe databili al VI secolo a.C. scoperte intorno a Rabat suggeriscono che quest'ultimo si stava affermando già a quel tempo come un insediamento di dimensioni significative (Bezzina, 2012).

2.3. La Cittadella in età romana

Gozo viene a contatto con Roma nella prima guerra punica ma diventa *municipium* romano solo nel 218 a.C. Una serie di iscrizioni e di frammenti architettonici – cornici, capitelli e basi di colonne – che alcuni scrittori ottocenteschi, come G. Agius de Soldanis e Jean Houël,

descrivono abbandonati per le strade di Rabat e del Castello, suggeriscono che la città di Gaulos fosse abbastanza prospera da avere edifici pubblici e religiosi (Bonanno, 1992, p. 30). Lo storico settecentesco De Soldanis riferisce il rinvenimento, durante i lavori per la costruzione della Cattedrale, di resti di un edificio monumentale curvilineo che identifica arbitrariamente con il tempio di Giunone, ma non ci sono evidenze archeologiche a riguardo.

I limiti della città antica (fig. 3) sembrano definiti a Nord dalla Cittadella e, nelle aree della città bassa, da numerose tombe e tracce riferibili alle mura cittadine (Bonanno, 1990, p. 39).

La Cittadella, in epoca romana, doveva rappresentare l'acropoli della città, con una cinta muraria di dimensioni più contenute rispetto a quelle attuali, probabilmente sfruttando il più possibile la zona a nord, dove la roccia costituisce un sistema difensivo naturale.

Con una pianificazione a griglia abbastanza regolare, la forma dei lotti doveva essere quadrangolare, sulla base dei confronti con analoghe strutture residenziali di Malta, condizionata dall'andamento delle curve di livello e dai notevoli salti di quota, come il dislivello di 10 m in Triq Melite Bernardo, che influenzavano certamente anche i percorsi: continui, tracciati sulle curve di livello e, in alcuni punti, sintetici, collegando in modo diretto punti a quote differenti.

Il percorso matrice, ovvero atto a collegare due poli ma formatosi prima della nascita dell'edificato, è identificabile in Triq Melite Bernardo, su cui si sono attestati gli edifici più importanti. Le polarità di tale percorso sono riconoscibili, a monte, nell'area attualmente occupata dalla chiesa di St. Joseph, situata con molta probabilità in quello che è sempre stato un lotto riservato all'edilizia specialistica o culturale, e, a valle, nella Cattedrale, sulla cui area insisteva, se non un dubbio tempio dedicato alla regina degli dei, certamente un luogo di culto, come è ragionevole supporre per sincretismo. La dimensione più grande dei lotti lungo questo percorso, se coincidente con i loro predecessori



Fig. 3 Ipotesi ricostruttiva dei limiti della città alta e della città bassa in età punico-romana. In alto, gli isolati della Cittadella, sviluppati lungo le direttrici orografiche, e l'area sacra. Al centro, il primo possibile nucleo urbano del rabato a isolati regolari

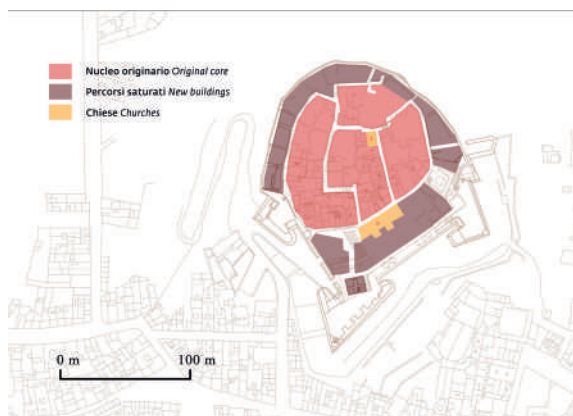


Fig. 4 Il processo di saturazione dei percorsi nel Medioevo. Si noti la presenza di edifici a ridosso dell'antica chiesa matrice (su cui sorgerà la Cattedrale), estesi certamente all'area sacrificata nei lavori di fortificazione successivi

romani, non farebbe che confermare l'ipotesi di una zona destinata ad ospitare le abitazioni dei ceti più abbienti.

Tracce dei percorsi di età romana si possono intuire tramite l'osservazione di flessi, deformazioni nell'assetto attuale, tamponature e sfalsamento dei giunti nella muratura superstite.

Lungo la cinta muraria, l'*intervallum* doveva essere libero.

2.4. Il Medioevo: da roccaforte bizantina a fortezza araba

L'arcipelago maltese entrò a far parte dell'impero bizantino in seguito al passaggio di Belisario nel 533 d.C. I Bizantini abbandonarono probabilmente la città bassa in favore della meglio difendibile Cittadella, strategia già adottata in altri centri del Nord Africa (Ksar Bagai, Setif, Timgad, Tobna, Zana e Ras-el-Oved), Sicilia (Mazzallakkar, Siracusa e Selinunte) e alcune isole greche (Cythera, Corfù e Methymna) secondo uno schema abitativo comune in cui edifici destinati agli alloggi, ai magazzini e al culto sono racchiusi entro una corte fortificata da una cinta con torri quadrate agli angoli, elemento tra l'altro tipico delle fortezze giustiniane (Ravegnani, 1983), che si adattava ai limiti orografici dell'acrocoro.

Una ricognizione condotta su materiali di precedenti scavi ha rivelato (Bonanno, 1990) l'esistenza, ancora nell'VII-IX secolo, di zone abitate poste all'esterno del sito d'altura; il fenomeno di accentramento urbano, evidenziato a Mdina-Rabat (Malta) già nel VII secolo, sembra dunque documentato sulla rocca gozitana almeno un secolo più tardi.

A partire dal IX secolo irrompono sullo scenario mediterraneo gli Arabi Aglabiti, che dopo averne fatto bottino tentarono di impadronirsi dell'isola e a più riprese furono respinti dai bizantini. Nell'agosto dell'870 Malta fu assediata con successo dai musulmani che avevano occupato già gran parte delle coste nordafricane e, nonostante un piccolo gruppo di abitanti di Gozo sembra essere sopravvissuto all'assalto, l'isola rimase completamente disabitata per circa 180 anni (Gauci 1966). Nel 1048 infatti un nuovo gruppo di Saraceni provenienti dalla Sicilia ricolonizzò l'isola, occupando solo l'acrocoro della Cittadella per ragioni di difesa, sulla scia dei bizantini.

A partire da quel momento l'isola viene chiamata dagli Arabi *ghawdex* (nome tuttora in uso), rifonettizzando semplicemente il toponimo precedente Γαύδος, mentre alla Cittadella viene dato il nome di *k'sr* (Castello) o *Mdina* (da *madinah*, in riferimento alla città fortificata), a riprova dell'importanza che le veniva attribuita. Il nome è presente in un documento del 1585 (Bezzina, 2012), in cui si fa riferimento alla strada dell'entrata all'interno del Castello (*Bieb l-Imdina*). Anche il nome di Ir-Rabat deve la nascita a questo periodo: esso significa in arabo "sobborgo" proprio come l'omonimo Ir-Rabat di Malta è il sobborgo di Mdina.

Nel 1647 Gian Francesco Abela parla della Cittadella come un esempio di fortificazione araba, affermando che nel periodo in cui scriveva erano ancora preservate delle torri circolari di quell'epoca (Bezzina, 2012).

2.5. L'incastellamento e la saturazione dell'abitato

Un riferimento a una struttura difensiva è citato per la prima volta in un poema scritto da un uomo in esilio a Gozo, all'inizio della dominazione Normanna, iniziata nel 1090. Il poeta scrive che durante la notte era rinchiuso in un πύργος (Bezzina, 2012). L'archeologo Manwel Magri, un gesuita, nel tardo XIX secolo riferisce dell'esistenza di un *borg Geritu* all'interno della fortezza: in maltese antico *borg* significa "castello", mentre *Geritu*, secondo lo storico Victor J. Galea, potrebbe essere l'abbreviazione di Margeritu di Brindisi, un ammiraglio della flotta Normanna (Bezzina, 2012).

Si fa menzione per la prima volta di un *castrum Gaudisii* nel 1241, in relazione a un censimento commissionato da Federico II.

Con la fondazione dell'*Universitas Gaudisii* nel 1350, ovvero il consiglio comunale di Gozo, il *Castrum* divenne una *Terra*, termine col quale nei documenti della cancelleria reale aragonese ci si riferisce a una città circondata di fortificazioni e con un'amministrazione autonoma. Con la stabilità garantita dal nuovo istituto si assistette a un incremento demografico tra XIII e XIV secolo desumibile dallo sviluppo di un grande cimitero nei pressi di Ir-Rabat, resosi necessario per l'impossibilità della Chiesa di ospitare altre tombe all'interno dei suoi confini.

Coerentemente coi fenomeni urbanistici tipici dell'età medioevale, la regolarità della griglia romana venne quindi modificata adattandosi maggiormente alla conformazione orografica. La *Terra* fu quindi ricostituita con case lungo l'intero perimetro delle fortificazioni, saturando i percorsi preesistenti (fig. 4). Un gran numero di strade e vicoli erano state dotate di archi per assicurare il maggior spazio possibile. Quest'attività edilizia è documentata in uno dei più antichi testamenti conservati a Gozo, quello di Pinus de Pellegrino nel 1424, nel quale si menziona un *casamentum* (Bezzina, 2012), ovvero un'abitazione spaziosa divisa in alloggi dove potevano abitare più famiglie.

Attestata dal 1241 vi è una comunità ebraica composta da una trentina di abitanti, corrispondente all'incirca al 2,5% della popolazione, che nel 1492 arriva a contare 165 persone, tra i quali il dottore e il farmacista della città, la cui attività principale era il commercio. Lo storico locale Joseph Bezzina sostiene che il ghetto fosse collocato nella strada che corre parallela a Nord della Cattedrale.

2.6. La definizione di un tipo architettonico: l'esempio delle case a corte della Cittadella

Triq Melite Bernardo (fig. 5) continua ad essere in questo periodo un percorso matrice, lungo il quale si attestano

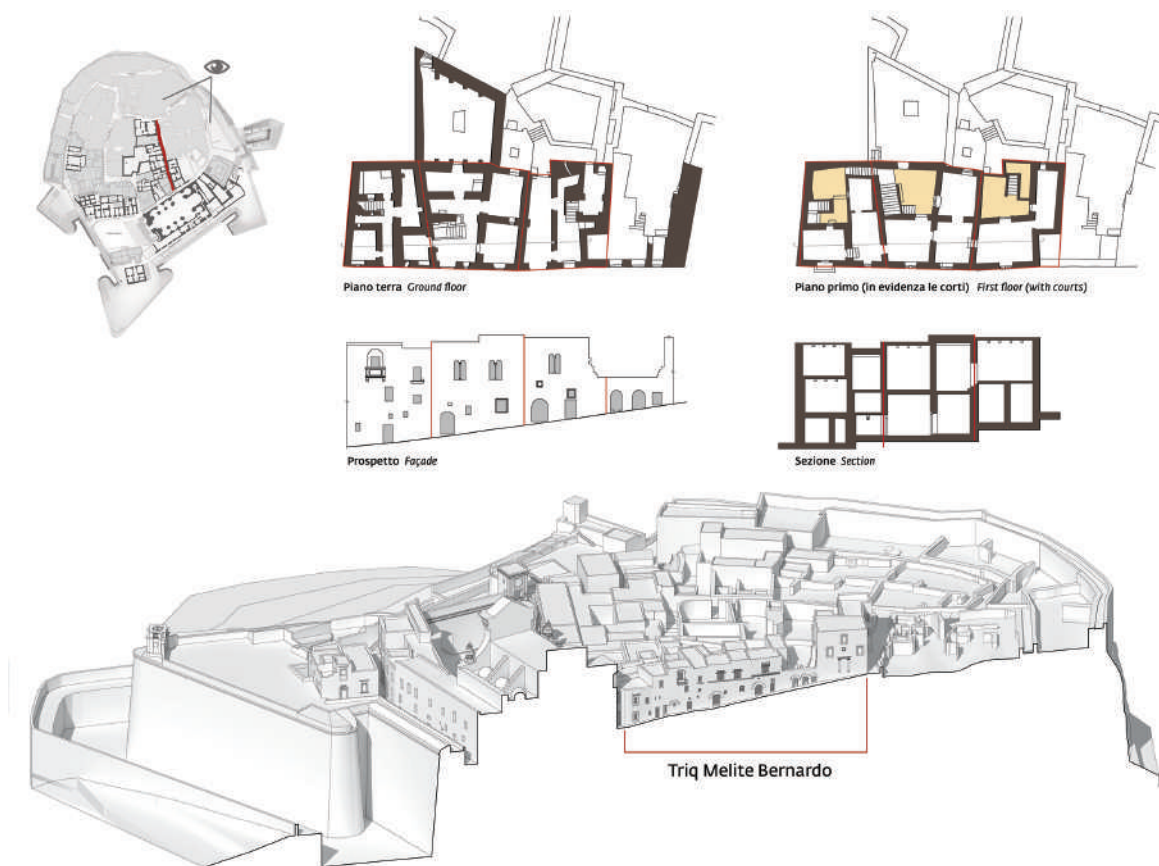


Fig. 5 Unità abitative lungo Triq Melite Bernardo. In giallo, le corti

ancora le abitazioni appartenenti alle classi più agiate come testimoniato dall'apparato decorativo di influenza chiaramontana, secondo uno stile comune ai territori del Regno delle Due Sicilie dominato dagli Aragonesi e di cui Gozo (il nome spagnolo con cui essi chiamavano l'isola) non faceva eccezione.

All'interno, queste abitazioni riflettono in parte la distribuzione dei vani tipica delle case a corte mediterranee di influenza araba: una corte centrale nella quale trovano posto le scale, attraverso le quali si accede al livello superiore destinato all'alloggio. Le aperture verso l'esterno sono ridotte, dal momento che la corte è la principale fonte di aerilluminazione.

L'approvvigionamento idrico nella Cittadella avveniva originariamente tramite pozzi presenti all'interno delle corti, che sfruttavano sia le falde acquifere, attraverso uno scavo fino allo strato argilloso che li rendeva vere e proprie scorte idriche in caso di siccità, sia l'acqua piovana, tramite un sistema di raccolta delle acque che provenivano da tetti e terrazze. Quando le stagioni aride limitavano l'apporto d'acqua, gli abitanti si recavano nella vicina Fontana dove attingevano a una fonte che poteva contare su una falda ben dieci volte più estesa di quella situata al di sotto della Cittadella.

Le particolari condizioni orografiche e topografiche della Cittadella hanno tuttavia condizionato la declinazione del tipo base definendo una variante sincronica, ovvero una divergenza che si manifesta contemporaneamente ad esso. Ipotizzando un processo di formazione per le tre unità abitative, ovvero di successione nel tempo delle modifiche avvenute nel tipo a partire da una possibile configurazione elementare, si può affermare che la considerevole pendenza della strada abbia influenzato la disposizione degli elementi

in modo da favorire una soluzione che evitasse lo scolo dell'acqua piovana verso gli ambienti della casa, disponendo l'ingresso.

In un primo momento le abitazioni erano ad un unico livello con il costruito, che si attestava ortogonalmente al percorso su un solo fronte. Una volta occupato il fronte opposto al percorso, la fase successiva ha visto l'addossamento delle cellule sui muri del recinto. La scala si è resa necessaria quindi solo in un momento successivo per condurre al secondo livello.

Le tre abitazioni sono state rifuse in seguito all'acquisto da parte del governo nel 1981.

Il materiale da costruzione adoperato è quello tipico dell'edilizia maltese, la globigerina, una pietra calcarea locale di origine sedimentaria, il cui utilizzo è stato favorito dalla grande reperibilità all'interno dell'isola e alla sua facilità di lavorazione, che si presta bene al taglio in blocchi.

Lo spessore murario delle pareti esterne, a facciavista, spesso a doppio paramento con nucleo di riempimento, è compreso tra i 70 cm e i 120 cm, mentre i muri divisorii interni possono essere costituiti anche solo da un singolo paramento.

Il sistema costruttivo è diversificato tra piano terra e piano rialzato: nel primo vi sono degli archi di forma semicircolare o a sesto ribassato, formati da conci di pietra che supportano il solaio, costituito da lastre sottili di globigerina. Questi elementi denominati *xorok*, peculiari dell'architettura maltese, hanno delle dimensioni contenute per ovvie ragioni di carico, corrispondenti a circa 120 cm di lunghezza, 20 cm di larghezza e uno spessore di 8 cm.

Tale sistema caratterizza gli ambienti con una fitta trama di archi, di solito disposti a 120 cm l'uno dall'altro.

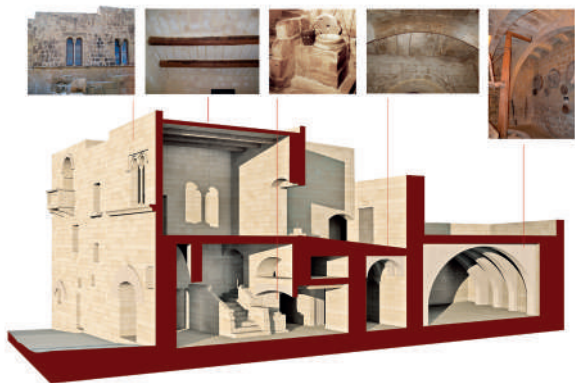


Fig. 6 Ricostruzione 3D degli ambienti relativi all'unità centrale, oggi Museo del Folklore. Si distinguono gli elementi caratteristici: la bifora di influenza chiaramontana in facciata, il pozzo accanto alle scale, i sistemi di copertura in globigerina (*xorok*) e il frantoio nella parte retrostante

In alcuni casi le lastre di pietra poggiano su una serie di mensole anch'esse di pietra disposte lungo le pareti laterali.

Al primo piano, invece, al posto degli archi vi sono delle travi di legno a supportare le lastre di pietra.

Per l'impermeabilizzazione delle coperture venivano utilizzati strati di pietrisco e ceramica schiacciata.

All'interno di una delle tre abitazioni è presente anche un frantoio, a testimonianza della vocazione produttiva e di autosufficienza della Cittadella (fig. 6).

2.7. L'avvento dei Cavalieri e l'assedio dei Turchi

La popolazione ebbe un incremento durante il XV e la prima metà del XVI secolo. È stato calcolato che intorno al 1530, alla fine della dominazione Aragonese, la popolazione di Gozo, concentrata nella Terra e Ir-Rabat, si aggirava intorno alle 5 000 unità (Wettinger, 1990).

Nello stesso anno, Carlo V, Imperatore e Re di Sicilia, concesse Malta e Gozo in feudo perpetuo al Sovrano Ordine Militare dei Cavalieri di San Giovanni di Gerusalemme, che avrebbero legato per sempre il proprio nome a quello dell'arcipelago.

Con l'avvento dei Cavalieri si ripristinò l'uso della parola *castrum*, mentre *Terra*, che in tardo latino medievale indicava la città fortezza, cadde in disuso nel giro di pochi anni. Da lì in avanti ci si riferì ad esso col termine *Castellum*, e le parole Castello e Gran Castello furono largamente impiegate nei documenti ufficiali.

Pietro Francesco Agius de Soldanis, nel suo *Il Gozo Antico-Moderno e Sacro-Profano* (1745) intitolò il capitolo sul Castello come *L'antica Città del Gozo*, spiegando così nella sua introduzione: *In ogni tempo il Gozo ha avuto la sua Città per dare ricovero al suo popolo, e questo che noi oggi chiamiamo Castello, e come altri dicono Gran Castello, anticamente città appellavasi, come colla tradizione degli antichi nostri ci attestano gli storici.*

Lo spartiacque temporale della cronologia degli eventi di Gozo è costituito dall'assedio dei Turchi guidati da Sinan Pasha, avvenuto nel 1551. Con il nemico posizionato alle pendici meridionali della Cittadella, tutta la popolazione in essa rifugiata si ammassò nelle abitazioni che avessero almeno una finestra sulla parte settentrionale delle mura, lasciata scoperta dai Turchi. Secondo lo studioso Stanley Fiorini circa 500 persone riuscirono a fuggire calandosi con delle corde e dirigendosi a nord e ad ovest dell'isola,

ammassandosi nelle grotte e nascondendosi nei pozzi per sfuggire al nemico.

Alla resa del Governatore, i Turchi depredarono ogni chiesa, cappella e casa, distruggendo tutto il resto, riducendo in schiavitù 5 000 persone e deportandole a Tripoli, dove si ritiene che i loro discendenti siano sopravvissuti fino ad oggi nella città di Tarhuna (Wettinger, 1990).

2.8. L'età delle fortificazioni

Durante l'assedio l'artiglieria nemica dovette certamente procurare ingenti danni alle mura, ricostruite in breve tempo senza gli apporti delle coeve teorie sulle fortificazioni. La Cittadella era praticamente rinata come una fortezza medievale. Il dato è riscontrabile in un disegno del 1582 di Matteo Perez d'Aleccio (fig. 7) che delinea un sistema difensivo tipico del XIII secolo impostato su mura verticali rinforzate da torri a base quadrata e alcune a base circolare forse residuali della fortezza araba (fig. 8a).

Nel 1567, Francesco Laparelli, l'ingegnere inviato da papa Pio V per disegnare la nuova città de La Valletta, visitò Gozo e progettò un ammodernamento del Castello, ma la mancanza di fondi impedì ulteriori sviluppi.

Il Gran Maestro Martin Garzes richiese più tardi i servizi di Giovanni Rinaldini, un ingegnere italiano che nonostante sconsigliasse, nel suo *Discorso sopra la fortificazione del Gozo*, del 1599, un rinforzo del Castello per via della larghezza inadeguata, delle fondamenta cedevoli e della sua vicinanza al colle Gelmus, che era della stessa altezza e quindi strategicamente pericoloso, fu esortato affinché portasse a termine l'incarico.

Egli progettò allora un arretramento del recinto meridionale medievale fino a una quota abbastanza alta da rendere meno vulnerabile la fortezza agli attacchi, ma questo ne ridusse le già esigue dimensioni e vide diverse abitazioni rase al suolo per l'opera.

I lavori, iniziati sul finire del 1599 e conclusi nel 1623, furono supervisionati dall'ingegnere militare maltese, Vittorio Cassar, che apportò numerose varianti al progetto

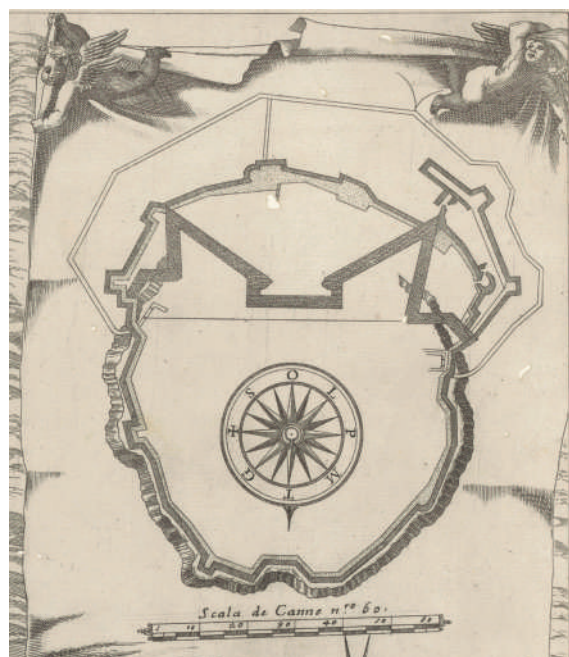


Fig. 7 Matteo Perez D'Aleccio, *Pianta [...] della fortezza dell'Gozo*, dettaglio (Malta, National Museum of Fine Arts)

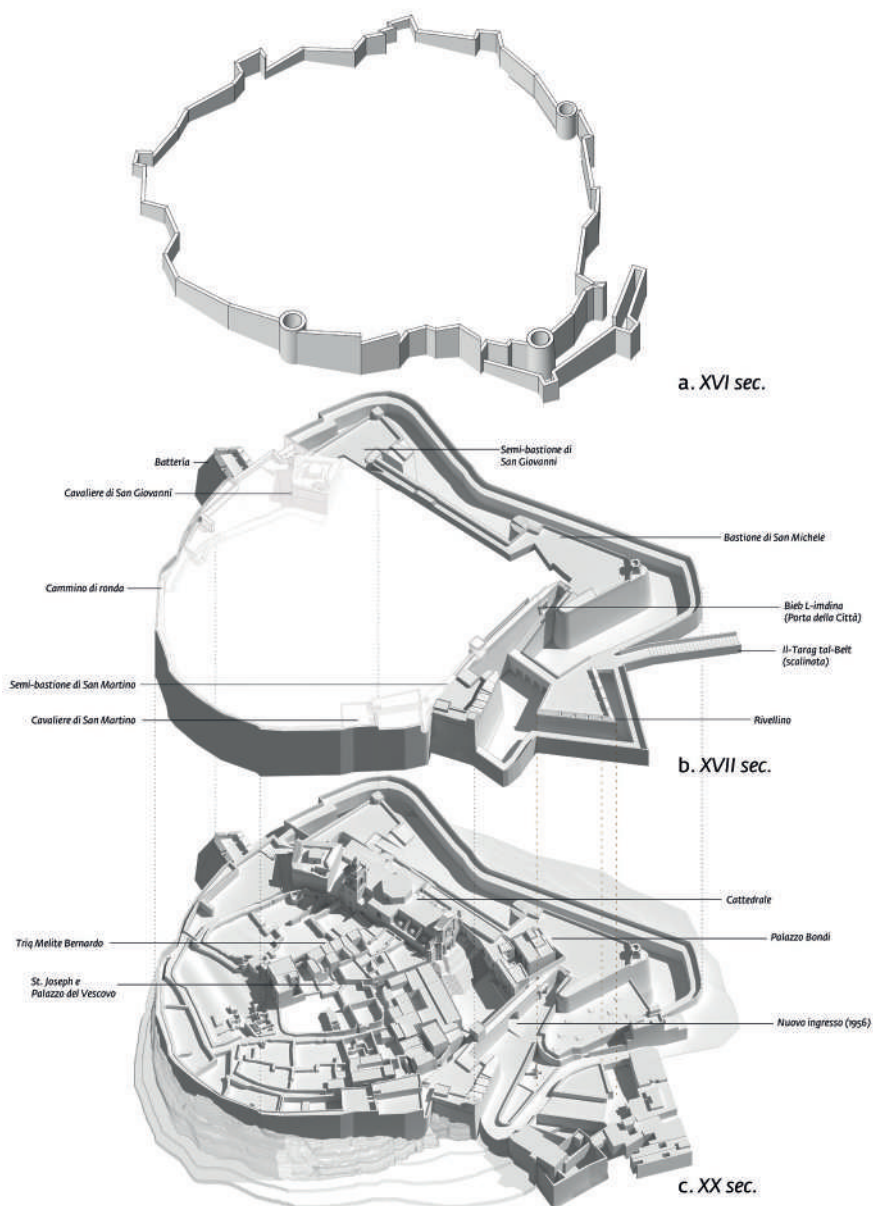


Fig. 8 Evoluzione del sistema difensivo della Cittadella

originario. Oggi si può vedere a Sud il grande bastione di San Filippo (in seguito rinominato di San Michele) che domina la città, protetto alle sue spalle da due possenti guardanaso, ad Est il cavaliere di San Giovanni e a Ovest quello di San Martino. L'apparato difensivo (fig. 8b) era arricchito dalla presenza di un rivellino, inglobato in una struttura visibile ancora oggi, e di un ponte, oggi scomparso (Spiteri, 1994).

Tali elementi sono tuttavia contenuti in un progetto di rinforzo dell'ingegnere militare Maurizio Valperga del 1670 (fig. 9), mai realizzato, in cui viene proposta la conversione del Castello in una struttura a stella e la recinzione del sobborgo di Ir-Rabat con una seconda linea di difesa bastionata circondata da un fossato a secco e che restituisce il tessuto urbano dell'epoca, sia del Rabato sia della Cittadella, confermandone la densità abitativa.

La ripresa edilizia che ha fatto seguito all'assedio è testimoniata dalla presenza di edifici specialistici di nuova edificazione, tra i quali il palazzo del vescovo Cagliares (1620) attiguo alla chiesa di St. Joseph e il coevo palazzo Bondi nei pressi dell'ingresso medievale (fig. 8c).

L'assenza, fino all'inizio del XVII secolo, di toponimi con *rahal* (villaggio) a Gozo, a differenza di Malta che ne conta circa cento nello stesso periodo (Spiteri 1994), dimostra che la popolazione era concentrata nel Castello e Ir-Rabat. Questo anche per effetto di un bando che obbligava gli abitanti di Gozo a ritirarsi nella Cittadella per la notte nel periodo in cui il mare era infestato dai pirati, da maggio a ottobre. Con la costruzione di torri costiere, a partire dal 1607, l'entroterra divenne più sicuro e nel 1637 il bando fu revocato.

2.9. Il declino della Cittadella e lo sviluppo di Ir-Rabat

A partire da questo momento inizia il declino della Cittadella, i cui abitanti iniziano ad abbandonare le proprie case per trovare maggiore spazio altrove. Il primo censimento ufficiale, nel 1667, mostrava che la crescita popolazione, decuplicata dalle poche centinaia del 1551 alle tremila del 1645, aveva favorito lo sviluppo degli insediamenti in tre direzioni: la città fortificata, il suo sobborgo, che assisterà d'ora in avanti a una crescente espansione, e i nascenti villaggi.

Nel 1693, Il terremoto di Noto, in Sicilia, provocò danni alle già diroccate abitazioni della Cittadella, segnandone

il definitivo spopolamento e cristallizzando l'aspetto caratteristico visibile ancora oggi (fig.10). Nel 1704, 17 case erano già in rovina e 56, abitate, versavano in pessime condizioni (Vella, 2007).

Le trasformazioni edilizie più importanti intercorse da quel momento sono ascrivibili all'erezione della Cattedrale (1697-1711) sulla precedente chiesa dedicata all'Assunzione della Vergine e danneggiata dal terremoto, all'ampliamento del sagrato scosceso ai suoi piedi con la demolizione di alcuni edifici (1880), alla costruzione del Palazzo Vescovile (1897) di fronte a quello di Giustizia, e alla controversa apertura nelle mura di un nuovo ingresso alla rocca (1956).

3. Conclusioni

La città alta e quella bassa sono parte di un contesto urbano inscindibile la cui analisi non può prescindere da quella della coesistenza o subordinazione delle due parti, per ragioni legate non solo all'orografia e alle risorse naturali che ciascuna offre, ma anche alle vicende storiche e alla cultura insediativa che ciascun popolo o civiltà ha portato con sé stabilendosi sull'isola. La dialettica che si instaura tra l'elemento alto, difendibile ma poco esteso e quello basso, più vulnerabile ma sviluppabile in estensione, diventa una cifra ricorrente nella storia del luogo.

L'assenza di una sistematica e approfondita indagine archeologica, oltre alla perdita di un grande numero di informazioni sui luoghi di rinvenimento dovuta anche alla precoce "riscoperta" delle antichità gozitaniche in un'epoca in cui l'indagine era avulsa dal contesto, rende possibile la formulazione di ipotesi sull'assetto urbano solo a partire dal periodo romano, che ci restituisce invece elementi più solidi. Attraverso l'analisi morfologica, la classificazione dei percorsi, lo studio del tipo e il confronto con il tessuto superstite si è tentato di ricostruire le



Fig. 9 Proposta di fortificazione della Cittadella e del Rabato di Maurizio Valperga, 1670 (Archives of the Order, AOM)



Fig. 10 Antichi quartieri abbandonati nella parte alta della Cittadella

principali fasi costruttive dell'abitato della Cittadella. Il ruolo dell'interpretazione diventa in tal senso una risorsa preziosa che ci aiuta a ricostruire un territorio in un determinato contesto, nella sua identità così peculiare eppure intrisa di dinamiche di sviluppo comuni a tutto il bacino mediterraneo.

Bibliografia

- Bezzina, J. (2012). *Victoria: a portrait of a city*. Malta: Gutenberg Press.
- Bonanno, A. (1990). "The archaeology of Gozo: from prehistoric to Arab times" in Cini, C. (ed.). *Gozo: the roots of an island*. Malta: Said International.
- Bonanno, A. (1992). *Roman Malta: the archaeological heritage of the maltese islands*. Malta: World Confederation of Salesian Past Pupils of Don Bosco.
- Caruana, A. A. (1898). *Ancient Pagan Tombs and Christian Cemeteries in the Islands of Malta Explored and Surveyed in the Year 1881 to the Year 1897*. Malta: Government Printing Office.
- Cini, C. (1990). *Gozo: the roots of an island*. Malta: Said International.
- De Leo, V., Germanò, G., Intini, S., Mauriello, M., Nuzzi, A. & Sciannameo, S. (2013). *Studio dei caratteri dell'architettura maltese, Gozo, Ir-Rabat. Riammagliamento del tessuto della Cittadella e riqualificazione dell'area periferica di Ir-Rabat*. Tesi di laurea in Architettura (inedita), Politecnico di Bari.
- Fiorini, S. (1986). "The Resettlement of Gozo after 1551". *Melita Historica* 9(3), pp. 203-244.
- Gauci, A. (1966). *Gozo – an historical and tourist guide to the island*. Malta: St. Joseph's Home, Hamrun.
- Germano', G. (2020). "La cittadella di Gozo a Malta: rigenerare attraverso l'identità". *U+D Urbanform and Design* 14 (VII), pp. 184-188.
- Spiteri, S. C. (1994). *Fortresses of the Cross*. Malta: Heritage Interpretation Service.
- Tempio, A. (2008). "Malta in età greca: fra *emporoi* e *apoikoi*" in Bonanno, A. & Militello, P. (eds). *Malta in the Hyleans, the Hyleans in Malta, Malta negli Iblei, gli Iblei a Malta*. Palermo: Officina di Studi Medievali.
- Vella, G. (2007). "Settlement dynamics at Rabat. Gozo". *The Sunday Times, Malta*, November 11, pp. 60-61.
- Wettinger, G. (1990). "The history of Gozo from the early Middle Ages to Modern Times" in Cini, C. (ed.), *Gozo: the roots of an island*. Malta: Said International.

TELHADOS DE TESOURO DA RIBEIRA DE TAVIRA — MODELOS E TIPOLOGIAS DE CASAS NOBRES ENTRE OS SÉCULOS XV E XVI

Ana Isabel Nascimento Santos

Universidade de Évora
ains.arquitectura@gmail.com

Palavras-chave: telhados de tesouro, Ribeira, Tavira, casa nobre

Introdução

Tavira, em desenvolvimento económico desde a Reconquista, beneficia de posição geoestratégica em relação às praças conquistadas em Marrocos e com os negócios da expansão que atraem famílias nobres. A consequentemente maior procura por novas habitações desencadeia, nos espaços ribeirinhos, a formação de novos quarteirões habitacionais, cumpridores das mais recentes normas urbanísticas, com a construção de edifícios desenvolvidos através da sucessão de volumes quadrangulares, robustos e facilmente replicáveis, que passam a ser cobertos por múltiplos *telhados de tesouro*, a principal característica da tipologia de casa nobre urbana formada entre o final do século XV e o XVI no Algarve.

Os *telhados de tesouro* diferem de outras tipologias de coberturas portuguesas mais vulgares e com asnas em madeira nomeadamente pela posição da linha que se localiza a um terço da altura do vão a cobrir e por cada estrutura corresponder individualmente a cada compartimento da habitação – telhados múltiplos. São ainda geralmente construídos com inclinações superiores a 45°, o que possibilita a subida do ar quente, que se aloja no topo da cobertura, o que promove algum conforto no espaço habitável da casa, resposta essencial ao clima quente da região.

Pouco divulgados e/ou investigados, do ponto de vista da arquitetura, os *telhados de tesouro* foram, em 2015, alvo de uma dissertação de Mestrado intitulada *Tavira, Patrimónios do Mar – da Ribeira à Casa Nobre de Quinhentos – o caso dos telhados de tesouro* que avançou um pouco mais sobre o tema e que será aprofundado pelo presente artigo com vista a novas conclusões.

1. O Porto de Tavira e a expansão urbana dos séculos XV e XVI

O início da Expansão Portuguesa no Algarve é assinalado pelo desembarque do rei D. João I, em Tavira, após a Conquista de Ceuta em 1415 (Vasconcelos, 1999, p. 67). O porto da cidade, era à época um dos mais importantes do Algarve e, após a Reconquista, *o de maior movimento para o estrangeiro: fornecia 96 marinheiros do conto, a quem o Rei concede em 1282, privilégios iguais aos dos marinheiros de Lisboa* (Iria, 1956, p. 165). Era também o mais abrigado, com melhores condições de ancoragem e o mais próximo do norte de África.

Várias vezes aportaram em Tavira os reis de Portugal, fazendo virar as atenções das empresas e da própria corte para o litoral do Algarve. Para lá faziam convergir a maioria dos recursos materiais e humanos, navegação e muito trato comercial.

Segundo a Carta de confirmação da elevação de Tavira a Cidade em 16 de março de 1520, presente no Livro 1.º de Registo dos Tomos da Câmara, 1733, fls. 16-17, esta mereceu novo estatuto graças ao *mayor crecimiento e por ser considerada [...] huma das principaes Villas de nossos Reynos e munto povoada de fidalgos, cavalleiros e outra gente de mericimento e que estão sempre aparelhados pêra nos servirem com armas homens cavallos navios e como por todas estas rezoeis de couza justa que a dita villa façamos o acreçentamento de honra [...]*. As comitivas régias, compostas por centenas de pessoas, passam a distribuir-se pelas habitações de Tavira, a quem os moradores se viam obrigados a prestar aposentadoria, criando inclusive para esse controlo a figura do aposentador-mor (Vasconcelos, 1999, p. 72).

Por esta altura começam por formar-se novos quarteirões ao longo do curso do rio e em clara posição de controlo em relação ao porto. Para confirmar esta hipótese, vamos encontrá-los perfeitamente estabelecidos na “Planta de la Ciudad de Tavilla”, presente no Atlas de Leonardo de Ferrari de 1655, cópia do original perdido executado entre 1542 e 1568 (Silva, 2008). Sendo, portanto, bastante provável que as novas habitações tenham começado a ser construídas por altura da elevação de Tavira a cidade (1520) e, muito em parte, devido ao reforço dos privilégios já mencionados. É ainda referido pelas “pautas” de 1590 que moravam em Tavira 22 famílias nobres; situação que evolui para 49, a maior parte oriundas do lugar ou aqui fixadas segundo os “assentos” da Câmara de 1605 a 1666; e era rara a família que não participasse com vereadores, na administração municipal (Castro, 1751, p. 576).

O sítio de Tavira, que conjuga a vantagem de porto abrigado e recuado em relação à foz do rio, permitiu com alguma facilidade a expansão do aglomerado urbano do interior das muralhas medievais para os espaços ribeirinhos. A deslocação acontece de forma precoce em Tavira, visto que, já no século XIV as tercenas (armazéns navais) figuravam junto ao rio, por existir registo de um incêndio no local, provocado por D. Afonso XI de Castela em 1338 (Iria, 1956, p. 163).

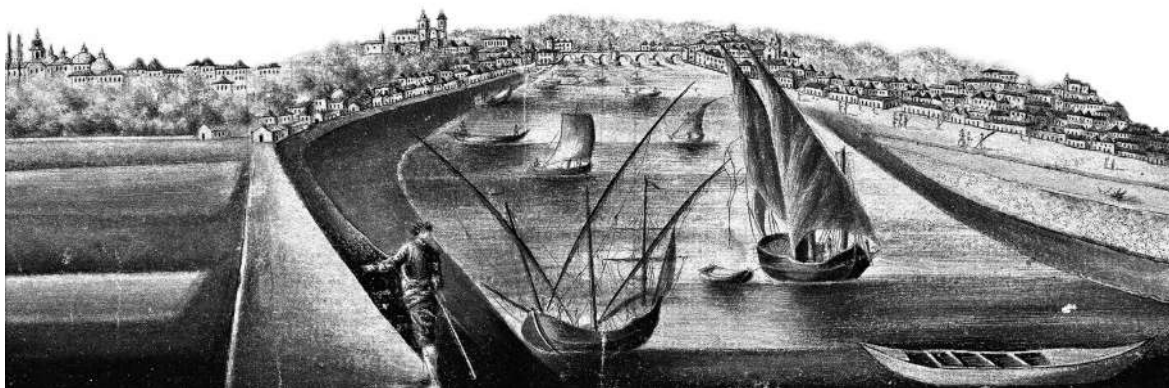


Fig. 1 *Prospecto*: Tavira vista do rio, a sul, desde a Bateria do Registo, 1797 (José de Sande de Vasconcelos, Sociedade de Geografia de Lisboa)

A posição estratégica, fundamental para a defesa da costa do Algarve, que relaciona as vias de comunicação terrestres com as rotas marítimo-fluviais reconhece-se neste território pelas semelhanças com outras cidades marítimas portuguesas: virada a sul, recuada em relação à foz do curso de água que a percorre e abrigada por acidentes geográficos naturais (Ria Formosa).

Identifica-se também a predominância de um eixo viário principal (Caminho Antigo), que estrutura a evolução urbana da cidade e se constitui paralelamente ao mar e que, vindo de Castro Marim, transpõe o rio no local possível (ponte antiga) e prossegue pela Rua Nova Grande para Faro.

Entre os séculos XV e XVI traçam-se novos eixos viários e espaços abertos com características e funções semelhantes às de outras cidades-marítimas portuguesas em desenvolvimento: a Carreira de S. Lázaro (atual Rua Almirante Reis, a mais extensa da cidade), a Rua Direita da Ribeira (Rua Dr. Parreira, estreita e retilínea, interligava espaços públicos de diferentes funções, conduzindo-os aos armazéns do porto), a Rua Nova Grande (Rua da Liberdade, principal rua de comércio da cidade), a Rua Nova Pequena (Rua Alexandre Herculano) e os lugares de encontro como o Largo da Alagoa, a Praça da Ribeira (Praça da República), o Rossio da Atalaia (onde se realizavam feiras e exercícios militares) e a Corredoura (onde passava e se vendia o gado).

2. A Praça da Ribeira: centro da vida social e económica

As denominadas “ribeiras”, centro da vida económica e social das cidades, banhadas por rio ou mar do reino, começam por ser espaços livres, localizados na margem da linha de água ou à beira-mar, onde acontecia tudo o que se preteria na zona “nobre” da cidade. De conceito generalizado de “ribeira”, enquanto espaço à margem, onde se doam pardieiros (casebres/choupanas) em 1287, passamos à afirmação de um espaço identitário na cidade onde, em 1415, no reinado de D. João I, acontecia mercado diário e se formalizavam testamentos, como atesta a *sentença de 1504 sobre as Boticas da Praça serem do Concelho*, dada por El-Rei D. Manuel, averbada a f. 84 de L. 1.º do Registo da Câmara (Iria, 1956, p. 295).

A Ribeira circunscreveu-se, na generalidade, a uma das margens do rio Gilão. Até à segunda metade do século XVIII cresceu e consolidou-se com base na Ribeira de Lisboa, *modelo quer no Reino quer no Império Ultramarino* (Caetano, 2008). Como na capital, verifica-se em Tavira a associação de vários equipamentos portuários no espaço

da Ribeira – praia, porto, alfândega, estaleiro naval e mercado –, a área mais privilegiada da cidade, confirmada pela estadia, em 1573, do Rei D. Sebastião nas casas da família Corte Real, no bairro da Ribeira (Iria, 1956, p. 114).

A jusante da ponte começam por formar-se quarteirões paralelos ao rio, inscritos segundo novas normas urbanísticas, que se aplicaram com grande velocidade através da marcação de lotes, por replicação ou multiplicação. Estas operações, executadas não só nas vilas antigas como nos territórios recém-conquistados eram de *fácil execução e exigiam, no limite, uma só corda e uma só dimensão padrão. E por isso ao alcance de qualquer povoador, por superficial que fosse a sua formação específica em matérias de Geometria* (Dias Coelho et al., 2013, p. 80).

3. Casas nobres da Ribeira de Tavira

3.1. Influências

No contexto geográfico algarvio, os primeiros modelos de habitação nobre assemelhavam-se a atalaias ou casas-torre, de raiz quadrangular e compacta, próximas aos solares primitivos do Norte. Incluíam-se no sistema de defesa português do litoral, desenvolvido por D. Dinis no final do século XIII. Destinavam-se a receber famílias nobres com funções militares na região: *os primeiros solares eram simples torres quadrangulares, extremamente pesadas nos seus grossos muros, com poucas aberturas [...] tratar-se-iam de novos edifícios destinados a suprir um determinado número de solicitações, nomeadamente como fortalezas e casa de habitação* (Azevedo, 1988, p. 8). As torres, justapostas a algumas habitações nobres, embora não se confundindo com o modelo, terão herdado dele a planta quadrangular, o aspeto compacto e o desejo de construir em altura, sendo que dois pisos conjugados com os elevados *telhados de tesouro* constituíam à época uma evolução construtiva (Caldas, 2007).

Recebem também da “casa chã” do Sul (de tradição mediterrânica) a horizontalidade, a expressão do reboco e da cal, a austeridade e robustez dada através da procura do essencial.

3.2. Tipologia e construção

Presente na paisagem urbana das principais cidades-porto do Algarve entre os séculos XV e XVI: Lagos, Faro e Tavira, a casa nobre fundada à época representa a estandardização do tipo de habitação formada nos finais do século XV e corresponde em termos de arquitetura

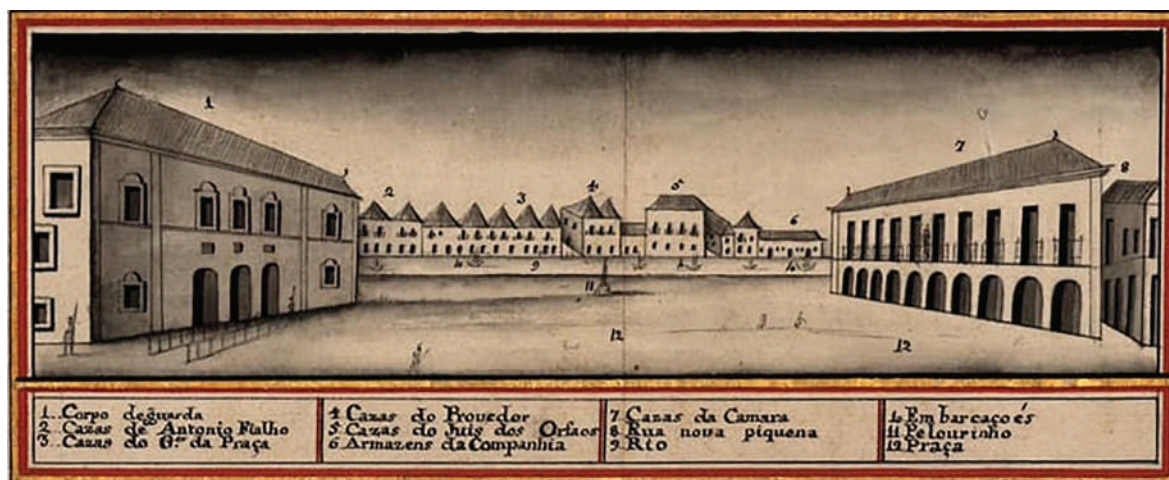


Fig. 2 Vista da Praça da Ribeira de Tavira oferecida ao bispo de Beja D. Manuel do Cenáculo, 1770-1802 (José Justiniano Henriques, Arquivo Municipal de Tavira)

portuguesa ao “estilo chão” nacional (Correia, 1991). O aparato social característico, dado pela sucessão de *telhado de tesouro* bastante altos e inclinados, é reforçado pelo aparecimento da heráldica nos edifícios e com o reforço do papel do *encomendador* e/ou da encomenda que passa a ser feita *ao romano* ou *ao antigo* como consta na documentação portuguesa da época (Haupt, 1986, p. 16).

A rápida divulgação e implementação da recente tipologia de casa nobre formada terá certamente relação com a formação de originais escolas decorativas na região, de que se destaca, a de André Pilarte, que a funda em Tavira (de onde era natural) após colaborar com João de Castilho na edificação do Mosteiro de Belém, em Lisboa (Correia, 1987).

Entre os séculos XV e XVI as frentes urbanas da Ribeira de Tavira passam a definir-se pela racionalidade da sucessão das fachadas, com as paredes construídas em alvenaria de pedra, com os lotes a desenvolverem-se em largura e profundidade. A escolha do sistema construtivo revela-se importante na medida em que é necessário definir o local exato da construção das paredes meeiras que irão suportar as coberturas, calcular o vencimento dos vãos dados pelas dimensões do vigamento de madeira (limitadas) e ainda libertar a fachada para as aberturas.

Os edifícios distribuem-se por dois pisos autónomos, com serviços no andar térreo ou espaços de apoio às atividades náuticas e habitação no andar nobre. Essa hierarquia salienta-se na fachada pela valorização estética do andar nobre, que contém os vãos maiores, com janelas de sacada, ao passo que, no piso térreo as janelas de peito, limitadas ao indispensável, onde as caixilharias funcionam como “janela-portada”, para controlo da temperatura, segurança e privacidade. No modelo original a ausência de vidro era compensada pela integração de reixas, armadas em grelha de madeira para permitir a entrada de luz e promover a ventilação interior, fundamental nestas áreas quentes e húmidas.

Os elementos construtivos, maioritariamente executados com materiais naturais conferem ao exterior das habitações grande robustez e austeridade. Referimo-nos à pedra, ao beiral e à subtelha cerâmica, ao caniço, às cantarias dos vãos, socos, cunhais, às próprias massas caiadas que protegem as paredes e conformam a volumetria das habitações.

3.3. Organização espacial

Nas casas nobres mais antigas visitadas em Tavira, nomeadamente as que se localizam junto ao rio, os interiores mantêm a matriz medieval. A inexistência de corredores e a forma como a sucessão de espaços era feita à época, por replicação sucessiva dos espaços, constituiu a sequência: sala-câmaras (Mattoso, 2011).

A sala é o espaço principal do piso nobre, que confronta com a rua e, só para lá dela, sucedem as restantes câmaras (quartos) que correspondem às áreas mais reservadas da habitação, que dão para o pátio ou jardim (quando existe).

O piso térreo destina-se aos serviços, muitas vezes empedrado ou em terra batida, com continuidade para o pátio ou logradouro e distribuição para o andar nobre pelo exterior. Os espaços exteriores contribuem para a salubridade do edifício, fornecem espaço para despejos e atividades de lazer ou trabalho e, ao centro, contêm geralmente um poço ou uma fonte, e são quase sempre rodeados por vegetação. Em época de fome, peste ou guerra estes espaços abertos representavam importantes reservas alimentares intramuros.

A cozinha, marcada pela chaminé de grandes dimensões no caso das habitações mais antigas, situa-se frequentemente nas traseiras do andar nobre, acessível por escadaria exterior de pedra que desembocava numa varanda ou patim. Esta localização facilita o acesso aos géneros alimentícios e evita a contaminação dos restantes espaços com fumos e cheiros indesejáveis.

4. Telhados de tesouro de Tavira: características, incidência e dispersão

4.1. Características

Fora dos padrões tradicionais da construção, os *telhados de tesouro* conduziram a diversas especulações. Só através de estudos académicos recentes se tem vindo a comprovar que estão perfeitamente enquadrados naquilo que se define como construção corrente portuguesa, praticada entre o início do século XV e o final do século XVIII (Sarrazola *et al.*, 2013, p. 3).

A originalidade dos *telhados de tesouro*, em relação a outras tipologias de cobertura mais comuns, que utilizam tesouras, assenta nas características singulares do processo construtivo e, sobretudo, no facto dos primeiros cobrirem de forma independente cada divisão da habitação,



Fig. 3 Ribeira de Tavira, 1888 (Arquivo Família Andrade)

fazendo com que se adivinhe o espaço interior a partir do exterior – telhados múltiplos.

Os princípios construtivos aplicados a estas coberturas são: a adoção da planta livre quadrangular, facilmente replicável; o cumprimento de inclinações superiores a 45°; o assentamento direto nas paredes-mestras do edifício, permitindo a existência de um teto de caixão do tipo “masseira” nas salas do piso nobre; a inexistência de uma altura fixa dada pela dimensão dos compartimentos (tão mais altos quanto maior o vão a cobrir); a utilização de caniço no forro para fixação da telha e função complementar de isolante natural; o emprego de telhas claras e de fabrico tradicional (Santa Catarina); o recurso à quebra da *baratilha* e beiral revirado.

De geometria elementar, as asnas destes telhados são constituídas por linha, pernas e em alguns casos pendural. O comportamento estrutural é equivalente ao de um arco de três rótulas: o esforço atua sobre as pernas, que trabalham à compressão, e a linha absorve a componente horizontal deste esforço. Identificam-se também características das asnas de nível, pela posição da linha a um terço da altura, com *vantagem de dar aproveitamento à parte central do sótão da edificação onde é aplicada* visto que *“quanto maior for o vão que esta asna ressalva, mais pé direito se obtém no centro do edifício para o seu sótão que muito bem se pode adaptar a qualquer fim. (...) A armação, que resulta da disposição destas, torna as coberturas mais resistentes a fenómenos sísmicos e versáteis construtivamente, permitindo uma boa armação para a sua cobertura e a utilização de qualquer sistema de telhado* (Costa, 1995, p. 11).

O elemento vertical (pendural) surge posteriormente na construção para facilitar a união entre as pernas. No caso das asnas de *tesouro*, a linha passa a estar carregada a meio-vão e sujeita à tração, à flexão e ao esforço de corte nesta zona. Esta questão resulta na deformação do perfil da cobertura que, com o tempo, se aproxima a uma hipérbole quando em união com os pares.

Na versão mais simples, os *telhados de tesouro* não apresentam qualquer tipo de teto e sim a estrutura à vista. Deste modo, permite-se que o ar quente e húmido suba, fazendo com que o espaço habitado se mantenha fresco pela constante circulação do ar provocada pela abertura dos vãos do piso nobre. A colocação das telhas permite a saída do ar quente que se aloja no alto, junto do telhado. A capacidade relativamente isolante do forro de caniço, colocado entre a armação de madeira e a telha, complementa a contribuição para o conforto térmico na habitação.

4.2. Incidência e dispersão

Em Tavira, os telhados de tesouro registam a maior incidência e dispersão e definem o perfil característico da cidade. As quatro águas muito inclinadas e a cor clara das telhas, de fabrico tradicional e local (Santa Catarina), conferem à paisagem urbana da cidade grande coerência formal. Numa fase inicial, começam por ser aplicadas apenas nas “casas da frente”, das principais artérias da cidade. Pelo carácter evolutivo e replicável distribuem-se mais tarde pelas novas divisões da habitação (telhados múltiplos), dependendo da disponibilidade financeira do *encomendador*.

Podemos encontrá-los, ainda hoje, ao longo do rio Gilão: nos bairros da Ribeira, nas antigas Rua Nova Grande e Rua Nova Pequena, no Largo da Corredoura, Largo da Alagoa, ao longo do Caminho Antigo ou em alguns locais intramuros que estabelecem ligação privilegiada com o rio, como é o caso do Palácio da Galeria. Em geral, estas construções estão associadas a ruas de grande tráfego e muito particularmente ao Caminho Antigo que saía de Castro Marim, passava o rio e seguia para Faro (Cavaco, 1976, pp. 49-54).

Para além das principais cidades algarvias em desenvolvimento entre os séculos XV e XVI, ou dos exemplares registados em casas senhoriais da Madeira (Mestre, 2002), os *telhados de tesouro* terão existido em muitas outras cidades litorais ao longo da Rota do Cabo e na Índia, tocados pela ocupação e arte de construir portuguesa, com uso bastante generalizado em cidades do Oriente. Observam-se no conjunto de telas de Goa dos princípios do século XIX, da coleção Alpoim Galvão, que confirmam o carácter sistemático da sua construção nos grandes palácios das margens do Mandovi ou através das gravuras minuciosas e exatas desenhadas por A. Lopes Mendes, há pouco menos de um século, que o reforçam com profusão.

Considerações finais

Partindo de características construtivas, da incidência e dispersão dos *telhados de tesouro* ainda existentes em Tavira, a presente investigação baseia-se na experiência obtida em visitas e levantamentos feitos em distintas casas nobres da cidade. Para a correta diferenciação entre os exemplares antigos e recentes tornou-se esclarecedor o cruzamento com descrições e desenhos indispensáveis à aproximação ao período em que foram originalmente construídos (séculos XV-XVI). Posto isto, o presente artigo tem como principal objetivo sintetizar informações reunidas sobre os *telhados de tesouro* da Ribeira de Tavira, expor a originalidade do seu aparecimento e uma tentativa de enquadramento no panorama da construção tradicional portuguesa.

Já em acelerado desaparecimento, apontam-se como principais causas: o domínio privado da maioria dos exemplares; a conservação complexa e/ou dispendiosa; a indiferenciação em relação a coberturas de asnaria mais vulgares (o que tem levado, em limite, à substituição por coberturas planas); a omissão na coleção da Arquitetura Popular Portuguesa (porventura devido ao carácter erudito das mesmas); as imposições legislativas, referentes ao escoamento das águas pluviais das coberturas (consultadas no Arquivo Distrital de Faro), que constam nas Posturas Municipais, B/A 4-2, art.º 1.º, 29 de julho de 1872, que ditaram profundas alterações na configuração

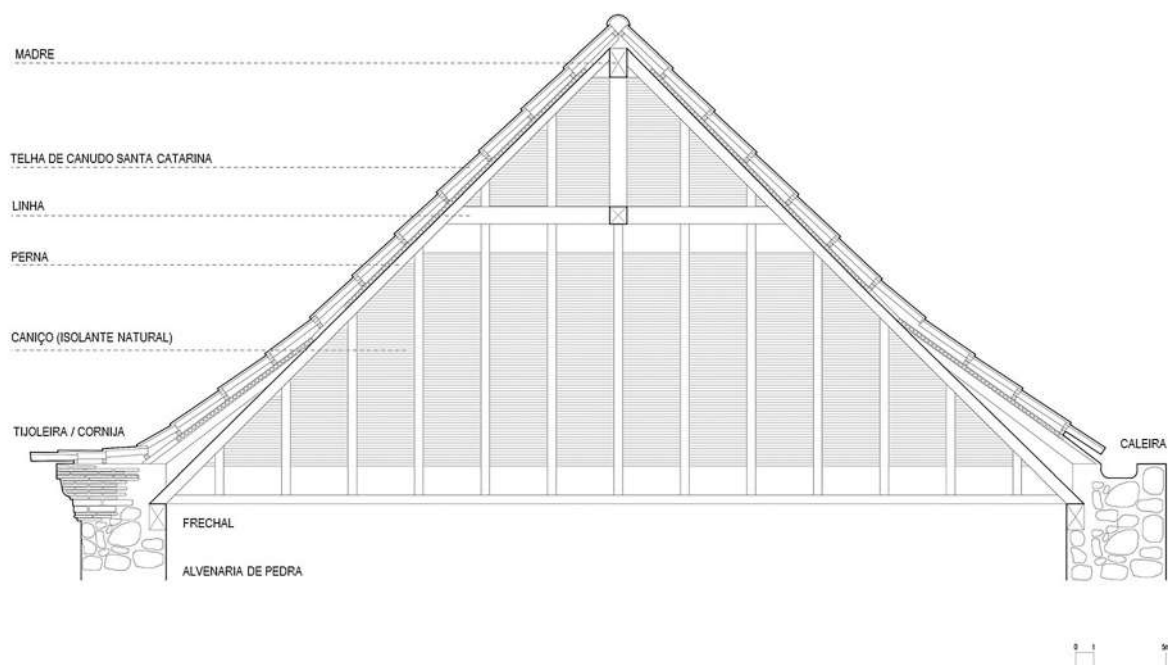


Fig. 4 Pormenor de *telhado de tesouro*

das coberturas em Portugal após o século XIX; e, das mais relevantes, a cada vez menor partilha oral das técnicas construtivas necessárias à sua execução pelos mestres carpinteiros, a maioria aposentados ou desaparecidos pela idade avançada.

Só em 1985, o Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira, elaborado por Carlos Duarte e José Lamas, divulga o levantamento e caracterização dos exemplares existentes, que contribui para posterior classificação como património de interesse municipal. Mas que se torna insuficiente. Daí, de forma praticamente irreversível, os *telhados de tesouro*, construídos com base em conhecimentos de arquitetura militar portuguesa, símbolo de adaptação a diversos territórios, que sobreviveram a catástrofes naturais (como o Terramoto de 1755 que destruiu Lagos e “maltratou” Faro) começam a faltar em locais onde já eram raros. E, por todos os motivos apontados, se revela indispensável a divulgação destas investigações.

Bibliografia

- Afonso, I. (2006). “Telhados de Tesouro em Faro”. *Revista Monumentos*, 24, pp. 50-55.
- Azevedo, C. (1988). *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Horizonte.
- Caetano, C. (2008). *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (século XV-XVII)*. Lisboa: Pandora.
- Caldas, J. (2007). *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*. Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- Carita, H. (1995). *Palácios de Goa: Modelos de Arquitectura Civil Indo-Portuguesa*. Lisboa: Quetzal.
- Castro, A. (1751). *Política moral e civil, Aula da Nobreza Lusitana*, tomo IV, Lisboa.
- Cavaco, C. (1976). *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.
- Correia, J. E. H. (1987). *André Pilarte no Centro de uma escola regional de arquitectura quinhentista*. Coimbra:

- Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.
- Correia, J. E. H. (1991). *Arquitetura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa: Presença.
- Costa, F. (1995). *Enciclopédia Prática da Construção Civil, 2 – Asnas de Madeira*. Lisboa: Portugalíia.
- Dias Coelho, C., Monteys, X. & Costa, J. (2013). *Os Elementos Urbanos*. Lisboa: Argumentum.
- Duarte, C. & Lamas, J. (1989). *Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira*. Lisboa: Direcção-Geral do Equipamento Regional e Urbano.
- Haupt, A. (1986). *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Presença.
- Iria, A. (1956). *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. II, Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Mattoso, J. (2011). *História da Vida Privada em Portugal*, II. Lisboa: Temas e Debates.
- Mestre, V. (2002). *Arquitetura Popular da Madeira*. Lisboa: Argumentum.
- Ribeiro, O. [1961] (2013). *Geografia e Civilização: temas portugueses*. Lisboa: Letra Livre.
- Santos, A. (2015). *Tavira Patrimónios do Mar – da Ribeira à casa nobre de quinhentos – o caso dos telhados de tesouro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora.
- Sarrazola, J., Sousa, A., Caldas, J. & Oliveira, L. (2013). “Telhados e tectos de asnaria, uma constante na construção portuguesa do gótico ao barroco”. *Livro de Actas – Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*. Pod Editora.
- Silva, J. (1995). *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR.
- Silva, L. (2008). “Uma planta inédita do século XVI”. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.
- Teixeira, M. & Valla, M. (1999). *O urbanismo português: séculos XIII a XVIII, Portugal – Brasil*. Lisboa: Horizonte.
- Vasconcelos, D. (1999). *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.

VILA DA FUZETA, ENTRE O MAR E A TERRA REVELAR ARQUITETURAS, PERCURSOS E HORIZONTES LAGUNARES

Pedro Miguel Mascarenhas de Brito

Departamento de Arquitetura, Universidade de Évora
bripedro93@gmail.com

João Gabriel Candeias Dias Soares

CHAIA, Universidade de Évora
jgds@uevora.pt

Palavras-chave: sistema lagunar, Fuzeta, arquitetura efémera, horizonte

Introdução / Metodologia e recursos consultados

Este trabalho, desenvolvido no âmbito de Dissertação de Mestrado em Arquitetura¹, propôs-se estudar metodologicamente, de modo interdisciplinar, a vila da Fuzeta e o seu território. Encarando como premissa a elaboração de um projeto de arquitetura, com todas as ferramentas próprias da prática, adotou-se uma metodologia de investigação pelo projeto – *research by design*. Foram realizados levantamentos no local, quer fotográficos, quer de mapeamento/desenho do território e dos elementos arquitetónicos mais significativos, assim como levantamentos de memórias e experiências junto da população, de modo informal. Paralelamente, foi realizado um levantamento bibliográfico de diversas fontes documentais escritas e gráficas que permitiu encontrar convergências e imaginários próprios da vivência empírica do lugar. Desenvolvidas em simultâneo, a proposta de projeto e a investigação consolidaram-se mutuamente, definindo uma estratégia de abordagem de projeto. O *corpus* “teórico” do trabalho resultou numa sistematização da informação em capítulos numa lógica de escala de aproximação. Do território à definição de sítio e lugar (evolução urbana e arquitetónica da povoação), à perceção do lugar, às arquiteturas primitivas e arquétipos – no desenho de uma proposta de projeto como ensaio.

A Fuzeta carinhosamente apelidada de *branca noiva* (Andrade, 2002, p. 41) tem vindo a desligar-se “do mar” com as construções de grande escala que a

têm amuralhado, entaipando o engenhoso sistema de açoteias e mirantes que subsistem como último reduto de um passado distinto. Esta investigação multidisciplinar propõe um novo olhar sobre a arquitetura vernacular “efémera”, na definição de um caminho transitório, oferecendo novos modos de olhar e compreender a Fuzeta – um sistema territorial “em rede”, que encara a efemeridade e dinâmica preexistentes como conceitos arquitetónicos capazes de estimular novas abordagens numa contínua reinvenção do lugar. Estrategicamente dividido em três elementos arquitetónicos, num diálogo intencional e eminente com a paisagem. Um sistema de vistas que põe a Fuzeta em foco, num confronto entre a imagem de “cartão de visita” atual e o recortado *skyline*, outrora pitoresco desta invulgar povoação. Encarar o “olhar” como capacidade crítica/operativa sobre o território, o “caminhar” como prática estética e cognitiva e o “parar” como processo de síntese, escolha e reflexão. Outra forma de revelar este lugar alcandorado. Avaliar o impacto das alterações contemporâneas – escala, vivências, contraste ideológico entre os valores do “centro histórico” e a sobreposição de uma “muralha” de blocos turísticos nas frentes de mar da vila. Recordar-se, por fim, a forma apaixonada e livre com que Raul Brandão descreve o Algarve em 1922, especificamente na sua passagem próxima da vila da Fuzeta:

Estradas orladas de cactos imóveis como bronze, e a deslumbrante Fuzeta, com o seu zimbório entre as árvores esguias. Ao longe, e sempre, acompanha-me o mar, que mistura o seu hálito a esta luz vivíssima. [...]. É ela que encanta o Algarve Brandão, 1967, p. 216

¹ Este trabalho resulta da dissertação de Mestrado em Arquitetura com o mesmo título, defendida em outubro de 2019. Orientada pelos Professores João Soares e Daniel Jiménez, foi arguida pelo Professor João Nunes.



Fig. 1 Porto de Abrigo da Fuzeta, anos 1930

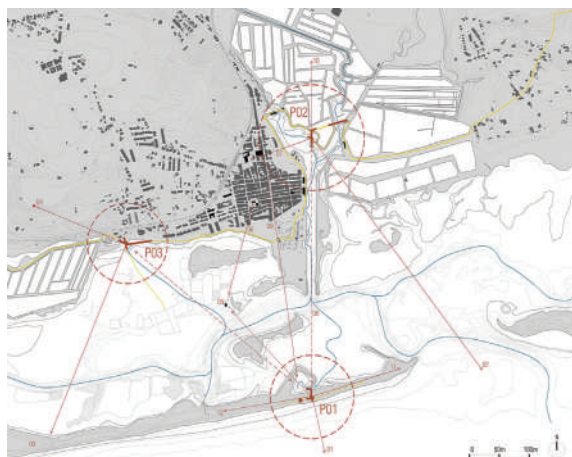


Fig. 2 Sistema de vistas proposto

1. Paisagem litoral, contexto de foz e definição do sítio que veio a constituir lugar.

1.1. O Algarve Litoral

O Mar é dos mais ricos ambientes naturais do planeta e, por isso, extremamente atrativo. Há muito que o homem estabelece uma relação de vital dependência com ele, habitando-o e dinamizando as suas margens. Existem várias especificidades deste meio que influenciam de forma direta a vivência nos territórios litorais. São exemplos os efeitos climáticos, as correntes oceânicas, a orografia e hidrodinâmica do território, o regime de marés, entre outros. Há muito que se tem explorado a costa portuguesa, quer por meio de armações fixas de atum e sardinhas, quer pela pesca em barcos de diversas tecnologias e técnicas. Mariano Feio relata-nos um Algarve de meados do século XX, onde o mar oferece *excelentes condições naturais à atividade do Homem: calmo a maior parte do tempo, possui abrigos suficientes e é muito rico em peixe* (Oliveira, 1971, p. 107). A navegação de cabotagem foi também um grande motor económico da região, tendo originado vários aglomerados que se ocuparam do comércio e contrabando marítimo. O mar desempenha assim uma dupla função de veículo e recurso económico em si mesmo.

Com a sua disposição *em anfiteatro exposto ao sul* o seu clima de *carácter temperado e moderado*, o litoral Algarvio apresenta-se com uma cobertura vegetal essencialmente mediterrânica e um *intenso povoamento rural*, vivendo ainda de uma *activa vida costeira de urbanização ligada ao mar* (Cavaco, 1976). Entre o mar e a terra, o sistema lagunar da Ria Formosa exprime-se na peculiaridade da sua condição simultaneamente aquática e terrestre, mutável, que transforma uma simples linha de fronteira entre dois ambientes, num amplo e complexo território, extremamente denso e rico. Vulgarmente conhecido, de forma abreviada, por Ria Formosa, compreende a maior área de sapais do país e alonga-se paralelamente ao mar por cerca de 57 km. Sendo um *sistema lagunar* e não uma *ria* (Ramalho *et al.* 2003), trata-se de uma extensão de *lagunas contíguas separadas do mar por cordões litorais e separadas entre si pela inércia das correntes e maré* (Silva, 2012, p. 3).

1.2. Morfologia do território

A par de uma rede de pequenas ribeiras e rios que correm para o sul, denotam-se na região alguns aglomerados urbanos que se estabeleceram junto às suas áreas de



Fig. 3 Parque Natural da Ria Formosa, planta de síntese territorial

foz, aproveitando a riqueza de recursos, a existência de nascentes, a proximidade ao mar e a existência de portos de abrigo naturais com condições de fixação das comunidades. É o caso da Fuzeta que se implantou em plena foz da ribeira do Tronco, na margem poente. Com início a montante do cerro de São Miguel, esta bacia hidrográfica apresenta um regime hidrológico torrencial, com influência de algumas nascentes ao longo do seu curso de aproximadamente 14 km, em direção ao mar, intervindo na sua passagem pela laguna, na foz, o regime de marés semidiurno. A saída para o oceano dá-se pela “barra da Fuzeta”, como historicamente se designou. *Situada no cordão litoral arenoso* constitui uma *barra divagante cuja tendência é o caminhar no sentido poente-nascente, numa frente com uma extensão da ordem dos 3 km, com a posição mais a poente, a oeste da povoação* (Oliveira, 1985, p. 3). A Fuzeta é hoje uma vila que se insere, segundo o PDM do concelho de Olhão, nos *Espaços Lagunares Edificados*, divididos em *Espaços Urbanos* e *Espaços Urbanizáveis*, em que os primeiros englobam os *Espaços Urbanos Históricos* e os *Espaços Urbanos Estruturantes*, abrangendo o centro histórico e os terrenos entre a linha de comboio e o núcleo histórico, e os últimos, os *Espaços Urbanizáveis de Expansão*, que se estendem já até às *Atalaias* (Pacheco, 2009).

1.3. Do sítio da Foz ao lugar da Fuzeta

No séc. XVI, a Fuzeta era apenas um sítio [...] que, a pouco e pouco, se foi desenvolvendo e aumentando em população, para vir a constituir um lugar com a sua capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo Mascarenhas, 1962, p. 12

A polissemia dos conceitos de *sítio* e *lugar* remete para uma complexa rede de conhecimentos e desafia o pensamento filosófico, tornando-os cada vez mais específicos. A capacidade de se constituir como lugar é intrínseca a qualquer sítio. Depende da ação humana e da significação atribuída – valores socioculturais, ecológicos, ambientais, económicos, éticos, estéticos, entre outros. Despertam impressões, sensações e memórias resultantes das relações humanas. A metamorfose depende então da compreensão e perceção do ser humano sobre a realidade. Numa lógica de “adição”, o território constrói-se e incorpora os desafios da modernidade, marcado por momentos de acelerada transformação e de tranquila existência. Provocando mudanças para a população, reflete-se numa acelerada transformação da paisagem, da morfologia urbana e da arquitetura.

The existential purpose of building (architecture) is therefore to make a site become a place, that is, to uncover the meaning potentially present in the given environment Norberg-Schulz, 1979, p. 18



Fig. 4 Maqueta do cais mirante nas salinas (escala 1/500)

1.4. Fozeta, Fuzeta, Fuseta – considerações sobre o topónimo

Antes de mais nada apresso-me a dizer que escrevi Fuzeta, porque assim vejo escripto em todos os auctores; mas estou convencido que é um grande erro, porque, sendo esta palavra diminutivo de Foz, dever-se-hia sempre escrever Fozêta e não Fuzeta (Leal, 1874, p. 243)

Fig. 5 Trecho de Alvará régio, 1551

Sendo certa a localização na foz, mantém-se a dúvida acerca da origem do topónimo que denomina o lugar onde em 1541, segundo Mascarenhas, seria o “Sítio das Cabanas e moinhos” (Mascarenhas, 1985, p. 10). Várias teorias se têm desenvolvido. Numa clara ligação ao contexto territorial específico do lugar, da Foz da ribeira do Tronco (Leal, 1874, p. 243), aos figueirais do termo de Faro – “*ficeta plural de ficetum*” (Vaz, 1986, pp. 9-11) ou ainda à denominação Árabe

de praia – *Huza + diminutivo eta* = Huzeta (Cabrita, 1978, p. 14), muita história haverá por contar.

O documento mais antigo até à data que refere o lugar da Fuzeta data de 1551 e menciona a *Armação da Fozeta* (Alvará da Rainha D. Catarina, 1551). Em 1572, um *instrumento de venda, renda e aforamento* de uma propriedade refere a *Fozeta* (Pacheco, 2009). Encontra-se mencionada *La Foseta* (Muñoz, 1990, p. 55-86) e é este documento castelhano que parece ser o primeiro a alterar a escrita do topónimo. Em 1621, o napolitano Alexandre Massaii relata-nos *Aonde se chama a Fos q he no termo há huã torre [...]. E no mesmo lemitte da fosseta* (Guedes, 1988, p. 110). A grande maioria dos mapas, desde o século XVIII, referentes à povoação, usam o topónimo Fuzeta. *Os primeiros assentamentos da Fuseta foram feitos por pescadores da armação de atum e tinham carácter sazonal* (Pacheco, 2009). A ocupação mais permanente começa com a construção, no século XVII (Vaz, 1986), de um *quartel para defesa da povoação e da entrada da barra na colina sobranceira à ria*. Mais tarde há referências, nas Memórias Paroquiais de 1758 à *capella da Senhora do Carmo* que se vais reparando do terramoto. Dada a proliferação da utilização do topónimo “Fuzeta”, esta denominação marcou assim a consolidação e identidade do lugar. Atualmente a vila denomina-se Fuseta devido a uma alteração proveniente do novo código administrativo (Mascarenhas,



Fig. 6 Vista do topo da igreja, 1934 (em cima) e anos 1960 (em baixo)

1962, p. 12). Numa forma particular de olhar o horizonte, as suas características únicas revelaram-se então, num lance visual intuitivo:

Aonde o mar se acaba e a areia começa, [...] perto do cabo de Santa Maria, quase no extremo ocidental da Europa, fica exatamente a pequena e hospitaleira aldeia de pescadores chamada de 'branca noiva do mar' Andrade, 2002, p. 41

2. Compêndio documental – informação gráfica relevante

A documentação gráfica é, para um trabalho de reconstituição histórica de um lugar, uma das melhores ferramentas para uma compreensão integrada. Num mapa secular, como numa fotografia antiga, fixaram-se, intencional ou fortuitamente, importantes indícios e factos que ajudam a compreender modos de habitar, costumes, tempos e formas urbanas e rurais, restos de eras primitivas que se esbateram em gerações. Com a clareza de uma imagem, tiram-se inúmeras informações valiosas a ter em consideração, mediante um processo de leitura e síntese. A especificidade do olhar do arquiteto procura a medida certa de uma intervenção – uma alteração profunda, mas ajustada.

Para o novo poder encontrar o seu lugar, precisa primeiro de nos estimular para ver o existente de uma nova maneira. Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago já não é o mesmo Zumthor, 2009, p. 17

Elencam-se os documentos, alguns inéditos, que constam em compêndio na dissertação (Brito, 2019).

Baltasar de Azevedo Coutinho (1798). *Fortificações do Algarve*. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4499965> [Acedido a 6 maio 2019]

Projeto de construção da Estrada Municipal de 2.ª classe da Fuzeta à estrada do litoral (1870-1871). Consultado no Arquivo Distrital de Faro (Arquivo da repartição de obras públicas do distrito de Faro. Junta Autónoma de Estradas 1856/1969. Processos de Construção de estradas municipais do concelho de Olhão)

Carta Agrícola e Corográfica de Portugal, Minuta inédita da folha 221 da Carta Agrícola, não publicada. Prancheta A. Escala 1: 50 000. Direção de Gerardo Pery (1901)

Plano hidrográfico da Barra da Fuzeta elaborado na Missão Hidrográfica da Costa de Portugal, corrigido em

1916. Consultado presencialmente e reproduzido pelos serviços gráficos do Instituto Hidrográfico

Levantamentos ortofotogramétricos dos voos RAF 1947 e SPLAL 1950 (Centro de Informação Geoespacial do Exército, FAP (1972) e imagens satélite 2007 e 2017, Arquivo Histórico Municipal de Olhão)

Panorâmica do moinho grande para a povoação, anos 1930 (autor desconhecido)

Panorâmica do topo da torre da igreja, 1934 (José Agostinho)

Fotografias do topo da torre da igreja, anos 1950-1960 (Floriane Andrade)

3. “Caminhar”, “parar” e “ver” como processos operativos no território

Num olhar da terra ao mar, é possível encontrar ainda na Fuzeta aspetos naturais de grande valor, e de continuidade com as seculares dinâmicas de construção da paisagem. É na possibilidade da sua revelação, compreensão e manutenção que residem as premissas para um planeamento sustentável a longo prazo. Carecendo hoje de interpretação e adaptação aos desafios contemporâneos, são também estes os valores a preservar e projetar para o futuro.

O ato de “caminhar/navegar”, assim como a escolha acertada da forma, tempo e local para “parar”, oferecem então a possibilidade do contacto *in loco* com os aspetos naturais da paisagem e revela as grandes dinâmicas de alteração a que esta está constantemente sujeita. O “caminhar” como ato errante, que traça e recupera rumos e atalhos, numa definição constante de objetivos e direções, revela-se uma das mais intensas relações que o indivíduo estabelece com o meio. Um desafio aos sentidos.

Entretanto, para quem navega, o andar é tão importante quanto o parar. Quem levanta a âncora para uma longa viagem, além das velas e dos remos, leva certamente consigo também a âncora: a possibilidade de parareconhecerdepertooutros territórios e outras gentes Carreri, 2017, p. 32

Se o movimento implica uma acelerada experiência do espaço, o tempo da permanência – parar – contém em si a possibilidade da revelação do essencial, da disponibilidade para a reflexão, da ocasião para o encontro com o outro, da libertação do vulgar e do quotidiano. Despende tempo para deter-se no olhar, para questionar e compreender, para ganhar mais tempo e vislumbrar fixamente o horizonte, conferindo-lhe nitidez e profundidade.



Fig. 7 Fotomontagem do cais mirante na ilha



Fig. 8 Fotomontagens de projeto: cais mirante nas salinas (em cima) e vistas (em baixo)

4. Das arquiteturas primitivas

Dada a ancestral criação de arquétipos triviais, testados e disseminados à escala global, torna-se importante desvendar aqueles que definem a base fundacional de um aglomerado e da sua identidade, a fim da sua compreensão e adaptação contemporânea. Flexíveis e capazes de responder a diversos contextos e culturas, nascem de premissas universais, que permitem dar respostas pragmáticas às condições de cada lugar, em perfeita sintonia com as suas características naturais e ambientais, tirando destas o melhor partido. No caso da Fuzeta, a sua arquitetura distinta e original, embora exposta agora a um processo de aculturação e acelerada transformação, ainda permite um último vislumbre de algumas das suas formas e métodos construtivos puros e originais. Numa adaptação ao lugar, substituíram-se as primitivas cabanas de junco por casas de alvenaria com telhados e estes, posteriormente, por açoteias abobadadas (Pacheco & Caldas, 2015, pp. 108-113). Novas divisões a céu aberto, às quais se sobrepuseram, como em Olhão, estruturas para ver e ser visto ao longe: mirantes, contra-mirantes e púlpitos. Uma funcionalização da casa como espaço de habitar, de trabalho, domínio e fruição. Intui-se associar tal evolução tipológica da casa com mirante às atalaias de vigia da costa, ou às altaneiras torres das igrejas. Revelam o desejo antigo de ver e comunicar mais longe e mais alto (Ribeiro, 2013, p. 103). O projeto aqui proposto encontrou nestes modelos o fundamento para uma reinterpretação contemporânea de formas, usos, processos construtivos, técnicas e materialidades em crescente desuso.

4.1. A torre

Enquanto elemento simbólico de afirmação de poder e domínio, quer religioso, militar ou de nobreza, aparece na Fuzeta por motivos de defesa da costa face à pirataria e corso. Numa evolução tipológica, aparece *sobre a soteira*

o mirante (Brandão, 1967) – torres urbanas de carácter doméstico – que serviam de patamar de observação da costa.

O desejo de vigiar o mar, principalmente a chegada das embarcações, que é geral nos locais de pesca, parece ser o motivo principal de se erguerem, acima do primeiro nível de terraços, outros mais altos e facilmente acessíveis Ribeiro, [1961] 2013, p. 103

4.2. O cais

Estrutura arquitetónica de interface entre o meio hídrico e o meio terrestre é uma tipologia fundamental de relação funcional com a paisagem. Essencial na vida cotidiana da maioria das povoações ribeirinhas, quer em rios, mares, barragens, lagos, áreas lagunares, entre outros – permite e potencia a utilização do meio aquático como espaço de circulação de pessoas e mercadorias. Estas construções podem ser de carácter temporário ou permanente e nascem, muitas vezes, em lugares naturalmente propícios à sua instalação. É utilizado no projeto como estrutura palafítica de madeira, recuperando uma tipologia desaparecida na Fuzeta.

4.3. A cabana

Construção para abrigo, responde à necessidade de *protecção contra os rigores do clima, e das intempéries, [...] No litoral Algarvio [...] em certos casos, documentam-se desde há séculos* (Oliveira *et al.*, 1988, p. 193). Assume aqui um papel de elemento primitivo, caído em desuso por volta dos anos 1970, e reflete a ancestral adaptação ao território, numa limitação de recursos que obrigava ao desenvolvimento do engenho humano com os materiais autóctones. Pela sua perecibilidade, estas construções, que duravam em média 20 anos, acabaram por votar um grande período de vivência ribeirinha ao esquecimento. Com intencionais adaptações de atualização funcional e construtiva, recriam-se na proposta atmosferas próprias



Fig. 9 Fuzeta no sistema lagunar da Ria Formosa, maqueta territorial (esc.1/2 000)

do ambiente marítimo, que nascem da metamorfose dos materiais do próprio lugar. Propõe-se trazer à luz do “luminoso sol algarvio”, uma nova forma de pensar e habitar o primitivo abrigo. Com forte simbolismo evocativo, estético e funcional, os novos abrigos tencionam proporcionar espaços de acolhimento e conforto, que convidam à meditação e fruição da “ria”.

Conclusão/Resultados

Este trabalho foi desenvolvido segundo uma metodologia de investigação que assenta na formulação de perguntas resultantes do processo de projetar em Arquitetura. A necessidade de encontrar respostas e fundamentos para os temas que o pensamento arquitetónico convocava serviram de mote para a formulação de problemáticas que exigiram uma sistemática recolha e tratamento de elementos de carácter histórico, sociológico, científico e artístico. O Projeto foi o motivo para se encetar a investigação, produzindo-se alguns elementos gráficos inéditos, resultantes da síntese de diversas fontes. Revelou-se uma “Fuzeta” com uma riqueza patrimonial ímpar na região, pela manutenção, ainda que desvanecida, dos seus valores identitários, quer paisagísticos, ambientais, arquitetónicos e socioculturais. As recentes construções de grande escala na frente de ria, que alteraram significativamente o conjunto urbano e em especial o centro histórico, incrementaram a desvalorização de uma das principais características da singular arquitetura da Fuzeta – a possibilidade de ver da terra para o mar a partir das açoteias e mirantes, por entre enfiamentos visuais que os quarteirões mais avançados face ao mar sistematicamente deixavam livres. O objeto arquitetónico era assim construído, quer na escala do habitar, quer do espaço comunitário, como “uma máquina de observação e abrigo”.

A capacidade transformadora do engenho moderno, que altera profundamente o território, em pouco tempo, com pouco esforço braçal e grande impacto ambiental, potencia intervenções precipitadas e uma sintomática delapidação dos lugares. Hoje assiste-se até à movimentação artificial das ilhas barreira, contrariando a tendência de um secular diálogo e adaptação às dinâmicas do território, na manutenção do seu equilíbrio ecológico.

O projeto proposto enaltece os valores da paisagem e estabelece um diálogo, pela compreensão da efemeridade das suas dinâmicas, posicionando cirurgicamente três objetos arquitetónicos que se implantam tirando partido de cada posição estratégica, sempre no sistema lagunar, e numa condição intersticial entre o mar e a terra. Um observatório dinâmico que convida à circulação, contemplação e reflexão, colocando a vila no centro, num diálogo constante entre ver e ser visto, conhecer e defender.

Bibliografia

- Alvará da Rainha D. Catarina para Álvaro Lopes mandar fazer à cidade de Faro 10 âncoras de ferro (1551). Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3778492> [Acedido a 4 setembro 2018].
- Andrade, J. R. d' (2002). *Crónicas do Alto da Torre*. [s.l.]: [s.n.].
- Brandão, R. (1967). *Os Pescadores*. Lisboa: Estúdios Cor.
- Brito, P. (2019). *Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Universidade de Évora.
- Cabrira, A. H. (1978). *Olhão, subsídios para o estudo das origens dos topónimos do concelho*. Olhão: Câmara Municipal de Olhão.
- Cavaco, C. (1976). *O Algarve Oriental – As vilas, o campo e o mar*. Faro: Gabinete do Planeamento da região do Algarve.
- Guedes, L. C. (1988). *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII: A “Descrição” de Alexandre Massaii*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Leal, A. P. (1874). *Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Mattos Moreira & Ca.
- Mascarenhas, J. F. (1962). *Origem dos topónimos das freguesias do concelho de Olhão e de alguns dos seus sítios*. Tavira: [s.n.].
- Mascarenhas, J. F. (1985). *A População de Moncarapacho no século XVI livre e escrava através de rois de confessados inéditos*. Olhão: [s.n.].
- Muñoz, A. C. (1990). “Las torres del litoral en el reinado de Felipe II: una arquitectura para la defensa del territorio (I)”. *Espacio, Tiempo e Forma*, VII, 3, pp. 55-86.
- Norberg-Schulz, C. (1979). *Genius Loci – towards a phenomenology of architecture*. Nova Iorque: Rizzoli
- Oliveira, C. R. (1971). *Fuzeta: uma abordagem Antropológica*. Dissertação de Licenciatura. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Universidade Técnica de Lisboa.
- Oliveira, E. V. de, Galhano, F. & Pereira, B. [1969] (1988). *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- Oliveira, F. M. (1985). *Ria de Faro – Barra da Fuzeta. Evolução 1944-1984*. Lisboa: Direcção-Geral de Portos.
- Pacheco, M. P. (2009). *A evolução Urbana e Arquitectónica da Fuzeta*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Instituto Superior Técnico.
- Pacheco, M. P., Caldas, J. V. (2015). “Ecos Mediterrânicos no Urbanismo e na Arquitetura da Fuzeta” in AA.VV. *Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental* (1.º Congresso Internacional). Mértola 13-15 Maio de 2015. Lisboa: Argumentum/CAM. pp. 108-113.
- Ramallo, M. et al. (2003). *Carta Geológica simplificada do Parque Natural da Ria Formosa*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- Ribeiro, O. [1961] (2013). *Geografia e Civilização – Temas Portugueses*. Lisboa: Letra Livre.
- Silva, C. N. (2012). *Evolução das “barras” no sistema lagunar da Ria Formosa – A barra da Fuzeta como caso de estudo*. Dissertação de Mestrado em Geografia Física. Universidade de Coimbra
- Vaz, A. (1986). *As origens da Fuzeta e seu topónimo*. Olhão: Câmara Municipal de Olhão.
- Zumthor, P. (2009). *Pensar a Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili.

OS POVOAMENTOS ALCANDORADOS DA CIDADE DE LISBOA EM RISCO

Filipe Mário Lopes

OPRURB, Associação Oficinas do Património e da Reabilitação Urbana
arquitecto.lopes@gmail.com

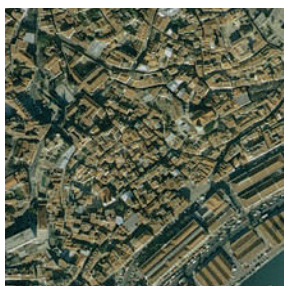
Palavras-chave: pertença, coesão social, valor de uso, transdisciplinaridade

1. Introdução

Ao tomarmos conhecimento do tema do II Congresso Internacional de Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental, pensámos nos Bairros Históricos de Lisboa que reabilitámos na década de 1990 (Lopes, 1991 e 1997), por duas razões: são povoamentos alcandorados pelo relevo do seu território e participam da cultura mediterrânica, tendo mesmo Marselha, que liderava o *Med-Urbs*, Programa da UE sobre reabilitação de centros históricos de cultura mediterrânica, convidado Lisboa a juntar-se a Rabat (Marrocos), Sousse (Tunísia) e Tripoli (Líbano) para troca de experiências. Falaremos aqui, por um lado, da ligação da morfologia do território com a identidade dos bairros nele inscritos e, por outro, das consequências das alterações da actual política urbana nessa identidade, pondo-a em risco.

2. Os Bairros Históricos – origens e morfologia territorial

A presença humana em Lisboa está atestada desde o Paleolítico (Cardoso, 1988) em vários pontos, sendo que no Castelo se encontraram vestígios da Idade do Ferro nas pesquisas arqueológicas realizadas em 1995 (Sousa, 2016). A ocupação humana desta colina iniciou-se no seu topo e foi descendo para o rio pela encosta sul. Já no século II, os Romanos estabeleceram aqui a *Olisipo* que, invadida pelos Bárbaros no século V, passou a *Alisbuna* no século VIII, tomada pelos Mouros. Estes envolveram-na de muralhas, a Cerca Moura, que com a Alcáçova e a Medina constituem o tecido urbano mais antigo visível na cidade actual. Com a sua conquista em 1147 pelos Cristãos, Alisbuna passa finalmente a *Lisboa*, e às suas portas organizam-se *Alfama* e *Mouraria*, os dois primeiros subúrbios. A cidade medieval cresceu e no século XIV D. Fernando cercou-a envolvendo-a



Tecido urbano de Alfama



Tecido urbano do Bairro Alto

em nova muralha, a Cerca Fernandina. Junto desta, surgem nos finais do século XV novos subúrbios, o *Bairro Alto*, e no século XVI a *Madragoa*, estes já ordenados por um plano, com traçado regular de quadriculas, segundo a cultura urbanística da época (Castelo Branco, 1990).

Os Bairros Históricos, fundadores da realidade urbana de Lisboa, constituem-se ao longo de tempos pré-industriais, em que o homem não alterava a morfologia do território para o ocupar e transformar, mas, antes, era esta a determinar os modos de ocupação, a que impunha as suas condicionantes. Assim, no relevo movimentado de Lisboa, de colinas com pendentes acentuadas, nasceram povoamentos naturalmente alcandorados, contidos pelos obstáculos naturais presentes que, ao condicioná-los, lhes moldaram um rosto único.

Procurando vencer os acidentes do relevo, os habitantes foram-lhe conformando assentamentos e percursos. Assim, nestas áreas de pendentes acentuadas, a rede de vias – ruas, calçadas, travessas, becos, escadinhas – são de três tipos: as que seguem as curvas de nível e formam longas vias horizontais; as perpendiculares às curvas de nível, segundo a maior pendente, que são, em consequência e frequentemente, escadas; as que cruzam obliquamente as curvas, que, sendo de inclinação suave, constituem vias de ligação e de acesso aos pontos altos.

Na colina do Castelo, as pendentes foram aproveitadas, e mesmo acentuadas, para a construção de muralhas defensivas:

- o topo da colina é cercado por um talude que foi aproveitado para construir a Cerca que contém o Castelejo e o povoado;
- a sul, a pendente que liga ao rio está contida entre dois desníveis que serviram de base à Cerca Moura que abriga as freguesias de São Tiago e Sé;
- a nascente, as pendentes e o vale formam uma concha onde se instalou Alfama com as freguesias de S. Miguel e de Santo Estêvão;
- a poente, a encosta, bastante íngreme, é percorrida por duas vias horizontais: a mais elevada serve as construções ao longo da muralha; a de meia encosta serve a freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço, esta situada em plena vertente, e liga-a à do Socorro, que ocupa uma concha exposta a norte.

Outro forte desnível separa a Mouraria da Graça, bairro de cumeeira.

Mais para poente e respondendo a necessidades diferentes da população, cujo crescimento os tornou necessários, vieram instalar-se o Bairro Alto e a Madragoa, porém, não já de modo espontâneo, mas orientados segundo um plano. O primeiro, junto à Muralha Fernandina, constituiu-se em subúrbio no século XV, segundo um plano ortogonal que, dadas as condições do relevo do território, sacrificou alguma racionalidade geométrica às possibilidades reais de assentamento urbano. Ocupa a vertente sul da colina, do Rato a São Pedro de Alcântara e Carmo. Desce do Jardim do Príncipe Real, até à margem do Tejo num tecido em quadrícula não rigorosa, com ruas seguindo a maior pendente norte/sul e transversais de nível. Na parte final, mais junto ao rio, numa depressão provocada provavelmente por um deslizamento de terras formou-se uma concha que deu origem ao Bairro da Bica, pertencendo já à freguesia de São Paulo, que abrange a parte plana do Aterro.

Vemos, pois, que a estruturação do tecido urbano destes bairros, informada pela morfologia do território, consubstancia a resposta técnica encontrada pelos que quiseram ocupá-lo às exigências que esta lhes impunha. Neste contexto, condições difíceis impostas pelo meio físico foram sendo vencidas por um esforço comum que, continuado ao longo de gerações, esculpiu um rosto próprio a cada bairro. O esforço foi prosseguido e, mais tarde, ajudado pela mecanização que permitiu a instalação dos conhecidos ascensores. Icónicos e indispensáveis, a sua presença na paisagem permite-nos uma clara percepção do grau de alcandoramento destes bairros, indiscutivelmente zonas delimitadas e unidades territoriais identificáveis.

3. Identidade e territorialidade

As vivências acumularam nestes bairros cultura e história, memórias múltiplas – tradições, festas, cantares, formas próprias de estar entre si e com os outros – que fizeram dos seus habitantes um património humano com uma identidade própria, ela mesma tornada parte insubstituível da identidade de Lisboa. As dimensões reduzidas dos espaços habitacionais e de circulação, aliadas às condições económicas quase sempre precárias, forjaram um tipo de relação própria, de matriz convivencial e de entreaajuda. O espaço exterior alarga o da casa e a conversa, o convívio e a festa acontecem como trama da vida de todos os dias. Aliás, a intimidade do lar é forçosamente partilhada em ruas cuja largura mostra o interior da casa do vizinho da frente. Todos se conhecem e o controlo social, que acontece naturalmente, revela-se um poderoso factor de segurança e mesmo, em certa medida, um travão à exclusão e marginalização sociais. O sentimento de grupo, identificado e unido por condições idênticas de vida, constrói a partilha que se manifesta nas redes de solidariedade e que foi mantendo a dignidade da pobreza, opondo o travão possível à miséria. Tudo isto reforçou, ao longo de gerações, a coesão social que deu origem a um forte sentimento de pertença dos habitantes: eles pertencem a um bairro, que tem um nome, que se distingue dos outros bairros, talvez até porque, nos começos, os obstáculos físicos dificultavam a comunicação entre bairros. Os habitantes são do bairro e o bairro é deles. Todos defendem os direitos de todos e, dum modo especial, o direito ao bairro, isto é, àquela comunidade que habita aquele território, uma e outro definindo-se em reciprocidade.

Foi esta realidade que actuou quando, em 1986, no rescaldo das lutas urbanas de Abril, se iniciou um movimento que, liderado por Alfama, se identificou no ano seguinte pela sua palavra de ordem “Alfama recuperação ou morte”, que figurava nos autocolantes das manifestações. Aí, a população tomou em mãos o seu direito à cidade, exigindo permanecer nos seus bairros e nas suas próprias casas que queriam ver dotadas de condições mínimas de dignidade. Sem esta tomada de posição, estes bairros estavam condenados a desaparecer, quer pela demolição e substituição do construído, quer pela sua utilização diferente. A força desta exigência obrigou o poder político a uma resposta, que foi dada pela criação da Reabilitação Urbana.

Mas, donde veio essa força? Claramente do sentimento de comunidade que, ao viver e actuar num território ao longo de gerações, inscreveu nele formas próprias de vida e dele tomou posse; posse efectiva, porque feita de pertença. É esta pertença dos seus habitantes que constrói e assegura a identidade de cada bairro e que só acontece num longo processo de osmose do grupo com o território que ocupa, transformando-o para inscrever nele o seu modo de estar no mundo.

Até ao século XVIII estes bairros formavam, no seu conjunto, o corpo da Cidade, abrigando a maioria dos seus habitantes. O tecido urbano misturava, então, todos os estratos sociais, assegurando cada um a função que lhe era reconhecida. Palácios, conventos e igrejas, habitação comum, oficinas, comércio, construíam um tecido económico e social variado e multifuncional. Entretanto, novos bairros foram surgindo até que a diversificação das actividades e meios de transporte, trazidos pela industrialização, veio operar uma profunda transformação urbana. As classes possidentes encontram melhores condições noutros espaços urbanos, e os bairros antigos entram em degradação, sendo que os mais acessíveis foram assistindo a uma terciarização crescente, tomando esta o lugar dos habitantes.

Aqui cabe relatar a satisfação de Françoise Choay quando, em 1998, tomou conhecimento da Reabilitação Urbana de Lisboa por coincidir com as hipóteses que avançava no fim do seu livro *L'Allégorie du Patrimoine*:



Autocolante do manifesto de Alfama



Mouraria entre Castelo e Martim Moniz

La protection stratégique des tissus anciens et leur réappropriation par des populations qui les habitent au lieu de les consommer passe par une autre voie... les associations de défense s'orientent dans cette direction et s'opposent avec un succès croissant aux projets techniques ou spéculatifs qui lèsent leurs quartiers. On ne répétera jamais assez l'avertissement de Giovannoni: les centres et les quartiers anciens ne pourront être conservés et intégrés dans la vie contemporaine que si leur nouvelle destination est compatible avec leur morphologie et leur échelle. On a vu les dangers représentés par leur mise en valeur culturelle et touristique. (Choay, 1992, p. 185)

Esta degradação foi fortemente potenciada pelo congelamento das rendas que vigorou durante décadas. O baixo nível destas, não permitindo a manutenção do parque construído, resultou em só ficarem os mais velhos e mais pobres, enquanto os de maiores recursos procuraram nas zonas novas melhores condições de habitação. Neste vazio instalou-se a desertificação de algumas zonas, com o declínio do comércio e outras actividades económicas, acentuada pela transformação e/ou desaparecimento de outras que concorriam para o rosto desses bairros: sedes de jornais no Bairro Alto, despachantes em Alfama. Este abandono permitiu o aparecimento de bolsas de aculturação e de abrigo da exclusão e da marginalidade, conduzindo à densificação destes bairros, que chegaram a registar uma relação de 2 000 hab/ha em períodos de êxodo rural e de imigração. As ideias higienistas chegaram mesmo a preconizar a demolição de Alfama, o que só não aconteceu por falta de meios. Entretanto, habitantes pobres, rendas muito baixas e casas degradadas, num tecido urbano de parcelas muito reduzidas e ruelas inacessíveis à circulação mecânica, não incentivavam o sector imobiliário, salvo algumas intervenções pontuais de gentrificação tirando partido da situação geográfica excepcional destas zonas centrais.

4. Porquê reabilitar estes bairros?

O conceito de Reabilitação Urbana que informou a actuação municipal, surgida das exigências dos moradores, nada tem em comum com o seu homónimo utilizado na prática urbana posterior e que constitui exactamente o seu contrário. Um e outro constroem cidades de sentidos opostos. Essa divergência é precisamente o que nos trouxe aqui, para, a partir da análise da experiência adquirida numa gestão urbana concreta, procurar demonstrar que a territorialização

indica caminhos de resposta aos desafios actuais da sobrevivência dos sistemas naturais porque harmoniza as necessidades reais dos homens e os direitos do território. Vejamos alguns desses caminhos então percorridos.

Desde logo, impunha-se a *manutenção dos residentes* que, ao respeitar a paisagem social existente, permite a continuidade cultural. Esta, no entanto, é já envolvida num processo de desenvolvimento social que se opõe ao estado de estagnação inicial pela instalação de melhores condições de vida que criam novas dinâmicas individuais e de grupo.

Esta manutenção tem ainda consequências decisivas na organização do tecido urbano, porque:

- contraria a gentrificação e a cidade monofuncional de comércio e lazer, que são formas de alienação da cidade;
- intensifica a sua natureza de lugar de interacção, diversidade e mistura social;
- ao fixar as classes laboriosas no seu centro, contraria movimentos pendulares com as periferias, diminuindo o tráfego mecânico.

Igualmente se impôs a *defesa da sustentabilidade*, concretizada como segue:

- a manutenção das preexistências que contraria a utilização de materiais requeridos pela construção nova, e ocioso será lembrar o gasto de energia na sua extracção, produção, transporte e colocação em obra;
- a produção mínima de entulho, nunca sendo demais lembrar que este invade paisagens e entope cursos de água, indo poluir, perigosamente, os oceanos;
- a reabilitação das estruturas dos edifícios, geralmente de madeira, dado que uma boa parte é anterior a 1755, assegurando o uso deste material orgânico, com dispensa do cimento, não degradável;
- a utilização de mão-de-obra qualificada, indispensável à precisão e variedade dos trabalhos, factor que é de grande importância, dado que eleva para cerca do dobro os efectivos necessários contribuindo, assim, para melhores níveis de emprego, além de conduzir à necessidade da sua formação, que pressupõe investigação de técnicas e materiais;
- a intervenção mínima, conceito então criado e posto em prática, que pressupõe conservar o máximo das existências assegurando a criação de condições de conforto, salubridade e segurança, e que resulta num custo que é de metade da construção social nova na periferia.

A intervenção cuidadosa no edificado, mantendo as preexistências viáveis e utilizando os mesmos materiais, consubstancia uma atitude patrimonial inadiável, dada a unidade indissolúvel entre o objecto e o homem que o constrói. Porque se as populações são portadoras dos valores de identidade dos bairros, esta só perdura em função do património que elas construíram e que abriga os seus modos de vida e expressa o seu modo de ser. O valor patrimonial destes bairros reside, pois, tanto na população e sua cultura (Costa, 1999) como nas morfologias e tipologias construtivas por ela criadas. Estes bairros constituem uma herança que temos por obrigação entregar às gerações futuras da mesma maneira que nos foi entregue pelas que nos precederam. E esta herança significa o que delas ficou de sonho, de esforço, de saber, de capacidade de adaptação ao meio. Lições que a gestão da cidade tem vindo a desprezar, empobrecendo-a, ao amputá-la das suas ligações às lembranças dos avós, ao desalojá-la do seu enraizamento, ao esquecer pensamentos como este que Françoise Choay cita ao comentar a obra de J. Ruskin: “*En nous faisant voir et toucher ce que virent et touchèrent les générations disparues, la plus humble demeure possède, au même titre que l’édifice le plus glorieux, le pouvoir de nous mettre en communication, presque en contact, avec elles.*” (Choay, 1992, p. 108). Ora, como bem sabemos, nesta gestão desaparecem uns e outros, palácios e casas modestas, quer destruídos, quer adulterados, sempre engolidos pelo lucro que os entrega a um consumo acéfalo e, mesmo quando parece que se querem manter, o que resulta é puro *pastiche* de pacotilha.

5. A Reabilitação Urbana na década de 90

Na sequência da Revolução de Abril de 1974, as populações urbanas mal alojadas travaram lutas com vista à melhoria do seu *habitat*. O Governo Provisório aprovou a Lei de Solos que, entre outras medidas, previa a criação de *áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística* conferindo às Câmaras o direito de Declaração de Utilidade Pública para Expropriação assim como o de exercerem o Direito de Preferência nas vendas de prédios. Permitia ainda a criação de Gabinetes Técnicos Locais. Em 1985 foi criado o Programa RECRIA que financiava a fundo perdido até 65% do valor das obras de reabilitação. Com base nesta armadura jurídica, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) solicitou ao Governo a declaração de “*área crítica*” para os bairros de Alfama e Mouraria, tendo neles instalado Gabinetes Técnicos Locais para trabalhar em contacto directo e quotidiano com a população, que rapidamente os pressionou no sentido de intervenções imediatas no edificado.

Perante o volume e urgência de intervenção e a força de pressão dos moradores, em 1990 a CML fez da Reabilitação Urbana um *eixo estratégico da sua gestão urbana*, tendo então alargado o processo a um conjunto de áreas que abrangeram 26 000 alojamentos com 55 000 habitantes. Alargou também as competências dos Gabinetes, passando estes a desempenhar um grande número de funções até aí da competência da administração central, numa prática de *gestão integrada*. Os Gabinetes, agora multiplicados, foram dotados de múltiplas valências profissionais – engenheiros, arquitectos, arqueólogos, historiadores, sociólogos,

juristas, economistas, assistentes sociais, geógrafos, paisagistas. Estes técnicos trabalharam em equipas, segundo uma metodologia transdisciplinar em que o contributo de cada disciplina altera e completa o das outras, numa integração de saberes que, não sendo a simples soma destes, permitiu um conhecimento aprofundado dos bairros. A este conhecimento trouxeram os habitantes uma dimensão indispensável, tornando-se parte efectiva nas soluções, e o novo estatuto, assim conquistado, operou em numerosas famílias a redescoberta da autoestima perdida. Com a reabilitação de mais de 8 000 alojamentos, realizaram ainda planos de urbanização para Alfama, Mouraria, Bairro Alto/Bica e Madragoa que estabeleciam regras de intervenção cuidadosa neste património dando consistência à preservação e manutenção das comunidades nos bairros.

A abordagem, o tratamento e as decisões foram facilitados pelas Juntas de Freguesia, sistematicamente consultadas por constituírem veículos transmissores da vontade e necessidades da população – estes organismos administrativos de poder local com origem nas paróquias, que reforçaram as comunidades locais, são um elemento poderoso de coesão da comunidade do bairro porque conhecem todas as pessoas e as necessidades individuais e colectivas.

O reabilitar bairros históricos mantendo a sua população despertou o interesse de muitos responsáveis urbanos estrangeiros que nos contactaram decepcionados com os resultados das intervenções nos seus países, onde, com o objectivo de preservar o edificado antigo, tinham deslocado os habitantes modestos ou pobres para as periferias para dar lugar aos que podiam pagar as obras (gentrificação). No âmbito desses contactos foi elaborada e aprovada por várias cidades brasileiras e portuguesas uma *Carta da Reabilitação Urbana*.

A força da legislação revolucionária permitia um controlo efetivo do mercado imobiliário. Ao dispensar a valorização fundiária induzida pela especulação imobiliária, a CML apoiou o direito dos mais pobres à habitação e ao desfrute da cidade, objectivo não muito rentável financeiramente. Em consequência, no fim da década foi-se acentuando a oposição a esta sua prática, levando-a a ceder às pressões do sector imobiliário, ao qual, tendo saturado o mercado da habitação para a população solvente, restavam os negócios do edificado antigo.

Isto explica o desinteresse da CML pela missão de avaliação, realizada em 1997-99 pela Direção do Património Cultural do Conselho da Europa, da Reabilitação então em curso em Lisboa, e de que resultou ter essa entidade organizado, no âmbito do seu próprio trabalho, uma reflexão sob o tema *Debate de Lisboa: a reabilitação do habitat nos centros e bairros antigos como factor de coesão social e de desenvolvimento económico sustentável* (Benoist *et al.*, 1999).

6. O desmantelamento do processo. Situação urbana actual

Década 2000/2010

Durante esta década, a preocupação de reduzir o Estado levou à redução do número de freguesias, cuja extensão actual estilhaçou a proximidade administrados/administradores, que reforçava os laços da comunidade, que ficou indefesa. Nestes anos foram-se preparando as condições para a retoma liberal do imobiliário. Assim,

logo após a destruição interna da Direção Municipal da Reabilitação Urbana, iniciou-se a regulamentação que iria permitir a nova estratégia urbana de abertura aos seus negócios. Para isso foi preparada a alteração do PDM de Lisboa de 1994 e do seu regulamento e também a alteração dos Planos de Urbanização dos Bairros e seus regulamentos, conformando-os com o novo PDM. Durante esta década vieram juntar-se os poderosos auxiliares *Vistos Gold* e a Lei do Alojamento Local, que fomentaram a compra de prédios. De notar o quanto esta desvirtua a atividade turística permitindo que se substitua a relação habitante/turista, que era encontro de culturas, por um negócio de grandes empresas.

Década 2010/2020

Com a aprovação do novo PDM e dos planos de urbanização dos bairros, em 2012, foram facilitadas demolições e alterações de volumetria nestes bairros, mantendo-se estrategicamente o termo de *Reabilitação* para justificar uma prática de *Renovação*.

Esta prática, porém, continuava prejudicada pela legislação ainda vigente que dificultava os despejos. Até que, finalmente, em 2013, foi publicada a Lei do Arrendamento, tão aguardada pelo Imobiliário, que lhe escancarou as portas para superar a crise que ele próprio originara ao inundar o mercado com construção nova. Um conjunto tão concertado de medidas, a que se misturou a publicidade e os *low-cost*, foi festejado como um sucesso imobiliário turístico sem que nada se tenha oposto à destruição dos bairros históricos.

E no entanto, nestes bairros, uma realidade plastificada e alienante está a expulsar o seu valor fundamental que é a comunidade humana residente, esmagada por inúmeros dramas, devidamente ocultados pelos meios de comunicação. Com efeito, dos que, dilacerados pelo desespero, se atiram da janela e dos idosos que, desterrados para a periferia, vêm todos os dias sentar-se em frente da sua antiga casa não se fala nem se escreve. Convém à economia, dizem, que o cortejo siga. Segundo parece, deve até ser ajudado com um novo Aeroporto...

Ao destruir o ser profundo destes bairros, pela transformação e adulteração dos edifícios e a expulsão dos agentes da sua vida social, a gestão urbana actual detém nas mãos um objecto espúrio e sem sentido, esvaziado do seu *valor de uso*, por ela substituído por um mero *valor de troca*, tornado puro objecto de consumo mercantil. Esta gestão destrói a cidade que era suposto defender e o resultado da sua acção apenas fala de lucro e de interesses que lhe são alheios e, sobretudo, adversos. Por ironia, interesses que só são possíveis, hoje, porque encontraram os bairros reabilitados na década dos anos 1990, sem o que, transformados e/ou destruídos, já não teriam qualquer interesse cultural, ficando, assim, claro que as actividades turísticas não teriam aí montado os seus arraiais. Igualmente clara fica a urgência em retomar o espírito inicial da Reabilitação Urbana, caminho seguro para uma cidade compatível com as linhas, já visíveis, do futuro.

7. Considerações finais

Procurámos trazer aqui um esboço de análise da relação entre a morfologia dos territórios abordados e as soluções de povoamento que ela permitiu, ou sugeriu. Aparece-nos de forma clara que essa relação se tornou

o alicerce da identidade e coesão social dos grupos que, tendo persistido no tempo, estão em desaparecimento acelerado levados pela actual gestão urbana. Esta, considerando a cidade um simples objecto de consumo, faz desaparecer a cidade constituída por um grupo orgânico de pessoas que se tornou comunidade e que o próprio território moldou.

No entanto, nestes dias, um vírus bastou para mostrar a fragilidade de tudo isto, que ele fez parar, impondo-nos a evidência de que, para sobrevivermos, todos dependemos da acção organizada de todos. Confinados no nosso espaço, individual ou familiar, experimentámos um sentimento de comunidade de que andáramos afastados. Experimentámos igualmente a inutilidade de muitas coisas que nos inundam, a par da indispensabilidade de muitas outras que nos faltam. Perante os nossos olhos, distraídos por consumos excessivos, o céu tornou-se mais azul e os animais a quem roubámos o espaço ocuparam o nosso, lembrando-nos que constituímos todos a mesma comunidade de viventes. Tornou-se mais clara a consciência de que as sociedades humanas terão de substituir os seus modelos de evolução, que, sintonizados com as suas necessidades reais, trace os limites à actual globalização desregulada, por um processo de territorialização. Este é um conceito forte sem o qual talvez não possamos reconstruir os equilíbrios naturais e humanos que, destroçados por toda a parte, ameaçam a própria sobrevivência da espécie.

No entanto, aconteceu que, de modo natural, espontâneo, os habitantes dos bairros históricos de Lisboa corporizaram-no, ao inscreverem as suas vivências num território que lhes impôs propostas e com o qual partilham a identidade que os singulariza. Sem o saberem, ao construírem o seu próprio rosto, indicaram um caminho, entre outros, para uma *cidade - de - homens*. A força das linhas desse rosto confunde-se, afinal, com as vertentes que os alcançaram.

Referências bibliográficas

- Benoist, X., Werner D., Blais, J. P. & Viau, S. (1999). *Atelier de Lisbonne sur la réhabilitation des logements dans les Centres Historiques*. Conseil de l'Europe.
- Cardoso, J. M. (1988). "Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa – II: Inventário das Estações Arqueológicas". *Revista Municipal de Lisboa*, Ano XLIX, 2.ª série, 24, pp. 3-25.
- Castelo Branco, F. (1990). *Lisboa seiscentista*, 4.ª edição. Lisboa: Horizonte.
- Choay, F. (1992). *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Éd. du Seuil.
- Costa, F. da (1999). *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa: Celta.
- Lopes, F. M. (1991). "Reabilitação urbana em Lisboa". *Sociedade e Território*, 14-15, pp. 73-78.
- Lopes, F. M. (1997). "Reabilitação urbana de Lisboa" in AA.VV. *Regionalização e identidades locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos* [atas]. Lisboa: Edições Cosmos.
- Sousa, E. (2016). "A Idade do Ferro em Lisboa: Uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material". *CuPAUAM – Cuadernos de Prehistoria y Arqueología da Universidad Autónoma de Madrid*, 42, pp. 167-185.

ARQUITETURA DE ADOBE EM POVOAÇÕES ALCANDORADAS DE PORTUGAL

Maria Fernandes

CEAACF, Universidade de Coimbra
arqmariafernandes@gmail.com

Palavras-chave: arquitetura vernácula, adobe, povoações alcandoradas

Introdução

Em Portugal o adobe é um material empregue quer na arquitetura vernácula quer na arquitetura planificada do século XX. No que se refere à arquitetura erudita são raros os exemplos construídos nesse material, pese embora os vestígios arqueológicos atestarem a sua presença desde o período Calcolítico (4000 a 2000 aC). Apesar da sua antiguidade no território é nos sítios arqueológicos dos períodos Romano e Islâmico que o adobe surge com maior expressão, na generalidade, com forma quadrada e em paredes interiores.

Para além desta presença histórica, a arquitetura de adobe em Portugal situa-se nas zonas onde prevalecem solos com percentagem considerável de argila e água em grande quantidade, ou seja, no litoral centro e zonas hidrográficas dos rios Vouga, Mondego, Tejo e Guadiana. Nas povoações alcandoradas, ou seja, de encosta e em planalto existem alguns casos excecionais e, maioritariamente, em paredes interiores de construções rurais.

O presente artigo tem como objetivo a apresentação da construção e produção de adobe nas zonas alcandoradas das regiões de Trás-os-Montes, Beira Litoral, Estremadura, Alentejo e Algarve.

1. O adobe em Portugal

A matéria-prima, terra, constitui um recurso que pode ser utilizado para construir desde que estejam reunidas características indispensáveis e propriedades fundamentais que permitam, entre outras ações, escavar, empilhar, prensar, comprimir, cortar e moldar.

A terra usada na construção encontra-se à superfície da crosta terrestre, entre a designada camada arável usada para fins agrícolas e a rocha ou afloramento rochoso que lhe deu origem (Fernandes, 2013, p. 199). No que respeita aos vários tipos de solos de onde se extrai a terra empregue para a produção do adobe, e numa visão macro do território, cruzando dados a partir das cartas hidrográfica e dos solos, com o mapa da presença do adobe em Portugal, facilmente se constata que a arquitetura vernácula nesse material predomina na costa litoral centro, nas margens dos rios Vouga, Mondego, Tejo e Guadiana e, excepcionalmente, nalgumas zonas alcandoradas das regiões de Trás-os-Montes, Estremadura, Ribatejo, Alentejo e Algarve (figs 1 e 2).

Conforme a recolha e registo dos adobes no território nacional, independentemente da arquitetura existente,

foram identificados quatro tipos e uma enorme diversidade de dimensões, todas paralelepípedicas:

- adobes de terra, manufaturados com terra e água, a que era adicionada apenas areia para correção;
- adobe de palhão, manufaturado com terra argilosa e água a que era adicionada fibra vegetal seca e cortada para estabilização;
- adobe de lodo, manufaturado com terra argilosa e plástica, que já continha raízes e fibras vegetais (Fernandes & Tavares, 2016, p. 18);
- adobe de cal, manufaturado com terra arenosa, água e cal, cuja extinção era feita diretamente com a terra e a água (Pereira, 2019, p. 28).

Já no que respeita à produção apenas se identificaram três processos diferentes:

- manufatura de cariz familiar ou individual cuja produção se destinava à autoconstrução ou para venda a terceiros com o mesmo fim, como ocorria nos vales dos rios Tejo, Mondego e Guadiana, nas Pateiras do Vouga e nos casos dos "Tendal" e "Telheiro", respetivamente, nas regiões da Beira Litoral e Algarve (Fernandes, 2013, p. 234);
- produção comunitária, quando os habitantes de uma povoação se organizavam sazonalmente para esse efeito, como ocorria na Estremadura e nos casos dos "Barreiro" e "Eira" na Beira Litoral (Pereira, 2019, p. 22);
- produção comercial, da responsabilidade de fabricantes também eles vendedores, tratava-se de uma produção organizada e em série com trabalhadores contratados com venda unitária dos adobes em qualquer altura do ano, muitos deles com marca do produtor. Casos das "Olarias" e "Areal" na região da Beira Litoral (Fernandes, 2013, p. 232).

O uso do adobe na construção em Portugal cingiu-se à elevação de paredes. Na arquitetura vernácula, as alvenarias são na generalidade argamassadas e só nalguns casos se verificam juntas verticais secas ou com escassilhos em pedra, em substituição da argamassa.

Apesar da variedade nas dimensões dos adobes, os aparelhos são, no entanto, simples e pouco diversificados, predominando a "meia vez", nas situações de adobes de maior largura, e "uma vez", nos casos de largura diminuta (Fernandes, 2013, p. 248).

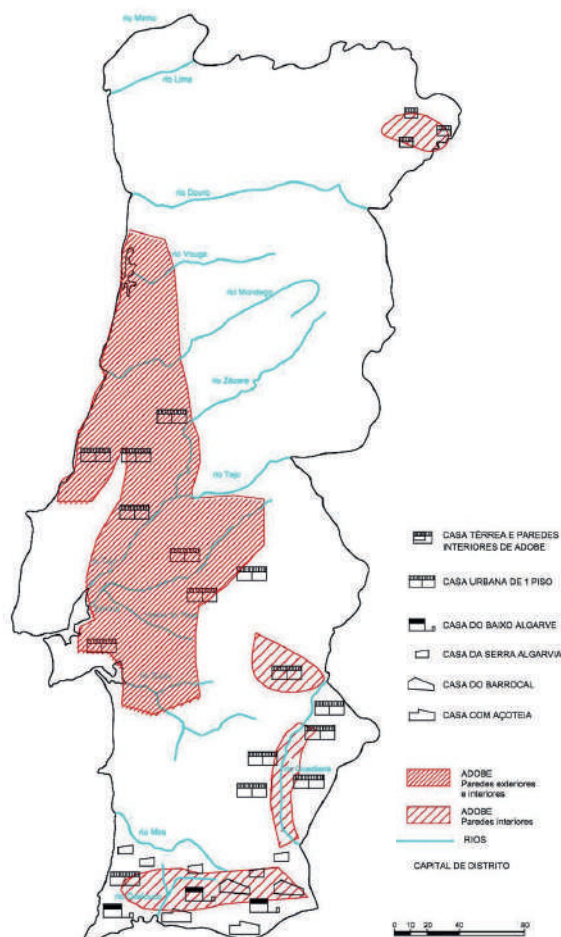


Fig. 1 Mapa da presença do adobe em Portugal e dos tipos arquitetónicos com paredes interiores em adobe, 2013

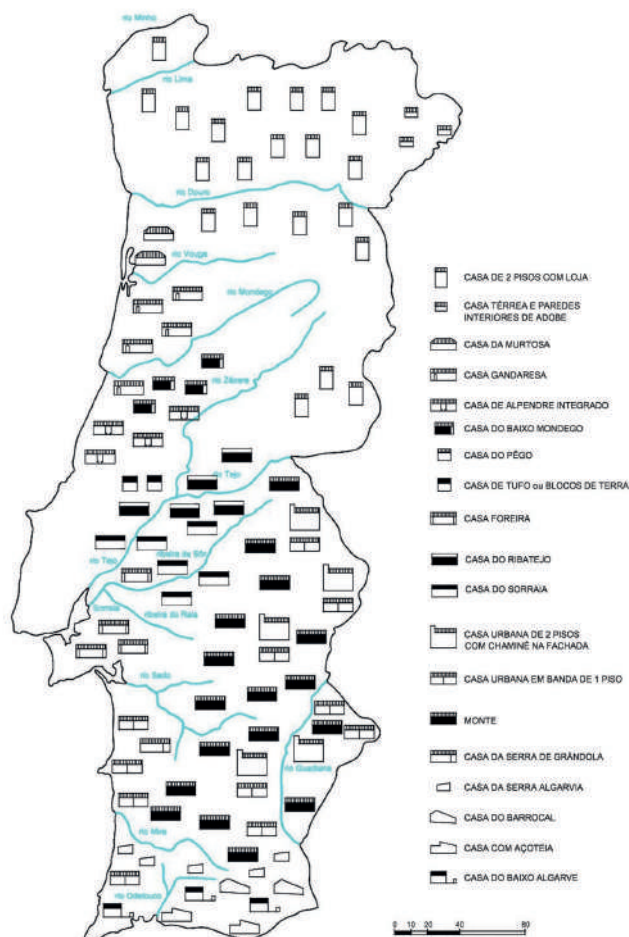


Fig. 2 Mapa de Portugal continental com os tipos arquitetónicos mais expressivos em terra, 2013

2. Trás-os-Montes

No concelho de Bragança, em Fonte da Vila e Angueira, a arquitetura é predominantemente construída em alvenaria de pedra de granito, quer em alvenaria seca quer argamassada (Oliveira & Galhano, [1955-56] 1994, p. 137). Em algumas situações, a compartimentação interior era em paredes de adobe quer em habitação quer em construções agrícolas. Segundo informação oral, o adobe era produzido esporadicamente, na primavera, nas zonas baixas dos planaltos, onde se acumulava algum depósito de terra e água após o degelo. Por ser uma terra proveniente de solos onde o afloramento rochoso granítico à superfície não permitia grandes produções, o processo era familiar e tinha como objetivo produzir material para construir paredes de adobe no interior, um material mais leve e menos dispendioso, em substituição das de pedra. A manufatura era simples e os adobes eram diretamente moldados e secos no local onde se localizava o depósito escasso de terra com água. Na região ainda é possível verificar alguns exemplos dessas paredes divisórias, sobretudo em construções agrícolas de Fonte da Vila. No que respeita à construção e produção do material, foi possível em 2009 recolher junto da população local mais idosa alguma informação, embora escassa. Alguns recordavam-se de ter assistido ao processo de manufatura dos adobes, com os respetivos familiares, pese embora nunca tivessem participado. Este facto levou-nos a concluir que a manufatura de adobe para a construção de paredes interiores, na região, deverá ter terminado há cerca de 100 anos.

Com base nesta evidência a arquiteta Vera Schmadeberger reabilitou uma casa em Angueira, com

dois pisos e paredes exteriores em alvenaria de granito, construindo no interior paredes em adobe portantes (fig. 3). Para o efeito, necessitou de produzir os adobes *in situ*, ensinando os operários locais a manufaturar de forma correta as unidades, usando a palha misturada com a terra (fig. 4). Este caso constituiu uma referência local que contrariou as más práticas locais que destruíam o existente substituindo as estruturas tradicionais em madeira e adobe. As técnicas tradicionais, melhoradas, podem e devem ser usadas em projetos de recuperação e até mesmo em projetos contemporâneos. Quando se dominam os materiais e as técnicas tradicionais, esse recurso é de fácil execução, económico e, sobretudo, eficaz em termos de desempenho e comportamento.

3. Tomar, Ourém e Alcobaça

Nas serras de Aires e Candeeiros a arquitetura vernácula caracteriza-se pela construção em alvenaria de pedra calcária, no exterior, e, no interior, paredes em estrutura mista de madeira e terra, taipas de fasquio e rodízio. Para além desses casos no concelho de Ourém existem também construções com paredes exteriores em alvenaria de taipa e interiores em adobe. A presença de paredes de adobe resulta, possivelmente, da proximidade da forte presença de arquitetura de adobe na zona Oeste. Situação curiosa nestes concelhos são as soluções comuns nas juntas, da alvenaria de adobe e pedra. Tal como nas alvenarias de pedra os “escassilhos” em pedra são muito utilizados para preencher as juntas (fig. 6), evitando argamassas e contribuindo, ao mesmo



Fig. 3 Casa em Angueira, concelho de Bragança, durante as obras de reabilitação

tempo, para a melhor adesão dos rebocos, geralmente construídos em argamassa de cal e areia e por vezes em cal, areia e terra. Nesta região predominam as casas térreas, com um compartimento autónomo para comércio. São as designadas “vendas”, uma variante do tipo arquitetónico de adobe existente na região sul do rio Mondego e que os etnógrafos apelidaram de “casa do baixo Mondego” (Oliveira & Galhano, [1955-56] 1994, pp. 223-224). Nalgumas situações observou-se ainda que existiam paredes interiores em taipas de fasquio e rodízio, preenchidas com pequenos adobes.

4. Algarve

Nas serras de Monchique e Caldeirão, assim como no Barrocal, o uso do adobe é maioritário em paredes interiores de habitações construídas em taipa e alvenaria de pedra e mais frequente em paredes exteriores de construções agrícolas e anexos sem função habitacional. Pese embora esta fraca evidência, a existência de pequenas unidades de produção de adobe na região — os Telheiros — remonta ao século XVIII. Estas unidades estiveram ativas até meados de 2001, encerrando os últimos telheiros nesse ano, como sucedeu com os de Barão de São Miguel, em Aljezur, e Barão de São João, em Lagos. A produção nestes telheiros caracterizava-se pela manufatura artesanal em todas as fases, decorrendo sazonalmente de junho a setembro, onde trabalhavam o proprietário e um ou dois operários. Tratava-se de pequenas firmas familiares que encerraram devido à insignificante procura do material para a construção e ao pouco de interesse das gerações mais novas em continuar com o ofício. Por ser sistematizada, a manufatura de adobes atingia em média 1 500 unidades por dia. Em todo o Algarve era frequente as terras, predominantemente argilosas serem estabilizadas com palha cortada e corrigidas com adição de areias (Sequeira, 2010, p. 70). No Barlavento acabou mesmo por surgir, em 1995, uma unidade de produção mecanizada de adobe. Os proprietários, de origem alemã, influenciados pelos produtos comercializados pela firma alemã *Claytec*, produziram durante alguns anos e de forma mecanizada adobes muito semelhantes aos manufaturados nos “telheiros” da região. Esta unidade de produção mecanizada caracterizava-se pela introdução de algumas máquinas no processo da manufatura. Para rentabilizar a mão-de-obra, a “Construdobe” introduziu, na produção, escavadora e misturadora de terras assim como moldes múltiplos, facilmente transportáveis



Fig. 4 A produção de adobe para a construção de paredes interiores na reabilitação de casa em Angueira, 2008

(Sandeck & Humboldt, 2005, p. 51). Estas alterações facilitaram o manuseamento de terras a partir da barreira, assim como a mistura da terra com palha e água. A firma produziu, essencialmente, adobes de duas dimensões: 24 x 12 x 11 cm e 24 x 12 x 7 cm. Esta evolução do telheiro tradicional para a produção mecanizada, que durou poucos anos, deveu-se à procura deste material para a construção de edifícios em empreendimentos turísticos na região. No entanto, a utilização de adobes de interior em paredes exteriores com isolamento, como sucedeu no empreendimento Alma Verde de Lagos em 2001, com consequências desastrosas, levaram, definitivamente, ao abandono deste material para arquitetura contemporânea e, conseqüentemente, ao encerramento destas unidades produtivas na região (Sequeira, 2010).

No concelho de Alcoutim, os mestres Arnaldo Manuel, José Palma e Manuel Custódio produziam adobes de modo artesanal para a construção de paredes interiores de habitações, onde eram mais aplicados (Costa, 2008, pp. 75-76). Os exemplos de habitações, em todo o Algarve, em que as paredes exteriores eram também construídas em adobe constituem situações excecionais. Na arquitetura vernácula serrana e do Barrocal algarvio a construção em adobe era casual, maioritariamente, em paredes interiores divisórias e sem referências anteriores ao último quartel do século XIX (Costa, 2014, pp. 233-234).

Conclusão

Apesar de existir uma cultura construtiva em adobe no território nacional, as situações em povoações alcandoradas restringem-se à presença de paredes interiores, quer divisórias quer portantes, e sempre como alternativa à cultura construtiva existente na região, por motivos económicos e por eficácia em termos de espaço.

Tal como ocorre no restante território, encontramos nestas povoações dois processos de produção de material: manufatura para autoconstrução e produção em série de unidades para venda com o mesmo fim, a autoconstrução. Comum a quase todos os locais apresentados é a mistura da terra com palha e água para a manufatura de adobes em molde de madeira e a dimensão reduzida das unidades. A altura e a espessura dos adobes varia consoante se encontravam em zona de maior possibilidade de ocorrência sísmica. Nessas situações os adobes eram mais altos e de forma quadrada em corte. A estabilização dos adobes com palha ou outra



Fig. 5 Fonte da Aldeia, concelho de Bragança. Casas em alvenaria de granito com paredes interiores em adobe

fibra vegetal nestas povoações deve-se às características da matéria-prima, com percentagem elevada de argilas no solo e argilas ativas, ou seja, que absorvem e retraem muito em presença da água.

Em termos conclusivos pode-se afirmar que a cultura construtiva do adobe em povoações alcançadas em Portugal é secundária pese embora de grande diversidade e com presença de norte a sul no território.

Bibliografia

- Costa, A. M. (2008). "Adobes, tijolos e tabiques. Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional". *Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Porto: Afrontamento/CCDR Algarve, pp. 74-77.
- Costa, M. R. (2014). *Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve. Forma, processo e escala no estudo da arquitetura vernacular*. Porto: Afrontamento.
- Fernandes, M. C. L. A. (2013). *A cultura construtiva do adobe em Portugal*. Dissertação para obtenção do grau de doutor em arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.
- Fernandes, M. C. L. A. & Tavares, A. (2016). *O Adobe*. Lisboa: Argumentum.
- Oliveira, E. V. & Galhano, F. [1955-56] (1994). *Arquitetura Tradicional em Portugal* (2.ª edição). Lisboa: D. Quixote, 1994.
- Pereira, M. (2019). "Barreiro. Uma "ajuntada" para fazer adobes no Seixo" in *O Barreiro. Redescobrir a prática comunitária e a importância do adobe de cal*. Mira: Associação Cultural e Recreativa do Seixo de Mira, pp. 21-87.
- Sandeck, J. & Humboldt, C. V. (2005). Adobe mecânico in AA. VV. *Arquitetura de terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp. 50-52.



Fig. 6 Tomar, alvenaria de adobe com "escacilhos" em pedra

- Sequeira, I. M. L. (2010). *O adobe na arquitectura do Barlavento Algarvio. Um estudo para a sua recuperação como material de construção*. Portimão: Instituto Manuel Teixeira Gomes.

A ALDEIA DE PRADOS NO *PROGRAMA DE RENOVAÇÃO RURAL*: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO EM ÁREAS RURAIS NO ESTADO NOVO

Vítor Ribeiro
CEAACF, Universidade do Algarve
ribeiro.vitor@gmail.com

Palavras-chave: aldeias, arquitetura vernácula, bem-estar rural, habitação rural, renovação aldeã

Introdução

O mito da *vocação rural* do povo português constituiu um dos mais fortes traços característicos do Estado Novo salazarista e da sua propaganda, sem que tal, porém, se tenha traduzido em políticas consistentes de desenvolvimento e valorização das áreas rurais. Afinal, outro dos seus mitos, o da *vocação de pobreza*, justificava que se deixasse o povo *viver habitualmente* ainda que em *inconfortável cortiço, mais próprio de animais*, como oportunamente assinalou Aquilino Ribeiro e o demonstraram o *Inquérito à Habitação Rural*, na década de 1940, e outros estudos subsequentes.

Ainda assim, no início da década de 1960, quando a vacuidade de ambos os mitos havia já sido posta a nu pelo crescente êxodo rural, a Junta de Colonização Interna (JCI) irá lançar um ambicioso *programa de renovação rural*. Visando, fundamentalmente, resolver o problema da habitação rural, a proposta então desenhada contemplava a intervenção não só no edificado privado, mas também no espaço público, nas redes de infraestruturas e nos equipamentos de utilização pública.

Ambicioso nos objetivos proclamados, mas limitado nos meios de que dispôs e parco nos resultados obtidos, o programa não deixou, ainda assim, de revelar alguns aspetos que merecem ser destacados pela sua importância precursora. Nomeadamente na abordagem multisetorial e multi e interdisciplinar que adota, mas também na valorização turística e diversificação do emprego em áreas rurais que propõe, antecipando conceitos, como os de *reabilitação integrada* e *multifuncionalidade, pluriatividade* e *plurirrendimento*, e também ações, como os *programas de revitalização de aldeias* (Ribeiro, 2017, Anexo 1), que só mais tarde a doutrina e a prática virão a consagrar.

Entre as 41 aldeias abrangidas pelo programa, entre 1960 e 1974, destaca-se Prados, aldeia situada a mais de 1 000 metros de altitude em pleno Parque Natural da Serra da Estrela e a maior das quatro aldeias do concelho de Celorico da Beira beneficiadas nesse âmbito. Os elementos que integram o respetivo plano de intervenção constituem documentos fundamentais para a compreensão, não só dos objetivos e princípios gerais que norteavam o programa, mas também da metodologia, critérios de intervenção e conceitos adotados, avultando entre estes a discussão em torno de “o que deve ser a pequena habitação rural”.

A partir da análise deste caso particular, propomo-nos assim discutir e analisar criticamente os princípios enunciados, os objetivos propostos, a metodologia utilizada, as ações empreendidas e os resultados obtidos no âmbito do referido programa, procurando evidenciar alguns dos seus principais, e precursores, aspetos.

1. Do programa: objetivos e princípios fundamentais

A adoção de uma abordagem multisetorial – que hoje diríamos *integrada* – a um problema que não se esgotava nas condições de habitação, constitui um dos aspetos determinantes do programa, o qual assentava no reconhecimento de que os problemas do mundo rural não poderiam ser resolvidos *sem que primeiro sejam aceites e reconhecidos na sua verdadeira grandeza* (Lobo & Antunes, 1960, p. 7). De facto, muito embora o seu principal objetivo fosse a resolução do problema do alojamento rural, o programa contemplava uma intervenção mais abrangente, sem a qual se considerava não poder *aguardar-se que o nível de vida das populações rurais possa vir a considerar-se satisfatório* (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 1). Na proposta cabiam, assim, não só a beneficiação do edificado privado, do espaço público, das redes de infraestruturas e dos equipamentos de utilização coletiva, mas também uma intervenção alargada a *todo o conjunto e a todas as actividades inerentes à valorização e à revivificação do meio rural* (JCI, 1963-65,

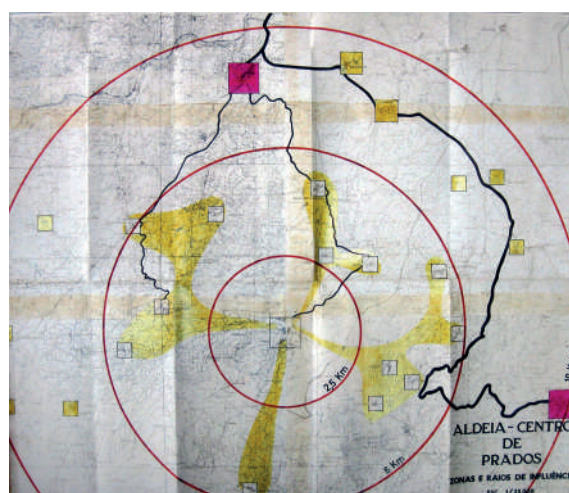


Fig. 1 Prados: aldeia-centro (JCI, 1963-65)



Fig. 2 Prados, Habitação n.º 31: (a) depois das obras (JCI, 1963-65) e (b) em 2013.

Vol. 1, pp. 2, 3 e 69). A ideia subjacente era *multiplicar os empregos não dedicados à agricultura*, nomeadamente em atividades terciárias (Machado, 1965, p. 150), promovendo a multifuncionalidade e a pluriatividade em áreas consideradas excessivamente dependentes das atividades agrícolas.

Para tal, defendia-se a necessidade de convocar e conjugar os esforços de muitos outros organismos estatais, para além da JCI, sob pena de *a obra que se pretende atingir se revelar incompleta* (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 3). Configurava-se assim uma abordagem que, além de integrada, se pretendia também multi e interdisciplinar, pois, como sublinhavam Lobo e Antunes (1960, pp. 8 e 29), *os interesses em causa não pactuam com processos auto-suficientes*, i.e., centrados na ação isolada do arquiteto, posto que a dimensão do problema, acrescentavam, impunha que *a sociologia, a economia agrária, o urbanismo rural, a engenharia, a higiene, as arquiteturas civil e paisagista se envolvessem na mais íntima colaboração*. Esta colaboração, porém, não deveria traduzir-se em *planos empíricos* e numa obra *aparatosa*, mas sim em ações *concretas, eficientes e práticas* e numa obra *séria* que fosse, não só *naturalmente modesta e compatível com o habitat do homem rural*, mas também *simples na aparência e ambiental na essência* (JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 3, 4 e 12), ou seja, eminentemente pragmática.

Todavia, para além de uma questão de princípio, ao pragmatismo que a proposta encerra não terão sido também alheios os *condicionamentos de ordem financeira e técnica* (JCI, 1963-65, Vol. 5, p. 9) a que o programa se viu sujeito, impondo, em particular, o princípio da seleção das aldeias a beneficiar. Com efeito, defendia-se a ideia de que só concentrando *todos os créditos e todos os esforços* nas aldeias que, por apresentarem características capazes de lhes garantirem *evolução e melhor aproveitamento futuros dos seus potenciais naturais*, pudessem vir a tornar-se *aldeias-centro*, se poderia assegurar a reprodutividade do investimento e evitar perder-se *sem glória o esforço despendido* numa operação que, de outra forma, resultaria *imperfeita, de resultados enganadores e duração efémera* (Machado, 1965, p. 334; JCI, 1963-65, Vol. 5, p. 1; Lobo & Antunes,

1960, p. 38). Essas aldeias, *tomadas como núcleos de influência local*, tornar-se-iam, graças ao programa, *os nós e os pontos de apoio estratégicos da estrutura rural renovada* (Machado, 1965, p. 334), atraindo e concentrando, já em melhores condições, a população antes dispersa pelos aglomerados menores existentes no seu raio de ação. Estes, por sua vez, tenderiam, inevitável e inelutavelmente, a desaparecer, pois não só não apresentavam *quaisquer perspectivas de valorização futura* nem *qualquer razão de existência*, como podiam até representar *sérios e imponderáveis obstáculos ao progresso da vida campesina* (Machado, 1965, p. 151).

Nesse sentido, a proposta determinava que cada aldeia a selecionar deveria reunir quatro critérios ou condições fundamentais (não sendo certo, porém, que os mesmos tenham sido rigorosamente respeitados): (i) *integrar-se numa zona sujeita a programas de planeamento ou de desenvolvimento regional*; (ii) *apresentar determinadas características de evolução, de potenciais naturais e de valorização futuras, no sentido de que possa vir a transformar-se num polo de atracção e de serventia das demais aldeias que a cercam adentro de um certo raio de ação*, que andaria *na ordem* dos 10 a 15 km (JCI, 1963-65, Vol. 5, p. 1); (iii) *possuir um número de fogos não inferior a 90*; e (iv) *exibir excepcionais condições que indiquem a sua revitalização futura ou a sua importância económica e geográfica ao nível concelhio ou regional* (JCI, 1963-65, Vol. 6, s.p.).

Ora, é precisamente no âmbito da discussão em torno da importância do planeamento que emerge outro dos aspetos a destacar neste programa: o papel atribuído ao turismo em espaço rural. Omissa na proposta de Lobo e Antunes (1960) e apenas brevemente enunciada no plano da aldeia de Prados como uma das possibilidades de que a população rural poderia dispor para encontrar ocupações melhor remuneradas *adentro da sua vida campestre* (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 2), é nas propostas do Arquiteto José Luís Pinto Machado que a importância concedida à valorização turística surge mais desenvolvida.

Com efeito, defendendo, no seu estudo, a complementaridade entre o planeamento rural e o planeamento urbano, posto que *os planos de urbanização*

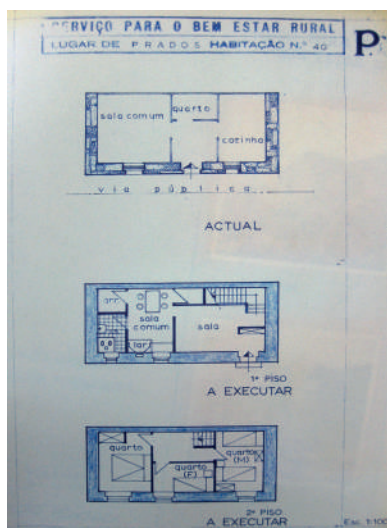


Fig. 3 Prados, Habitação n.º 40: plantas da situação existente e da proposta a executar (JCI, 1963-65)

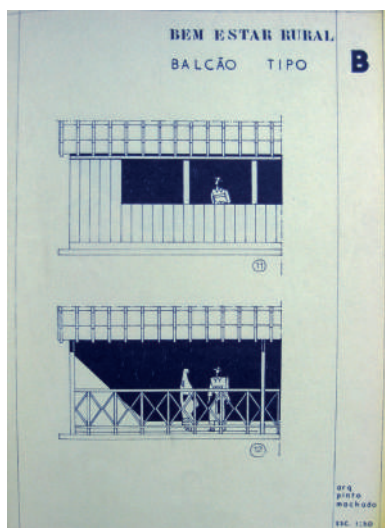


Fig. 4 Prados, peças técnicas: balcão tipo (JCI, 1963-65)



Fig. 5 Prados, peças técnicas: fugas de chaminé (JCI, 1963-65)

de determinadas cidades não devem (nem podem) ignorar a existência das zonas rurais, Machado (1965, p. 125) sugere duas soluções distintas para as áreas rurais: uma de *proteção ou salvaguarda*, a outra de *produtividade ou colonização*. E nesse âmbito, invoca, para além da necessária renovação das aldeias, também a defesa do ambiente rural, o aproveitamento dos recursos potenciais e, em particular, o turismo como alguns dos *multíssimos meios que podem ser encarados na tentativa de valorização do nosso património rural* (Machado, 1965, p. 125). Nesse sentido, e precisamente em face do forte incremento que o turismo vinha conhecendo em algumas zonas rurais do País – como era já o caso do Algarve, indicado como exemplo –, Machado (1965, p.155) admite mesmo que talvez fosse de aconselhar a recuperação de *alguns aglomerados rurais considerados de interesse turístico ou estrategicamente localizados*, por forma a proporcionar às populações locais uma fonte de rendimento suplementar da atividade agrícola. Proposta que, prefigurando uma espécie de programa das aldeias históricas *avant la lettre*, não deixa assim de apontar, ainda que implicitamente, aqueles que se tornarão os objetivos centrais do desenvolvimento rural a partir da década de 1990: a *multifuncionalidade*, a *pluriatividade* e o *plurirrendimento*.

2. Da execução: processo e meios de financiamento

Para a concretização do programa de renovação rural revelar-se-á fundamental a aprovação, em 1960, do Decreto-Lei n.º 43 355 (SEA, 1960), que veio introduzir novas disposições destinadas a ampliar o âmbito de atuação da Lei de Melhoramentos Agrícolas (ME, 1946), aprovada em 1946, tendo as condições para a concessão das comparticipações (não reembolsáveis) e empréstimos nele previstas sido regulamentadas nos dois anos subsequentes, através do Decreto n.º 43 661 (ME, 1961) e do Decreto-Lei n.º 45 534 (ME, 1962).

De acordo com as condições estabelecidas, os referidos empréstimos, a contrair à JCI, eram cumuláveis com as comparticipações não reembolsáveis até um limite máximo global de financiamento que não poderia exceder os 90% do custo total das obras. O respetivo prazo de amortização variava entre os cinco anos (nos caso de empréstimo pessoal) e os 18

a 20 anos (quando o crédito envolvesse garantia hipotecária), só se iniciando o período de amortização dois anos após a conclusão das obras, com um juro que variava entre 2 a 4% (SEA, 1960, art.º 10.º; JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 11).

Ainda assim, dada a insuficiência das dotações orçamentais, houve que as *distribuir segundo uma ordem de prioridades* (JCI, 1963-65, Vol. 5, p. 7), levando à adoção de algumas medidas tendentes a maximizar a sua aplicação. Primeiro, privilegiando a intervenção em habitações próprias em detrimento das que se encontrassem em regime de inquilinato — sem prejuízo, em qualquer dos casos, da prestação da *necessária ajuda técnica* (JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 12-13). Segundo, impondo a já referida *cuidadosa seleção das aldeias e dos alojamentos a renovar*, dando prioridade aos agregados familiares mais numerosos e economicamente menos favorecidos e restringindo as novas construções aos *casos desesperados* (JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 12-14). Terceiro, recorrendo a uma *séria e dificultosa investigação* conducente à definição das soluções *mais económicas e funcionais que se coadunem com os requisitos construtivos e habitacionais próprios e necessários aos meios rurais* (JCI, 1963-65, Vol. 5, p. 7). E finalmente, recomendando, quer a colaboração ativa de toda a população abrangida, através do fornecimento de mão-de-obra não especializada e dos materiais de construção necessários, quer o fabrico local de alguns desses materiais (JCI, 1963-65, Vol. 2, pp. 7-9; Lobo & Antunes, 1960, p. 41).

3. Plano de intervenção na aldeia de Prados: um caso paradigmático

Entre as 41 aldeias abrangidas pelo programa entre 1960 e 1974 destaca-se Prados, aldeia situada a mais de 1 000 metros de altitude, nas faldas da Serra da Estrela (cujo Parque Natural integra atualmente), sede da freguesia com o mesmo nome e a maior das quatro aldeias do concelho de Celorico da Beira então beneficiadas no âmbito do programa. Aldeia de montanha mas dispendo de algumas baixas de terrenos férteis, Prados dependia, na época, fundamentalmente, da exploração ovina. Distanto cerca de 15 km da sede do concelho, à qual estava ligada por uma estrada de



Fig. 6 Prados: Plano Director (JCI, 1963-65)

macadame, que durante o inverno *ficava praticamente intransitável*, a aldeia era servida por uma rede de arruamentos que se encontravam, *na generalidade*, de acordo com o diagnóstico então feito, em mau estado, não possuía rede de esgotos nem de água domiciliária, dispunha de escola para ambos o sexos e um posto médico que funcionava apenas uma vez por semana (JCI, 1963-65, Vol. 2, pp. 1-3). No respetivo plano de intervenção, Prados é identificada como *aldeia-centro* (fig. 1), com uma influência que se estende, num raio de 6 km, a 13 outros pequenos aglomerados, entre os quais Cadafaz, Rapa e Salgueirais, as outras três aldeias do concelho beneficiadas pelo programa.

O diagnóstico que é feito da situação habitacional da aldeia de Prados é, a respeito do referido problema da habitação rural, esclarecedor. Começando por referir que *a maioria das habitações não oferece as condições consideradas mínimas*, aquele aponta desde logo o estado de ruína *bastante adiantado* em que se apresentavam a *quase totalidade* das coberturas, problema agravado pelo seu revestimento *em telha vã*, ou seja, sem qualquer forro de proteção. A isso acresciam a *diminuta área coberta*, abrigando, na maioria dos casos, famílias numerosas *na mais perniciosa promiscuidade*, a *elevada percentagem de quartos interiores*, *consequentemente desprovidos de iluminação e ventilação* (69% dos 255 quartos inventariados no âmbito dos 199 inquéritos efetuados), e a ausência de instalações sanitárias e, na *esmagadora maioria* das cozinhas, de chaminés. Finalmente, as paredes exteriores, *executadas em pedra solta e sem as argamassas*, apresentavam-se também, *na grande maioria, em adiantado estado de ruína*, compondo um quadro que aconselhava a *maior urgência* no seu *arranjo imediato* (JCI, 1963-65, Vol. 2, pp. 4-6).

Para dar resposta a estas carências, a proposta preconizava um conjunto de ações, mais ou menos tipificadas, que abrangiam a reconstrução de coberturas, incluindo a instalação de forro interior e a substituição, parcial ou total de telhas; o arranjo e pintura de caixilharias existentes, a abertura de vãos em portas e janelas e a construção de pequenas claraboias de iluminação e ventilação em dependências interiores; a construção de chaminés e panos de apanhar fumos; a reparação total, ou quase total, dos pavimentos e a colocação de pedras nos lares; o preenchimento das juntas das alvenarias das paredes exteriores e respetiva caiação (fig. 2); a reconfiguração dos espaços internos, promovendo a

separação, por sexos, de quartos de cama e a criação de instalações sanitárias (fig. 3); bem como, e sempre que possível, a ampliação do fogo, quando a sua área coberta fosse considerada insuficiente às necessidades familiares (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 7).

De acordo com o programa proposto, a execução destas ações, todavia, deveria subordinar-se a um conjunto de princípios norteado pelo respeito pelas características das arquiteturas locais. As obras a executar deveriam assim *respeitar o ambiente natural e enquadrar-se na fisionomia arquitectónica do meio rural*, tendo presente que *a cada tipo de agricultura a desenvolver em cada região deverá corresponder uma diversa forma de habitat, portanto aliada a uma própria construção, seja motivada pela ecologia, pelo clima ou pela variedade de ordenamento produtivo* (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 8). Nesse sentido, defendia-se, por um lado, a adoção de *uma simplicidade estética e volumétrica próprias ao meio rural* e a manutenção de *uma feição de unidade de arquitectura popular*, propondo-se, para o efeito, o uso de materiais de construção idênticos aos preexistentes e *à identidade e características próprias à tradição arquitectónica local, definida através de técnicas e de feições plásticas espontâneas*; e, por outro lado, a recusa da introdução de elementos arquitetónicos que pudessem *desvirtuar as tradições construtivas locais*, a *pintura com cores berrantes ou com outras cores impróprias ou antes não utilizadas no meio rural* (embora dos elementos consultados não conste qualquer estudo de cor ou paleta de cores) e a utilização, nas coberturas, da telha tipo *Marselha* (JCI, 1963-65, Vol. 6, Cap. IV, artigos 5.º, 6.º e 7.º).

Quanto às novas construções, sugeria-se, desde logo, que fossem escolhidos para esse efeito os terrenos *mais propícios, mais salubres e melhor localizados*. Depois, preconizava-se ainda, para além das disposições respeitantes à respetiva salubridade e funcionalidade, que as mesmas fossem executadas *adentro das características da arquitectura popular* e apresentassem *um conjunto harmónico e simples, de molde a que se obtenha uma unidade estrutural e arquitetónica próprias do meio ambiente*, sugerindo-se que fossem *antecedidas, em relação à via correspondente, de uma faixa de verdura ou de ajardinamento (flores ou arbustos)* e, volumetricamente, respeitassem a *cércea atingida pelas construções vizinhas* mas sem ultrapassar a *medida correspondente à largura da via* junto à qual se implantassem (JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 8-10; Vol. 6, Cap. IV, artigos 3.º, 5.º e 6.º).

Quer num caso, quer no outro, a proposta para a aldeia de Prados remetia para um conjunto de desenhos técnicos que incluíam fichas individuais de intervenção no edificado (com planta da situação existente e da proposta de intervenção a executar), fichas de pormenores-tipo, abrangendo: alminhas (oito tipos), balcões (14 tipos) (fig. 4); beirados (três tipos) e alpendres (um tipo); asnas simples (um tipo, com diversas dimensões); assemblagens; *cozinhas – fogão* (um tipo); chaminés (três tipos); fugas de chaminés (14 tipos) (fig. 5); degraus; portas (cinco tipos); janelas (quatro tipos); cruzeiros (um tipo); fontenários (dois tipos); bem como plantas-tipo de novas habitações a construir (JCI, 1963-65, Vol. 5).

Com vista a reduzir os custos associados, o programa admitia ainda o recurso à normalização (ou produção



Fig. 7 Vale do Couço (Mirandela): uma habitação “melhorada”, (a) antes e (b) depois das obras (Lobo & Antunes, 1960) e (c) em 2013

em série) de elementos construtivos considerados de execução especializada (caixilharias, canalizações, sistemas de isolamento, etc.). Todavia, era rejeitada a *uniformização de tipos arquitectónicos* (ou seja, de *casas-tipo*), não só por ser *inaceitável*, do ponto de vista estético, mas também por, do ponto de vista económico, *dificultar um real aproveitamento de materiais e técnicas locais* (Lobo & Antunes, 1960, p. 43; Machado, 1965, pp. 88 e 113).

O relatório aconselhava ainda que a beneficiação das habitações decorresse em quatro fases, por ordem de prioridades. Numa primeira fase, seriam abrangidas as famílias que não possuíssem *quaisquer possibilidades financeiras* que lhes permitissem realizar as obras consideradas necessárias (sendo identificadas 70 famílias nestas condições), a quem seria atribuído o valor máximo da comparticipação não reembolsável. Numa segunda fase, o programa alargar-se-ia às famílias com *fracas possibilidades financeiras* (52 famílias identificadas), com a comparticipação a reduzir-se na ordem dos 10 a 20% do custo total das obras. A eventual beneficiação dos fogos das famílias *mais abastadas* (sendo identificadas apenas três) é remetida para uma terceira fase, sendo-lhes apenas reconhecido, nestes casos, *o direito de um empréstimo a conceder pelo Estado, sem qualquer direito a comparticipação*. E só numa quarta fase se admitia, no respeitante às famílias mais pobres (41 identificadas), *poder pensar-se ou na reconstrução do respetivo fogo (caso este se revelasse insuficiente para alojar em razoáveis condições o agregado ou se encontrasse em estado ruinoso) ou mesmo nas situações de inquilinato, a sua compra ao actual senhorio, no sentido de a vender ao presente inquilino* (JCI, 1963-65, Vol. 2, pp. 10-18).

Finalmente, e *porque as obras e investimentos a efectuar se destinam à melhoria das condições de habitabilidade da população interessada*, é recomendada a participação ativa de *toda ela* [...], *tanto através da mão-de-obra necessária, como de materiais de construção* (JCI, 1963-65, Vol. 2, pp. 7-9), em consonância com um dos princípios-chave associados ao programa.

No domínio dos serviços coletivos (espaço público, infraestruturas e equipamentos), era proposto que a freguesia fosse dotada, numa primeira fase, de um centro de extensão rural, de uma escola materno-infantil, de uma zona de desportos, *ainda que modesta*, para além das *urgentes* redes de água domiciliária e de esgotos, sendo incumbida às autarquias locais a responsabilidade pela obtenção, junto *dos outros Organismos*, das necessárias comparticipações financeiras (JCI, 1963-65, Vol. 2, p. 9). Ainda a respeito das intervenções no espaço público, vale a pena

assinalar a sugestão de que, nalguns casos, pudesse ser *interdita, no todo ou em parte dos arruamentos ou das praças, a circulação e o estacionamento de veículos, mesmo que se trate de viaturas de propriedade de cultivadores, de comerciantes, etc.* (JCI, 1963-65, Vol. 6, Cap. II, art.º 7.º).

Nas considerações a ter em conta na renovação da aldeia, preconizava-se que, antes de se iniciarem os *estudos preparatórios tendentes à renovação de uma aldeia rural* propriamente ditos, haveria que se proceder, por um lado, a *uma prévia mentalização* da população local, tendente a assegurar a respetiva colaboração no programa – para o que se tornava necessário deslocar para o local, *com relativa antecedência, uma brigada de agentes rurais, chefiada por uma assistente social* – e, por outro lado, à execução do levantamento topográfico da aldeia, preferentemente à escala 1/500, e à identificação de *todos os chefes de família* residentes (JCI, 1963-65, Vol. 6, Cap. I, art.º IV, e Cap. V, art.º 2.º). Antes do início das obras, considerava-se ainda necessário identificar, na aldeia ou nas suas proximidades, mestres carpinteiros ou pedreiros a quem pudesse ser confiada, *mediante um vencimento mensal a estipular*, a direção das obras a executar, assumindo a Junta, através dos seus técnicos, a fiscalização das mesmas e os respetivos autos, bem como, a fim de *evitar possíveis especulações, tanto por parte dos habitantes, como das autarquias locais*, a definição *das obras a efectuar em cada fogo e a verificação dos compromissos a assumir pelos interessados* (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 14; Vol. 2, pp. 7-9).

Da proposta consta ainda um *plano diretor* (fig. 6), ainda que meramente esboçado, com o qual, dando expressão à importância atribuída ao ordenamento e ao planeamento, se procurava disciplinar as intervenções a executar na aldeia e o respetivo processo de urbanização.

Ao todo, de entre as 262 habitações então identificadas na aldeia, terá sido programada e (orçamentada) a intervenção em apenas 58, e efetivamente beneficiadas, entre 1963 e 1965, apenas 54 (21%). A maior parte destas (41) pertencia a famílias de primeira prioridade (representando 59% das habitações identificadas nesse âmbito), tendo sido ainda beneficiadas sete habitações de famílias de segunda prioridade (13%) e seis de famílias de quarta prioridade (15%). Nenhuma das três famílias mais abastadas consta da lista de habitações beneficiadas pelo programa. O custo global das intervenções programadas ascendeu a 983 686 escudos, dos quais 73 328,30 não foram gastos (a maior parte correspondente às quatro desistências), tendo sido atribuídos 871 282,80 escudos a título de comparticipação não reembolsável.

Considerações finais e balanço possível

Lançado em 1960 com o objetivo de intervir em pequenos aglomerados rurais de forma a *transforma[los] em comunidades razoavelmente ordenadas* (Leónidas, 1971, p. 4), o *Programa de Renovação Rural* terá tido o seu início efetivo, em termos de obras, em 1963. Até 1962 terão sido realizados 1 090 inquéritos, habitacionais e familiares, em sete aldeias do Norte e Centro interior do país, número que, em 1963, ascenderia a 1 891, abrangendo mais dois concelhos e três aldeias (JCI, 1962, s.p.; 1963-65, p. 24).

Nesse mesmo ano de 1963 estariam em curso ou já concluídas as obras em Vale do Couço, Vimeiro e Vilaverdinho, em Mirandela, promovidas por uma empresa particular proprietária das terras, as quais terão constituído *exemplo e estímulo forte para se continuar* (JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 12-13). A experiência de Vale do Couço é também citada como exemplo a seguir por Lobo e Antunes (1960, p. 124), sublinhando estes, em particular, o cuidado havido em intervir nas condições de habitabilidade mas *sem modificar o aspecto geral do povoamento nem as características das habitações* e com a *preocupação de manter a arquitectura existentes* (fig. 7).

Tendo decorrido até 1968 em sistema experimental, o programa, depois de corrigidos os *erros* e modificados os *processos de actuação* (JCI, 1966, s.p.; Leónidas, 1971, pp. 4-5; ME, 1973, pp. 25-26), prosseguiria até à queda do regime e conseqüente extinção da JCI, ocorrida em outubro de 1974. As intervenções, coordenadas ao nível local por uma Comissão de Melhoramentos criada para o efeito, agrupando um representante da JCI e dois representantes *eleitos* pela população local, terão envolvido, para além da JCI, as direções gerais dos Serviços Agrícolas, dos Serviços Elétricos e dos Serviços de Urbanização, o Fundo de Fomento à Habitação, o Instituto de Assistência à Família, a Junta Central das Casas do Povo, a Junta de Ação Social, a Federação das Caixas de Previdência e Habitações Económicas e o Instituto Geográfico e Cadastral.

Do cruzamento da informação constante dos vários documentos e publicações consultados é possível concluir que, até ao final de 1972, terão sido beneficiadas pelo programa cerca de 41 aldeias, de um universo de, pelo menos, 94 candidaturas, e 1 523 habitações. Números (muito) escassos, face à dimensão das necessidades, mas reveladores de um esforço que, embora tenha sido ineficaz no combate ao êxodo rural, seu objetivo último, merece destaque pelo pioneirismo indiciado nalguns dos seus aspetos, carecendo ainda de estudo mais aprofundado.

Referências bibliográficas

- Folque, N. A. P. B. (1960). *Planeamento regional e bem estar rural*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1962). *Junta de Colonização Interna: exposição comemorativa do XXV aniversário: 24 de Abril de 1962*. [Lisboa]: Ministério da Economia/Secretaria de Estado da Agricultura.
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1963). *Vila-verdinho: uma aldeia melhorada*. Lisboa: JCI
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1963-65). *Aldeia de Prados: Programa de Renovação Rural*. Lisboa: JCI, 9 vol.
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1966). *XX Aniversário da publicação da Lei de Melhoramentos Agrícolas*. [Lisboa]: Ministério da Economia/Secretaria de Estado da Agricultura.
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1972a). *Aldeia de Montes Velhos: em renovação*, 1972. Lisboa: JCI.
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1972b). *25 anos da publicação da lei de melhoramentos agrícolas*. Lisboa: JCI.
- Leónidas, V., 1971. *Para uma política de bem-estar rural*. Lisboa: [s.n.].
- Lobo, V. & Antunes, A. da M. (1960). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Coimbra: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo.
- Ministério da Economia (1946). "Lei n.º 2 017 (Lei dos Melhoramentos Agrícolas)". *Diário do Governo*, I Série, n.º 139, de 25/06/1946, pp. 588-531.
- Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura (ed.) (1973). *Junta de colonização interna: síntese da sua organização e obra* [documento datilografado]. [Lisboa]: Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura.
- Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, JCI (1961). "Decreto n.º 43 661". *Diário do Governo*, I Série, n.º 104, de 04/05/1961, pp. 530-589.
- Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, JCI (1962). "Decreto-lei n.º 45 534". *Diário do Governo*, I Série, n.º 191, de 21/08/1962, pp. 1151-1152.
- Machado, J. L. P. (1961). "Novas possibilidades para a modernização do *habitat* rural". Separata de *A Agricultura e o II Plano de Fomento*. Lisboa: Secretaria de Estado da Agricultura, pp. 323-335.
- Machado, J. L. P. (1965). *Alguns problemas do mundo rural português*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação.
- Machado, J. L. P. (1970). "Os planos de urbanismo rural e de ruralismo, no contexto do planeamento territorial". *Colóquio sobre Desenvolvimento Sócio-Económico da Zona da Cova da Beira*, 28/09-03/10/1970. Covilhã: Câmara Municipal.
- Ribeiro, F. V. F. (2017). *Práticas de reabilitação em áreas rurais: contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal*. Tese de Doutoramento em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14113> [Acedido a 14 de julho 2020].
- Secretaria de Estado da Agricultura, J.C.I. (1960). "Decreto-lei n.º 43 355". *Diário do Governo*, I Série, n.º 273, de 24/11/1960, pp. 2590-2596.

IDENTITÉ ARCHITECTURALE ET PATRIMONIALISATION DE L'HABITAT EN KABYLIE

Zoulikha Ait-Lhadj

Université Mouhoud Mammeri de Tizi-Ouzou (Algérie)
zoulikha.pg2009@yahoo.fr

Messaoud Aiche

Université de Constantine (Algérie)
aichmessaoud@yahoo.fr

Miguel Reimão Costa

CEAACF, Universidade do Algarve / CAM
mrcosta@ualg.pt

Mots clés: maison kabyle, architecture, identité, représentations, patrimonialisation

Introduction

La tradition lieu de permanence, palimpseste de l'ancien et de l'identité dans le présent est souvent mise en confrontation avec la modernité perçue allogène porteuse d'injonctions de modèles culturels extérieurs. Un clivage qui place *de facto* la tradition en lieu de permanence et la modernité en celui du changement qui dans la réalité sont plutôt en dialectique qu'en opposition. *Tout changement, si révolutionnaire puisse-t-il apparaître, s'opère sur fond de continuité, toute permanence intègre des variations* (Lenclud, 1987, p.113). La maison vernaculaire kabyle dite *axxam*, par sa forme choisie en relation à l'usage physico-culturel, a pu résister aux changements au fil du temps en servant de modèle consacré qui se perpétue. En affichant une maîtrise et une leçon d'appropriation des lieux à tous les niveaux, l'homme kabyle a simplement su habiter son paysage car habiter relève de l'appropriation de lieux et de leur simplicité (Norberg-Schulz, 1985). Malgré le statut indivis qui y règne et l'absence de tout document justifiant la propriété, les limites et les histoires familiales sont connues des uns et des autres ce qui rend ainsi le lien au territoire très intense. Lien qui relève plus d'une appropriation que d'une appartenance territoriale, confortée par la persistance des ontologies autour de ce territoire qui agissent comme marqueurs identitaires et comme éléments de revendication. Contrairement aux ontologies entourant et habillant la maison traditionnelle ou l'espace domestique qui ont presque disparu dans la conception même de l'habiter au présent, qui est nécessairement en tension entre un *provenir* et un *a-venir* (Heidegger, 1964).

Le questionnement de départ de ce propos vise à saisir dans un premier temps les mutations et transformations des modes de production et d'appropriation de l'espace habité dans les villages prétexte d'étude. Et au second de voir quel type de relation entretiennent les habitants des maisons dites modernes avec l'*axxam* traditionnel, est-elle tributaire de sens et de valeur patrimoniale, et si la maison dite moderne incarne-t-elle des valeurs ou des symboles de l'*axxam* traditionnel. L'objectif étant de nourrir la parole à travers la perception des enquêtés afin d'évaluer le degré d'attachement et la manière avec laquelle on s'identifie à ce "patrimoine".

Habiter, paysage et identité

Le paysage fruit du processus d'appropriation constitue un sentiment d'appartenance, un habiter et une construction collective identitaire. Le village traditionnel, production collective d'un système de valeurs sociales et d'usage est conçu avec et dans son paysage. En parfaite harmonie avec le paysage en tant que domaine de composition, le village implanté au sommet permet de percevoir, de regarder et de dominer avec des espaces qui s'ouvrent comme des balcons sur ce paysage. Nos ancêtres n'avaient pas de pensée du paysage mais nous ont laissé des paysages identitaires. En revanche, nous qui ne cessons d'écrire et de parler du paysage à tout bout de champs, nous avons tout détruit à défaut d'une réelle pensée paysagère vivante, concrète et agissante (Berque, 2008). D'ailleurs même en ayant relié la naissance du paysage à la civilisation chinoise après avoir défini les sept critères déterminants pour parler à bon escient du paysage, Berque est revenu quand même sur son pas pour avancer que le paysage relèverait aussi bien de substances matérielles et visibles, et de relations immatérielles et invisibles. Et ce après la visite qui l'a conduit dans un village *chleuh* (berbère) du Maroc où il a pu comprendre que même en l'absence de mots, la pensée paysagère est primordiale à la pensée du paysage par le sens profond du paysage qui se manifeste avec l'architecture ouverte sur le paysage.

La maison cadre de sociabilité et produit socio-culturel

Par sa forme variable dans le temps la maison et son histoire sont inséparables de l'histoire de la famille qui l'occupe. Elle est une institution plutôt qu'une simple structure et sa conception et sa mise en œuvre relèvent d'un phénomène culturel adapté au mode de vie qui est l'apanage du partage d'un système de valeurs particulières (Rapoport, 1969). Objet d'appropriation et de réappropriation, elle est en constante gestation et plusieurs paramètres influencent son évolution et sa transformation dans le temps. La maison permet d'aménager aussi les relations sociales en organisant les proximités et les distances mais également de distinguer un *dedans* et un *dehors*. Elle est d'abord un fait humain et sa forme ne doit être attribuée qu'au choix de l'homme, même s'il est contraint par des forces dépendantes du milieu (Rapoport, 1969).

Problématique

Le paysage des différents villages de la commune d'*Ifigha* affiche un amalgame de figures produit du conventionnel vernaculaire et produit de l'intentionnel moderne et incongru s'inspirant de modèles urbains. Par le foncier qui resserre, des anciennes maisons sont parfois démolies pour reconstruire de nouvelles totalement différentes, et dans les villages qui présentent encore un noyau traditionnel perché au sommet, les nouvelles constructions viennent se greffer au contrebas du flanc de versant. Cette extension comme une deuxième ceinture de tendance concentrique qui s'agglutine le long de l'axe unique et principal du village mais parfois le mitage des constructions se dispersant dans le paysage le long des pistes agricoles crée un tissu diffus et éclaté. L'*axxam* du noyau traditionnel a été bâti sur un modèle unique mais concrètement dans ses traits de détail intérieur les maisons sont toutes différentes¹. Ces anciennes maisons ont façonné et marqué plusieurs familles qui, transplantées dans de nouveaux types d'habitat dit moderne, semblent continuer d'y perpétuer certaines valeurs d'autrefois.

est motivé par la résistance des noyaux traditionnels dans ces villages qui présentent un ensemble de maisons traditionnelles encore debout. Aussi certains de ces villages choisis sont très actifs et ne cessent de multiplier l'évènementiel autour de leur patrimoine pour la reconnaissance et la préservation de ce legs ancestral.

Les structures spatiales sont des systèmes d'imbrication de plusieurs relations qui d'après Frémont (1976) ne peuvent se saisir indépendamment des relations sociales. A cet effet, pour accomplir notre travail nous avons opéré par une démarche emboîtée d'une approche qui prend en charge le volet architectural dans la dimension typologique des formes bâties reliées à une temporalité diachronique, accompagné du volet représentations et perceptions de l'habiter dans les discours et entretiens des habitants. Étant donné que l'objet architectural soit un fait de communication suppose donc un langage dont les significations ne sauraient être détournées du milieu où il s'exprime (Provensal, 1974).

Village	Nombre et état des maisons				
	Total	Bon	Moyen	Vétuste	Ruine
Moknea	229	01	38	33	157
Thabourth	124	08	50	28	38
Awrir	198	04	78	28	88

Tableau 1 État des maisons traditionnelles (Étude des POS des villages traditionnels – Ifigha)

Dans notre intitulé nous nous questionnons sur la manifestation de ce patrimoine en rapport à la déprise de la tradition qui s'exprime par le nombre de maisons traditionnelles qui ne cesse de régresser jusqu'à totalement disparaître dans certains endroits en laissant du lest au profit de ces nouveaux types d'habitat incongrus. Contrairement aux anciennes maisons plus sensibles au paysage dépourvues de toute volonté de prétention ou de faire impression, les nouvelles formes affichent un "artifice" qui témoigne d'une temporalité différente imposée par les conditions socio-économiques actuelles et une compréhension différente du confort. La problématique réside dans la question d'appropriation de l'architecture traditionnelle et de ses représentations afin de savoir si elle constitue une source d'inspiration des choix opérés dans les nouveaux modèles produits.

Outils et méthode

Il s'agit d'un travail qui s'inscrit dans une recherche en cours portant sur le paysage et l'habitat en zone de montagne dont le prétexte d'étude a concerné des villages qui se situent dans la *wilaya* de Tizi-Ouzou, plus précisément dans la commune d'*Ifigha*. Ce choix

1. Évolution de la maison

L'*axxam* microcosme : simplicité, dignité et identité

Quand il s'agit d'appréhender l'*axxam* se retrouvent de façon répétitive beaucoup de similitudes et de répétition dans les plans, les écrits de différents types et les peintures mettant en scène la vie quotidienne, ce qui est montré dans les figures ci-après (fig. 1). Néanmoins, il existe un certain clivage entre les positions dans leurs descriptions et cela en dépend des conditions de l'enfance vécue dans cette maison traditionnelle mais aussi dans le village². Et le travail de Bourdieu (1972) revêt un intérêt particulier dans la valorisation de la maison kabyle devenue universelle dans sa leçon d'appropriation de l'espace. L'*axxam* est un des éléments structurant la société kabyle, symbole de l'honneur de la famille, et dont la femme, même paraissant vulnérable par la place qu'elle occupe dans cette société qui exhorte l'homme, en a la totale maîtrise. L'*axxam* est un espace propre aux femmes fait par elles et pour elles, qui en assurent l'entretien et l'habillent de décorations et d'iconographies symboliques auxquelles seules les femmes sont initiées, et ce toujours dans le but de renforcer sa protection.

1 L'intérieur d'*axxam* est plutôt le domaine des femmes qui ne ménagent aucun effort à le démarquer au gré de leurs goûts esthétiques. Ces femmes pour lesquelles les hommes kabyles ne sont pas deux à dire qu'elles sont si différentes, et heureux celui qui posséderait la meilleure d'entre-elles. D'ailleurs ci-bien affiché dans le proverbe kabyle qui dit que: *Thamtouth ihrazen khir n'thayouga iherzen*, la femme qui garde et protège la maison est meilleure voire préférée à une paire de bœufs de labour si convoitée en Kabylie.

2 C'est ce que nous avons constaté chez Feraoun, très touché par son enfance douloureuse; ses écrits autour du paysage et des maisons témoignent d'un aspect misérable comme le montre le présent propos où il décrit la maison qui de l'intérieur ressemble à toutes les autres lesquelles méritent le dédaigneux dicton qu'on leur applique : *Ecurie de Menaiel, extérieur rutilant, intérieur plein de crottin et de bêtes de somme* (Feraoun, 1954, p. 14).



Fig. 1 Relevé d'une maison traditionnelle à son premier âge. Coupe longitudinale, coupe transversale, plan du RDC (ensemble) et perspective intérieure 1 entrée 2 *asqif* 3 cour 4 jardin 5 *thaqaâts* 6 *adaynin* 7 *thaârichth* 8 *amnar* 9 *azetta* 10 *adhukan* 11 *thadukant* 12 *elkanun* 13 *akoufi* 14 mangeoire (Zoulikha Ait-Lhadj, enquête terrain 2017/2018)

Ces maisons sont orientées en fonction de la topographie du site et insérées perpendiculairement aux courbes de niveau qui annoncent l'étagement de l'espace intérieur en reconduisant ainsi le sens descendant de la pente. Les maisons sont construites en pierres liées au mortier de terre ou en pisé. Elles sont recouvertes d'un toit de bois constitué d'une faîtière sur laquelle reposent les chevrons supportant les roseaux ou branchages recouverts d'une couche de mortier de terre et coiffés de tuiles rondes en terre cuite d'argile ou parfois de tuiles romaines pour les plus récentes. Les maisons obéissent à la même organisation spatiale et sont différentes par leurs dimensions qui dépendent des assiettes qui les reçoivent et par le décor intérieur. Cette organisation de nature tripartite est composée d'une seule enveloppe et structurée en espace principal de vie des humains, appelé *Thaqaât*, d'un autre espace, appelé *adaynin*, réservé aux animaux à un niveau bas, et enfin un troisième espace, appelé *thaârichth*, grenier de la famille servant aussi de coin sommeil placé au-dessus de *adaynin* et doté d'une petite ouverture pour assurer l'aération. Ces maisons se sont multipliées dans l'espace villageois suivant des quartiers agnatiques articulés autour de la parenté et traduisent l'appartenance à la famille élargie.

La maison ancienne a connu sa première transformation: une élévation en hauteur en rapport au facteur démographique (fig. 2). Cette extension est réservée exclusivement aux nouveaux enfants mariés, elle annonce les premiers signes de mutations et d'individuation au sein de la famille élargie. Après le mariage du grand fils, il s'installe dans *thagourfets* (pièce à l'étage de l'ancien *axxam*) dotée d'un balcon et desservie par une échelle en bois. Cette extension constitue les premiers jalons de rénovation portée à l'ancien *axxam*.

Par la suite, divers facteurs exogènes et endogènes, dont colonisation, émigration, recul de la ruralité et abandon du travail de la terre, révolution agraire, accroissement de la famille et statut indivis de *Axxam*, ont succédé tout en bouleversant l'*axxam* ainsi que la structure sociale traditionnelle. L'*axxam* devient de plus en plus insuffisant aux nouvelles exigences d'intimité et de confort et pousse ainsi les familles à se lancer dans de nouvelles demeures plus spacieuses, avec plusieurs niveaux, d'abord dans l'espace non bâti attaché à l'ancienne maison ensuite dans les champs en dehors de l'ancien village.



Fig. 2 Relevé d'une maison traditionnelle à sa première extension, vues de l'extérieur et de l'intérieur (Zoulikha Ait-Lhadj, enquête terrain 2017/2018)

Maison intermédiaire : spécialisation et enracinement

La maison de deuxième âge (fig. 3) s'est plutôt confinée elle aussi au sein du quartier agnatique soit dans la cour ou dans les *thamazirh* (jardins) adjacents et attenants à l'ancienne maison. Par sa forme et son contenu elle affiche déjà des signes de renouveau et annonce les couleurs d'injonctions extérieures sur le cadre bâti. Elle manifeste des marques différentes de l'ancienne soit par les matériaux et technique de construction soit sur le plan spatial. Compte tenu de son implantation en plein quartier familial elle reste donc dépendante de la traditionnelle structure familiale et elle s'est développée en deux temps.

D'abord par une diversification topologique qui commence avec l'ajout d'autres pièces monofonctionnelles essentiellement cuisine et chambres réservées aux enfants mariés. Par la suite, par une surélévation d'un unique niveau dont l'accès se fait par des escaliers extérieurs à une, voire deux volées. Pourvue d'un long balcon et d'un espace intérieur spécialisé et fermé, cette maison est spatialement autonome par ses pièces qu'elle abrite avec généralement un espace jour constitué de séjour, cuisine au RDC, et un espace nuit constitué de chambres à l'étage. Mais le fait qu'elle soit mitoyenne étant dans l'enceinte de *Axxam* la rend ainsi dépendante et soit vécue en tant qu'agrandissement horizontal.

D'après Messaci-Belhocine (2007) cette maison semble répondre plus à une volonté de spécialisation des fonctions regroupées dans l'*axxam* qu'à celle de démarcation par rapport au groupe familial. D'ailleurs pour la majorité d'entre-elles le manger se prépare dans la cuisine à l'intérieur de *Axxam*.

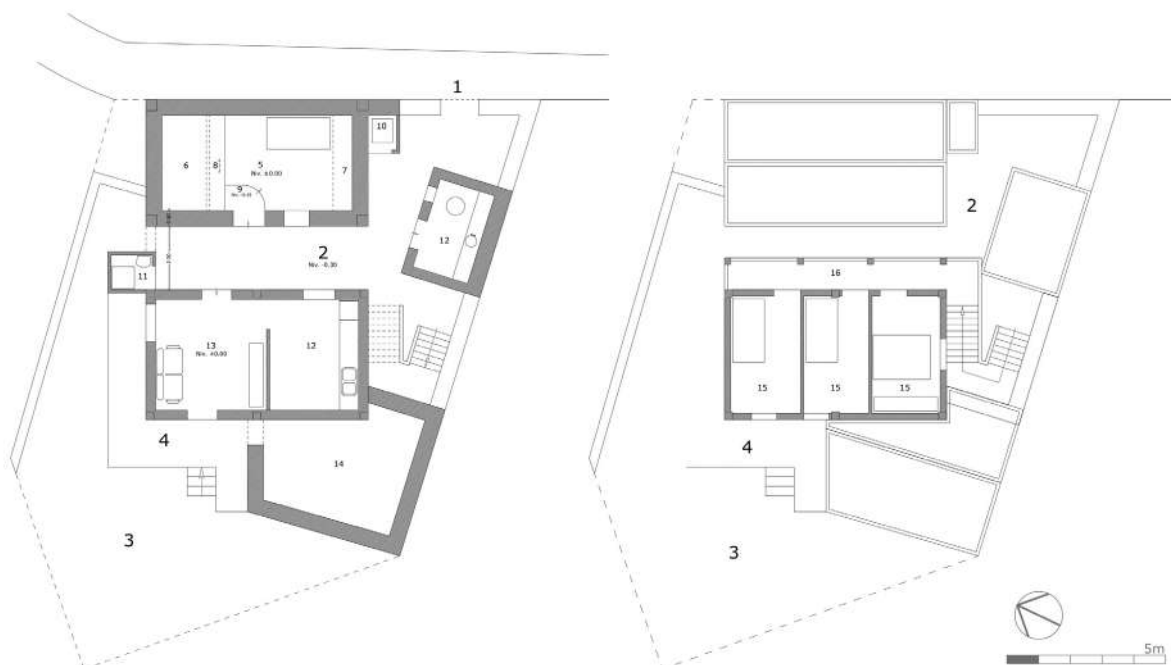


Fig. 3 Relevé d'une maison traditionnelle avec maison de 2^{ème} âge. Plan du RDC (ensemble) et plan de l'étage (extension) **1** entrée **2** cour **3** jardin **4** séchoir **5** *thaqaâts* **6** cellier **7** rangement **8** *thadhukant* **9** *amnar* **10** wc **11** douche **12** cuisine **13** salon **14** dépôt **15** chambre **16** balcon (Zoulikha Ait-Lhadj, enquête terrain 2017/2018)

Maison contemporaine entre tradition et modernité ?

Les nouvelles maisons sont appréhendées dans différents travaux avec une divergence des points de vue³. Le constat fait état du changement du paysage rural et dont l'évolution économique, le changement de mode de vie font que la ruralité se fait de plus en plus absente dans la montagne compte tenu de l'état du lieu de vie. Les constructions sont de plus en plus puissantes et imposantes dépassant pour certaines les quatre niveaux. Les façades sont quasiment toutes percées et dotées de saillies pour leur majorité. Balcons, terrasses sont omniprésents dans les maisons contemporaines. Les maisons telles qu'elles sont relevées sont l'illustration parfaite de la transposition d'un habitat urbain en milieu rural (figs 4, 5 et 6). Elles sont caractérisées par un compartimentage d'une multitude d'espaces traduisant une individualisation spatiale coupant ainsi avec la polyvalence de l'*axxam* et leur agencement se différencie par le type de distribution et de superposition, et pour certaines d'entre elles dans l'espace de vie (salle de séjour – cuisine) qui est parfois un espace ouvert unifié, conçu à l'image de l'*axxam* traditionnel.

"La nouvelle maison est plutôt un habit qu'une cuirasse" (Gaal, 1934, p. 14). Gaal avance aussi que ce qu'il y a de plus recherché n'est pas fatalement celui de l'espace mais plutôt celui de l'ameublement de ces espaces voire un lit au lieu d'une chambre et une table à manger et un siège au lieu de l'espace pour manger. La nouvelle maison est loin d'être habitation plutôt "des façades, non des corps mais des visages où la cocasserie a vite pris une valeur de symbole" (Gaal, 1934, p. 18).

Les maisons se différencient et leurs aménagements intérieurs sont aussi différents par la qualité de



Fig. 4 Relevé des nouveaux types de maisons. Maison reconstruite à Ifigha, maison immeuble à Thabourth, maison type villa à Ifigha, maison type habitat rural à Ifigha (Zoulikha Ait-Lhadj, enquête terrain 2017/2018)

matériaux, de finition et d'ameublement qui dépendent des moyens des occupants. Les espaces de plus en plus grands ponctués d'ouvertures aussi plus grandes que nombreuses. À entendre les enquêtés reprochant le manque d'espaces intérieurs privatifs, d'air et de lumière aux maisons traditionnelles, il en ressort comme une envie d'améliorer et de combler ces manques qui sont en effet traduits dans les nouvelles maisons. Et en dépit de leur ouverture sur l'environnement et le paysage, la vie et la maison semblent comme orientées plus vers l'intérieur de ces nouvelles maisons plus habillé, sophistiqué, décoré et mieux entretenu.

L'évolution de l'architecture de la maison s'est faite sur l'aspect spatial et morphologique en rapport à la configuration des espaces et leur distribution ainsi que leur volume et leur taille. La façade quant à elle demeure l'élément et le signe imminent du changement qui inverse l'introversion de l'*axxam* et l'image de marque d'appartenance sociale. Les nouvelles maisons sont agrémentées de percements et aussi prolongées de balcons et de terrasses qui traduisent une volonté

3 Beaucoup de travaux se sont lancés dans l'étude de l'évolution de l'espace domestique, dans lesquels l'espace a été abordé avec des aspects relevant tantôt de l'architecture et dans d'autres cas de l'anthropologie.

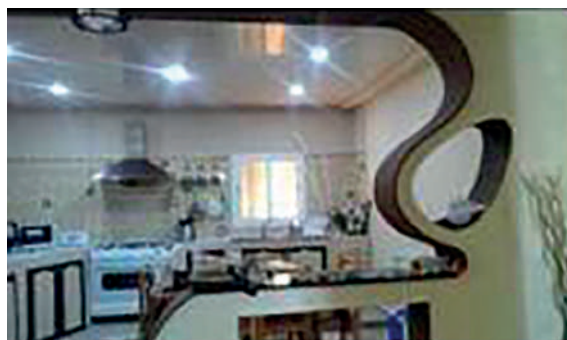
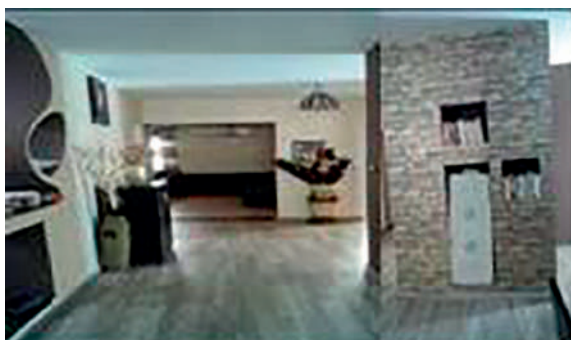


Fig. 5 Intérieur d'une maison nouvelle. Vue sur l'espace de vie et sur cuisine ouverte (Zoulikha Ait-Lhadj, enquête terrain 2017/2018).

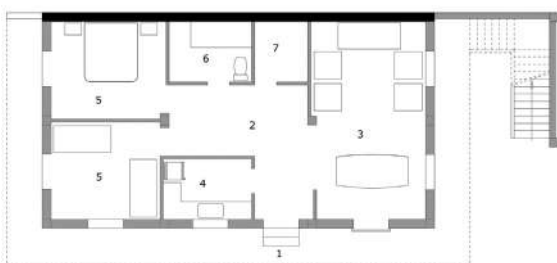


Fig. 6 Plans d'une extension à côté d'une ancienne maison à Ifigha-centre. Plans de l'étage et du RDC **1** entrée **2** hall **3** séjour **4** cuisine **5** chambre **6** sanitaires **7** cellier **8** balcon (Zoulikha Ait-Lhadj, enquête terrain 2017/2018)

d'ouverture et de fermeture à la fois sur le paysage, et une manière de se protéger d'autrui dans ce mode de consommation devenu de plus en plus individualiste.

Enfin, la majorité des maisons construites en dehors de l'ancien village dispose d'un espace vert plus ou moins laissé en jachère et cela à cause de l'eau qui se fait de plus en plus rare. Et les personnes interrogées s'accordent toutes à dire que les maisons sont neuves et, pour des raisons d'hygiène, point d'espace prévu pour accueillir les animaux.

2. Quelques résultats de l'enquête

Pour le volet perceptions de l'habitat, le discours nous a semblé un outil privilégié pour l'exploration de la dialectique entre représentations, appropriation et morphologie, du fait qu'il permet d'expliquer le rapport entre choix conceptuels et modes d'appropriation et de pratique de l'habitat. Dans cette enquête, l'intérêt de l'entretien est fondé sur le recueil des sentiments des interviewés dans leur nouvelle maison, de la manière avec laquelle ils la pratiquent mais aussi de la valeur et de la symbolique que revêt la maison traditionnelle. Autrement dit, existent-ils encore des liens, des similitudes, des schèmes entre les deux maisons ou au contraire la rupture avec la tradition est bien annoncée⁴.

4 L'entretien semi-directif a été utilisé et est ni entièrement ouvert ni vraiment fermé dans le sens où nous disposons d'un certain nombre de thèmes ou de questions-guides relativement ouvertes que nous avons soumises aux réponses des interviewés. Il y avait comme un souhait de diversifier au maximum le profil des interviewés afin d'obtenir une vision plus large sur le thème proposé et les résultats escomptés. Hormis six entretiens effectués d'une façon directe avec les représentants et membres des comités de villages, les autres nous ont été accordés dans leur majorité à l'occasion de la prospection des maisons

L'Axxam l'djdhouh: maison legs des ancêtres

La plupart des interviewés ne dénigrent pas la maison traditionnelle, devenue inconfortable à leur mode de vie; elle a été en premier lieu délaissée pour de nouvelles maisons plus confortables mais par la suite abandonnée par ses propriétaires qui n'ont plus ni le temps ni l'argent pour l'entretenir comme ils le faisaient avant. Pour cela ils mettent en avant le fait qu'elles existent jusqu'à nos jours qui est un témoin fondamental de sa "valorisation", l'*axxam l'djdhouh*, maison des ancêtres comme ils l'appellent ne doit pas disparaître.

Intimité et vie intérieure valeurs récurrentes (poids de l'habitus)

Persistante, la cour joue toujours le rôle de filtre social et de pièce tournante, hall d'accueil, elle est le seuil avant de franchir la porte d'entrée de la maison. La cour demeure le pont qui relie l'*axxam* et la nouvelle maison: très convoitée elle se répand dans quasiment toutes les maisons, et quand elle se fait absente elle est remplacée par la terrasse ou par le couloir large ponctué de deux ouvertures de part et d'autre vers lequel s'ouvrent (jour de souffrance) certaines chambres essentiellement. Le séjour prend un rôle aussi important de par sa taille, ses dimensions et sa situation. Généralement à l'abri des autres espaces plus privés, il est plus proche de la

relevées. D'une durée d'une heure, les entretiens avaient pour objectif de: Comprendre les acceptions associées aux notions de paysage, d'identité, de tradition et de patrimoine; Comprendre les acceptions associées aux notions d'habitat, de confort et de conditions de vie agréables; Comprendre la valeur des maisons traditionnelle et nouvelle et leurs représentations; Comprendre les facteurs déclenchant l'abandon et la fuite des anciennes maisons et les verrous potentiels qu'avaient rencontrés les habitants pour leur sauvegarde.

porte d'entrée et donne directement soit sur la rue, le jardin ou sur la cour, l'intimité demeure aussi préservée dans la nouvelle maison.

Permanence de l'esthétique et du décor intérieurs

L'esthétique artisanale prononcée des maisons traditionnelles qui faisait qu'aucune ne ressemblait à l'autre persiste aussi dans les nouvelles maisons, essentiellement dans le séjour et la cuisine dotés d'ameublement et de décoration qui sont très révélateurs du caractère et de la personnalité des occupants.

Statut indivis de l'axxam l'djdhoudh

Certains conflits autour de cette maison ancienne en rapport à sa possession a créé des tensions entre les membres de même famille ayant fini par l'abandonner sans que personne ne se soucie de son devenir. Parfois, certains compromis sont consentis entre ces membres qui dans le cas où ces anciennes maisons sont octroyées aux membres restés au village elles étaient occupées et par la suite démolies pour en reconstruire d'autres plus spacieuses. Et lorsque les propriétaires sont par malheur absents, essentiellement partis dans des contrées lointaines, ces dernières finissent par tomber dans les décombres.

Manque de sensibilité des processus réglementaires

Le premier élément enclenchant l'abandon du patrimoine ancestral, en plus du facteur de la colonisation ayant bombardé, démolit des maisons et brûlé des arbres fruitiers, est, selon les enquêtés, la révolution agraire de 1971 préconisant la terre pour celui qui la travaille. Par peur d'être dépossédés des terres fertiles (*thimizer* pluriel de *thamazirith* qui est synonyme de jardin) laissées en jachère, les habitants étaient contraints de les occuper par du bâti ne serait-ce par une tombe. Aussi en termes de textes de loi régissant la préservation de l'ancien ou la codification du mode de construction dans la montagne spécifiquement sont inexistantes si ce n'est des textes de règlement général.

Conclusion

La maison traditionnelle kabyle semble porter un sens et une place particulière dans les cœurs et les esprits des enquêtés en dépit de la nouvelle architecture qui caractérise les nouvelles demeures qu'ils produisent. Les discours en disent autrement de la réalité du terrain qui s'adonne au regard. Pour les enquêtés l'*axxam l'djdhoudh* doit rester indivis; sa valeur est incommensurable, et doit persister comme témoin des générations passées. Pour eux, les maisons anciennes n'ont été démolies que par nécessité dans les cas extrêmes, car à chaque fois que cela est possible les familles kabyles construisent une habitation moderne hors agglomération ; c'est une manière de sauvegarder l'ancien village des ancêtres. Et quant à leur abandon cela a été forcé par le manque de moyens ayant empêché leur entretien en parallèle avec le projet de maison nouvelle pour de nouvelles histoires familiales.

La valeur architecturale de l'ancienne maison n'est pas reconnue en tant que tel et les avis sont partagés sur cet aspect. Pour certains d'entre eux l'ancienne maison n'a pas d'équivalent et la maison nouvelle inspire le clivage et l'individualisme. L'*axxam* est un legs des ancêtres (*ariha* (*odeur et parfum*) l'*djdhoudh*) qu'il ne faut surtout pas laisser

dépérir et partir sous nos yeux sans réaction et même étant armé de foi et de bonne volonté les moyens trahissent et *yed ouahda ma tsfak* (seul on ne peut rien faire).

Ils reprochent à l'ancien village et l'ancienne maison le manque de propreté avec la présence des animaux domestiques. Qu'est-ce qu'ils en savent, avant point de broussaille thaddarth était très propre, les déchets ménagers bien gérés et ces animaux y contribuaient, et maintenant ce sont eux qui altèrent l'environnement, le village souffre de pollution avec le tas de déchets causant ainsi des incendies répétitifs⁵.

L'apparition de nouveaux espaces n'est pas synonyme de pratiques nouvelles. L'appropriation de certains espaces de la nouvelle maison, dont la cour et la cuisine, affiche la persistance de certains schèmes traditionnels. Néanmoins des innovations sont affichées dans l'expression de la façade devenue plus ouverte sur l'extérieur qui affiche l'ouverture de la société mais aussi dans l'architecture de la maison qui traduit la distance prise de l'ancien l'*axxam* qui ne répond plus aux données contemporaines.

Bibliographie

- Berque, A. (2008). *La pensée paysagère*. Paris: Archibooks
Bourdieu, P. (1972). *La maison kabyle ou le monde renversé, esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Droz.
Feraoun, M. (1954). *Le fils du pauvre*. Paris: Seuil.
Frémont, A. (1976). *La région espace vécu*. Paris: Puf.
Gaal, A. (1934). *Habiter*. Revue Mondiale
Heidegger, M. (1964). *L'Être et le Temps*. Paris: Gallimard
Lenclud, G. (1987). "La tradition n'est plus ce qu'elle était...". *Terrain. Habiter la Maison*, 9, pp. 110-123.
Messaci-Belhocine, N. (dir.) (2007). *L'espace montagnard entre mutations et permanences*. Usto: CRASC.
Norberg-Schulz, Ch. (1985). *Habiter, vers une architecture figurative*. Paris: Electa Moniteur.
Provensal, D. (1974). "L'habitat kabyle: structure traditionnelle et transformations". *Habitation*, 47, pp. 1-20.
Rapoport, A. (1969). *Pour une anthropologie de la maison*. Paris: Dunod.

5 Propos d'un homme enquêté âgé de 70 ans qui s'appelle *Nour*, très impliqué dans le mouvement associatif qui défend et lutte pour le classement de son ancien village.

UMA PONTE CONSTRUÍDA EM TAIPA — SOBRAL DA ADIÇA, MOURA

Miguel Ferreira Mendes

CRAterre / AE&CC / ENSAG / Université Grenoble Alpes (France)
m.ferreira.mendes@gmail.com

1. Introdução

Entre Junho e Outubro de 2011 decorreu no Sobral da Adiça, concelho de Moura, um curso de formação em reabilitação de edifícios em taipa destinado, sobretudo, mas não exclusivamente, a membros da comunidade cigana local. Com uma regularidade diária e em horário completo, esta formação visava capacitar estas pessoas com as ferramentas e os conhecimentos que permitissem uma intervenção directa na melhoria da qualidade das suas habitações, e desenrolou-se em formato *obra-escola*, em sistema *hands-on*, tendo como objecto a reabilitação parcial de um edifício, executada integralmente com técnicas, saberes e recursos locais e de carácter reprodutível. O edifício, de carácter semi-público, foi posteriormente devolvido à comunidade, tendo isso servido para criar pontes entre a comunidade cigana e a restante população do Sobral da Adiça.

2. Contexto

2.1. A comunidade cigana de Sobral da Adiça, em Moura, sofreu um processo de sedentarização recente, que se traduziu na ausência de dinâmicas de itinerância contínua ou rotativa, mas não na materialização de habitações de carácter permanente: instalados em abrigos precários, os membros desta comunidade tinham simplesmente abandonado a errância por espaços transitórios que os ciganos tradicionalmente habitam, mas a sua implantação continuaria a assentar mais em *registos imprecisos de funções humanas* do que em *estruturas construídas* (Mestre, 2013, p.16).

Em 2010, os danos causados pelas chuvas nas suas habitações precárias, instaladas em terrenos vagos da periferia da localidade, levaram a Junta de Freguesia a permitir o assentamento temporário desta comunidade num terreno de jogos da povoação.

O imprevisto prolongamento dessa situação despoletou alguma animosidade por parte da restante população, evidenciando a clivagem latente que persiste, um pouco por todo o mundo, entre comunidade cigana e não-cigana, e que poderá advir do facto de a forma de vida dos nómadas relembrar aos sedentarizados *aquilo de que terão abdicado em troca da sua ideia de conforto, de bem-estar, de segurança, estabilidade social* (Mestre, 2015, p. 64).

Somos os símbolos viventes de um mundo sem fronteiras, de um mundo livre, sem armas, no qual qualquer um pode viajar sem limitações, das estepes da Ásia central às costas atlânticas, dos planaltos da África do Sul às florestas finlandesas. Vaida Voivod III, presidente da Comunidade Mundial dos Ciganos, em *Algemeen Handelsblad*, 18-05-1963 (transcrito em Careri, 2013, p. 105).

Desta forma, a comunidade cigana encontrava-se novamente em situação de não ser desejada onde se tinha instalado. Entre as possibilidades de reacção, com diferentes requisitos e consequências, estava a de uma real sedentarização da comunidade, no que respeita à materialização e codificação dessa sedentariade, ou seja, habitar casas. Mas a fraca condição sócio-económica dos membros da comunidade cigana dificultava qualquer processo de melhoria das suas condições de habitabilidade precária, tendo poucos agregados conseguido adquirir casa na povoação e tendo, aqueles que o conseguiram, adquirido casas em estado de conservação deficitário.

2.2. Sobral da Adiça é uma freguesia do concelho de Moura, no Baixo Alentejo, com cerca de 140 km² e que, à data da formação aqui tratada (2011), tinha uma população de cerca de 1 000 habitantes.

Situada a uns escassos 5 km da fronteira espanhola, esta povoação fica desviada das rotas principais, o que lhe traz algum recuo e mesmo um certo isolamento, factor que, mau grado todos os aspectos negativos que aporta, contribuiu para que o seu edificado se mantivesse com características muito homogéneas e no fio da evolução *natural* das tradições locais, em plena “civilização do barro” (Ribeiro, 1961), sendo quase inteiramente constituída por edifícios em taipa. Poder-se-á também inferir, sem grande risco de erro, que a existência destes edifícios até aos nossos dias se deve, sobretudo, a uma condição socio-económica menos fulgurante, e que isso terá impedido a materialização do galopante deslumbramento pelo *industrial*, deixando-nos um património habitacional com bastante interesse construtivo, ainda que com carências pontuais, por vezes pronunciadas, de conservação. Será apenas a esses edifícios mais degradados que, provavelmente, os membros da comunidade cigana em questão terão acesso, considerando a sua condição socioeconómica.



Fig. 1 Parede em taipa

2.3. A taipa é uma técnica tradicional milenar de construção que caiu em desuso, em Sobral da Adiça como noutras zonas do país e do mundo, e cuja mestria se perdeu no fio do tempo, entre o deslumbramento pelo industrial do pós-guerra e a estigmatização de técnicas e materiais relacionados com períodos de menor fulgor económico.

Assente em esquemas de transmissão tradicionais – por via oral e aplicado ao contexto específico – esta técnica foi sendo progressivamente desvalorizada desde o pós-guerra, até ao seu tímido ressurgimento nos anos 1980, um pouco por toda a Europa, e à sua bem recente transformação em *must* de um sector dos arquitectos contemporâneos.

Um dos responsáveis máximos pelo ressurgimento desta técnica em Portugal, nos anos 1980, o arquitecto Alexandre Bastos refere a propósito da taipa um certo entusiasmo utópico de *construir quase tudo com quase nada* (Bastos, 2005, p. 155), enquanto Pedro Prista refere que *a obra em taipa é um condensado de memória e uma lição de habitar e de existir humano, ou seja social* (Prista, 2014, p. 35).

Esse *existir social* está igualmente presente na relação íntima entre os vários aspectos da execução de uma obra e de organização dos seus intervenientes. Em contextos sociais de pequena dimensão, a obra de taipa proporcionava um intercâmbio e uma entejuda inevitáveis e dinamizadores da identidade sociocultural da comunidade. Questões muito práticas – tipo de solo, formas de organização do trabalho, disponibilidade de recursos, programa do edifício, contexto climático-paisagístico, etc. – levavam a uma especificidade empiricamente sólida e reconfortante dos saberes em cada local, região, grupo social, etc., intimamente ligada à da sua comunidade e não a critérios exógenos que se lhe sobrepusessem. Assim, como lembra Teresa Beirão – outra das figuras maiores do ressurgimento da taipa em Portugal – a taipa *não está homologada nem normalizada. Depende do solo de cada região, do saber de cada mestre taieiro. No dia em que a certificarem, deixa de ser taipa* (Caetano & Vasco, 2011, p. 167).

Em termos gerais, a taipa consiste na compactação de terra para obtenção de elementos construtivos – geralmente paredes, mas também pilares, contrafortes, muros, etc. – que tradicionalmente eram portantes. Ou seja, com nada mais do que terra – geralmente (e idealmente), a do próprio local de construção – erige-se paredes monolíticas

que serão simultaneamente o invólucro, a estrutura e o dispositivo térmico/acústico de um edifício (fig. 1). Essa compactação é feita, por meio de um *maço* ou *pilão*, em camadas sucessivas de terra, colocada dentro de um *taipa* – cofragem montada *in situ*. Ao conjunto dos utensílios (taipais, pilão, costaneiros, etc.) é dado o nome de *estojo* (fig. 2).

3. Formação – premissas

3.1. Programa

A formação pretendia ser resposta-acção à situação da comunidade cigana de Sobral da Adiça. O *Objectivo Global* pode ser resumido como *Melhoria das condições de vida da comunidade cigana de Sobral da Adiça*, identificando-se *Objectivos Específicos* tais como *Aquisição de competências em (re)construção em taipa*, ou *Capacitação na preparação e execução de obra em taipa*.

A iniciativa partiu da ACDMoura¹, e o convite dirigido visava a coordenação técnica da formação, a programação e condução das sessões e dos trabalhos, e a elaboração do caderno de encargos. Importava, antes de mais, ponderar sobre a pertinência e a viabilidade da formação, quer numa análise contextual da sua montagem e realização, quer numa análise abrangente dos seus potenciais resultados e sustentabilidade. Três eixos se afiguravam, para tal análise:

O primeiro – técnico – sobre a pertinência e a viabilidade contextual de utilização da técnica construtiva *taipa*. Analisando as *sete variáveis: localização da obra; características do solo; disponibilidade da terra; tipo de obra (pública ou privada); adjudicação; programa de obra e a sua dimensão; balanço económico* (Ferreira Mendes, 2005, p. 174), e juntando a variável mão-de-obra como um dos resultados directos da própria formação, e uma flagrante validação histórica e socio-cultural, ficava clara a pertinência circunstancial do tema *taipa*.

O segundo eixo – racional – sobre a componente *autogestão* inerente à capacitação de pessoas na gestão física e intervenção no seu *habitat*, um pouco no espírito do que defendia Hundertwasser, no seu *Manifesto do Mofo contra o racionalismo na arquitectura*, de 1958, em que arroga para todos os homens o direito de construir como querem, acusando a arquitectura actual de ser *criminosamente estéril*, pelo *facto de o processo construtivo parar quando o utente entra na sua habitação, quando na verdade devia ter início precisamente nessa altura, e desenvolver-se como a pele à volta de um organismo humano* (Muthesius, 1997, pp. 304-309).

O terceiro eixo – social – sobre a necessidade de assumir esta intervenção como *revolucionária* no seu âmago porquanto, *na cultura arquitectónica, ser radical corresponde normalmente a uma posição política, sendo que essa missão política e social importante é com frequência suprimida pela questão do design [...]; por extensão, aquilo que é considerado radical no campo da arquitectura é igualmente radical do ponto de vista sociológico* (Leach, 2005, p. 119).

Ficava, assim, validada a pertinência da proposta da ADCMoura, para a realização de uma formação neste tema, com este público-alvo e neste dado contexto.

¹ Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura – ADL em actividade desde 1993, empenhada no desenvolvimento de projectos eminentemente participativos e fundados nos saberes tradicionais e locais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável de uma sociedade inclusiva.



Fig. 2 O estojo: taipais (painéis laterais), frontal, e peças de fixação (agulhas, costaneiros, côvados). O estojo utilizado na obra do Sobral da Adiça apresenta algumas inovações relativamente ao tradicional, tais como os *costaneiros* em tubo metálico, ou o uso de painéis pré-fabricados em madeira

3.2. Desafio-risco

Um dos desafios mais complexos era a circunstância de se pretender dar ferramentas *para construir* a um grupo que não tem tradição (nem, porventura, códigos estruturados) nesse domínio. Ainda que em contexto substancialmente diverso, evoca-se a reacção ao projecto *situacionista New Babylon*, do artista Constant: *projectar uma cidade para um povo nómada é um contra-senso* (Argan, 1970, p. 431).

Uma vez que os ciganos habitam uma *abstracção relativamente a uma ideia material e perene de construção/casa*, e que a cultura nómada/cigana é *essencialmente imaterial sem ícones e ídolos formais*, [...] *tem na sua essência a imaterialidade fortemente codificada* (Mestre, 2015, pp. 13,64), corre-se o risco de esbarrar com um pragmatismo racionalista, em que Hennes Meyer proclamava que a *arquitectura, como obra resultante do pensamento humano está em contraposição à natureza* (Kruft, 1990), no caso, à *natureza sociocultural* do destinatário da formação.

3.3. Desafio-ambição

A escolha do objecto de estudo/prática da formação encerrava uma ambição na definição dos seus *Objectivos*, visando um alargamento de resultados esperados: escolher, como objecto de intervenção, uma das casas em taipa já pertencentes a um dos membros da comunidade cigana

local, parecia de abrangência circunscrita e, sobretudo, potencialmente criador de assimetrias internas. Assim, propôs-se a identificação de um edifício de carácter comunitário (preferencialmente, público), para ali se intervir, alcançando três novos vectores de desenvolvimento do projecto: trabalhar sobre um edifício exterior ao projecto, para evitar as referidas assimetrias internas; obter a colaboração (ainda que *passiva*) da comunidade local, por via da cedência do edifício; criar uma *ponte* com a restante comunidade de Sobral da Adiça, através da intervenção-melhoria-devolução de um edifício comunitário.

O desafio, portanto, seria não a (re)construção de um edifício, mas a *construção* de um *espaço* comum. E *os espaços recebem a sua essência não do espaço mas sim do lugar [...] os espaços onde se desenvolve a vida são antes de tudo lugares. [...] o lugar não existia antes da construção da ponte [...] origina-se somente a partir da ponte* (Heidegger, 1976, p. 102).

A beleza de algo não resulta da sua forma aparente, mas da combinação de forças e fenómenos que a originam. Desta combinação de forças, resultaria uma beleza *materializada* na *ponte* que, por sua vez, originaria o *lugar* onde, então, se edificaria o *espaço* – de (re)encontro. Era a clarividência da dicotomia de que *é preciso criar um sistema, ou ser escravizado pelo de outro homem* (Blake, 1987, p. 651), numa iniciativa de concertação, negociação: *Sabemos actualmente, desde Barth (1975), que a etnia é uma construção social, que a identidade étnica é relativa, flutuante, em parte situacional e negociada* (Olivier de Sardan, 1995, p. 29).

Das poucas alternativas identificadas, optou-se pela casa da paróquia. Pela dimensão deste edifício, e pelo seu estado de abandono e crescente degradação, foi definida uma área de intervenção compatível com os recursos e os objectivos da formação – pretendia-se *formar*, pelo que o factor *pedagogia* se sobrepunha ao factor *resultados materiais*, com as condicionantes decorrentes, sobretudo em termos de tempo.

3.4. Cultura Construtiva Local (CCL)

O desafio passaria inexoravelmente pelo crivo da sustentabilidade, nos seus quatro pilares – social, cultural, ambiental, económico. Tratando-se de uma formação que visava futuras estratégias de auto-construção, essa sustentabilidade nunca poderia ser alcançada sem um profundo enraizamento, das práticas transmitidas, na *Cultura Construtiva Local* (CCL) – que *resulta da adaptação*



Fig. 3 Produção de BTC: prensagem [esquerda] e posterior cura [direita]



Fig. 4 Testes de terreno: pastilhas – dilatação/retração [esquerda]; teste *Carazas* e *provetes* [direita]

de uma comunidade às condições ambientais do território no qual está estabelecida: físicas, climáticas, sociais, económicas e culturais (Caimi & Moles, 2015, p. 5).

Enquanto sistema *orgânico* de práticas ancoradas na realidade de um lugar e da comunidade que o habita, a CCL é a força de salvaguarda que assegura uma *perpetuidade* – transitória no indivíduo e evolutiva no objecto: é o *saber* tradicional enquanto entidade estruturante de uma cultura e seu movimento perpétuo; *o tempo, o lugar e a memória [...] conjugados por força da experiência anterior, por uma herança que se recebe e transmite em continuada renovação [...], a memória que se comemora em sinal de reconhecimento dos benefícios da herança* (Mestre, 2013, p. 12).

À pergunta de William Morris *pretendemos produzir arquitectura e artes arquitectónicas sem termos a realidade em que se alicerçam?* (Morris, 2003, p. 112), poderíamos responder tal como Rousseau se dirigiu aos cidadãos da república de Genebra: *daqui para o futuro, pertence-vos [...] não já o construir a vossa felicidade, uma vez que os vossos antepassados vos evitaram essa canseira, mas o torná-la duradoura através do bom uso* (Rousseau, 1976, p. 10).

A CCL nos dois tipos de participação na organização do espaço; [...] a participação horizontal [...] prende homens de uma mesma geração, [...] a vertical prende homens de gerações diferentes em obra que se processa ao longo de um período de tempo que ultrapassa a dimensão da geração (Távora, 2004, pp. 20-21). Essa dimensão intergeracional valida as práticas e os saberes, mas também requer uma constante actualização (*evolução*) para responder à fluidez dos tempos – *todo o passado é moderno, se a tensão criadora contemporânea o resgatar num sentido propulsor* (Zevi, 2002, p. 108).

4. Formação - realização

Mas, se é fatal a participação de todos os homens na organização do espaço, tal participação só conduzirá à harmonia na medida em que ela se transforme em colaboração e colaborar significa agir em comum, com uma mesma intenção, com um mesmo sonho. Para tal é necessário que existam uma extraordinária e intensa compreensão, um respeitar para ser respeitado, um falar uma linguagem que todas as partes em presença possam compreender. (Távora, 2004, p. 20)

4.1. Organização

As dificuldades multiplicavam-se, logo à partida: utilizar uma técnica tradicional esquecida; recorrer a mão-de-obra totalmente virgem; respeitar escrupulosamente as condicionantes locais e circunstanciais; privilegiar a dimensão pedagógica sem descuidar resultados materiais satisfatórios; etc.

O vector *sustentabilidade* requeria uma relação estreita com toda a orgânica local: interessava transmitir saberes e práticas que fossem de simples e viável reprodução numa fase de implementação pós-formação. Assim, todos os materiais e equipamentos foram seleccionados, geridos e adquiridos de acordo com o panorama local – disponibilidade, custo, facilidade de aprovisionamento, etc.

A excepção foi a utilização de uma prensa de BTC (blocos de terra comprimida), cedida pela Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa. Com essa prensa foram produzidos alguns blocos (fig. 3) que mais tarde foram utilizados em obra, nomeadamente no topo das paredes, em remates da cobertura, mas também na construção de um arco e um nicho em abóbada.

Enquadrada em formato certificado, e com uma duração de 480 horas, a formação decorreu entre Junho e Outubro de 2011, incluindo uma componente teórica – literacia – às sextas-feiras, sendo os restantes quatro dias úteis destinados à formação técnica em taipa. Devido às elevadas temperaturas na zona e naquele período, o horário de trabalho foi condensado no período da manhã, num total de 46 dias de trabalho em obra/formação técnica.

4.2. Técnica e práticas

A formação dos 15 participantes consistiria numa abordagem aplicada da técnica da taipa ao contexto real em que eles a iriam utilizar. Não se tratava de formar peritos, mas sim de capacitar pessoas a (re)construírem e melhorarem as suas habitações e a compreenderem as práticas de manutenção e as operações básicas de diagnóstico de patologias e respectiva intervenção. Tomando como inspiração o seminal trabalho de Hassan Fathy na construção de Nova Gourná: *Se uma aldeia tiver de ser construída pelos seus futuros habitantes, é preciso dar-lhes as competências necessárias. Seja qual for o entusiasmo que o sistema cooperativo possa suscitar, não servirá de grande coisa se as pessoas não souberem*

assentar tijolos. [...] Precisamos de um método que ensine ao camponês conceitos práticos de construção para que ele possa contribuir eficazmente para a construção da sua aldeia, mas não queremos transformar um agricultor activo em pedreiro altamente qualificado sem trabalho. (Fathy, 2009, p. 130).

Mas, como recuperar uma técnica esquecida e estigmatizada? Como despertar o interesse de quem busca melhoria de vida – por senso comum, plasmada numa noção vigente de *progresso* – apresentando práticas tradicionais e ancestrais? Racionalmente, não parece plausível. Mas sabemos, por experiência adquirida, que o mais pragmático dos técnicos *torna-se criança*, quando se entrega à experiência táctil, telúrica, sensitivo-sensorial da terra. *Há em todos nós uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca: a razão pode condená-lo: o coração tenta ainda absolvê-lo. É que nada há no homem mais delicado, mais melindroso do que as ilusões: e são as ilusões o que a razão crítica, discutindo o passado, ofende sobretudo em nós.* (Quental, 2001, p. 12).

A resposta estaria, portanto, no carácter emocional da experiência *hands-on*, porque *mais facilmente se abala a emoção de um homem do que a sua razão* (Wilde, 2002, p. 16), e esse abalo pode ser uma experiência positiva, até em registo de epifania, se digerido pela emoção sem preconceitos.

4.3. Resultados

Assim, desde o primeiro dia, e ao longo dos 46 dias de trabalho, toda a transmissão de saberes e práticas se processou no terreno de obra, tendo os formandos recebido noções basilares mas sólidas dos princípios da construção em taipa, de identificação/caracterização de terras e de aplicação da técnica construtiva (figs 4 e 5).

Recorrendo apenas a ferramentas manuais – sem recurso a electricidade ou outra motorização – foi realizada uma obra de reabilitação-reconstrução de uma parte do edifício da paróquia, empregando exclusivamente materiais locais, na sua maioria reutilizados e/ou reciclados:

- a taipa que se encontrava desmoronada, ou que foi demolida no âmbito da formação, foi reutilizada para fazer taipa nova, bem como todos os BTC e argamassa de assentamento destes, não havendo qualquer escavação suplementar;
- os tijolos tradicionais recuperados das abóbadas que se encontravam desmoronadas foram usados para regularização do embasamento, reforço de cantos de parede e distribuição de cargas no assentamento dos barrotes da cobertura;
- esses barrotes foram resgatados de uma ruína a escassas dezenas de metros – com consentimento do seu dono – limpos e cortados à medida;
- apenas houve compra de cal (base para as argamassas de reboco que não eram apenas de terra), de tábuas de forro e de telhas para a cobertura.

Concluído o curso, o edifício regressou à tutela da paróquia, ficando assim entregue à comunidade, e alguns dos formandos juntaram-se para se entremudarem em trabalhos de melhoria de algumas das suas casas. Nalguns casos, esses trabalhos previam ampliações para além de reabilitação do existente.

A nível interno, houve um empenho louvável de todos e um interesse visivelmente crescente por parte dos formandos, plasmado no facto de dois outros membros



Fig. 5 Parede em taipa, logo após descobrimento. (Rui Vasco)

da comunidade terem pedido para ingressar na formação quando já esta decorria – o que foi aceite.

Em análise subjectiva – uma vez que não houve lugar a qualquer avaliação formal – parece ter havido uma boa aquisição de conhecimentos e compreensão dos princípios de base como fundamento das práticas.

A nível externo, houve várias manifestações de apreço de moradores do Sobral da Adiça, havendo inclusivamente alguma surpresa generalizada pela constatação da desmistificação de alguns preconceitos existentes relativamente à etnia cigana, nomeadamente no que diz respeito à sua capacidade/empenho em trabalho *convencional*, que não passou despercebido na povoação, e a obra conseguida assim o atesta. Revisitando Heidegger (*op. cit.*): *a ponte* foi criada, para que possa surgir o *lugar* e nele erigir o *espaço* – de encontro, interacção, tradição-evolução *negociada*...

There is a crack in everything, that's how the light gets in
Cohen, 1992

5. Conclusões

A especificidade da técnica da taipa – fortemente enraizada na cultura ancestral local, e sem *materialização académica*, não obstante a sua extensa *materialidade* – terá também constituído paralelo mnemónico abstrato à própria *configuração sociocultural cigana* [...], *por ser essencialmente oral, que transita de geração em geração como o próprio movimento em que se relaciona a comunidade* (Mestre, 2015, p. 64). Ou seja, o carácter empírico, oral e de transmissão intergeracional da *cultura da taipa* terá tido eventuais similitudes com a matriz mnemónica sociocultural cigana, o que terá constituído potencial elemento agregador de transmissão e assimilação, no desenrolar da formação.

A modalidade muito prática *hands-on* do curso de formação terá reforçado esse carácter orgânico das técnicas e práticas, evitando um provável efeito *filtro-atrito* de uma abordagem mais teórica e académica.

A imaterialidade de um saber ancestral (a taipa), tradicionalmente transmitido por via empírica e oral, poderá e terá sido porto de afinidade de uma cultura também ela imaterial e oral (a cigana) e, dessa forma, ter criado a *ponte* que une margens à partida opostas – os *nómadas* e os *fazedores de casas*.

Não obstante a importância e o valor dos vários aspectos, objectivos e resultados desta formação, aquilo que parece realmente constituir uma mais-valia e singularidade que justificam, entre outras coisas, a própria elaboração deste artigo, é a abrangência da acção levada

a cabo pela ADCMoura, que, numa estratégia feliz e ambiciosa, passou do que poderia ser apenas (mais) uma mera formação técnica com benefícios quase exclusivos para os seus beneficiários directos – os formandos (fig. 6) – para um programa que transcende o domínio da técnica e da construção, e entra plenamente no domínio do social e do cultural.

Que seja assim o arquitecto – homem entre os homens – organizador do espaço – criador de felicidade.
Távora, 2004, p. 75

* O autor escreve segundo a antiga ortografia

Bibliografia

- Argan, G.C. (1970). *L'arte moderna 1770-1970*. Florença: Sansoni.
- Bastos, A. (2005). "A arquitectura contemporânea na Costa Alentejana" in AA. VV. *Arquitectura de Terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum.
- Blake, W. (1987). *The Complete Poems*. Middlesex: Penguin Books.
- Caetano, P., & Vasco, R. (2011). *Terra Crua – Arquitectura de Natureza*. Mértola: Associação de Defesa do Património de Mértola.
- Caimi, A., & Moles, O. (2015). *Assessing Local Building Cultures for resilience & development – a practical guide for community-based assessment*. Villefontaine: CRAterre.
- Careri, F. (2013). *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: GG.
- Cohen, L. (1992) *Anthem*. Sony/ATV Music.
- Fathy, H. (2009). *Arquitectura para os pobres – uma experiência no Egipto rural*. Lisboa: Argumentum.
- Ferreira Mendes, M. (2005). "Obstáculos à construção em terra – o abandono de uma opção" in AA. VV. *Arquitectura de Terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum.
- Heidegger, M. (1976). "Costruire, abitare, pensare" in *Saggi e discorsi*. Milano: Mursia.
- Kruft, H.W. (1990). *Historia de la teoría de la arquitectura*. Madrid: Alianza Forma.
- Leach, N. (2005). *A anestésica da arquitectura*. Lisboa: Antígona.
- Mestre, V. (2013). "O Homem, o Lugar, a Tenda, a Viagem". *Victor Mestre: ao (per)correr (d)ja vida*. Almada: Casa da Cerca – C.M.Almada.
- Mestre, V. (2015). "Habitat Nómada: a imaterialidade do espaço – tipologia zero". in AA. VV. *1.º Congresso Internacional Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Argumentum.
- Morris, W. (2003). *As artes menores e outros ensaios*. Lisboa: Antígona.
- Muthesius, A. (1997). *Hundertwasser architecture: for a more human architecture in harmony with nature*. Alemanha: Taschen.
- Olivier de Sardan, J. P. (1995). *Anthropologie et développement – essai en anthropologie du changement social*. Marselha-Paris: Apad-Karthala.
- Prista, P. (2014). *Terra Palha Cal - ensaios de antropologia sobre materiais de construção vernacular em Portugal*. Lisboa: Argumentum.
- Quental, A. [1871] (2001). *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Ulmeiro.
- Ribeiro, O. (1961). *Geografia e Civilização*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rousseau, J.-J. [1755] (1976): *Origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Lisboa: Europa-América.
- Távora, F. (2004). *Da organização do espaço*. Porto: FAUP edições.
- Wilde, O. (2002). *A alma do homem sob o socialismo*. Lisboa: Vega.
- Zevi, B. (2002). *A linguagem moderna da arquitectura*. Lisboa: edições 70.



Fig. 6 Fase inicial da obra, com os seus protagonistas [da esquerda para a direita]: Natanael, Serrano, Miguel, Ricardo, António, 'Ruína', Patrícia, Fernando, Hélio, Valentim, Domingos. (Rui Vasco)